



ANÁLISE TÉCNICA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MinC Nº 5, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Renato de Sousa Porto Gilioli
Consultor Legislativo da Área XV
Educação, Cultura e Desporto

ESTUDO TÉCNICO

FEVEREIRO DE 2018

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu autor.

© 2018 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. LEI ROUANET E INCENTIVO FISCAL: ARTS. 18 E 26	9
2. O FLUXO DOS PROJETOS CULTURAIS DO INCENTIVO FISCAL DA LEI ROUANET	20
3. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017	23
3.1 Classificação indicativa	24
3.2 Competências das Secretarias do MinC: Sefic e SAv	27
3.3 Comprovação de experiência na área da cultura.....	27
3.4 Produto/objeto principal executado no exterior	28
3.5 Exigência na submissão de propostas culturais	30
3.6 Obrigações do proponente.....	31
3.7 Planos anuais, bienais e plurianuais.....	32
3.8 Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais	33
3.9 Limitação de projetos por proponente e distribuição regional dos recursos	34
3.10 Limite por beneficiário	41
3.11 Custos vinculados	43
3.12 Teto de contratação de serviços para captação de recursos.....	44
3.13 Teto de remuneração dos cachês artísticos	48
3.14 Teto de custos com direitos autorais e conexos	48
3.15 Vedações	50
3.16 Democratização do acesso	60
3.17 Acessibilidade	76
3.18 Fluxos administrativos I: análise da proposta	82
3.19 Fluxos administrativos II: execução do projeto cultural	95
3.20 Fluxos administrativos III: alterações no projeto cultural.....	100
3.21 Fluxos administrativos IV: acompanhamento, fiscalização e avaliação de resultados	102
3.22 Exceções a práticas indevidas.....	107
3.23 Fluxos administrativos V: fiscalização, relatório final e avaliação dos resultados	113
3.24 Fluxos administrativos VI: avaliação sobre a execução e o arquivamento	115
3.25 Sanções	120
3.26 Parcelamento de débitos	122

3.27 Tomada de Contas Especial (TCE).....	123
3.28 Disposições finais e transitórias	125
3.29 Anexos das Instruções Normativas.....	127
4. NOTA SOBRE A ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROJETOS CULTURAIS.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICE	142

INTRODUÇÃO

A Instrução Normativa nº 4, de 30 de novembro de 2017, publicada no *Diário Oficial da União* em 1º de dezembro de 2017, é norma regulamentar do Poder Executivo que “estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC”. É o que descreve sua ementa. Menos de um mês após a sua edição, o Ministério da Cultura (MinC) estabeleceu nova regulamentação para a operacionalização do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet, com ajustes na anterior, que foi revogada, entre os quais muitas retificações e algumas modificações provenientes de reavaliação do mérito, por meio da revogação da IN MinC nº 4/2017 e da publicação da nova Instrução Normativa MinC nº 5, de 26 de dezembro de 2017.

A IN MinC nº 5/2017 detalha procedimentos, limites e meios de operacionalização de aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 — Lei Rouanet — e, por isso, é essencial para pôr em prática o mecanismo de incentivo fiscal dessa norma legal. A Lei Rouanet, no entanto, não se constitui unicamente desse mecanismo, mas também é composta pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC) e pelos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficarts). Ocorre que o FNC tem disposto, nos últimos anos, de restritos recursos orçamentários, enquanto os Ficarts nunca saíram do papel, porque não foram regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde a edição da Lei Rouanet, há mais de 25 anos.

A regulamentação do Poder Executivo de maior hierarquia da Lei Rouanet, em anos mais recentes, foi o Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006 (cujos predecessores são os Decretos nº 4.483/2002, nº 4.397/2002, 2.585/1998 e 1.494/1995), que constitui o fundamento das Instruções Normativas subsequentes, além do próprio diploma legal — e, evidentemente, da Constituição Federal.

O Decreto nº 5.761/2006 e a IN MinC nº 5/2017, são, no presente, as principais referências para determinar detalhes de operacionalização do mecanismo de incentivo fiscal para o financiamento público federal da cultura.

Há Instruções Normativas do MinC destinadas a operacionalizar a Lei Rouanet desde 1998. Essas normas tornaram-se mais complexas, detalhadas e extensas com o passar do tempo e consolidaram as experiências na aplicação da Lei ao longo dos anos, em especial com o advento do aludido Decreto nº 5.761/2006. Para que se proceda a análise cuidadosa da Instrução Normativa MinC nº 5/2017 (regulamento em vigor e objeto central da presente análise) é fundamental registrar as principais mudanças ocorridas em relação às regulamentações congêneres imediatamente anteriores: as Instruções Normativas MinC nº 4, de 30 de novembro de 2017, nº 1, de 20 de março de 2017, e a nº 1, de 24 de junho de 2013.

A IN MinC nº 1/2013 manteve-se vigente por quase quatro anos. Foi revogada pela IN MinC nº 1/2017 em função da repercussão das investigações da Polícia Federal relacionadas à Operação Boca Livre¹ e da atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados destinada a apurar desvios na Lei Rouanet — esta última em atividade de 13 de setembro de 2016 a 10 de maio de 2017. Pouco menos de nove meses após a edição da IN MinC nº 1/2017 (e de pequenas correções e ajustes operados nessa Instrução Normativa pela IN MinC nº 2, de 27 de junho de 2017), a IN MinC nº 4/2017 — logo em seguida revogada pela IN nº 5/2017, atualmente em vigor,

¹ A Operação Boca Livre foi deflagrada pela Polícia Federal em 28 de junho de 2016, tendo por finalidade investigar possíveis desvios de recursos federais em projetos culturais aprovados pelo MinC por meio do mecanismo de incentivo à cultura da Lei Rouanet. Ocorreu em duas fases, com mandados de prisão e de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. O principal alvo era o chamado “Grupo Bellini Cultural”, denominação atribuída ao conjunto de pessoas físicas e jurídicas que liderava desvio de recursos públicos estimados na ordem de R\$ 25 milhões, por meio da aprovação de R\$ 180 milhões em projetos fraudulentos ao longo de 20 anos. Foram indiciado 29 investigados por estelionato contra a União, por 250 contratos. Os desvios de recurso ocorriam por meio de fraudes tais como inexecução do projeto, superfaturamento, apresentação de notas fiscais de serviços e produtos fictícios; projetos duplicados; e contrapartidas ilícitas realizadas pelos incentivadores (patrocinadores e doadores).

apresentou alterações substanciais no regulamento que operacionaliza o mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet.

Diante dessas mudanças, é necessária a abordagem das INs MinC nº 1/2013, nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017 em conjunto, para a adequada análise desta última. O Apêndice deste Estudo disponibiliza quadro comparativo dessas quatro Instruções Normativas.

Após uma apresentação dos fluxos básicos das propostas e projetos culturais incentivados pela Lei Rouanet, passa-se a uma análise das INs nº 4/2017 e 5/2017, tomando-as em comparação com lógicas vigentes nas IN MinC nº 1/2013 e nº 1/2017, finalizando o Estudo com considerações finais que ressaltam, em tópicos, as principais mudanças ocorridas com a regulamentação mais recente, quais sejam:

- ⇒ Criação de exceções novas no rol de práticas classificadas como vantagem indevida dos incentivadores
- ⇒ Inclusão da menção à classificação indicativa
- ⇒ Esvaziamento da noção de “democratização do acesso” para “ampliação do acesso” à cultura
- ⇒ Exclusão do enquadramento de cooperativas de trabalhadores da cultura como exceção para o limite de projetos e de valores por proponente
- ⇒ Desobrigação de apresentação de “ações educativas” por proponentes, salvo no caso de Planos Anuais e Plurianuais
- ⇒ Retirada de detalhes da regulamentação da garantia de oferta de obra intelectual em formato acessível às pessoas com deficiência, fundamental para a efetivação desse direito
- ⇒ Retirada da possibilidade expressa de que as Secretarias do MinC apliquem, por si mesmas, penalidades aos proponentes

- ⇒ Equalização do tratamento de produtos e objetos principais executados no exterior e no País
- ⇒ Flexibilização do teto de remuneração do proponente
- ⇒ Supressão sumária dos Planos de Trabalho Anual (PTAs) do MinC
- ⇒ Permissão de que empresas de produtos fumígenos efetuem doações a projetos culturais
- ⇒ alongamento do parcelamento de débitos de proponentes para até 5 anos
- ⇒ Retirada de referências à obrigação de que proponentes que sejam entes públicos prevejam, no projeto cultural, os prazos determinados pela Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993)
- ⇒ Retirada da exigência de comprovação de registro fotográfico ou videográfico da execução do projeto cultural
- ⇒ Retirada da determinação de suspensão imediata de projeto cultural em caso de indícios de vantagem financeira ou material indevida
- ⇒ Ampliação dos Planos Plurianuais para até 4 anos
- ⇒ Supressão da definição de “preço médio”
- ⇒ Menos exigências na etapa de exame preliminar das propostas culturais (as quais são postergadas apenas para projetos culturais que superarem a captação mínima de 10%)
- ⇒ Retirada da referência à padronização dos pareceres técnicos.

1. LEI ROUANET E INCENTIVO FISCAL: ARTS. 18 E 26

A Lei nº 8.313/1991 tem como referência dois dispositivos centrais para o mecanismo de incentivo fiscal, os quais determinam quais expressões culturais recebem as modalidades previstas na norma legal. O art. 18 dispõe sobre as manifestações para as quais os incentivadores (doadores ou patrocinadores) podem incluir até 100% do valor incentivado na conta para obter o abatimento de impostos, enquanto o art. 26 prevê, para as demais expressões culturais, percentuais diferenciados para pessoas físicas e jurídicas e, no âmbito de cada uma delas, limites distintos para doações e patrocínios.

Complementarmente, as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, indicam os limites máximos de abatimento de Imposto sobre a Renda que pessoas físicas e jurídicas dispõem no que se refere à Lei Rouanet e outras políticas de incentivo fiscal. Definir esse quadro inicial é essencial para que se compreenda a dinâmica da aplicação da norma legal e alguns aspectos de sua regulamentação, além de servir como marco introdutório para o conhecimento da lógica de funcionamento do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet.

Assim dispõe o art. 18 da Lei Rouanet, com um rol taxativo de setores da cultura (§ 3º) que podem dispor dos 100% (§ 1º [...]) “Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido **as quantias efetivamente despendidas** [ou seja, 100%] nos projetos elencados no § 3º [...]” do valor incentivado para fins de isenção fiscal:

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos

atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 1º Os contribuintes **poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3º**, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de: (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

a) doações; e (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

b) patrocínios. (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional. (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão **exclusivamente aos seguintes segmentos**: (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

a) artes cênicas; (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico; (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

c) música erudita ou instrumental; (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

d) circulação de exposições de artes plásticas; (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

e) doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus. (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

- a) artes cênicas; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)
- b) livros de valor artístico, literário ou humanístico; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)
- c) música erudita ou instrumental; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)
- d) exposições de artes visuais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)
- e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)
- f) produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e (Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)
- g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial. (Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)
- h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. (Incluído pela Lei nº 11.646, de 2008)

Como é outorgada exclusividade aos segmentos da cultura listados no art. 18, § 3º, os demais segmentos que não se incluem no art. 18 podem desfrutar das isenções fiscais contempladas no art. 26:

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como

base os seguintes percentuais: (Vide arts. 5º e 6º, Inciso II da Lei nº 9.532 de, 1997)

I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o caput deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º (VETADO)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

Por sua vez, a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, permite o abatimento de imposto sobre a renda para as pessoas físicas em seu art. 12:

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I - as contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais,

Estaduais e Nacional do Idoso; (Redação dada pela Lei nº 12.213, de 2010) (Vigência)

II - as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III - os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993; [...]

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento

A referência aos 6% de limite máximo de dedução para o incentivo à cultura por pessoas físicas não se encontra nesse diploma legal, mas no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, “que altera a legislação tributária e dá outras providências”: “art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções”.

Os 4% previstos para as pessoas jurídicas que recolhem imposto de renda sobre o lucro real também se encontram na Lei nº 9.532/1997, em seus arts. 5º e 6º, com lógica similar, segundo a qual o limite de 4% somente pode ser alcançado em incentivo à cultura previsto na Lei Rouanet se não forem efetuadas contribuições relacionadas à Lei do Audiovisual:

Art. 5º A dedução do imposto de renda relativa aos incentivos fiscais previstos no art. 1º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e no inciso I do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, não poderá exceder, quando considerados isoladamente, a quatro por cento do imposto de renda devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995.

Art. 6º Observados os limites específicos de cada incentivo e o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995, o total das deduções de que tratam:

[...]

II - o art. 26 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, não poderá exceder quatro por cento do imposto de renda devido. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

Resumidamente, pode-se descrever o mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet nos termos da Tabela 1.

Tabela 1. Incentivo fiscal da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991).

Dispositivo da Lei Rouanet	Art. 18	Art. 26	
PF/PJ	Pessoas físicas e jurídicas	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real
Doação	Dedução do Imposto de Renda de 100% do valor incentivado	Dedução do Imposto de Renda de 80% do valor incentivado	Dedução do Imposto de Renda de 40% do valor incentivado
Patrocínio	Dedução do Imposto de Renda de 100% do valor incentivado	Dedução do imposto de renda de 60% do valor incentivado	Dedução do Imposto de Renda de 30% do valor incentivado
Abatimento extra	Não existe: PJs que recolhem pelo lucro real não podem abater despesas operacionais; não se aplica a PFs	Não se aplica	Permite abater despesas operacionais
Limitações (Leis nº 9250/1995 e nº 9.532/1997)	Até 6% do Imposto de Renda devido para pessoas físicas e até 4% do Imposto de Renda devido para pessoas jurídicas que recolhem pelo lucro real Todas as deduções do IR não podem reduzir o imposto em mais de 12%		

Fontes: Leis nºs 8.313/1991, 9250/1995 e 9.532/1997. Elaboração do autor.

Para efeitos práticos, simulação de cálculo de benefícios fiscais para pessoas jurídicas ilustra o impacto do abatimento da despesa operacional.

Tabela 2. Exemplo de aplicação do art. 18 da Lei Rouanet.

EXEMPLO PATROCÍNIO OU DOAÇÃO		
	Com apoio à cultura Em real (R\$)	Sem apoio à cultura Em real (R\$)
1) Lucro líquido	10.000.000,00	10.000.000,00
2) Valor do patrocínio ou da doação (*)	50.000,00	0,00
3) Contribuição social – 9% de (1)	900.000,00	900.000,00
4) IR devido 15% de (1)**	1.500.000,00	1.500.000,00
5) Adicional do IR (+10%)	976.000,00	976.000,00
6) Dedução de 100% do IR devido pelo art. 18 da Lei n. 8.313/91 – R\$ 50.000,00 (***)	50.000,00	0,00
7) IR a ser pago	2.426.000,00	2.476.000,00
8) Total de impostos pagos (7 + 3)	3.326.000,00	3.376.000,00

Fonte: Cesnik, 2007, p. 59.

Tabela 3. Exemplos de aplicação do art. 26, nos casos de patrocínio e doação.

EXEMPLO 1 PATROCÍNIO		
	Com apoio à cultura em real (R\$)	Sem apoio à cultura em real (R\$)
1) Lucro líquido	10.000.000,00	10.000.000,00
2) Valor do patrocínio (*)	50.000,00	0,00
3) Novo lucro líquido	9.950.000,00	10.000.000,00
4) Contribuição social – 9% de (3)	895.500,00	900.000,00
5) IR devido 15% de (3)**	1.492.500,00	1.500.000,00
6) Adicional de IR (+10%)	971.000,00	976.000,00
7) Dedução permitida do IR devido, pela Lei n. 8.313/91, de 30% de 50.000,00 – Patrocínio (***)	15.000,00	0,00
8) IR a ser pago	2.448.500,00	2.476.000,00
9) Total de impostos pagos (8 + 4)	3.344.000,00	3.376.000,00

EXEMPLO 2 DOAÇÃO		
	Com apoio à cultura em real (R\$)	Sem apoio à cultura em real (R\$)
1) Lucro líquido	10.000.000,00	10.000.000,00
2) Valor da doação (*)	50.000,00	0,00
3) Novo lucro líquido	9.950.000,00	10.000.000,00
4) Contribuição social – 9% de (3)	895.500,00	900.000,00
5) IR devido 15% de (3)**	1.492.500,00	1.500.000,00
6) Adicional de IR (+10%)	971.000,00	976.000,00
7) Dedução permitida do IR devido pela Lei n. 8.313/91, de 40% de 50.000,00 – Doação (***)	20.000,00	0,00
8) IR a ser pago	2.443.500,00	2.476.000,00
7) Total de impostos pagos (8 + 4)	3.339.000,00	3.376.000,00

Fonte: Cesnik, 2007, p. 56-57.

Entre os doadores, há maior quantidade de pessoas físicas do que empresas, mas, em volume de recursos destinados ao incentivo à cultura, a quase totalidade das contribuições (mais de 98%) é realizada por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

Pessoas jurídicas que recolhem com base no lucro presumido ou em conformidade com o Simples não desfrutam da isenção fiscal prevista na Lei Rouanet. Predominam quantitativamente, no total de empresas existentes no País, pessoas jurídicas que recolhem pelo lucro presumido e, principalmente, as que fazem uso do Simples. No entanto, a maior parte do volume de recolhimentos de tributos é realizada pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real (75% e 80%, conforme o ano, conforme Tabela 4).

Tabela 4. Receita Bruta – modalidade de recolhimento do IRPJ (em R\$).

	2009	2010	2011	2012	2013
Lucro real	4.742.142,67 (78,11%)	5.543.849,52 (77,79%)	6.394.860,34 (76,22%)	6.770.395,94 (76,55%)	7.718.758,40 (77,26%)
Lucro presumido	631.072,39 (10,39%)	788.952,73 (11,07%)	1.108.120,70 (13,21%)	1.014.600,22 (11,47%)	1.114.67,70 (11,16%)
SIMPLES	412.871,56 (6,80%)	524.522,56 (7,36%)	606.250,60 (7,23%)	732.300,85 (8,28%)	832.075,38 (8,33%)
Imunes/Isentas	285.029,55 (4,69%)	268.978,58 (3,77%)	281.159,85 (3,35%)	327.310,14 (3,70%)	324.765,93 (3,25%)
TOTAL	6.071.116,17	7.126.303,38	8.390.391,49	8.844.607,15	9.990.217,41

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

Tabela 5. Quantidade de empresas – modalidade do recolhimento do IRPJ.

	2009	2010	2011	2012	2013
Lucro real	147.692 (3,34%)	151.560 (3,22%)	154.809 (3,17%)	152.490 (3,03%)	155.312 (3,02%)
Lucro presumido	993.387 (22,50%)	1.003.431 (21,32%)	1.045.245 (21,37%)	1.059.574 (21,05%)	1.092.684 (21,26%)
SIMPLES	2.984.079 (67,58%)	3.253.070 (69,13%)	3.390.147 (69,32%)	3.526.251 (70,04%)	3.600.574 (70,06%)
Imunes/Isentas	290.330 (6,58%)	297.944 (6,33%)	300.518 (6,14%)	296.272 (5,88%)	290.486 (5,65%)
TOTAL	4.415.448	4.706.005	4.890.719	5.034.587	5.139.056

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

Portanto, as vantagens de eventualmente incluir as empresas que recolhem IR pelo lucro presumido seriam, como se observa, discretas. Ademais, lhes estaria sendo concedido duplo benefício (a possibilidade de recolher pelo imposto presumido e de obter, adicionalmente, isenção fiscal). Mais do que isso é mais impactante: os recursos destinados a projetos culturais da Lei Rouanet seriam de fiscalização ainda mais frágil do que a já existente, pois aumentaria a base de incentivadores, de projetos incentivados e o volume de documentação.

A cada ano, o orçamento estabelece um limite de renúncias fiscais para a Lei Rouanet, que nunca é usado efetivamente na sua totalidade (ainda que em vários anos tenha se aproximado). Em termos de valores efetivamente renunciados (os tetos permitidos em cada ano eram maiores), vale registrar alguns marcos da série histórica de uso de recursos incentivados na Lei Rouanet.

“Em 2003, foi destinado à renúncia fiscal para a cultura o valor de R\$ 135 milhões. Em 2011, esse valor chegou a R\$ 1,328 bilhão, um aumento de quase 1000% em oito anos. [...] Somente em 2014, segundo o sítio do MinC (consultado em 3 jul. 2015), foi captado R\$ 1,3 bilhão” (Menezes, 2016, p. 15-16), mais precisamente R\$ 1,336 bilhão (Brasil, 2018). Por sua vez, “os incentivos fiscais relativos ao ano de 2015 renderam investimentos de R\$ 1,086 bilhão via renúncia fiscal para a cultura no País” (Brasil, 2016). “Nos últimos 20 anos, cresceu quase 100 vezes a captação de recursos, de R\$ 111 milhões, em 1996, para R\$ 1,13 bilhão, em 2016” (Brasil, 2017). Em 2016, o teto permitido para as renúncias foi de R\$ 1,149 bilhão, de modo que o montante efetivamente utilizado se aproximou bastante do limite regulamentar.

Em 2017, esse teto foi de R\$ 1,156 bilhão. No entanto, menos de R\$ 600 milhões foram efetivamente objeto de isenções fiscais:

Em entrevista coletiva para explicar as mudanças, o ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão disse que o objetivo *[da nova Instrução Normativa]* é alcançar o teto da renúncia fiscal que o governo se dispõe a fazer pela Lei. O teto da renúncia previsto para 2017 é de R\$ 1,150 bilhão, mas até agora *[fim de novembro de 2017]* foram captados apenas R\$ 522,4 milhões, menos da metade do total” (Jovem Pan, 2017).

De fato, a queda nos valores efetivamente captados foi uma das motivações alegadas pelo atual Ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, para alterar a Instrução Normativa que regia a Lei Rouanet na ocasião (Instrução Normativa MinC nº 1/2017, e os ajustes nela efetuados por meio da IN MinC nº 2/2017) e assim estimular pessoas jurídicas e físicas ao uso mais amplo de recursos destinados a projetos culturais do mecanismo de benefício fiscal da Lei

Rouanet. “De acordo com dados do governo, entre 2014 e 2017, houve uma redução de 42,6% no número de projetos apresentados. E uma queda de 66,5% no número dos que efetivamente captaram recursos. O valor médio captado também caiu (35,1%)” (Sá e Autran, 2017, p. 1). Alegou-se que era necessário desburocratizar a operacionalização da lei para ampliar o uso total anual do incentivo para mais próximo do limite. Os números de 2017 foram, de fato, bastante reduzidos em relação, inclusive o de 2016, ano imediatamente anterior.

No entanto, nos anos anteriores a renúncia fiscal efetiva sempre esteve próxima do teto permitido pelo governo, de modo que não se pode fazer correlação automática entre uma suposta burocratização do procedimento e a queda no volume de recursos destinados por incentivadores a projetos culturais, sobretudo tendo sido tão expressiva a diferença de um ano para outro. A queda efetiva ocorreu de 2016 para 2017, sendo menos relevante a comparação do ano inicial e final do quadriênio 2014-2017, tal como o fez o Ministro da Cultura.

Aparentemente, a crise econômica pode melhor explicar a queda no volume de recursos incentivados de 2016 a 2017 — e não propriamente a regulamentação do MinC, seja a da Instrução Normativa nº 1/2013, seja a da Instrução Normativa nº 1/2017. Isso é registrado pela própria gestão atual do Ministério, que reconhece substancial declínio de arrecadação fiscal em 2017:

A despeito da queda de 5,1% na arrecadação no imposto de renda registrada no ano passado [2016], a captação de projetos culturais via Lei Rouanet permaneceu estável. [...] *[Nas palavras do Ministro]* “[Em 2017] Tivemos o melhor dezembro da Lei Rouanet. A nova Instrução Normativa [nº 4, 30 de novembro de 2017, revogada menos de um mês depois e substituída pela nº 5/2017] desburocratizou e tornou a lei mais atraente para os patrocinadores e mais simples para os proponentes” (Brasil, 2018).

Feita essa apresentação inicial, para uma compreensão geral do instrumento fiscal da Lei Rouanet, cabe detalhar, ainda que resumidamente, os passos do processo de submissão de proposta cultural, de sua transformação

em projeto cultural, bem como sua execução, término, relatórios finais e critérios de avaliação dos projetos executados. Esse fluxo é o principal objeto da regulamentação das Instruções Normativas em análise.

2. O FLUXO DOS PROJETOS CULTURAIS DO INCENTIVO FISCAL DA LEI ROUANET

A submissão de projetos culturais na Lei Rouanet inicia-se pela apresentação de uma proposta cultural, que é inserida pelo proponente no sistema eletrônico do Ministério da Cultura (MinC): o Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic). Uma vez submetidas, as propostas são avaliadas de acordo com os critérios de admissibilidade (exame prévio), ou seja, se cumprem as exigências legais e regulamentares formais, em fase de caráter mais burocrático.

Nessa etapa, verifica-se a pertinência do enquadramento da proposta cultural no art. 18 ou no art. 26 da Lei Rouanet. Caso se refira a atividades que permitem enquadramento em ambos os dispositivos, o procedimento é verificar em qual artigo o produto ou atividade principal se enquadra, sendo esse o elemento definitivo, pois não pode haver enquadramento duplo. Cumpridos esses critérios iniciais e feito o enquadramento, a proposta cultural é transformada em projeto cultural.

Já transformado em projeto cultural, o proponente pode recorrer administrativamente para tentar alterar o enquadramento, caso não concorde com a determinação do MinC, ao que a Administração oferece resposta definitiva a esse respeito. Daí decorre a publicação oficial da Portaria que permite a captação dos recursos incentivados pelo proponente.

Na vigência da norma atual, quando a captação ultrapassa os 10% do montante efetivamente autorizado pelo MinC — valor este ajustável em relação à proposta cultural inicial, seja quando já tenha sido transformada em projeto cultural e não se atingiu ainda a captação de 20% ou mesmo depois, na etapa de execução do projeto cultural —, o projeto cultural é submetido à

avaliação de adequação em relação aos objetivos apresentados. Isso se faz por meio de pareceres técnicos, emitidos por especialistas cadastrados previamente em instituições oficiais de cada setor da cultura. Pela Lei Rouanet, é vedada a avaliação do mérito cultural da proposta ou do projeto cultural: “art. 22. Os projetos enquadrados nos objetivos desta lei não poderão ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor artístico ou cultural”.

Os pareceres, consultivos, avaliam **a pertinência de cada projeto cultural em relação aos objetivos culturais apresentados** e são, então, submetidos à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que também aprecia o projeto cultural em caráter não vinculante. A Secretaria do MinC responsável pela área do projeto — que pode ser a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic) ou a Secretaria do Audiovisual (SAv), a depender do objeto — dá a palavra final sobre o projeto cultural, que, se aprovado, tem a sua permissão para execução homologada pelo Ministério da Cultura.

A movimentação dos valores captados, entretanto, somente é possível quando atingido o patamar mínimo de 20% dos recursos autorizados pela decisão homologatória do MinC que permite ao proponente iniciar a execução do projeto cultural.

Ultrapassados os 20% captados, o projeto desenvolve-se ao longo do período previsto, com eventuais prorrogações. O Salic é o instrumento de acompanhamento dos projetos culturais em sua fase de execução, sendo disponibilizadas as informações pertinentes a seu respeito em sítio eletrônico oficial. Ao fim da fase de execução do projeto cultural, o proponente entrega relatório final de prestação de contas das atividades desenvolvidas, a ser avaliado pelos órgãos competentes. De acordo com a Lei Rouanet:

Art. 20. Os projetos aprovados na forma do artigo anterior serão, durante sua execução, acompanhados e avaliados pela SEC/PR *[Secretaria de Cultura da Presidência da República, órgão que à época da edição da lei era responsável pela área da cultura, e que substituiu por breve período o Ministério da Cultura, recriado*

pouco tempo depois, assumindo as funções da SEC/PR] ou por quem receber a delegação destas atribuições.

§ 1º A SEC/PR [Ministério da Cultura (MinC)], após o término da execução dos projetos previstos neste artigo, deverá, no prazo de seis meses, fazer uma avaliação final da aplicação correta dos recursos recebidos, podendo inabilitar seus responsáveis pelo prazo de até três anos.

Portanto, o Ministério da Cultura é responsável tanto pelo acompanhamento dos projetos culturais durante sua execução, como deve, “no prazo de seis meses”, concluir a avaliação final dos projetos. A prática tem sido de uma média de conclusão de avaliações finais em oito a dez meses, com expressivo passivo, há anos, de análises de prestações de conta em atraso.

A prestação de contas envolve (1) a comprovação do cumprimento do objeto do projeto cultural (verificar se não há “desvio de finalidade”, nos termos da Lei Rouanet) e (2) o respeito às exigências fiscais. O MinC é o encarregado da primeira parte, que envolve os aspectos culturais do projeto, nos termos do art. 38 da Lei Rouanet: “art. 38. Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada, ao doador e ao beneficiário, multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente”.

Se — e somente se — cumprido o objeto do projeto cultural, ele segue para a segunda parte da avaliação, referente ao aspecto fiscal, efetuada pela Secretaria da Receita Federal, conforme estabelecido no art. 36 da Lei Rouanet: “art. 36. O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no exercício de suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução desta Lei, no que se refere à aplicação de incentivos fiscais nela previstos”.

Os Decretos presidenciais e, principalmente, as Instruções Normativas e as Portarias editadas pelo MinC são **os instrumentos administrativos que regulamentam a operacionalização das etapas descritas**. Feita essa apresentação inicial, segue-se análise técnica da mais

recente Instrução Normativa, a nº 5/2017, por meio de comparação com as três anteriores e de cotejo com declarações públicas do Ministério a respeito das novas normas. O Apêndice deste Estudo apresenta quadro comparado completo das quatro Instruções Normativas, indicando acréscimos, subtrações e modificações de uma norma regulamentar para outra. Nas Considerações Finais, apresentam-se, em tópicos, as principais modificações nas Instruções Normativas do MinC.

3. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017

A Instrução Normativa nº 5/2017 — que efetuou ajustes na IN anterior, alguns de forma, outros de mérito, em menos de um mês após a edição da IN MinC nº 4/2017 — consolida uma série de supressões feitas pela IN nº 4/2017 em relação à precedente IN nº 1/2017. A IN nº 5/2017 acrescenta dispositivos novos; mantém, tal como na IN nº 4/2017, a aglutinação de parágrafos distintos da IN nº 1/2017; mescla em novos dispositivos, tal como a IN nº 4/2017, textos de diferentes dispositivos das Instruções Normativas nº 1/2013 e nº 1/2017; e volta atrás em relação a algumas poucas supressões da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017, recuperando excertos da IN nº 1/2013.

Além da supressão sumária de várias partes, as aglutinações e a eliminação de dispositivos que hoje se encontram em outras normas regulamentares são outros dois motivos para a ocorrência de redução da quantidade de artigos — dos 136 artigos da IN nº 1/2017 (com as alterações pontuais nessa última efetuadas pela IN nº 2/2017) para os 73 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017.

Note-se, entretanto, que a mera redução não é, por si só, sinal de “desburocratização” da norma. Interessa mais verificar o conteúdo dos dispositivos e suas repercussões potenciais e efetivas do que a quantidade de artigos de cada uma. A efetiva avaliação de em que medida houve a alegada “desburocratização” da regulamentação somente poderá ser efetuada, de fato, após alguns anos, quando a norma atualmente vigente tiver repercussão

concreta na dinâmica no ciclo de vida dos novos projetos culturais submetidos ao MinC.

Nessa linha de entendimento, parece apressada a avaliação do MinC de que a regulamentação anterior (Instrução Normativa nº 1/2017) era supostamente “burocratizada”; afinal, seriam necessários ao menos alguns anos para poder se apresentar qualquer avaliação inequívoca acerca da IN nº 1/2017. A IN nº 1/2017 permaneceu vigente por meros oito meses, sendo que a Instrução Normativa nº 2, de 27 de junho de 2017, que efetuou modificações pontuais na IN nº 1/2017 viveu por ainda menos tempo: cinco meses apenas.

“Para o ministro, além da crise e do desgaste na imagem [*da Lei Rouanet*] [...], os números [*da redução de projetos culturais incentivados*] são consequência direta das sucessivas INs, que teriam aumentado a burocracia” (Sá e Autran, 2017, p. 1). No entanto, menos de um mês após a edição da IN nº 4/2017, o mesmo Ministro publicou a nova IN nº 5/2017, revogando a IN nº 4/2017 — contribuindo sobremaneira para, muito mais do que em gestões anteriores, editar “sucessivas INs” em curto período.

Segue-se comparação, por temas, das Instruções Normativas MinC nº 4/2017 (revogada) e nº 5/2017 (em vigor) em relação às imediatamente anteriores (INs nº 1/2017 e nº 1/2013).

3.1 Classificação indicativa

Logo no art. 1º, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 acrescentam uma série de novos parágrafos à regulamentação, inexistentes nas duas Instruções Normativas anteriores que regulavam a Lei Rouanet. Segundo esses dispositivos, a Instrução Normativa:

§ 1º Reger-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, estando os proponentes dos projetos sujeitos à Constituição Federal e às demais leis brasileiras.

§ 2º Tem por objetivo ampliar o acesso da população aos bens e serviços culturais, apoiar a produção e a expressão cultural,

fortalecendo a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento do país.

§ 3º Os projetos enquadrados nos objetivos desta lei não poderão ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor artístico ou cultural, conforme disposto no art. 22 da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 4º Sempre que indicado pela normatização pertinente, os proponentes deverão utilizar os mecanismos da classificação indicativa etária.

§ 5º O incentivo e o fomento abrangerão as seguintes áreas culturais: Artes Cênicas, Audiovisual, Música, Artes Visuais, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Museus e Memória e Humanidades, conforme detalhamento do Anexo IV.

O § 1º elenca uma série de princípios da administração pública, que não seria necessário detalhar, pois os Poderes Públicos devem reger-se por esses princípios em qualquer área, mesmo que não haja regulamento afirmando-os. É um dispositivo que apenas reafirma simbolicamente algo que já deve ser praticado pela Administração Pública, sem acrescentar nada novo.

O § 2º também se afigura preponderantemente repetitivo em relação ao ordenamento jurídico pátrio que rege o setor da cultura. A única inovação formal é vincular o termo “economia criativa” à temática da Lei Rouanet, o que não tem nenhum impacto prático, mas apenas simbólico. Da mesma maneira, o § 5º é repetitivo em relação ao já disposto na Lei e apenas remete ao Anexo.

O § 3º replica o disposto no art. 22 da Lei Rouanet, para reafirmar que o MinC não pode avaliar o mérito cultural dos projetos, mas unicamente verificar se cumprem o objetivo proposto. Este § 3º parece ter a função de anunciar o teor do parágrafo seguinte, que se refere à classificação indicativa, deixando claro, na leitura conjunta, que apresentar a classificação indicativa não significa imiscuir-se no mérito cultural dos projetos.

Nesse bloco de novos dispositivos, o § 4º exige que “sempre que indicado pela normatização pertinente, os proponentes deverão utilizar os

mecanismos da classificação indicativa etária”. Conforme reportagem do jornal *O Globo* (Sá e Autran, 2017), a inclusão teria sido consequente à repercussão das polêmicas da exposição “Queermuseu” e da *performance* “La bête”. Com esse dispositivo, o MinC obriga-se a considerar esse critério como requisito formal para que os proponentes possam dar sequência à tramitação de projetos culturais.

No entanto, qualquer manifestação cultural, apoiada ou não pela Lei Rouanet, mesmo antes da edição da Instrução Normativa nº 4/2017, já era sujeita à normatização e fiscalização do Ministério da Justiça no que se refere à classificação indicativa (Portaria MJ nº 368, de 11 de fevereiro de 2014, bem como as normas prévias para manifestações culturais anteriores a essa data). Não foi alterada a obrigação pré-existente à IN MinC nº 4/2017 de que os proponentes cumpram a classificação indicativa. A única diferença era que a classificação indicativa, antes das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, não era considerada requisito formal para a avaliação das propostas e projetos culturais incentivados no âmbito da Lei Rouanet, passando a sê-lo desde a edição desses regulamentos.

Respondendo a *O Globo*, o Ministro Sérgio Sá Leitão afirmou que “os projetos [culturais do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet] não podem ser analisados em relação ao seu conteúdo [art. 22 da Lei nº 8.313/1991]. Não cabe ao Ministério [da Cultura] isso. Se algum crime for cometido, cabe à Justiça identificar, e as pessoas vão ser punidas” (Sá e Autran, 2017, p. 1).

Como se pode observar, o acréscimo de todos estes novos dispositivos no art. 1º da Instrução Normativa nº 4/2017 teve unicamente efeito simbólico, não alterando nada — com exceção da inclusão da classificação indicativa como exigência formal na tramitação de propostas e projetos culturais, o que, ressalta-se, era obrigação já vigente, apenas não sendo explicitada na norma — no que se refere aos procedimentos de operacionalização do incentivo fiscal da Lei Rouanet.

3.2 Competências das Secretarias do MinC: Sefic e SAV

As duas Secretarias do MinC responsáveis por operacionalizar o mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet cuidam dos projetos culturais desde o recebimento de propostas até a análise de prestação de contas e avaliação dos resultados. A mudança que deve ser ressaltada ocorreu por ocasião da IN nº 1/2017 (persistindo nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017), que retirou as competências das referidas Secretarias para aplicar penalidades, o que era previsto no art. 6º da IN nº 1/2013.

3.3 Comprovação de experiência na área da cultura

A IN nº 5/2017 mantém, em seu art. 2º, § 1º, a previsão de que o proponente não precisa comprovar experiência na área cultural na primeira submissão de proposta cultural, tal como já determinavam as INs MinC nº 1/2017, e nº 4/2017, ambas acrescentando essa previsão em relação à IN MinC nº 1/2013. Em todos os casos, a pessoa jurídica continua a ter de comprovar sua natureza cultural, tal como era desde a IN nº 1/2013. Assim dispõe o texto da IN MinC nº 5/2017:

Art. 2º, § 1º No ato de inscrição, o proponente deverá comprovar a sua experiência em atividades culturais, salvo na primeira proposta, bem como a natureza cultural, no caso de pessoa jurídica, por meio da existência, nos registros do CNPJ da instituição, de código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), referente à área cultural, de acordo com a classificação constante do Anexo VIII.

Desde a IN nº 1/2017, editada ainda na gestão do Ministro Roberto Freire, o proponente, pessoa física ou jurídica, não precisa mais comprovar experiência em atividades culturais na primeira proposta. Com isso, bastava um proponente, mesmo sem nenhuma experiência na área da cultura, obter uma primeira aprovação e executar um único projeto cultural para se credenciar como tendo experiência para a apresentação posterior de novas propostas. Essa lógica permaneceu na regulamentação posterior. A única inovação das INs nº 4/2017 e nº 5/2017 é que, nelas, não há limite de valor para

a apresentação dessa primeira proposta, ao contrário da IN nº 1/2017, que restringia a R\$ 200 mil no item da planilha orçamentária “Custo do Projeto”. A obrigação de comprovar a natureza jurídica é similar nas quatro Instruções Normativas, embora o texto da IN nº 1/2013 seja diferente das três subsequentes.

3.4 Produto/objeto principal executado no exterior

A única Instrução Normativa que enquadrando de maneira diferenciada os projetos culturais com produto ou objeto principal executado no exterior do País foi a IN nº 1/2017, nos seus curtos oito meses de vigência. Antes disso, a IN nº 1/2013, não tinha nenhum registro a esse respeito e depois, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017, eliminaram essa previsão.

A IN nº 1/2017, da gestão Freire, assim dispunha sobre esses projetos no exterior:

Art. 7º, § 5º Em observância ao disposto no inciso X do art. 2º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, **somente serão admitidas propostas para a realização de projetos no exterior que apoiem a difusão e a valorização das expressões culturais brasileiras e contenham medidas de democratização de acesso do público brasileiro aos produtos culturais resultantes do projeto**, as quais:

- a) deverão ser adequadas e proporcionais ao projeto proposto e realizadas no Brasil gratuitamente; e
- b) terão seus custos previstos na planilha orçamentária, enquadrando-se na definição de produto secundário, sem prejuízo ao disposto no art. 57 *[que trata das contrapartidas sociais de formação de plateia]*.

[...]

Art. 33. É vedada a apresentação de propostas que contenham as seguintes características:

- I - receita total prevista no Plano de Distribuição dos produtos principal e secundário(s) superior ao Custo do Projeto somado a recursos públicos provenientes de outras fontes públicas previstas na planilha orçamentária;

II - não observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, a serem avaliados pela unidade responsável pela análise de admissibilidade da proposta;

III - previsão de custos relativos a um Produto Secundário superiores aos custos relativos ao Produto Principal;

[...]

Parágrafo único. **Os limites definidos nos incisos I e III não se aplicam às propostas que apresentem produto principal a ser executado no exterior.**

[...]

Art. 53. A proposta cultural em que haja previsão de público pagante ou comercialização de produtos deverá assegurar a democratização do acesso, a ser consignada no Plano de Distribuição e posteriormente aferida no ato de comprovação da execução, contendo:

I - estimativa da quantidade total de ingressos ou produtos culturais, observados os seguintes limites:

e) até 50% (cinquenta por cento) para comercialização em valores a critério do proponente desde que o preço médio do ingresso ou produto não ultrapasse 3 (três) vezes o valor mensal do Vale-Cultura, **exceto para projetos que apresentem produto principal a ser executado no exterior;** [...] (os grifos não são do original).

Eram, na ocasião, portanto, uma vedação e duas permissões em relação aos demais projetos. A vedação consistia em obrigar que projetos realizados no exterior não poderiam deixar de tratar da cultura brasileira, disponibilizando apresentações ou produtos gratuitos em território brasileiro, os quais deveriam ser considerados na planilha de custo como “produto secundário” em relação ao principal, realizado no exterior.

As permissões eram duas. A primeira consistia no fato de que, nos projetos realizados no exterior: a receita prevista poderia ser superior aos custos; não seria necessário se ater aos princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade; e os custos do produto secundário (realizado no território nacional) poderiam ser superiores aos custos do produto

principal (no exterior). A segunda referia-se à não existência de limite do preço médio de ingresso ou produto.

Na Instrução Normativa atualmente vigente — nº 5/2017, assim como na nº 4/2017, editada menos de um mês antes, na gestão do mesmo Ministro, Sérgio Sá Leitão —, essas condições diferenciadas dos projetos culturais no exterior foram suprimidas. Desse modo, tanto a vedação quando as duas permissões referidas deixaram de valer. Projetos no exterior passam a desfrutar das mesmas condições a que se submetem os projetos culturais realizados no Brasil.

3.5 Exigência na submissão de propostas culturais

Das quatro Instruções Normativas constantes desta análise, apenas a IN nº 4/2017 não previa a possibilidade de excepcionar a postergação de apresentação de quaisquer dos documentos obrigatórios para cadastrar uma proposta cultural. Nas INs nº 1/2013 e nº 1/2017) e **na atualmente vigente (nº 5/2017), fica novamente aberta essa possibilidade.**

Pode-se afirmar que a IN nº 4/2017, editada sob a alegação da atual gestão de “desburocratizar” o processo administrativo de submissão — ao contrário do que o Ministro anunciou nos meios de comunicação, à época —, havia acabado por burocratizar procedimento antes já consolidado, ao excluir a possibilidade de apresentar, em caráter excepcional, parte dos documentos em momento posterior à submissão da proposta cultural. Nos §§ 4º e 5º do art. 2º, a IN nº 5/2017 “voltou atrás” nesse aspecto da regulamentação, restituindo conteúdo constante nos incisos III e V do *caput* do art. 9º da IN nº 1/2017 e no § 3º do art. 11 da IN nº 1/2013.

Por outro lado, há flexibilização das exigências ao não se incorporar, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o seguinte mecanismo que era previsto nas INs nº 1/2013 e nº 1/2017: “Quando o proponente for ente público, a elaboração do cronograma de execução deverá prever o prazo necessário para os procedimentos licitatórios determinados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002” (art. 12, parágrafo único). Se

essa supressão pode conferir agilidade maior à submissão de propostas culturais de entes públicos, pode também conduzir ao risco de que os prazos apresentados, se não forem condizentes com as leis de licitação, atrasem o cronograma de execução dos projetos culturais.

A eliminação, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, do conteúdo do art. 14 INs nº 1/2013 e nº 1/2017 (“Propostas que não estejam de acordo com as exigências da presente Instrução Normativa serão devolvidas ao respectivo proponente, para que promova as adequações necessárias à sua formalização e as restitua ao MinC por meio do Salic, observando o prazo determinado nesta Instrução”), pode levar a mais demora no trâmite de propostas culturais. Até então, o proponente tinha três chances de correção no Salic dos erros ou inconsistências detectados na fase de admissibilidade da proposta cultural, com prazo determinado. Com a eliminação desse dispositivo, e a depender das demais regulamentações que o MinC promova nesse aspecto específico, a tramitação pode tornar-se mais “burocratizada” do que antes.

3.6 Obrigações do proponente

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 subtraíram também de seu texto a Seção que tratava das obrigações do proponente, muitas delas já constantes em outros dispositivos das Instruções Normativas anteriores. Chama a atenção, por exemplo, o seguinte dispositivo encontrado apenas na IN nº 1/2017, acrescentado em relação à IN nº 1/2013 e depois retirado das INs nº 4/2017 e nº 5/2017: “são obrigações do proponente: [...] VII - fazer o registro fotográfico e/ou videográfico, em plano aberto e fechado, das atividades e ações do projeto cultural evidenciando sua realização, público, data e localidade” (art. 15, IN nº 1/2017). Embora representasse adição de custo para o proponente, a medida revogada tinha o mérito de fortalecer os mecanismos de fiscalização dos projetos culturais, que se mostraram uma das maiores fragilidades constatadas por ocasião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou irregularidades na aplicação da Lei Rouanet.

3.7 Planos anuais, bienais e plurianuais

Até o início de 2017, era permitido às “instituições culturais sem fins lucrativos [...] apresentarem propostas culturais visando o custeio de atividades permanentes”, sob a forma de Plano Anual de Atividades (PAA). Todo ano essas instituições culturais tinham de renovar seus PAAs, submetendo novo Plano ao MinC para poder usufruir do mecanismo fiscal da Lei Rouanet. Os PAAs — salvo pelo objeto, que é difuso e composto de um conjunto de atividades e produtos — submetiam-se às mesmas condições, exigências e benefícios dos demais projetos culturais. Com a IN nº 1/2017, a estrutura e a lógica dos Planos não foi alterada, mas abriu-se a possibilidade de apresentação de Plano Anual de Atividades (PAA, já existente) ou Plano Bienal de Atividades (PBA).

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 ampliaram ainda mais essa possibilidade, por meio de Plano Anual de Atividades (PAA, já existente) ou Plano Plurianual de Atividades (no presente Estudo, PPA não se confunde com a peça orçamentária governo federal de mesma sigla), sendo que este último pode ter vigência de dois, três ou quatro anos. Se esse alongamento temporal, por um lado, facilita para instituições que tradicionalmente tinham que apresentar todo ano novo Plano de Atividades — ou a cada dois anos, nos termos da IN nº 1/2017, que, no entanto, teve vigência de cerca de meros oito meses —, pode representar maior dificuldade de fiscalização das ações desses PPAs. Afinal, a prestação de contas de um PPA de quatro anos se daria muito tempo após a sua execução.

Se não houver acompanhamento, monitoramento e fiscalização em tempo real — fragilidade reiteradamente apontada pela CPI da Lei Rouanet e que, mesmo a publicação dos dados no Portal da Transparência (obrigatória desde a IN nº 1/2017), por si, não resolve, embora contribua para o controle social — dos PPAs de instituições culturais sem fins lucrativos, há risco maior de desvios de finalidade do objeto cultural não serem detectados. Deve-se considerar que as múltiplas atividades envolvidas nesses planos tendem a dificultar a fiscalização dos recursos públicos aplicados no cumprimento dessa modalidade de projeto cultural.

3.8 Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais

As INs nº 1/2013 e nº 1/2017 previam Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais (PTA), que eram instrumentos do Ministério da Cultura para planejamento da política pública de incentivos fiscais da Lei Rouanet (não se confundem com os PAAs, PBAs e PPAs das instituições culturais sem fins lucrativos). As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 não mais preveem que o MinC elabore esses planos. Esse documento da Administração Pública era previsto nos arts. 18, 19 e no art. 20, I da IN nº 1/2017 (na Seção que regia o princípio da não concentração, um dos que consta no art. 19, § 8º da Lei Rouanet) bem como nos arts. 15 e 17 da IN nº 1/2013.

O PTA era um plano governamental destinado a alinhar a aplicação da Lei Rouanet com as ações do Plano Anual do Pronac (MinC) e as leis do ciclo orçamentário do governo federal. Seu objetivo era operacionalizar o mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet seguindo as “normas, diretrizes e metas estabelecidas no Plano Anual do Pronac, em consonância com o plano plurianual *[a peça orçamentária]* e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO” (art. 15 da IN nº 1/2013 e art. 18 da IN nº 1/2017). Além de se alinhar com esses diplomas, o PTA também tinha de observar “as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, devendo ser ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC” (parágrafos únicos do art. 15 da IN nº 1/2013 e do art. 18 da IN nº 1/2017).

Na IN nº 1/2017, aliás, o PTA foi incrementado em relação à IN nº 2013, pois o referido plano passava a ter de cumprir outros dois requisitos novos, ambos revogados pelas Instruções Normativas nº 4/2017 e nº 5/2017: “I - cumprimento do princípio da não concentração previsto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991; e II - fomento a projetos de pessoas com deficiência, em atendimento ao art. 47 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.”

A IN nº 1/2017 ainda previa, em seu art. 20, I, mecanismo antes inexistente e que, depois, foi revogado: para o cumprimento do princípio da não concentração, “no que se refere à concentração de projetos por segmento

cultural e respectivo montante, os limites máximos por segmento serão determinados no Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais”. Portanto, o PTA era um plano essencial à coerência e equilíbrio da política pública da Lei Rouanet. Com a edição das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o Ministério da Cultura se absteve da obrigação de elaborar esse instrumento de planejamento.

3.9 Limitação de projetos por proponente e distribuição regional dos recursos

Um dos princípios fundamentais da Lei Rouanet é a não concentração, insculpida em seu art. 19, § 8º: “para a aprovação dos projetos será observado o princípio da não concentração por segmento e por beneficiário, a ser aferido pelo montante de recursos, pela quantidade de projetos, pela respectiva capacidade executiva e pela disponibilidade do valor absoluto anual de renúncia fiscal”. Como decorrência da lei, as Instruções Normativas em análise (salvo a IN nº 1/2013) contêm Seção “Do Princípio da Não Concentração”. Mesmo sem a IN nº 1/2013 ter Seção com esse título, continha dispositivos com essa temática, em parte mantidos pelas INs posteriores.

O principal elemento das Instruções Normativas, nesse aspecto, consiste na limitação por proponente, que foi sendo alterada nas sucessivas regulamentações. A IN nº 1/2013 previa limite de projetos por proponente e percentual máximo de valores em relação ao que o Poder Executivo autoriza para as renúncias fiscais da Lei Rouanet, enquanto as INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017 incluíam a limitação de valores por proponente em reais (e não em porcentagens em relação às renúncias fiscais autorizadas anualmente).

A IN nº 1/2013 previa limite de dois projetos ativos por proponente em caso de pessoa física ou pessoa jurídica enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI), e de cinco para as demais pessoas jurídicas. No primeiro caso (PFs e MEIs), o somatório dos projetos ativos de cada proponente não podia ultrapassar 0,05% do valor autorizado para renúncia fiscal do ano em curso, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — considerando médias um pouco acima de R\$ 1,1 bilhão autorizados, essa

porcentagem representava cerca de R\$ 5,5 milhões. No segundo caso, o das demais pessoas jurídicas, um máximo de 3% do valor autorizado para renúncia fiscal do ano em curso, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — com aproximadamente R\$ 1,1 bilhão autorizados anualmente, essa porcentagem ficava em torno de R\$ 33 milhões.

A IN nº 1/2017 elevou o limite para as pessoas físicas e para as MEIs — uma das categorias de Empresário Individual (EI) —, para quatro projetos ativos; para os EIs que não se enquadrem como MEIs, em seis; e as demais pessoas jurídicas tiveram seu novo limite de projetos ativos ajustado para dez projetos ativos. Inovou também ao acrescentar limites de valores totais para os proponentes: para MEIS, R\$ 700 mil para o somatório dos campos “Custo do Projeto” nas planilhas orçamentárias dos projetos ativos; para os demais EIs, R\$ 5 milhões, para o somatório do campo “Custo do Projeto” dos projetos ativos; e para outras pessoas jurídicas, R\$ 40 milhões (com máximo de R\$ 10 milhões por projeto) para o somatório do campo “Custo do Projeto” dos projetos ativos.

Na IN nº 4/2017, MEIs e pessoas físicas mantiveram o limite de até quatro projetos da Instrução Normativa, não podendo a somatória dos valores dos projetos exceder a R\$ 1,5 milhão; EIs não enquadrados como MEIs tiveram seu máximo de projetos ampliado de seis para oito, com introdução do limite na somatória de valores dos projetos em R\$ 7,5 milhões; por fim, para as categorias Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli), Sociedades Limitadas (Ltda.), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e demais pessoas jurídicas, os limites foram fixados em dezesseis projetos, com somatória de seus valores não podendo superar R\$ 60 milhões. A IN nº 5/2017 repetiu quase toda a fórmula da IN nº 4/2017, apenas corrigindo essa última classe de limites, da qual foi retirada do dispositivo a menção às Organizações da Sociedades Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Houve, no entanto, uma supressão, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, que pode causar algum problema potencial se a norma for seguida literalmente: não mais se registra nessas Instruções Normativas a expressão

“projetos ativos”, ou seja, aqueles que estão em fase de captação ou, principalmente, na etapa de execução; foi mantido o termo “projetos”, que, em tese, incluiria projetos não ativos, ou seja, arquivados ou encerrados.

A consequência prática é que um proponente que tenha encerrado projetos culturais anteriores, ficaria limitado, pelo quantitativo e pelos valores, a um teto de projetos e, depois disso, não mais poderia apresentá-los. Evidentemente, não é esse o espírito da norma nem seria a interpretação que o MinC faria. Ainda assim, o ideal, nesse caso, seria o Ministério editar retificação da IN nº 5/2017 para determinar a inclusão da expressão correta a vigorar. Caso contrário, a nova norma pode representar, nesse aspecto específico, maior burocratização e até mesmo impedimento de atuação de proponentes, se atingido o limite. A tabela a seguir exhibe tais limites de projetos e valores.

Tabela 6. Limites de projetos e valores por proponente.

PROPONENTE	IN Nº 1/2013 ¹	IN Nº 1/2017 ⁵	IN Nº 4/2017	IN Nº 5/2017
Pessoa Física	2 projetos ² e valores de até 0,05% das renúncias fiscais autorizadas na LDO	4 projetos e R\$ 700 mil (Custo do Projeto)	4 projetos e R\$ 1,5 milhão	4 projetos e R\$ 1,5 milhão
Microempreendedor Individual (MEI)	2 projetos ³ e valores de até 0,05% das renúncias fiscais autorizadas na LDO	4 projetos e R\$ 700 mil (Custo do Projeto)	4 projetos e R\$ 1,5 milhão	4 projetos e R\$ 1,5 milhão
Empresário Individual (EI), salvo MEIs	-	6 projetos e R\$ 5 milhões (Custo do Projeto)	8 projetos e R\$ 7,5 milhões	8 projetos e R\$ 7,5 milhões
Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli)	-	10 projetos e R\$ 40 milhões (Custo dos Projetos), sendo no máximo R\$ 10 milhões por projeto	16 projetos e R\$ 60 milhões	16 projetos e R\$ 60 milhões
Sociedade Limitada (Ltda.)	-	10 projetos e R\$ 40 milhões (Custo dos Projetos), sendo no máximo R\$ 10 milhões por projeto	16 projetos e R\$ 60 milhões	16 projetos e R\$ 60 milhões
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	-	-	16 projetos e R\$ 60 milhões	-
Demais pessoas jurídicas	5 projetos ⁴ e valores de até 3% das renúncias fiscais autorizadas na LDO	10 projetos e R\$ 40 milhões (Custo dos Projetos), sendo no máximo R\$ 10 milhões por projeto	16 projetos e R\$ 60 milhões	16 projetos e R\$ 60 milhões

¹ Os limites financeiros dos somatórios podiam ser ampliados nos seguintes casos: proposta contemplada em seleção pública de incentivador ou com comprovadas garantias de patrocínio, projetos de restauração de Patrimônio Cultural ativos no exercício anterior, casos de restauração ou recuperação de bens de valor cultural reconhecido pelo Ministro de Estado da Cultura e projetos culturais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

² Os limites quantitativos de projetos podiam ser ampliados para quatro projetos para proponentes que tivessem liberação da movimentação dos recursos captados em pelo menos trinta e três por cento dos projetos admitidos nos últimos três exercícios fiscais.

³ Os limites quantitativos de projetos podiam ser ampliados para quatro projetos para proponentes que tivessem liberação da movimentação dos recursos captados em pelo menos trinta e três por cento dos projetos admitidos nos últimos três exercícios fiscais. O dispositivo da IN nº 1/2013 referentes ao limite quantitativo de projetos para MEIs foi tacitamente revogado pelo art. 18-E, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Consequentemente, essa categoria passou a ser incorporada por “demais pessoas jurídicas”.

⁴ Os limites quantitativos de projetos podiam ser ampliados para dez projetos para proponentes que tivessem liberação da movimentação dos recursos captados em pelo menos trinta e três por cento dos projetos admitidos nos últimos três exercícios fiscais.

⁵ Na IN nº 1/2017, os proponentes podiam apresentar, anualmente, para além de seus respectivos limites de projetos ativos, mais quatro propostas culturais (PFs e MEIs), seis propostas culturais adicionais (demais EIs) ou mais dez propostas (EIRELIs, Ltdas. e outras PJs).

Fonte: Instruções Normativas MinC. Elaboração do autor.

De todo modo, cumpre registrar que o limite de valor **por projeto** somente existiu **na IN nº 1/2017**, e **apenas para o caso** dos EIs, das EIRELIs, das Ltdas. e das demais pessoas jurídicas, não se aplicando às pessoas físicas e aos MEIs. A IN nº 1/2013 não trazia nenhum limite financeiro por projeto, de modo que as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 não foram inovadoras na sua regulamentação. Elas apenas retomaram a lógica, para esse caso específico, da IN nº 1/2013 e ampliaram os limites de projetos e de valores totais por proponente, os quais observaram aumento progressivo comparando-se a IN nº 1/2013, a IN nº 1/2017 e as INs consecutivas nº 4/2017 e nº 5/2017.

As INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017 advertem que é considerado um mesmo proponente a pessoa física que também se constitua como tipos empresariais EI e EIRELI ou sócio das demais pessoas jurídicas ou, ainda, as pessoas jurídicas que possuam sócios em comum ou que participem do mesmo grupo empresarial. Esse mecanismo, inexistente na IN nº 1/2013, contribui para evitar que proponentes tentem burlar as limitações estabelecidas, a prática proibida da intermediação e exceder os percentuais máximos de gastos permitidos de remuneração do próprio proponente nos serviços e produtos necessários ao cumprimento da execução do projeto cultural.

Na IN nº 1/2017, previa-se um caso em que se podia extrapolar os limites quantitativos de projetos ativos por proponente (art. 20, § 5º):

Alcançados os limites previstos no inciso II do caput *[respectivamente, 4, 6 e 10 projetos ativos, tal como ilustrado na Tabela 6]*, **novos projetos a serem integralmente realizados em equipamentos ou espaços públicos** poderão ser acrescidos aos limites, respectivamente em 1 (um) projeto na alínea "a" *[PFs e MEIs]*, 2 (dois) na alínea "b" *[demais EIs]* e 3 (três) na alínea "c" *[EIRELIs, Ltdas. e demais PJs]*, mantidos os limites orçamentários previstos no inciso III *[os tetos do somatório de valores de todos os projetos ativos]* (os grifos não são do original).

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 mantiveram essa mesma lógica, ampliando os limites respectivos para dois projetos (lembrando-se que essas duas Instruções Normativas, ao contrário das anteriores, não utilizam a expressão “projetos ativos”, mas apenas o termo “projetos”) no caso de PFs e MEIs, três projetos para demais EIs e quatro projetos para EIRELIs, Ltdas. e demais PJs.

Para além da ampliação dos limites do quantitativo de projetos e do somatório dos valores dos projetos, o que não foi propriamente uma novidade, mas um ajuste na calibragem da norma, uma das poucas inovações efetivas das INs nº 4/2017 e nº 5/2017 foi retirar as cooperativas com no mínimo vinte cooperados e ao menos dois anos de funcionamento como exceção para os limites existentes de projetos e de valores. Nas INs nº 1/2013 e nº 2017, essas cooperativas não se submetiam aos limites indicados na Tabela 6, passando a ter de se submeter a eles desde a IN nº 4/2017 e na atualmente vigente IN nº 5/2017. Possivelmente a interpretação tenha sido a de que, como os limites foram ampliados, essas cooperativas não teriam problemas com a atual configuração da norma. No entanto, caso isso não ocorra na prática, a Instrução Normativa em vigor representaria novo entrave a uma parte dos proponentes, algo que somente poderá ser verificado após algum tempo de aplicação da ainda recentíssima IN nº 5/2017.

As INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017 trazem ainda algumas exceções novas em relação à IN nº 1/2013. Enquanto, na IN nº 1/2013, os limites da Tabela 6 não se aplicavam a projetos culturais de “restauração do patrimônio cultural” (depreende-se, da expressão “patrimônio cultural”, tanto o material quanto o imaterial, embora o termo “restauração” não seja apropriado para o último caso), a IN nº 1/2017 mudou a expressão para “proteção do patrimônio material e imaterial” (“proteção” é de fato mais amplo e correto); também acrescentou outros elementos novos nessa exceção: a proteção de acervos, os planos anuais ou bienais e os seguintes: oficinas ou workshops ou seminários de formação, prêmios, pesquisas, museológicos, educativos, projetos de manutenção de corpos estáveis, desfiles festivos, e projetos de produção e de

construção de salas de cinema e teatro que podem funcionar como centros comunitários em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

Essa lista exaustiva foi um pouco alterada nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 (ambas, com texto idêntico, nesse dispositivo, em relação à IN nº 1/2017): foram subtraídos os “workshops” e a qualificação de salas de cinema e teatro “que podem funcionar como centros comunitários” - de modo que quaisquer projetos de salas de cinema e teatro em Municípios com menos de 100 mil habitantes podem não se submeter aos limites da tabela anteriormente apresentada. Acrescentaram-se também novas exceções à exigência de limites: planos plurianuais (antes eram somente previstos os planos bienais), obras e restauração, capacitação, cursos, fóruns, óperas, projetos de inclusão da pessoa com deficiência, produção de obras audiovisuais e projetos realizados em espaços com até 150 (cento e cinquenta) lugares. Como se pode observar, a lista de exceções à regra dos limites por quantidade de projetos e por somatória de valores dos projetos de um proponente foi bastante ampliada, tornando, para muitos segmentos culturais, inócua a limitação normativa.

Outra flexibilização dos limites de quantidade de projetos e do somatório de seus valores se deu no aspecto regional. A política de desconcentração regional na distribuição dos recursos da Lei Rouanet é um de seus mecanismos essenciais e tem como fundamento o art. 1º, II do diploma legal: “promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais”.

A IN nº 1/2017 introduziu a possibilidade de ampliar os limites indicados na Tabela 6, salvo para pessoas físicas e MEIs, em 50% para “novos projetos a serem integralmente realizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (art. 21). As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 mantiveram esses limites adicionais para tais regiões, generalizando-os para todos os proponentes (ou seja, incluindo pessoas físicas e MEIs, o que não ocorria na IN nº 1/2017) e criaram possibilidade de aumentar os limites indicados na tabela em 25% para proponentes de “novos projetos a serem integralmente executados, de até 25%

(vinte e cinco por cento) para a Região Sul e para os estados *[sic]* de Espírito Santo e Minas Gerais” (art. 5º).

Com efeito, essa política de desconcentração regional permite mais projetos e maiores valores totais para proponentes de todas as Unidades da Federação, salvo os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, cujos proponentes historicamente concentram mais de 75% dos recursos do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet. No entanto, é necessário esclarecer que nem sempre os proponentes do eixo Rio-São Paulo realiza(va)m seus projetos culturais nesses dois Estados. Muitos deles executa(va)m os projetos culturais da Lei Rouanet em outras Unidades da Federação, não obstante suas sedes sejam nessas duas capitais.

É preciso registrar que essa estatística de mais de 75% se refere à origem dos proponentes e não ao lugar de execução dos projetos. Não se tem dado agregado do MinC a respeito da distribuição dos recursos por local de execução, de modo que, a despeito do mérito da medida instituída nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, a ausência deste dado agregado, até o presente, não permite comparar o desempenho da aplicação regional dos recursos até o fim de 2017 e de 2018 em diante. Valeria um esforço administrativo do MinC para elaborar esse dado agregado e disponibilizá-lo publicamente, de maneira transparente, pois essa seria uma ferramenta de análise fundamental para a avaliação das políticas culturais de incentivo brasileiras, ainda indisponível.

3.10 Limite por beneficiário

A IN nº 1/2017 inovou ao definir o valor máximo do produto cultural por beneficiário em até R\$ 150,00, regra antes inexistente na IN nº 1/2013. Esse dispositivo foi incluído na Seção do princípio da não concentração, pois é uma medida de limitação. No entanto, ela tem mais o sentido de democratização do acesso. De todo modo, foi iniciativa relevante para ampliar o público potencial de projetos culturais apoiados pela Lei Rouanet. Para chegar à conta do valor máximo por beneficiário, o § 8º do art. 20 da IN nº 1/2017 assim dispunha: “Para efeito do disposto no inciso IV do caput deste artigo, poderão

ser computados os quantitativos totais previstos para os produtos secundários, excetuando-se sítio da internet, a critério da administração”.

No Glossário, essa explicação se encontrava mais detalhada, tendo permanecido similar o texto do Glossário nas INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017 (a única diferença nas INs 4º/2017 e nº 5/2017 foi a troca da expressão “Valor por Beneficiário” por “Valor por Pessoa Beneficiária”):

Valor por Beneficiário: é o quociente entre o somatório do Custo do Projeto com o Valor de Outras Leis e o quantitativo de beneficiários do produto principal. Os beneficiários de produtos secundários poderão ser computados, desde que não se constituam nos mesmos beneficiários do produto principal. O produto sítio de internet só poderá ser computado quando constituir o produto principal.

O método de cálculo não foi alterado nas três últimas Instruções Normativas. No entanto, o valor foi mudado; nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, não se permite mais a possibilidade de computar custos com divulgação em TV aberta para efeitos do cálculo:

O custo per capita, ou seja *[sic]* o Valor por Pessoa Beneficiada (Anexo I) do produto, dos bens e/ou serviços culturais será de até R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), podendo ser computados os quantitativos totais previstos para os produtos secundários, excetuando-se sítio da internet e TV aberta (art. 4º, II).

A principal alteração nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 foi elevar o valor máximo para R\$ 225,00. Conforme declarado à reportagem d’*O Globo*, “estamos fazendo uma correção de 50,3% pelo IGP-M — explica o ministro” (Sá e Autran, 2017, p. 1).

3.11 Custos vinculados

A IN nº 1/2017 passou a definir “custos vinculados” ao projeto nos seguintes termos: custos de administração, custos de divulgação, remuneração para captação de recursos e custos com direitos autorais. Essa definição não existia na IN nº 1/2013. Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, essa conceituação foi alterada, passando os “custos vinculados” a significarem apenas custos de administração e custos de divulgação. Havia inconsistência evidente na IN nº 4/2017, pois a definição de “custos vinculados” era essa mencionada, enquanto no Glossário, os “custos vinculados” apareciam definidos como custos de administração e custos de divulgação, além de “assessoria para elaboração do projeto”, “remuneração por captação” e “controle e auditoria”. A IN nº 5/2017 retificou essa discrepância entre dispositivo e Glossário, eliminando essas três últimas expressões.

Pode-se aventar a hipótese de que, ao não incluir despesas com “controle e auditoria” nos custos vinculados, essa relevante atividade não seja caracterizada como corresponsabilidade dos Poderes Públicos e dos proponentes, mas unicamente recaindo sob a iniciativa dos Poderes Públicos, que já demonstraram baixo grau de eficiência e eficácia na fiscalização e no controle dos recursos aplicados pela Lei Rouanet, conforme ficou demonstrado na CPI realizada na Câmara dos Deputados. Pode-se também considerar que foi mero ajuste de redação para manter a coerência interna do texto da norma.

Nesse sentido, a IN nº 1/2017 previa, como itens potenciais a serem incluídos nos projetos, serviços advocatícios para todos os projetos e auditoria externa para projetos com valor acima de R\$ 5 milhões, mesmo que ela não fosse efetivamente executada (a decisão ficaria a cargo do MinC). Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, manteve-se a previsão dos serviços advocatícios como itens potenciais, mas excluídos os possíveis custos com auditoria externa dos projetos. Essa medida tende a enfraquecer esse mecanismo relevante de fiscalização da Lei Rouanet criado pela IN nº 1/2017, que se manteve vigente por meros oito meses, de modo que, na prática, a possibilidade de partilhar

custos de auditoria com proponentes (o que não era uma despesa obrigatória, mas apenas potencial) não chegou a ser aplicada na prática.

Para além desse aspecto, uma possível repercussão dessa mudança de definição é que os demais custos (remuneração de captadores e direitos autorais) terão de ser inseridos como valores incorporados ao Custo do Projeto. Consequências práticas, sobretudo para a fiscalização de projetos culturais novos, teriam de ser verificadas no decorrer de alguns anos de vigência da nova regulamentação, para se completar o ciclo que vai da apresentação das propostas culturais, passa por sua execução, segue para relatório final e termina com a avaliação do projeto cultural.

3.12 Teto de contratação de serviços para captação de recursos

A Lei Rouanet prevê, no parágrafo único do art. 28, que é permitida a despesa com serviços de captação no projeto cultural. Isso significa que não constitui intermediação (proibida pelo *caput* do mesmo art. 28) a contratação de profissional (pessoa física ou jurídica) que seja responsável por captar recursos no mercado para a execução de projeto cultural. No entanto, a norma legal não estabelece limites para essa atividade, os quais se encontram nas Instruções Normativas.

Nas INs nº 1/2013 e nº 1/2017, esse limite era de R\$ 100 mil ou 10% do valor total aprovado pelo MinC para o projeto cultural, o que fosse menor — esse teto foi estabelecido, pela primeira vez, ainda nos anos 1990, na gestão Francisco Weffort no MinC (1995-2002). O valor foi ampliado para R\$ 150 mil ou 10% do valor de captação (o que for menor) nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017.

As diferenças entre as INs nº 1/2013 e nº 1/2017 eram duas. De acordo com a primeira, a IN nº 1/2013 deixava expresso que o próprio proponente podia realizar esses serviços de captação. A IN nº 1/2017 e as Instruções Normativas subsequentes não mais o explicitaram no texto, mas também não negaram essa possibilidade. Disso depreende-se, implicitamente, que o proponente pode continuar a realizar os serviços de captação.

Conforme a segunda, há diferenciação do limite de remuneração do proponente. A IN nº 1/2013 não estabelecia teto de remuneração do proponente (“art. 24. O proponente poderá ser remunerado com recursos decorrentes de renúncia fiscal, desde que preste serviço ao projeto, discriminado no orçamento analítico previsto no art. 12 desta Instrução Normativa”). Na IN nº 1/2017, esse texto era repetido, mas com a seguinte ressalva: “art. 28. [...], desde que o valor desta remuneração, ainda que por diversos serviços, não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Valor do Projeto, respeitando o previsto no inciso XIV do art. 45 *[vedações para realização de despesas]* desta instrução normativa”.

Conforme declaração do Ministro da Cultura no fim de novembro de 2017, “a lei será mais eficaz se, em vez de se impor, ela absorver o modo como o mercado funciona”. Se a ideia, no que se refere a essa limitação, era permitir maior flexibilidade ao mercado por meio de uma ação mais livre do proponente, deve-se alertar que a IN nº 1/2013 era a mais liberal de todas (não havia limite de remuneração do proponente). Afinal, o teto da remuneração do proponente de 20% (IN nº 1/2017) não foi extinto, mas elevado para 50% nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017.

Esse é um ponto controverso, pois um dos meios de dificultar a fiscalização da aplicação da Lei Rouanet, constatado, por exemplo, na Operação Boca Livre (Polícia Federal) e na CPI da Lei Rouanet, é remunerar pessoas físicas e jurídicas vinculadas ao proponente (embora não fossem estritamente “intermediários”) para fazer os recursos obtidos pelo incentivo fiscal “voltarem” ou “permanecerem”, ao fim do processo, com o proponente (ou, eventualmente, com os patrocinadores). Os prestadores de serviço vinculados ao proponente (ou aos patrocinadores) que estavam em situação irregular ou suspeita, por vezes superfaturavam ou prestavam serviços inexistentes com a remuneração oriunda dos recursos públicos da renúncia fiscal. Patrocinador e proponente, nessas operações, dividiam esses recursos dos projetos culturais, que assim se convertiam apenas parcialmente — ou não se convertiam — em produtos culturais.

A IN nº 1/2017 limitou a 20% a remuneração do proponente para dificultar que eventuais esquemas ficassem sob o abrigo jurídico da norma regulamentar, como acontecia anteriormente. Ainda que a fiscalização da remuneração do proponente independa da existência desse teto, a medida tinha a função de tentar coibir, já no âmbito administrativo (no nascedouro das propostas culturais e durante a execução dos projetos culturais, quando o custo de fiscalização é menor do que fazer isso *a posteriori*, seja na avaliação dos projetos culturais, seja em ações dos órgãos de controle) abusos e irregularidades por parte de eventuais proponentes de má-fé.

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 representariam, em tese, uma calibragem dessa limitação, com a elevação para 50%, sob a suposição de que o limite de 20% seria muito restritivo. No entanto, qualquer consideração a esse respeito por parte do MinC é, evidentemente, prematura. Para se avaliar o impacto efetivo do teto de 20% de remuneração do proponente nos projetos culturais, seria necessário verificar, na prática, o desempenho da aplicação dessa norma, ao longo do tempo. Projetos culturais costumam se desenvolver ao longo de dois anos, sendo que, por vezes, a fase de captação inicial nem sempre é tão célere. Como a IN nº 1/2017 vigorou por apenas oito meses, fica claro que o tempo necessário para qualquer avaliação a respeito da pertinência dos 20% e da adequação de qualquer ajuste não foi observado pelo MinC.

Mesmo assim, sob o signo da suposta “liberalização” da norma, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 aumentaram o teto de remuneração do proponente para 50%. Na verdade, nem “liberalizaram” totalmente a norma (situação que decorria da IN nº 1/2013, muito mais “liberal” do que a vigente) nem mantiveram os 20% da IN nº 1/2017, optando por posição intermediária. Dificilmente será possível avaliar o impacto da diferença dos percentuais de 20% e de 50%, em função do curto período de vigência do teto da IN nº 1/2017. Mais prudente, talvez, seria deixar os 20% vigorarem por mais tempo, efetuar avaliação circunstanciada do percentual e, se necessário, fazer ajustes (a maior ou a menor). Essa avaliação deveria ter como mote o equilíbrio entre duas variáveis: a manutenção da capacidade do proponente de gerir bem o projeto cultural e a

capacidade de fiscalizar e de barrar prováveis proponentes de má-fé. De todo modo, parece precipitado afirmar peremptoriamente que o teto de 20% tenha representado medida de “burocratização” na aplicação da Lei Rouanet.

No entanto, se o limite de remuneração do proponente foi elevado, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 apresentaram novos condicionantes para a definição do que se deve considerar remuneração do proponente. O primeiro é um limitante: “os pagamentos efetuados por serviços realizados por cônjuge, companheiro, parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, parentes com vínculo de afinidade com o proponente e em benefício de empresa coligada ou que tenha sócio em comum serão computados no limite do proponente previsto no caput” (art. 11, § 1º). A inclusão desse dispositivo é positiva, na medida em que dificulta burlas ao percentual dos 50% por meio da remuneração de intermediários do proponente. Com isso, um provável efeito prático é que o percentual efetivo de remuneração do proponente não seja tão alterado em relação à IN nº 1/2017, afinal essa norma não incluía, no teto dos 20%, esses intermediários explicitados nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. Mais uma vez, dificilmente será possível avaliar comparativamente as repercussões reais das mudanças na norma, devido ao curto período de vigência da IN nº 1/2017.

Além dessa limitação, duas exceções foram abertas pelas INs nº 4/2017 e nº 5/2017: o percentual dos 50% do Custo do Projeto para remuneração do proponente não se aplica a “grupos artísticos familiares que atuem na execução do projeto”, “corpos estáveis” e “quando se tratar de projetos de execução de obras e restauros” (§§ 2º e 3º do art. 11).

Independentemente das avaliações que se podem fazer sobre os possíveis impactos da nova norma em vigor, é certo que um dos maiores problemas na aplicação da Lei Rouanet não se restringe unicamente a percentuais, limites, vedações, permissões e condicionantes, mas à transparência e, sobretudo, à **capacidade de fiscalização dos projetos culturais**. Nesse sentido, a capacidade de verificar o cumprimento do limite de remuneração do proponente (e seus associados) tende a ser mais limitada do

que na IN nº 1/2017 pelo fato de projetos culturais de mais de R\$ 5 milhões não serem mais obrigados a prever custo com eventual auditoria externa (a ser solicitada pelo MinC, em essência quando há indícios de irregularidades), conforme mencionado em item anterior. Esse mecanismo era uma das virtudes da IN nº 1/2017 para contribuir no combate a uma das maiores fragilidades da aplicação da Lei Rouanet (conforme constatado na CPI da Câmara dos Deputados) - a falta de fiscalização -, e foi retirado nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017.

3.13 Teto de remuneração dos cachês artísticos

Do mesmo modo que os valores de produtos culturais foram reajustados em pouco mais de 50%, os cachês artísticos também tiveram seus valores reajustados em 50%, comparando-se a IN nº 1/2017 com as INs nº 4/2017 e nº 5/2017. A medida segue a razoabilidade da correção monetária e de adequação à dinâmica de remuneração do mercado. Os patamares foram elevados de um máximo de R\$ 30 mil para R\$ 45 mil (para modelo ou artista solo), de R\$ 60 mil para R\$ 90 mil (para “grupos artísticos e para grupos de modelos de desfiles de moda, exceto orquestras”) e, no caso de orquestras, de R\$ 1.500,00 para R\$ 2.250,00 por músico e de R\$ 30 mil para R\$ 45 mil para o regente (“maestro”, termo constante na Instrução Normativa, é unicamente um título honorífico, sendo que a palavra mais correta seria “regente”). Embora esses limites sejam bem definidos, a norma continuou a permitir, tal como antes, que a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) aprove valores mais elevados conforme o caso, se devidamente motivada a decisão.

3.14 Teto de custos com direitos autorais e conexos

Em lógica similar ao limite da remuneração do proponente, a IN nº 1/2017 previa que “os custos relativos aos direitos autorais e conexos no orçamento dos projetos serão limitados a 10% (dez por cento) sobre o Valor do Projeto, exceto se custos superiores forem recomendados pela plenária da CNIC” (art. 30). O sentido da normatização era o de que a execução do projeto cultural não pode ser inviabilizada por um custo excessivo em termos de direitos

autorais, sendo que os 10% não eram absolutamente rígidos, pois a CNIC podia acatar valores proporcionalmente superiores.

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 eliminam esse percentual e fazem referência apenas a custos compatíveis com os preços de mercado, de modo genérico. A formulação diferencia-se um pouco em ambas as normativas. Na IN nº 4/2017, “os **valores** relativos aos direitos autorais e conexos no orçamento dos projetos deverão ter compatibilidade com os preços praticados no mercado **regional** da produção” (art. 13, os grifos não são do original). Além da eliminação da referência aos 10%, a IN nº 4/2017 alterou a terminologia de “custos” para “valores” e se referia ao “mercado regional da produção”. A IN nº 5/2017 modificou o texto, substituindo a expressão “mercado regional da produção” por “mercado cultural”.

O questionamento a ser feito relaciona-se à perspectiva do processo administrativo para o MinC, que tem estrutura de pessoal restrita. O que é mais custoso administrativamente: estabelecer um teto de 10% e abrir exceções a critério da CNIC para contemplar situações de mercado que justifiquem um valor maior ou obrigar o Ministério a um acompanhamento e ajuste constante dos “preços praticados no mercado cultural”? Devido à curta vigência da IN nº 1/2017, mais uma vez é improvável que seja possível ter respostas e avaliações seguras acerca do que seria mais razoável para a Administração Pública, em termos de eficiência, de economicidade e de celeridade.

Em relação aos direitos de exibição cinematográfica em projetos do setor audiovisual, as Instruções Normativas observaram mudança significativa. Na IN nº 1/2013, não havia referência específica a esse respeito. Na IN nº 1/2017, o § 2º do art. 30 determinava que, “para projetos da área do audiovisual, os custos relativos aos direitos de exibição cinematográfica no orçamento dos projetos serão limitados a duas vezes o valor previsto no **caput** deste artigo” (20%). O dispositivo foi mantido na íntegra na já revogada IN nº 4/2017, em seu art. 13, § 2º, o que não fazia sentido, pois isso significaria

que direitos de exibição cinematográfica poderiam representar custo com o dobro do preço do “mercado regional”. Por essa razão, a IN nº 5/2017 adequadamente suprimiu esse dispositivo.

Ainda ao se tratar de tetos para projetos culturais do setor audiovisual, a IN nº 1/2017 havia introduzido limites orçamentários, em reais, para diversas expressões audiovisuais (curta-metragens, videoclipes, média-metragens, mostras e festivais, programas de TV educativos e culturais, programas de rádio educativos e culturais, sítios de internet e webséries e jogos eletrônicos), os quais não se aplicariam a projetos que tivessem contrato de patrocínio e que demonstrassem capacidade de execução do projeto (art. 32). A IN nº 4/2017 revogou os tetos para cada expressão audiovisual e estabeleceu que os valores seriam parametrizados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).

A IN nº 5/2017, por sua vez, manteve o mesmo texto genérico, mas revogou a parametrização pela Ancine e determinou que ela seria feita “pelo MinC” (art. 15). Com isso, muitos dispositivos da Instrução Normativa foram “economizados”, mas a regulamentação apenas ficou “fora” da Instrução Normativa, tendo que vir a ser fixada por outras normas regulamentares do MinC. Esse é um exemplo concreto de que a redução do número de artigos não necessariamente redundou em suposta “desburocratização” administrativa.

3.15 Vedações

Na parte dedicada às vedações, a IN nº 1/2017 apresentou vários dispositivos novos em relação à nº IN 1/2013, os quais foram depois retirados das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, retornando-se a texto em grande medida similar ao da norma de 2013.

A IN nº 1/2017 incorporou as seguintes vedações novas:

Art. 33. É vedada a apresentação de propostas que contenham as seguintes características:

I - receita total prevista no Plano de Distribuição dos produtos principal e secundário (s) superior ao Custo do Projeto somado a recursos públicos provenientes de outras fontes públicas previstas na planilha orçamentária;

II - não observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, a serem avaliados pela unidade responsável pela análise de admissibilidade da proposta;

III - previsão de custos relativos a um Produto Secundário superiores aos custos relativos ao Produto Principal;

IV - produção de mais de uma obra audiovisual de curta ou média metragem por projeto, exceto quando tratar-se de editais públicos nacionais.

[...]

Parágrafo único. Os limites definidos nos incisos I e III não se aplicam às propostas que apresentem produto principal a ser executado no exterior.

Art. 34-A. É vedada a apresentação de proposta que envolva a difusão da imagem de agente político. (NR) (artigo acrescentado pela IN nº 2/2017/MinC)

Dos citados, salvo o art. 34-A, que foi incorporado às INs nº 4/2017 e nº 5/2017, os demais foram eliminados das vedações, principalmente as referentes a Plano de Distribuição com custo maior do que o Custo do Projeto, a produto principal mais caro que o secundário e ao impedimento de produzir mais de uma obra audiovisual de curta ou média metragem no mesmo projeto (o que representaria uma possível forma de executar, na verdade, dois projetos distintos no âmbito formal de um único, com risco de levar a supostas estimativas adulteradas de custo e vantagens indevidas ao proponente). As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 também suprimiram do texto a proibição, constante nas INs nº 1/2013 e nº 1/2017, de “utilização de diferentes mecanismos de financiamento da Lei nº 8.313, de 1991, ou quaisquer outras fontes de recursos, para cobertura de um mesmo item de despesa”.

Essa última subtração de dispositivo, em especial, é questionável. Decerto que a Lei Rouanet não impede estritamente um dado projeto cultural de ser simultaneamente beneficiado pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC) e pelo mecanismo de incentivo fiscal, como se observa a seguir:

Art. 6º O FNC financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente, ainda que pessoa jurídica de direito público, da circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, através de outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos recursos com destinação especificada na origem.

A questão é que não deve haver sobreposição em um mesmo item de despesa, de modo que o proponente possa se beneficiar indevidamente de recurso público. Ademais, embora não haja vedação expressa de um projeto ser beneficiado simultaneamente pelo FNC e pelo incentivo fiscal, a lógica da Lei Rouanet não é regida propriamente por essa possibilidade ou finalidade.

O FNC foi concebido para projetos culturais de menor apelo comercial, diferentemente do incentivo fiscal. Para computar o mínimo de 20% restantes de recursos não cobertos pelo FNC, o § 2º do art. 6º da Lei Rouanet estabelece que “poderão ser considerados, para efeito de totalização do valor restante, bens e serviços oferecidos pelo proponente para implementação do projeto, a serem devidamente avaliados pela SEC/PR *[MinC]*”. Considerando-se que os projetos do FNC deveriam ser, em tese, aqueles de baixa atratividade para incentivadores, a tendência seria complementar a parte não financiada pelo FNC por meio da oferta de bens e serviços por parte do proponente.

Desse modo, as INs nº 1/2013 e nº 1/2017 vedavam o uso em duplicidade do FNC e do instrumento fiscal da Lei Rouanet para se alocar a política pública da maneira mais correta e alinhada, em conformidade com o espírito da Lei tal como concebida originalmente. A retirada do dispositivo que impede a duplicidade de financiamento de mecanismos distintos da Lei Rouanet

tende a diluir ainda mais o tão enfraquecido (em dotações orçamentárias e efetiva aplicação dos recursos disponíveis), nos últimos anos, FNC.

As demais vedações das Instruções Normativas permaneceram parecidas nos quatro casos, embora com menos restrições nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017: proibição de envolvimento de agente político de Poder ou do Ministério Público como proponente (seja como pessoa física ou em pessoa jurídica), como dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, servidor do MinC ou de suas entidades vinculadas (IPHAN, IBRAM etc.) ou respectivo cônjuge ou companheiro em todos esses casos. O que as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 subtraíram foi a vedação a “parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau”, das pessoas nas situações anteriormente indicadas.

Com isso, há maior chance de que agentes políticos ou pessoas que possam desfrutar de posição na Administração Pública, com possível acesso a informações privilegiadas, usem parentes como intermediários para burlar o acesso à Lei Rouanet. É uma medida cuja motivação aparentemente não se explica como combate à suposta “burocratização”, busca de agilidade administrativa, “modernização” ou adequação a eventuais regras de mercado. Essa supressão não parece se enquadrar em nenhuma das justificativas dadas pelo Ministério da Cultura para ensejar as mudanças na Instrução Normativa.

Uma vedação constante apenas na IN nº 1/2017, dentre as quatro analisadas, e retirada das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, era a “apresentação de proposta cuja finalidade não tenha natureza cultural, ainda que o suporte ou formato utilizado seja de cunho artístico” (art. 34). Essa subtração — em conjunto com as demais vedações que não mais existem — pode ser considerada polêmica, visto que o mínimo que se espera de um “projeto cultural” é que ele tenha “natureza cultural”, isto é, que não seja mera peça de publicidade, por exemplo, a qual pode até ter suporte ou formato de cunho artístico, mas não ter “natureza cultural” a ponto de poder ser enquadrada para fins de recebimento de recursos de financiamento público da cultura por meio de benefício fiscal.

Outra vedação relevante das INs nº 1/2013 e nº 1/2017 era a proibição de apresentação de propostas culturais “por instituições religiosas, salvo quando caracterizadas exclusivamente como colaboração de interesse público e desde que o objeto do projeto contemple edificação tombada pelo poder público ou tenha natureza cultural” (art. 36, I da IN nº 1/2017). Texto similar já aparecia na IN nº 1/2013, mas a IN nº 1/2017 acrescentou inciso novo, vedando propostas “que contenham ações que se caracterizem como cultos religiosos ou se destinem à doutrinação religiosa” (art. 36, II). Todas essas menções foram simplesmente suprimidas das INs nº 4/2017 e nº 5/2017.

Com natureza distinta, as Instruções Normativas apresentam também dispositivos contendo vedações a certas despesas. Nesse quesito, foram várias alterações nas quatro normas regulamentares em apreço. Mencione-se, primeiramente, as proibições que se encontravam unicamente na IN nº 1/2013 e dela foram suprimidas com a edição da IN nº 1/2017, sem retornarem ao texto das INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

- ⇒ despesas para elaboração de propostas culturais
- ⇒ despesas em favor de clubes e associações de servidores públicos ou entidades congêneres;
- ⇒ despesas de natureza administrativa que suplantem o limite de quinze por cento instituído pelo art. 26 do Decreto nº 5.761, de 2006², ou que sejam estranhos à execução da proposta cultural;

² Art. 26. As despesas administrativas relacionadas aos programas, projetos e ações culturais que visem à utilização do mecanismo previsto neste Capítulo [*Capítulo IV – Dos Incentivos Fiscais, arts. 22 a 37*] ficarão limitadas a quinze por cento do orçamento total do respectivo programa, projeto ou ação cultural. Parágrafo único. Para efeito deste Decreto, entende-se por despesas administrativas aquelas executadas na atividade-meio dos programas, projetos e ações culturais, excluídos os gastos com pagamento de pessoal indispensável à execução das atividades-fim e seus respectivos encargos sociais, desde que previstas na planilha de custos.

⇒ “Os recursos captados não serão aplicados em atividades não integrantes de projeto cultural aprovado” (art. 51, IN nº 1/2013)

São comuns às INs nº 1/2013 e nº 1/2017, mas suprimidas nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

⇒ **as vedações de despesas que resultarem em vantagem financeira ou material para o patrocinador**, salvo nas hipóteses previstas no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.313, de 1991³, e no art. 31 do Decreto nº 5.761, de 2006⁴ (art. 36, III da IN nº 1/2017 e art. 32, IV da IN nº 1/2013)

⇒ as INs nº 1/2013 e nº 1/2017 somente permitiam “a aquisição de mais de cinco produtos ou serviços do mesmo fornecedor quando demonstre ser a opção de maior economicidade, comprovada na prestação de contas mediante declaração do proponente, acompanhada de cotação de preços de **pelo menos** dois outros fornecedores” (IN nº 1/2013, os grifos não são do original), sendo que o texto é parecido na IN nº 1/2017, com a diferença de prever que a declaração do proponente deveria ser “acompanhada de cotação de preços de **outros 2 (dois) fornecedores** [e não “pelo menos dois”], **limitado**

³ Esses casos são as despesas que se equiparam a doações, na Lei Rouanet: “I - distribuições gratuitas de ingressos para eventos de caráter artístico-cultural por pessoa jurídica a seus empregados e dependentes legais; II - despesas efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar bens de sua propriedade ou sob sua posse legítima, tombados pelo Governo Federal” (art. 24).

⁴ “Art. 31. Não constitui vantagem financeira ou material a destinação ao patrocinador de até dez por cento dos produtos resultantes do programa, projeto ou ação cultural, com a finalidade de distribuição gratuita promocional, consoante plano de distribuição a ser apresentado quando da inscrição do programa, projeto ou ação, desde que previamente autorizado pelo Ministério da Cultura.

Parágrafo único. No caso de haver mais de um patrocinador, cada um poderá receber produtos resultantes do projeto em quantidade proporcional ao investimento efetuado, respeitado o limite de dez por cento para o conjunto de incentivadores.”

a 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto” (os grifos não são do original).

⇒ “Não se configura intermediação a representação exclusiva de um artista ou grupo artístico, por pessoa com vínculo contratual prévio” (art. 35, parágrafo único, IN nº 1/2013)

⇒ Art. 43 (IN nº 1/2017): “É vedada a distribuição gratuita de obras ou ingressos de projetos incentivados pelo Pronac a agente público do Ministério da Cultura, de suas entidades vinculadas e membro de comissões instituídas pela Lei nº 8.313, de 1991, ressalvados os dispostos no parágrafo único do art. 9º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, aplicável às autoridades descritas no art. 2º do referido código” (corresponde ao art. 106 da IN nº 1/2013)

⇒ Art. 44 (IN nº 1/2017): “É vedado ao servidor que participar da vistoria **in loco** elaborar o parecer de avaliação de resultados do mesmo projeto” (corresponde ao art. 85 da IN nº 1/2013)

As vedações que constavam nos arts. 43 e 44 da IN nº 1/2017 parecem ser mais do que razoáveis e tinham o intuito de evitar eventuais favorecimentos por parte de agentes públicos responsáveis pela avaliação dos projetos culturais. As demais proibições anteriormente citadas também buscaram aperfeiçoar mecanismos de controle, fiscalização e evitar burlas por parte de eventuais proponentes e incentivadores de má-fé, em geral seguindo sugestões dos órgãos de controle. São dispositivos que deveriam ser considerados em sua relevância no processo de monitoramento e avaliação dos projetos culturais, antes de serem meramente categorizados como possível “burocratização”.

Aparecem unicamente na IN nº 1/2017 (inovações dessa norma, suprimidas pelas INs nº 4/2017 e nº 5/2017):

⇒ Proibição de despesas “IX - em benefício do cônjuge, companheiro, parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, e parentes com vínculo de afinidade do proponente pessoa física, não se aplicando aos grupos artísticos familiares e que também atuem na execução do projeto; X - em benefício dos sócios da pessoa jurídica proponente, ou em benefício de empresa coligada ou que tenha sócio em comum com o proponente; “XII - para o pagamento de itens orçamentários a fornecedores que sejam patrocinadores ou doadores de recursos ao projeto; XIII - para ressarcimento de desembolsos efetuados em data anterior à divulgação da decisão prevista no art. 77” (caput do art. 45)

⇒ “A contratação de pessoa física ou jurídica para somente apresentar-se como proponente configura a intermediação” (art. 37, § 2º).

⇒ A proibição constante no art. 38, relevante por evitar possíveis cruzamentos de má-fé de serviços prestados ao projeto cultural por beneficiários diretos ou seus prepostos (sejam eles os proponentes ou os incentivadores):

Art. 38. É vedada a adoção de práticas que configurem vantagem financeira ou material ao patrocinador ou doador, como as abaixo relacionadas ou quaisquer outras diversas das contrapartidas estabelecidas na Lei nº 8.313, de 1991, e no Decreto nº 5.761, de 2006:

I - a comercialização do produto cultural em condições diversas das praticadas ao público em geral e/ou delimitar espaços a público determinado;

II - veicular sua imagem institucional ou o seu nome em peças de divulgação diferentes das aprovadas pelo Ministério da Cultura;

III - **determinar a execução de sessões de ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ao projeto cultural de caráter restrito ou com limitações de acesso;** e

IV - **fornecer produtos ou serviços ao projeto cultural.**

Parágrafo único. As vedações dispostas neste artigo, **excetuando-se o disposto no inciso IV, também se aplicam aos proponentes e coligadas, a qualquer fornecedor do projeto cultural ou a qualquer terceiro que de alguma forma esteja ligado ao projeto cultural ou sua execução** (os grifos não são do original).

Art. 40. É vedada a captação de recursos entre a data de vencimento do prazo de captação e a data de publicação da portaria de prorrogação (os grifos não são do original).

Como se observa, esses dispositivos inseridos na IN nº 1/2017 responderam, em grande medida, às fragilidades detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria-Geral da União (CGU, Ministério da Transparência), na Operação Boca Livre e na CPI da Lei Rouanet na Câmara dos Deputados. Eram instrumentos de valia para reduzir tentativas de burla à Lei e à regulamentação por parte de eventuais proponentes e incentivadores de má-fé. Ainda que a gestão seguinte do Ministério da Cultura considerasse as vedações excessivas, caberia, talvez, conservar ao menos parte delas para melhorar a fiscalização da aplicação da Lei Rouanet, fragilidade que a IN nº 1/2017 tentou mitigar.

Note-se, em particular, que a IN nº 1/2017 envidou esforços no sentido de vedar as chamadas “apresentações fechadas” (art. 38, I e III) para convidados privados, financiadas com recursos públicos, algo que é expressamente proibido pelo art. 2º, § 2º da Lei Rouanet (“É vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam

limitações de acesso”). Essa temática é abordada com maior detalhamento mais adiante.

Não foram instituídas novas vedações de despesas com as INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o que pode levar ao questionamento de até que ponto as “flexibilizações” efetuadas contribuirão para a melhor gestão dos projetos culturais, com o custo de permitir, potencialmente, mais falhas no monitoramento e maiores possibilidades de burla à fiscalização (mais ainda do que ocorria sob a vigência da IN nº 1/2013, que fora alvo de críticas por ser considerada muito permissiva).

Somente permaneceram vigentes quatro discretas inovações na vedação de despesas na IN nº 1/2017 nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

- ⇒ Proibição de apresentação de proposta que envolva a difusão da imagem de agente político (incluído, especificamente, pela IN nº 2/2017 como art. 34-A no texto da IN nº 1/2017)
- ⇒ proibição de despesas com serviços de captação, nos casos de proposta cultural apresentada por instituição cultural criada pelo patrocinador, na forma do art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991 (alínea “b” do inciso VI do art. 45 da IN nº 1/2017)
- ⇒ Art. 42. É vedada a alteração do objeto e do enquadramento na faixa de renúncia do projeto cultural publicado (IN nº 1/2017), dispositivo assim reescrito no § 1º do art. 26 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017: “Não são passíveis de alteração o objeto e o enquadramento”
- ⇒ Proibição de despesas “com a elaboração de convites personalizados ou destinados a circulação restrita”;

As demais proibições de despesas são comuns a todas as Instruções Normativas em análise, ainda em vigor até o presente:

- ⇒ a título de taxa de administração, de gerência, de gestor ou similar;
- ⇒ em benefício de agente público ou agente político
- ⇒ com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares, salvo para alimentação dos profissionais que executam projeto cultural
- ⇒ referentes à compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo em situações excepcionais em que a necessidade seja comprovada
- ⇒ com serviços de captação, nos casos de proposta cultural: selecionada (“exclusivamente”, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, termo que não consta na IN nº 1/2017) por edital;
- ⇒ com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária
- ⇒ com a aquisição de espaço para veiculação de programas de rádio e TV, salvo inserções publicitárias de divulgação do projeto.

3.16 Democratização do acesso

O princípio da democratização do acesso à cultura é elemento essencial na Lei Rouanet. No entanto, o termo exato “democratização” não se encontra expresso no diploma legal. Ainda assim, ele é evidenciado em uma das finalidades da lei (a primeira): “contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais” (art. 1º, I), emanando diretamente da Constituição Federal, que determina como

competência comum dos entes federativos “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (art. 23, V).

A Carta Magna determina, também, que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (art. 215, *caput*). Sem desconsiderar os dispositivos anteriores, o princípio da democratização da cultura também está presente na Constituição, quando nela se faz menção ao Plano Nacional de Cultura, que tem como uma das finalidades a “integração das ações do poder público que conduzem à [...] IV - democratização do acesso aos bens de cultura” (art. 215, § 3º, IV). É, por fim, um dos princípios do Sistema Nacional de Cultura (que inclui os sistemas de financiamento à cultura e, portanto, a Lei Rouanet), a “universalização do acesso aos bens e serviços culturais” (art. 216, II, Constituição Federal).

Como se pode observar, há profusos fundamentos constitucionais e legais sustentando o princípio da democratização da cultura na Lei Rouanet. Nesses termos, o Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, que regulamenta a Lei nº 8.313/1991, estabelecendo sua “sistemática de execução”, torna expresso o princípio da democratização:

Art. 27. **Dos programas, projetos e ações realizados com recursos incentivados, total ou parcialmente, deverá constar formas para a democratização do acesso aos bens e serviços resultantes**, com vistas a:

I - tornar os **preços de comercialização de obras ou de ingressos mais acessíveis** à população em geral;

II - proporcionar **condições de acessibilidade** a pessoas idosas, nos termos do art. 23 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 46 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999;

III - promover **distribuição gratuita de obras ou de ingressos a beneficiários** previamente identificados que atendam às condições estabelecidas pelo Ministério da Cultura; e

IV - **desenvolver estratégias de difusão que ampliem o acesso.**

Parágrafo único. **O Ministério da Cultura poderá autorizar outras formas de ampliação do acesso** para atender a finalidades não previstas nos incisos I a IV, desde que devidamente justificadas pelo proponente nos programas, projetos e ações culturais apresentados (os grifos não são do original).

“Democratização” e “ampliação do acesso” à cultura são, portanto, termos-chave para a operacionalização e o cumprimento da Lei Rouanet. Por essa razão, são previstas medidas específicas, pelo Decreto nº 5.761/2006, para tornar a concretização desses princípios efetiva e clara:

Art. 44. Os programas, projetos e ações culturais financiados com recursos do PRONAC deverão apresentar, obrigatoriamente, planos de distribuição de produtos deles decorrentes, obedecidos os seguintes critérios:

I - até dez por cento dos produtos com a finalidade de distribuição gratuita promocional pelo patrocinador; e

II - até dez por cento dos produtos, a critério do Ministério da Cultura, para distribuição gratuita pelo beneficiário.

Art. 45. Serão destinadas ao Ministério da Cultura, obrigatoriamente, para composição do seu acervo e de suas entidades vinculadas, pelo menos seis cópias do produto cultural ou do registro da ação realizada, resultantes de programas e projetos e ações culturais financiados pelo PRONAC.

Art. 46. Os produtos materiais e serviços resultantes de apoio do PRONAC serão de exibição, utilização e circulação públicas, não podendo ser destinados ou restritos a circuitos privados ou

a coleções particulares, excetuados os casos previstos no Capítulo III deste Decreto.

Observe-se que o art. 46 do Decreto nº 5.761/2006 emana diretamente do art. 2º, § 2º da Lei Rouanet: “é vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso”. O dispositivo foi acrescentado à Lei Rouanet pela Lei nº 11.646, de 10 março de 2008. É uma contraparte da democratização do acesso, na medida em que veda a utilização de recursos públicos para as chamadas “apresentações fechadas” (privadas, sem acesso público a quaisquer interessados). Ainda que relevante, esse é um dos mecanismos de democratização do acesso que, conforme apurado pela CPI da Lei Rouanet realizada na Câmara dos Deputados, é de grande dificuldade de fiscalização de seu cumprimento efetivo. A consideração de todo esse quadro do ordenamento jurídico da cultura no Brasil é fundamental para a análise da Instrução Normativa MinC nº 5/2017 e de suas antecessoras imediatas.

Já no título, as Instruções Normativas apresentam diferenças: a IN nº 1/2013 é mais econômica no texto, sendo a Seção intitulada “Da Acessibilidade e Democratização do Acesso”. A IN nº 1/2017 enfatiza o caráter social e eleva essa parte de Seção a Capítulo: “DA ACESSIBILIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E CONTRAPARTIDAS SOCIAIS”. As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 mantêm-na como capítulo, mas segregam “democratização” de “acesso” e substituem “contrapartidas sociais” por “ações complementares”, expressão que tem sentido simbólico mais fraco e apresenta, como se pode subentender pela semântica, a questão das “contrapartidas sociais” (que desaparecem do título do capítulo) como acessória: “DA ACESSIBILIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO, DO ACESSO E DAS AÇÕES COMPLEMENTARES”. Essas alterações não são apenas simbólicas, refletindo-se — o que é o mais importante — no conteúdo de seus dispositivos.

No que se refere à acessibilidade, são similares os textos das quatro Instruções Normativas em análise, em seus primeiros artigos. A diferença, no dispositivo inicial dessas partes, é notada no restante do texto, no tocante à democratização. O art. 25 da IN nº 1/2013 praticamente repete o texto da norma regulamentar anterior. Por sua vez, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 subtraem do texto regulamentar a previsão de “medidas de democratização do acesso da sociedade aos produtos, bens e serviços resultantes do apoio recebido”, constante até a IN nº 1/2017.

A Seção II desse Capítulo da IN nº 1/2017, que se intitulava “Da Democratização do Acesso”, teve seu nome alterado para “Da ampliação do acesso” nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. Embora sem um impacto decisivo pela mera alteração do termo, é simbólico que a palavra “democratização” tenha sido substituída por “acesso”, considerando-se que a “democratização” do acesso à cultura é princípio que consta na Constituição Federal de 1988 e no Decreto nº 5.761/2006, embora a expressão “ampliação do acesso” conste na Lei Rouanet.

O texto observou alterações no *caput*, mas no restante foi alterado principalmente nos valores das cotas ao se comparar as INs nº 1/2013 e nº 1/2017 com as INs nº 4/2017 e nº 5/2017. O art. 20 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017 não faz mais referência a que os projetos culturais que têm de reservar cotas de ingressos ou produtos a preços populares — ou em caráter gratuito — são aqueles que preveem “público pagante ou comercialização de produtos” (art. 28 da IN nº 1/2013 e art. 53 da IN nº 1/2017). Ainda assim, isso não afeta a aplicabilidade da norma em relação ao que já se praticava anteriormente.

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 têm textos equivalentes (salvo uma retificação formal ao final do *caput*, a palavra “contendo”, e, na alínea “d”, imediatamente após “R\$ 75,00”, a supressão da expressão “, [valor] estabelecido no art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012”):

Art. 20. A proposta cultural deverá conter um Plano de Distribuição detalhado, visando assegurar a ampliação do acesso aos produtos, bens e serviços culturais produzidos, contendo:

I - estimativa da quantidade total de ingressos ou produtos culturais previstos, observados os seguintes limites:

a) mínimo de 10% (dez por cento) exclusivamente para distribuição gratuita com caráter social, educativo ou formação artística;

b) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita por patrocinadores;

c) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita promocional pelo proponente em ações de divulgação do projeto;

d) mínimo de 20% (vinte por cento) para comercialização em valores que não ultrapassem R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

e) a comercialização em valores a critério do proponente será limitada a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de produtos culturais, sendo o preço médio do ingresso ou produto de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), excetuando-se projetos com transmissão ao vivo em TV aberta; e

f) parametrização estabelecida no sistema para atender entendimentos consolidados dos órgãos de controle (Anexo I) (IN nº 5/2017).

Excetuando-se os valores previstos nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, que tinham redação diferente nas normativas anteriores, o único dispositivo que inova nessa parte é a alínea “f”, ao estabelecer que a distribuição das cotas de produtos/ingressos deve seguir a parametrização estabelecida pelos órgãos de controle.

A correção da IN nº 4/2017 para a IN nº 5/2017 foi necessária porque o art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, determina que o valor do Vale-Cultura é de “R\$ 50,00 (cinquenta reais)”. Portanto, para que a cota de comercialização fosse aumentada de R\$ 50,00 para R\$ 75,00 (reajuste de 50%), era necessário retirar a referência textual à Lei nº 12.761/2012 (Lei do Vale-Cultura) e indicar tão somente o valor de R\$ 75,00.

Os percentuais mínimos de gratuidade/preços populares (10% de produtos/ingressos sociais, 10% para o patrocinador e 10% para divulgação) não foram alterados em nenhuma das Instruções Normativas. A mudança

principal foi na alínea “e” do inciso I das INs nº 4/2017 e nº 5/2017. O teto de 50% dos produtos/ingressos a serem comercializados tinha valores totalmente livres na IN nº 1/2013, ficando totalmente a cargo do proponente (art. 28, II, alínea “a”). Essa foi a norma regulamentar mais liberal e desregulamentada das quatro analisadas nesse aspecto específico.

No art. 53, I, alínea “e” da IN nº 1/2017, os proponentes podiam estabelecer qualquer valor, contanto que o preço médio não ultrapassasse três vezes o valor do Vale-Cultura (R\$ 150,00). Note-se que, diferentemente do que alguns meios de comunicação divulgaram de maneira errônea, R\$ 150,00 não era o valor máximo do produto/ingresso, mas o valor máximo do “preço médio”. No exemplo de um *show* musical, apresentação de teatro ou espetáculo realizado em anfiteatro, há várias casas que cobram valores diferenciados conforme a posição das cadeiras. Pode haver ingressos de R\$ 600,00 e de R\$ 10,00 para uma mesma apresentação. Num caso de um espetáculo incentivado pela Lei Rouanet, pela IN nº 1/2017 não havia impedimento da cobrança de R\$ 600,00, mas impedimento de que a média dos ingressos superasse R\$ 150,00.

Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o art. 20, I, alínea “e” estabelece a mesma lógica: os R\$ 225,00 (majoração de 50% sobre os anteriores R\$ 150,00, sendo essa porcentagem a referência para todos os reajustes aplicados na norma regulamentar do MinC) eram o limite do “preço médio” dos produtos/ingressos, e não o valor máximo individual de todo e qualquer produto/ingresso. Além da mudança do preço médio, abriu-se exceção para “projetos com transmissão ao vivo em TV aberta”. Essa foi uma inovação do texto das INs nº 4/2017 e nº 5/2017: tais projetos não se submetem mais ao limite máximo de 50% dos produtos/ingressos que podem ser comercializados no preço que o proponente desejar nem têm de respeitar o limite do preço médio de R\$ 225,00.

Com efeito, projetos com transmissão ao vivo em TV aberta retomaram a ausência de limites já existente na IN nº 1/2013, a qual foi severamente criticada à época pelo fato de que recursos públicos permitiam aos proponentes lucrar sem limites com ingressos, como em grandes festivais de

música. Os demais projetos mantiveram-se limitados ao teto de comercialização já existente na IN nº 1/2017, apenas com valores reajustados pelo IGP-M.

O conceito de “preço médio” como referência para o limite a ser considerado pelo proponente ao estabelecer o valor dos produtos/ingressos foi inserido pela IN nº 2017. Desse modo, coerentemente, a IN nº 1/2017, muito mais do que fixar um “preço médio” determinado, cujo valor pode ser até discutido e deve realmente ser reajustado com o tempo, definiu, nos parágrafos do art. 53 um cálculo preciso do “preço médio”. Esse detalhamento, extremamente relevante para o bom controle e fiscalização da aplicação da norma, foi integralmente suprimido nas INs nº 4/2017 e na IN nº 5/2017, em vigor. O conceito poderia ter sido aperfeiçoado, não tendo se afigurado ideal a sua mera subtração. O preço médio encontrava-se definido da seguinte forma na IN nº 1/2017:

Art. 53. [...]

[...]

§ 1º As porcentagens e as totalidades definidas neste artigo serão calculadas tomando-se por base a tiragem total do produto cultural ou público total a ser atingido, sendo considerados, nesse caso, a capacidade total de lotação do espaço escolhido pelo proponente e o número de apresentações.

§ 2º Os valores consignados devem corresponder ao valor para a comercialização ao consumidor final no caso de produtos ou ao preço da inteira no caso de ingressos, sendo que no segundo caso o Salic considerará automaticamente no cálculo 50% (cinquenta por cento) de abatimento composto pela meia-entrada de estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, prevista na Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013.

§ 3º Quando houver faixas de preços de ingressos por setores, espaços ou outras variáveis, estas devem ser discriminadas com seus respectivos quantitativos no Plano de Distribuição.

§ 4º O valor médio do preço dos ingressos ou produtos comercializados a critério do proponente é o quociente entre a previsão da receita constante no Plano de Distribuição a ser arrecadada com essa venda e o total de produtos

correspondentes, utilizando o método da média ponderada, observados os critérios da Lei nº 12.933, de 2013.

§ 5º Ainda que observado o preço médio estipulado na alínea "e", inciso I do caput, os valores unitários propostos pelo proponente estarão sujeitos à aprovação do Ministério da Cultura, com vistas a assegurar a democratização.

§ 6º Os percentuais previstos na alínea "a" do inciso I deste artigo poderão ser distribuídos a critério do proponente desde que contempladas igualmente todas as categorias de produtos ou ingressos, seja ao longo do projeto ou concentrados em uma ou mais apresentações, no caso de eventos, resguardado o previsto no § 1º do art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 7º Os limites de gratuidade previstos nas alíneas "b" e "c", inciso I do caput que não sejam utilizados deverão ser revertidos preferencialmente em prol da sociedade na forma disposta na alínea "a", inciso I, ou vendidos a valores que não ultrapassem o valor mensal do Vale-Cultura.

§ 8º Os ingressos ou produtos disponibilizados até o valor mensal do Vale-Cultura poderão ser distribuídos gratuitamente à sociedade, conforme definido na alínea "a", do inciso I, deste artigo.

Art. 54. A oferta da totalidade dos ingressos ou produtos de forma gratuita não exclui a obrigação do proponente de demonstrar o detalhamento pleno no Plano de Distribuição, considerando-se as alíneas "d" e "e" do inciso I do art. 53, como distribuição impessoal.

Parágrafo único. Aos projetos realizados em locais públicos ou com portões abertos sem emissão de ingressos, deverá ser apresentada a estimativa de público no Plano de Distribuição coerente com o local de realização.

Art. 55. Para cumprimento do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 53, o proponente deverá adotar ao menos um dos critérios abaixo:

I - doação dos ingressos ou produtos para instituições ou associações que tenham por finalidade atender camadas menos assistidas da população e com menor poder aquisitivo;

II - doação para sorteio em canal a ser disponibilizado no site do MinC para aqueles que manifestem o interesse em participar de atividades culturais ou receber produtos culturais, priorizando

beneficiários de políticas sociais (Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico); e

III - excepcionalmente, desde que justificado na proposta cultural e aprovado pelo MinC, poderá o proponente efetuar diretamente a distribuição gratuita, de forma impessoal, devendo nesta hipótese reunir meios de prova que documentem e comprovem o recebimento dos ingressos ou produtos culturais.

§ 1º O MinC publicará manual a ser disponibilizado em seu site indicando os procedimentos a serem observados na hipótese prevista no inciso II do caput.

§ 2º A distribuição gratuita na hipótese do inciso I deste artigo deverá ser comprovada, junto ao Salic, por meio de declaração subscrita pelas instituições receptoras, constando:

I - nome do projeto e número do PRONAC;

II - o quantitativo de ingressos ou produtos recebidos gratuitamente;

III - o compromisso da instituição receptora de promover a distribuição gratuita à população; e

IV - nome da instituição receptora, CNPJ e dados do seu representante/subscritor (nome, RG e CPF e cargo que exerce).

A inexistência de normatização do “preço médio” na IN nº 5/2017 pode abrir precedente para que cada proponente possa justificar, com excessiva liberalidade e eventual má-fé, cálculos de preço médio que não sejam devidamente padronizados, que podem ser inadequados e que sejam de difícil acompanhamento, monitoramento, controle e fiscalização efetivos. Ademais, a supressão dos limites para espetáculos televisionados ao vivo em TV aberta pode ser elemento capaz de dificultar a democratização do acesso à cultura. Afinal, a depender do dia e do horário de realização, mesmo a transmissão em TV aberta pode não garantir larga difusão do acesso, até porque canais de menor audiência podem ser objeto de cumprimento da norma. A exceção para a transmissão em TV aberta mereceria, no mínimo, maior detalhamento para seu cumprimento, para garantir efetiva democratização do acesso e evitar possíveis tentativas de burla.

Para além dos percentuais de produtos/ingressos e os valores máximos estabelecidos, as Instruções Normativas em análise tratavam de outras medidas de democratização. No entanto, a IN nº 1/2017 foi a única que estabeleceu que esses dispositivos deveriam estar agrupados em uma Seção intitulada “Outras medidas de democratização”. Essa referência não aparece nas outras três Instruções Normativas. Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, elas correspondem, genericamente, às chamadas “ações complementares”. Há, ainda, contraste ao se comparar as INs nº 1/2013 e nº 1/2017 com as INs nº 4/2017 e nº 5/2017, pois algumas das medidas de democratização presentes nas duas primeiras foram simplesmente suprimidas das duas últimas.

O art. 30 da IN nº 1/2013 e o art. 56 da IN nº 1/2017 faziam uso expresso do termo “medidas de democratização” da cultura, diferentemente das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, que o substituíram por “medidas de ampliação do acesso” à cultura, cujo alcance simbólico é evidentemente menor. No conceito de democratização subjaz a noção de que todos potencialmente devem ter acesso à cultura. O termo “ampliação do acesso” não necessariamente implica acesso universalizado (ainda que apenas em potencial), mas tão somente que o acesso deve ser ampliado, mesmo que não a todos. Nesses termos, pode-se ampliar um pouco o acesso sem que isso signifique, necessariamente, efetiva democratização. A IN nº 5/2017 muda o conceito e, portanto, o horizonte potencial de indução das ações do Poder Público em relação ao acesso à cultura. É uma alteração sutil, mas de significativo simbolismo.

Para além dessa compreensão, que é de caráter mais geral e difuso, há supressões efetivas nos itens que são definidos, ainda que apenas em rol exemplificativo, como meios de efetivar a “ampliação do acesso” à cultura. As INs nº 1/2013 e nº 1/2017 previam a promoção da “participação de pessoas com deficiência e de idosos em concursos de prêmios no campo das artes e das letras”, bem como “desenvolver atividades em locais remotos ou em áreas habitadas por populações urbanas periféricas”. As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 eliminaram esses dois dispositivos. A única inclusão dessas duas INs mais recentes foi “realizar ação cultural voltada ao público infantil ou infanto-juvenil”.

No restante, as quatro Instruções Normativas têm mais semelhanças do que diferenças no *caput*, todas prevendo, ao fim, “IX - outras medidas sugeridas pelo proponente, a serem apreciadas pelo MinC”.

Chama ainda a atenção a supressão, desde a IN nº 1/2017 e mantida nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, do art. 31 da IN nº 1/2013, abaixo descrita, liberalização esta que, a despeito da inclusão das trilhas de controle e das parametrizações dos órgãos de controle, talvez não precisasse ter sido retirada da normatização do MinC:

Art. 31. O Ministério da Cultura, observada a legislação em vigor, acompanhará e fiscalizará as medidas de acessibilidade e democratização de acesso na forma dos arts. 75, § 1º, e 77 desta Instrução, e considerará o cumprimento das medidas apresentadas como quesito de avaliação da proposta cultural, exigindo a comprovação de seu cumprimento quando da prestação de contas, sendo este item indispensável para a aprovação das respectivas contas (IN nº 1/2013).

Ainda nas medidas de “democratização” da cultura, nos termos das INs nº 1/2013 e nº 1/2017, ou de “ampliação do acesso” à cultura, de acordo com as INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o que a IN nº 1/2017 chamava, em uma Seção, de “Das Contrapartidas Sociais” foi renomeado como “Da Realização de Ações Educativas”, as quais são de alcance semântico muito mais restrito. As “contrapartidas sociais” incluíam ações educativas e “formação de plateia”, enquanto essa última noção não mais está presente nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, tendo sido eliminada inclusive do Glossário (Anexo I).

Não somente houve mudança conceitual do título, mas os dispositivos também passaram a ter aplicação mais restrita. A IN nº 1/2017 determinava — de modo inovador em relação à normativa anterior — que “as propostas culturais deverão apresentar ação de formação de plateia ou equivalente, em território brasileiro, com rubricas orçamentárias próprias, apresentada no Plano de Distribuição do projeto como produto acessório da

atividade principal” (art. 57). Como se constata, todo e qualquer projeto tinha o dever de cumprir ações de formação de plateia.

Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o art. 22 define que “as propostas culturais de planos anuais e plurianuais deverão apresentar ações educativas em suas atividades ou equivalente, em território brasileiro, com rubricas orçamentárias próprias, apresentadas no Plano de Distribuição do projeto como produto acessório da atividade principal”. Com efeito, **apenas planos anuais e plurianuais ficam obrigados, no presente, a apresentar ações educativas**, sendo que quaisquer outros projetos culturais não mais. Ademais, não se exige mais a “formação de plateia ou equivalente” (que incluía aspectos educativos), mas apenas “ações educativas”. Esse é um dos impactos concretos no qual se nota como a modificação da expressão “democratização do acesso” para “ampliação do acesso” se constituiu em gradação de menor exigência para o cumprimento de princípio constitucional tão relevante para a cultura.

Outra supressão das INs nº 4/2017 e nº 5/2017 foi a exigência inovadora da IN nº 1/2017 de que “as atividades previstas nesse artigo deverão ser registradas por meio vídeográfico *[sic]* e disponibilizadas gratuitamente, em sua íntegra, na internet” (art. 57, § 2º). Era uma medida não somente de democratização, mas também que contribuía para a transparência dos projetos culturais e ampliar a capacidade de fiscalização dos órgãos de controle e da sociedade. Sua subtração pode ser interpretada, igualmente, no âmbito da redução da “democratização do acesso” para a mera “ampliação do acesso”.

Nessa mesma perspectiva, a IN nº 1/2017 previa, no parágrafo seguinte, números fixos para a mensurar a democratização do acesso à cultura:

O número de estudantes e professores beneficiados pela ação de formação de plateia deve corresponder a 10% (dez por cento) do quantitativo de produtos culturais previstos no Plano de Distribuição. As propostas deverão contemplar o mínimo de 20 (vinte) beneficiários, podendo, a critério do proponente, se limitar a 1.000 (mil) (art. 57, § 3º, IN nº 1/2017).

Esse texto foi modificado pelas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, diminuindo a quantidade máxima de beneficiários aceitável pelo MinC:

§ 2º O número de beneficiados das ações educativas deve corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) das pessoas beneficiadas e previstas no Plano de Distribuição, contemplando o mínimo de 20 (vinte) beneficiários, podendo, a critério do proponente, se limitar a **500 (quinhentos) beneficiários** (art. 22, § 2º; o grifo indica a alteração em relação à norma anteriormente vigente).

Há, no entanto, ambiguidade nas alterações da “democratização do acesso” para a “ampliação do acesso”. Por um lado, os dispositivos promovem redução do sentido mais amplo de “democratização” com a segunda expressão e reduzem o escopo das repercussões práticas para as ações desse capítulo na norma regulamentar vigente. Por outro, a definição de “democratização do acesso”, no Glossário (Anexo I) permaneceu inalterada nas INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017. A única mudança ocorrida, no Glossário, ocorreu da IN nº 1/2013 para a nº 1/2017. A “democratização do acesso” aparecia no art. 3º, XII da IN nº 1/2013 da seguinte forma:

XII – democratização do acesso: medidas que promovam acesso e fruição de bens, produtos e serviços culturais, bem como ao exercício de atividades profissionais, visando a atenção às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais **por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação, para cumprimento do disposto no art. 215 da Constituição Federal** (os grifos não são do original).

Na IN nº 1/2017, esse texto foi para o Glossário (Anexo I) e sua principal alteração se constituiu na substituição do trecho sublinhado na citação anterior por “por sua condição socioeconômica ou por quaisquer outras circunstâncias”. O efeito prático da definição não é alterado, mas simbolicamente,

há a supressão das referências expressas às desigualdades por etnia, deficiência, gênero, idade, domicílio e ocupação, tendo sido mantida unicamente a menção às desigualdades socioeconômicas:

XI - Democratização do acesso: medidas presentes na proposta cultural que promovam ou ampliem a possibilidade de fruição dos bens, produtos e ações culturais, em especial às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica ou por quaisquer outras circunstâncias.

De todo modo, o uso da expressão “democratização do acesso”, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, no conjunto dessas normas, sugere, no mínimo, ambiguidade em relação ao estabelecido pela regulamentação do MinC.

Deve-se, também, registrar que uma Seção inteira da IN nº 1/2017, denominada *Das Estratégias de Difusão que Ampliem o Acesso e o Controle Social*, que constituía novidade no texto normativo, foi eliminada por completo nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. Assim dispunha a IN nº 1/2017:

Seção VI

Das Estratégias de Difusão que Ampliem o Acesso e o Controle Social

Art. 58. Os projetos aprovados com publicação no Diário Oficial da União passarão a integrar o Cadastro de Projetos Aprovados - CPA-Rouanet, disponível na internet, constituído com a finalidade de divulgar junto à sociedade e a possíveis investidores a parcela da produção cultural brasileira que se encontra autorizada a captar recursos federais incentivados.

Art. 59. É obrigatória, sempre que tecnicamente possível, a disponibilização dos produtos e serviços culturais aos beneficiários do Programa de Cultura do Trabalhador por meio do cartão Vale-Cultura.

Art. 60. Devem constar em materiais, sistemas e mídias que tratem da comercialização de ingressos, incluindo bilheterias, lojas, pontos e sites de venda, informações destacadas indicando o atendimento do princípio de democratização do

acesso exigido pela Lei nº 8.313, de 1991 e pelo Decreto nº 5.761, de 2006, ou seja, visibilidade da informação quanto aos ingressos gratuitos e ingressos comercializados até o valor do Vale-Cultura, nos termos estabelecidos no Plano de Distribuição aprovado.

Parágrafo único. O proponente deverá manter atualizadas as informações previstas no caput, nos locais de comercialização, bem como informar quando houver o esgotamento dos referidos ingressos.

Art. 61. O proponente deverá lançar no Salic a divulgação dos espetáculos, shows, eventos, ações, entre outras atividades culturais que estejam disponibilizadas à sociedade.

Art. 62. Na comercialização de livro, catálogo, DVD, CD, ou produtos afins deverá ser registrado na capa ou na contracapa:

I - a quantidade total e o percentual da tiragem distribuída de forma gratuita em atendimento ao princípio da democratização do acesso exigido pela Lei nº 8.313, de 1991; e

II - o valor máximo de comercialização na seguinte conformidade:

a) para parcela dos produtos enquadrados na alínea "d" do inciso I do art. 53, inserir o valor estabelecido no Plano de Distribuição aprovado, a quantidade total e o percentual da tiragem;

b) para as hipóteses de preço médio da alínea "e" do inciso I do art. 53 inserir o valor máximo que tenha sido aprovado no Plano de Distribuição, dispensada a inserção das demais variáveis de preços.

Parágrafo único. A tiragem de livro, catálogo, DVD, CD, ou produtos afins está limitada a 3.000 (três mil) exemplares. A ampliação deste limite será avaliada, primeiramente, pela SEFIC ou SAV e, posteriormente, pela CNIC, que apreciarão a razoabilidade da justificativa apresentada.

Art. 63. O MinC poderá por si ou por meio de parcerias promover ações de comunicação sobre a utilização do incentivo fiscal, além das indicadas no art. 58, bem como, para viabilizar a divulgação de dados diversos sobre os projetos culturais aprovados, dentre os quais números sobre o público beneficiário.

Art. 64. É obrigatória a inserção da logomarca do Ministério da Cultura, conforme o Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura:

I - nos produtos resultantes de programas, projetos e ações culturais realizados com recursos do Pronac, bem como nas atividades relacionadas à sua difusão, divulgação, promoção, distribuição, incluindo placa da obra, durante sua execução, e placa permanente na edificação, sempre com visibilidade pelo menos igual à da marca do patrocinador majoritário de acordo com o Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura; e

II - em campanhas institucionais dos patrocinadores que façam referência a programas, projetos e ações culturais beneficiados com incentivos fiscais.

Parágrafo único. As logomarcas e os critérios de inserção estão estabelecidos pelo Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura, aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura, em consonância com as diretrizes do órgão responsável pela comunicação social no âmbito da Presidência da República, e publicado no Diário Oficial da União.

Essa eliminação não promoveu qualquer “desburocratização” da norma. As exigências listadas, em sua maioria, foram apenas transferidas para o Manual de Uso de Marcas do Pronac (do MinC). Ou seja, não desapareceram, apenas foram alocadas em outro instrumento normativo do Ministério da Cultura.

3.17 Acessibilidade

A Instrução Normativa que mais avançou em relação à acessibilidade foi a IN nº 1/2017, a mais detalhada das quatro em análise nessa temática e que não mais vigora. O que há em comum em todas essas Instruções Normativas é que a acessibilidade sempre aparece, ao menos de maneira genérica.

Na IN nº 1/2017, o art. 49 trazia, em seu *caput*, definições que estavam presentes tanto no dispositivo quanto no Glossário. Esse é um possível motivo da retirada desse texto do corpo das IN nº 4/2017 e nº 5/2017, mantendo-o apenas no Glossário (não haveria a necessidade de redundância ao abordar da temática). No entanto, isso não se aplica ao parágrafo único, que não existia

na IN nº 2013, constava da IN nº 1/2017 e foi novamente suprimido nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

Art. 49. O proponente, ao realizar o projeto cultural, deverá observar as diretrizes da Lei nº 13.146, de 2015, que lhe forem aplicáveis, adotando medidas que busquem oferecer à pessoa com deficiência, idosa ou com mobilidade reduzida, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços e utilização de tecnologias assistivas, sempre que tecnicamente possível e dentro do conceito de adaptações razoáveis previsto na citada Lei. (NR)

Parágrafo único. O projeto deverá garantir a oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sendo vedada a alegação de proteção de direitos de propriedade intelectual (os grifos não são do original).

A regulamentação detalhada da garantia de oferta de obra intelectual em formato acessível às pessoas com deficiência foi uma inovação da IN nº 1/2017, de grande mérito. O maior custo eventual com essa medida deveria ser previsto, desde o início, no projeto cultural (como consta nas quatro Instruções Normativas), além de valer para as propostas apresentadas após a edição dessa norma. Não parece razoável alegar que esse seria um elemento de “burocratização”, de “encarecimento” excessivo dos projetos ou de eventual “inviabilização” de projetos culturais. A retirada desses detalhes da regulamentação pelas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 é, no mínimo, questionável. Embora o parágrafo único da IN nº 1/2017 apenas replicasse elementos presentes no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), fazê-lo não era mera redundância.

Afinal, a Lei nº 13.146/2015 prevê de maneira apenas genérica as ações de garantia do acesso à cultura às pessoas com deficiência, não determinando meios específicos e concretos de efetivação desse direito, os quais de fato devem constar em normas regulamentares do Poder Executivo:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o **acesso**:

I - a **bens culturais em formato acessível**;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1º **É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.**

§ 2º **O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso** a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 27. Para fins de cumprimento das medidas de acessibilidade determinadas pelo art. 27 do Decreto nº 5.761, 27 de abril de 2006, pelo art. 47 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e pelo art. 2º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, toda proposta cultural apresentada ao Ministério da Cultura, com vistas ao financiamento do Pronac, deverá incluir tais custos nos respectivos orçamentos (os grifos não são do original).

Como se observa, a Lei da Inclusão insta o “poder público” a tomar medidas para promover o acesso das pessoas com deficiência aos bens culturais. Não somente o faz, mas também altera a Lei Rouanet, nela incluindo o § 3º no art. 2º: “Os incentivos criados por esta Lei [*Lei nº 8.313/1991, Lei Rouanet*] somente serão concedidos a projetos culturais que forem disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, também em formato acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento”.

Se o Estatuto das Pessoas com Deficiência (PcDs) teve o inegável mérito de obrigar os projetos culturais incentivados no âmbito da Lei Rouanet a ofertarem produtos acessíveis a PcDs, delegou isso à

regulamentação, de modo que, nesse contexto, as Instruções Normativas em apreço adquirem relevância maior que a habitual na regência da matéria. O significado disso é que a norma não pode ser contrariada, ou seja, não se pode negar o texto legal. Mas a regra não pode ser aplicada na sua maior amplitude se não houver regulamentação específica para isso — no caso, não havendo previsão específica na Instrução Normativa nº 5/2017, atualmente vigente, ou se não houver outros mecanismos regulamentares suficientes para fazer cumprir efetivamente a Lei.

Considerando que os recursos da Lei Rouanet são públicos, é mais do que dever do Estado, por meio do Poder Executivo, obrigar que produtos culturais resultantes do incentivo à cultura sejam ofertados em condições de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Conclui-se que a retirada do texto constante no parágrafo único do art. 49 da IN nº 1/2017 dificulta, podendo, no limite, até mesmo inviabilizar o cumprimento efetivo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no que se refere ao acesso à cultura, direito consagrado a todos na Constituição Federal e especificamente às pessoas com deficiência, na Lei nº 13.146/2015.

O texto do parágrafo único do art. 49 da IN nº 1/2017 não foi o único a ser suprimido nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. A IN nº 1/2013 consagrava também, em seu art. 23, o dever de que as propostas culturais contivessem medidas de acessibilidade: “As propostas culturais deverão contemplar medidas que garantam o acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas em locais onde se realizam atividades culturais ou espetáculos artísticos, sem prejuízo de outras garantias previstas em legislação específica”. O texto foi aprimorado na IN nº 1/2017, com a seguinte redação:

Art. 47. As propostas culturais deverão contemplar medidas que busquem garantir **acessibilidade** para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e pessoas idosas aos locais onde se realizam atividades culturais ou espetáculos artísticos, **bem como o acesso ao conteúdo das obras e dos produtos**

gerados pelo projeto, sem prejuízo de outras garantias previstas em legislação específica.

Art. 48. Para fins de cumprimento das medidas de acessibilidade determinadas pelo art. 27 do Decreto nº 5.761, de 2006, pelo art. 47 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, pelo art. 2º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, **e pelos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, e pelo § 3º do art. 2º da Lei nº 8.313 de 1991, toda proposta cultural apresentada ao Ministério da Cultura, com vistas ao financiamento do Pronac, deverá incluir **previsão dos custos com ações de acessibilidade** no orçamento analítico (os grifos correspondem à alteração de “acesso” para “acessibilidade”, de “tais custos” para “previsão dos custos com ações de acessibilidade” e o acréscimo do período “bem como o acesso ao conteúdo das obras e dos produtos gerados pelo projeto” em relação à IN nº 1/2013).

Como se verifica, as INs nº 1/2013 e nº 1/2017 são peremptórias em obrigarem as propostas e projetos culturais a oferecerem espaços, medidas e produtos que garantam a acessibilidade às pessoas com deficiência, cumprindo devidamente o mandamento legal da Lei nº 13.146/2015 de regulamentar essa obrigação.

Diferentemente dessas duas Instruções Normativas, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 suprimem esses dispositivos para, no lugar deles, manter apenas parte do texto que se encontrava no *caput* dos arts. 25 da IN nº 1/2013, e no art. 46 da IN nº 1/2017, sob a seguinte redação: “art. 18. As propostas culturais apresentadas ao mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac deverão conter medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto sempre que tecnicamente possível, conforme a Lei nº 13.146/2015” (INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 indicam apenas o seguinte: “Havendo custos com as ações de acessibilidade, estes devem estar previstos no orçamento analítico do projeto” (art. 18, § 1º). Enfim, como se observa, as ações de acessibilidade, embora obrigatórias no art. 2º § 3º da Lei Rouanet (inserido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, conforme citação anterior),

dependem da regulamentação e as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 são muito genéricas neste particular.

Por outro lado, o art. 18, § 2º da IN nº 4/2017 indicava que os materiais de divulgação contivessem informações acerca das medidas de acessibilidade: “Todo material de divulgação dos produtos culturais gerados pelo projeto deve conter informações sobre a disponibilização das medidas de acessibilidade adotadas para o produto” (art. 18, § 2º, IN nº 4/2017). Esse texto foi significativamente alterado na IN nº 5/2017: “O material de divulgação dos produtos culturais gerados pelo projeto **deverá** conter informações sobre a disponibilização das medidas de acessibilidade adotadas para o produto, **sempre que tecnicamente possível**” (art. 18, § 2º, os grifos correspondem à alteração de “todo material” para “o material”, de “deve” para “deverá” e o acréscimo do “sempre que tecnicamente possível”).

Ainda que o texto atualmente vigente seja mais coerente, pois a divulgação das medidas de acessibilidade somente deve ocorrer quando elas são tecnicamente possíveis, a IN nº 1/2017 era muito mais precisa nos casos em que as medidas de acessibilidade fossem tecnicamente mais difíceis, dedicando três dispositivos específicos a essa situação (arts. 50, 51 e 52):

Art. 50. Caso não exista a possibilidade de atendimento das normas de acessibilidade previstas, será permitido ao proponente oferecer medidas alternativas devidamente motivadas, sujeitas à aprovação da autoridade competente para aprovação do projeto.

Art. 51. Considerando o disposto no art. 64 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet previstos em propostas culturais, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

Art. 52. Enquanto não seja editada norma específica do ministério, o atendimento ao disposto no art. 47 deverá observar a Norma ABNT NBR 15599:2008, disponível no portal da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência na internet.

Com a IN nº 4/2017, todas essas previsões foram simplesmente subtraídas do novo texto. Com menos de um mês de vigência dessa normativa, a edição da IN nº 5/2017 voltou atrás, ainda que timidamente, nesse aspecto, permitindo ao proponente oferecer medidas alternativas de acessibilidade para assegurar o cumprimento da Lei nº 13.146/2015:

Art. 19. Será permitido ao proponente oferecer medidas alternativas devidamente motivadas, sujeitas à prévia aprovação do MinC, para assegurar o atendimento às medidas de acessibilidade previstas na Lei nº 13.146/2015.

Os arts. 50 a 52 da IN nº 1/2017 previam situações em que o proponente indicava medidas de acessibilidade, não conseguia cumpri-las e, diante disso — evitando a “burocratização” do processo e uma possível avaliação de não cumprimento satisfatório do objeto diante de uma situação de eventual impossibilidade — seria facultada a apresentação de nova proposta de acessibilidade, a ser ratificada pelo MinC.

Essa reinclusão tão célere, ainda que menos completa, das medidas alternativas de acessibilidade na IN nº 5/2017, sugere o quanto algumas das alterações da IN nº 4/2017 foram consideradas precipitadas pelo próprio Ministério da Cultura, pois, nesse aspecto, a IN nº 4/2017 promoveria entraves aos proponentes de boa-fé que necessitassem adaptar seus projetos no que se refere às medidas de acessibilidade.

3.18 Fluxos administrativos I: análise da proposta

A análise de toda proposta cultural inicia-se com o exame da admissibilidade. Em caso de não cumprimento dos requisitos formais fundamentais, a proposta é automaticamente arquivada no exame preliminar. Um dos aspectos considerados é se a proposta correspondente tem objeto, cronograma ou características similares a projeto ativo ou a proposta rejeitada ou indeferida nos últimos doze meses, “ainda que por proponente diverso” (o que impede, na prática, a intermediação). As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 trazem essas

previsões, recuperando parte do que a IN nº 1/2017 havia suprimido em relação à IN nº 1/2013.

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017, entretanto, subtraíram do texto o arquivamento automático de propostas culturais que tenham objeto, cronograma similar, mas apresentadas por meio de outro mecanismo de financiamento no âmbito MinC (no caso, em editais do Fundo Nacional de Cultura). Com isso, um proponente pode apresentar uma mesma proposta ao FNC e repetir a submissão por meio do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet. Várias das inovações da IN nº 1/2017, no que se refere a características que levavam ao arquivamento imediato da proposta cultural no exame preliminar, foram eliminadas nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

- [...] e) tenha por objeto a construção de portais e réplicas em logradouros públicos;
- f) tenha por objeto a concessão de bolsa de estudos de graduação e pós-graduação ou aperfeiçoamento profissional e artístico de pessoas na área da cultura;
- g) contenham ações que se caracterizem como cultos religiosos, direcionados exclusivamente à doutrinação religiosa; e
- h) recaiam nas vedações ou extrapolem os limites previstos nesta instrução normativa, bem como nas rotinas de controle de segurança do Salic, mediante despacho motivado (art. 66, I)

Ultrapassado o exame preliminar (inciso I do art. 23 da IN nº 5/2017), o MinC passa ao exame da documentação, etapa descrita em um quadro comparado das exigências ou documentos requeridos, estabelecidos em cada uma das Instruções Normativas (ver Tabela 7).

Tabela 7. Comparação de exigências na etapa do exame preliminar de propostas.

EXIGÊNCIAS INICIAIS	IN Nº 1/2013*	IN Nº 1/2017	IN Nº 4/2017	IN Nº 5/2017
1.Preenchimento correto e completo do formulário do Salic	SIM	SIM	Não	Não
2.Adequação do proponente e da proposta, inclusive quanto à natureza cultural de ambos	SIM	SIM	Não	Não
3.Adequação do proponente e da proposta ao mecanismo de incentivo fiscal	Não	SIM	Não	Não
4.Planilhas orçamentárias e documentos técnicos	SIM	SIM	Não	Não
5.Aferição de produto/ações principal e secundário(a)s	Não	SIM	Não	Não
6.Definição do enquadramento do projeto (art. 18 ou art. 26)	SIM	SIM	SIM	SIM
7.Capacidade técnica do proponente de execução do projeto	Não	SIM	Não	Não
8.Verificação da duplicidade da proposta com FNC	SIM	Não	Não	Não
9.Medidas de acessibilidade, de democratização e contrapartidas sociais/ações culturais e educativas	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: elaboração do autor.

Na Tabela 7, o primeiro item é de natureza meramente formal. O segundo era uma exigência necessária na IN 1º 1/2013, mas não mais na IN nº 1/2017. No entanto, após a primeira aprovação, tanto na IN nº 1/2017 quanto nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, a comprovação de que a proposta é de fato de cultural e da adequação do proponente (comprovação de que tem experiência), continuou a ser obrigatória. Por essa razão, não parece fazer sentido a lacuna da exigência de comprovação de experiência do proponente nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, pois bastaria apresentar como exceção para a comprovação da adequação do proponente a situação em que este não tivesse nenhuma experiência cultural prévia.

A adequação da proposta ao mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet somente constava na IN nº 1/2017, ausência que, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 pode tornar o processo inicial um pouco mais célere, mas importando em maior acúmulo administrativo de eventuais propostas culturais que tenham de ser posteriormente arquivadas. Em vez de evitar os custos administrativos da tramitação e a burocratização de propostas cuja inadequação poderia já ser detectada logo de saída, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 postergam essa avaliação

e, ao contrário do defendido pelo Ministério, podem burocratizar a gestão do incentivo fiscal da Lei Rouanet.

Essa mesma lógica vale para planilhas orçamentárias e documentos técnicos. Embora o processo inicial possa se acelerar, mais cedo ou mais tarde, se houver captação mínima (ao menos 10%) o MinC é obrigado a avaliar administrativamente os itens que não mais são exigidos pela INs nº 4/2017 e nº 5/2017. Embora deem aparência de “desburocratização” no começo do processo, podem ter o efeito inverso no decorrer da tramitação das propostas culturais, que tendem a se transformar mais facilmente em projetos culturais e, assim, demandarem mais da Administração Pública do que se as propostas culturais de pronto identificadas como inadequadas fossem eliminadas com celeridade, antes mesmo de se transformarem em projetos culturais.

A efetividade da medida seria justificada pelo fato de que muitos projetos culturais não conseguem a captação mínima e, nesses casos, não seriam nem sequer analisados. No entanto, para os que obtiverem a captação mínima de 10%, o processo permanece “burocratizado” e ainda há o risco de que as inadequações não sejam devidamente corrigidas e que os procedimentos administrativos para corrigi-las ou para arquivar o projeto cultural consumam mais esforços e tempo da Administração do que antes. Portanto, é uma mudança que precisa ser cuidadosamente avaliada pelos órgãos de controle, pelo Parlamento e pela sociedade.

A aferição de quais são os produtos e ações principais e secundárias, bem como a verificação da capacidade efetiva do proponente de executar o projeto cultural foram, igualmente, inovações da IN nº 1/2017. Evitar proponentes com dificuldades de cumprir os objetivos do projeto cultural é um meio de promover eficiência no uso de recursos públicos e da máquina estatal.

No conjunto, o sentido das exigências implementadas pela IN nº 1/2017 na fase preliminar da submissão de propostas culturais, ao contrário de “burocratizar” essa etapa, era efetuar triagem mais cuidadosa das propostas já em seu nascedouro, com o intuito de evitar retrabalho, recursos administrativos,

trâmites desnecessários junto à entidades vinculadas ao MinC, contratação de pareceristas, mais processos na CNIC, enfim, gasto de tempo administrativo e dos recursos administrativos correspondentes. Exigir um pouco mais para a apreciação inicial das propostas culturais tinha o inquestionável benefício de proporcionar economia, celeridade e capacidade administrativa ao MinC para melhor acompanhar, monitorar, avaliar e fiscalizar os projetos culturais ativos.

Em nome de suposta “desburocratização”, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 eliminaram boa parte das exigências iniciais para avaliar a admissibilidade das propostas culturais. No entanto, reitera-se que a essa supressão de exigências na etapa preliminar não elimina o seu cumprimento em fases posteriores.

Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 remanesceram, portanto, apenas duas exigências de submissão para que uma proposta cultural não seja arquivada logo em sua primeira etapa (o exame prévio): a definição do enquadramento na Lei Rouanet (art. 18 ou art. 26) e a apresentação das medidas de acessibilidade, de democratização e ações educativas.

No entanto, é nesse segundo ponto da etapa inicial de submissão das propostas culturais que os textos das Instruções Normativas mais diferem. A IN nº 1/2013 não ditava nada a esse respeito. A IN nº 1/2017 estabeleceu, na submissão da proposta, o exame “das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das contrapartidas sociais às características do projeto cultural”. A IN nº 4/2017 alterou esse texto para uma avaliação “quanto à previsão das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das ações complementares de conscientização para a importância da arte e da cultura, considerando as características do projeto cultural”.

Como se nota, a “acessibilidade” e a “democratização” haviam sido mantidas, mas as “contrapartidas sociais” haviam sido substituídas por “ações complementares de conscientização para a importância da arte e da cultura” (texto genérico e que não encontrava eco em outras partes da mesma norma regulamentadora, seja nos dispositivos ou nos Anexos).

A IN nº 5/2017, menos de um mês depois, efetuou novas mudanças, suprimindo as “ações complementares” citadas e incluindo as “ações educativas”, ficando o texto vigente da seguinte forma: exame “quanto à previsão das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das ações educativas, considerando as características do projeto cultural”. Apesar de ter retificado a expressão pelo uso de outra prevista na norma regulamentadora, a IN nº 5/2017 apresentou inconsistência interna. Os únicos projetos culturais dos quais se exigem “ações educativas” são os planos anuais e plurianuais, não ocorrendo o mesmo com os demais projetos culturais, que são a maioria. Por essa razão, é inconsistente a exigência de que todas as propostas culturais prevejam ações educativas, uma vez que estas são obrigação apenas para os planos anuais e plurianuais, nos termos da própria IN nº 5/2017.

Os recursos em caso de propostas culturais não admitidas são previstos nas quatro Instruções Normativas em análise, mantendo-se, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, texto similar ao da IN nº 1/2017: “O prazo máximo de análise das propostas culturais é de 60 (sessenta) dias, podendo ser ampliado para até 120 (cento e vinte dias), quando se tratar de projetos de restauração do patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra”.

Vencida a etapa inicial da admissibilidade formal, e não sendo a proposta cultural arquivada, o MinC efetua sua transformação em projeto cultural, determinando o enquadramento no art. 18 ou 26 da Lei Rouanet. Os arts. 68 e 69 da IN nº 1/2017 previam recursos administrativos específicos para os proponentes questionarem esse enquadramento. Essa inovação da IN nº 1/2017 foi substituída nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 pela previsão de prazos menores para a CNIC apresentar eventual discordância, com o acréscimo de que se não houver pronunciamento da CNIC em cinco dias, a norma regulamentar determina que isso significa aceitação tácita da Comissão a esse respeito e de que o proponente não tem direito de apresentar recursos administrativos nessa etapa.

Finalizado o enquadramento do projeto cultural, é publicada a Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados no *Diário Oficial da União*, com o que o proponente pode, como o próprio nome da Portaria sugere, iniciar a captação de recursos em conta bancária aberta especificamente para essa finalidade. Alguns detalhamentos vinculados à Portaria que existiam na IN nº 1/2017 (já menos extensos que aqueles contidos na IN nº 1/2013) foram retirados nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

§ 1º Os proponentes deverão manter regulares suas situações fiscais e previdenciárias, o que será verificado previamente à publicação, por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS e do Cadastro Informativo de Crédito Não Quitados do Setor Público Federal, bem como a regularidade junto ao MinC.

§ 2º Na impossibilidade do MinC aferir a regularidade de que trata o § 1º deste artigo, será solicitada a informação junto ao proponente.

Art. 71. A Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados conterá, pelo menos:

- I - o número de registro do projeto no Pronac;
- II - o título do projeto;
- III - o nome do proponente e respectivo CPF ou CNPJ;
- IV - o valor autorizado (Custo do Projeto) para captação de recursos incentivados;
- V - o prazo de captação;
- VI - o prazo de execução; e
- VII - enquadramento legal, conforme Anexo IV.

Parágrafo único - *[sic]* Em caso de ocorrência de constatação de erro material que interfira nas informações de aprovação do projeto, o Ministério da Cultura poderá retificar ou revogar a Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados.

Com a Portaria já publicada e a captação tendo iniciado, nova etapa do processo é descrita a seguir: “Art. 26. Após a captação mínima de 10% (dez por cento) do valor autorizado, o proponente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, adequar o projeto à realidade de execução, **conforme o fluxo disponibilizado no Portal da Lei Rouanet**” (IN nº 5/2017; os grifos consistem em acréscimos em relação à IN nº 4/2017, a qual, por sua vez, resumiu três dispositivos da IN nº 1/2017 em um único, dilatando o prazo para eventual adequação do projeto cultural de dez para trinta dias a contar da obtenção da captação mínima de 10%).

Ressalte-se que o prazo do *caput* do art. 26 da IN nº 5/2017 destina-se especificamente a “adequar o projeto à realidade da execução”, ou seja, presta-se ao ajuste de valores, rubricas, objetivos, em suma, serve para remodelar o projeto o quanto se desejar e em qualquer aspecto. Note-se que, nessa ocasião, o projeto já alcançou captação de ao menos 10% dos recursos da proposta cultural inicial. Como na atual regulamentação não se faz mais análise prévia da adequação da proposta em relação à capacidade de execução efetiva, esse novo procedimento pode facilitar a proponentes apresentarem propostas que sabem que não serão cumpridas ou que não são viáveis (o que não será mais examinado previamente pelo MinC), e que poderão ser adaptadas posteriormente, depois de já obtida parte da captação, ficando a cargo da Administração Pública ter de determinar as possíveis sanções *a posteriori* por eventuais inadequações, irregularidades, bem como ter de acionar aparato de controle e acompanhamento mais complexo.

Em texto similar nas INs nº 1/2017 (art. 72, § 2º), nº 4/2017 (art. 26, § 3º) e nº 5/2017, **não estão sujeitos à captação mínima de 10%** para que sejam submetidos às avaliações subsequentes do MinC

[...] projetos de proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, os museológicos, de planos anuais e plurianuais de atividades, de manutenção de corpos estáveis, de equipamentos culturais, os aprovados em editais públicos ou privados com

termo de parceria, ou os que possuam contratos de patrocínios ou termo de compromisso de patrocínio, que garantam o alcance do percentual previsto no caput ou projetos apresentados por instituições criadas pelo patrocinador na forma do § 2º do art. 27 da Lei nº 8.313, de 1991 (art. 26, § 3º da IN nº 5/2017).

Para os projetos culturais sujeitos à captação inicial de 10% para que venham a ser analisados, “o prazo máximo para a conclusão do exame da adequação é de 30 (trinta) dias, podendo ser ampliado para até 60 (sessenta) dias no caso de projetos que envolvam o patrimônio histórico ou construção de imóveis” (art. 26, § 4º da IN nº 5/2017). A IN nº 1/2013 não trazia essa previsão, implementada pela IN nº 1/2017, esta última sem a possibilidade de extensão para sessenta dias nos casos especificados. A ampliação de prazo foi criada pela IN nº 4/2017 e permanece na IN vigente.

O atual “exame de adequação” do projeto cultural engloba parte das exigências que, pela IN nº 1/2017, constavam da etapa inicial do exame de admissibilidade da proposta cultural. Essa etapa passou a ser executada pelo MinC após a captação mínima de 10% após a publicação da Portaria. A lógica dessa inversão consiste em não obrigar o Ministério a examinar projetos que talvez nem captem recursos ou que o façam em percentuais insuficientes (abaixo de 10%). No entanto, se a análise for feita somente após os 10% de captação, isso significa que há recursos na Conta Vinculada para essa finalidade. Em caso de inadequação do projeto cultural, cabe à Administração Pública sancionar ou desfazer tudo o que já foi feito, inclusive proceder ao cancelamento da Portaria de captação.

Qual é o custo maior para a máquina pública: avaliar antes e reduzir e facilitar o processo administrativo depois — mesmo tendo que analisar propostas que podem não captar recursos — ou não ter de analisar parte dos projetos culturais que não captam o suficiente e ser obrigado a recuar nos que captarem os 10% e se mostrarem, só então, inadequados? Qual é a melhor decisão em termos de controle, fiscalização, monitoramento e gestão?

São questões não triviais e que as Instruções Normativas nº 4/2017 e nº 5/2017 trataram sem que aparentemente tenha havido estudo de impacto da IN nº 1/2017 (até pelo período curto de sua vigência) e avaliação criteriosa dos prós e dos contras dos *trade-offs* envolvidos. Ademais, as sucessivas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, publicadas com intervalo de menos de um mês, sugerem possível açodamento do MinC ao ter publicado a IN nº 4/2017.

Vencido o prazo para eventuais readequações da execução do projeto cultural (em regra, até trinta dias após a captação mínima de 10%), abre-se nova etapa, na qual “o projeto será encaminhado para unidade de análise técnica, a qual deverá apreciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento” (art. 27, INs nº 4/2017 e nº 5/2017). Esse prazo pode ser prorrogado em mais 120 dias “quando se tratar de projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra” (art. 27, § 4º). É aqui que se emite parecer técnico acerca do projeto cultural. “Art. 28. Após emissão do parecer técnico, o projeto cultural será encaminhado à CNIC para apreciação, com vistas à homologação da execução” (INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

A diferença das INs nº 4/2017 e nº 5/2017 para as INs nº 1/2017 e nº 1/2013 é significativa nessa etapa do parecer técnico (que antecede a apreciação da CNIC). Na IN nº 1/2013, havia amplo grau de detalhamento dos critérios orientadores para a elaboração dos pareceres técnicos. Na IN nº 1/2017, estes foram sintetizados em menos dispositivos e, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, nada se trata a esse respeito: há apenas a referência do prazo de trinta dias para os pareceres técnicos e já se segue para o encaminhamento para a CNIC.

Na IN nº 1/2017, constavam as seguintes diretrizes para os pareceres técnicos, todas suprimidas nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

Seção VIII

Do Parecer de Análise Técnica e dos Pareceristas

Art. 74. As unidades técnicas realizarão todos os procedimentos necessários para a correta emissão dos pareceres técnicos sobre os produtos ou projetos culturais, abordando, no mínimo, os seguintes tópicos e requisitos:

I - ser redigido de forma clara, concisa, tecnicamente coerente, devendo manifestar-se quanto ao projeto, à adequação das fases, dos preços a serem praticados e do orçamento do projeto, de acordo com as políticas do MinC, sendo conclusivo, com recomendação de aprovação ou reprovação, devidamente fundamentada, independentemente dos subsídios oferecidos ou obtidos para análise;

II - adequação das estratégias de ação aos objetivos, assinalando-se, claramente, no parecer, se as etapas previstas são necessárias ou suficientes à sua realização e se são compatíveis com os prazos e custos previstos;

III - adequação das medidas de acessibilidade e democratização do acesso ao público às características do projeto cultural;

IV - repercussão local, regional, nacional e internacional do projeto, conforme o caso;

V - compatibilidade dos custos previstos com os preços praticados no mercado regional da produção, destacando-se o que se mostrar inadequado, com a justificação dos cortes efetuados, quando for o caso, indicando as fontes de pesquisa;

~~VI - atendimento dos critérios e limites de custos estabelecidos pelo Ministério da Cultura.~~ (alterado pela IN nº 2/2017/MinC)

VI - atendimento dos critérios e limites de custos definidos na legislação e estabelecidos pelo Ministério da Cultura. (NR)

Art. 75. A pedido do proponente, e desde que justificadamente caracterizada a inviabilidade da apreciação do projeto cultural

pela CNIC em tempo hábil, o Presidente da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, em regime de urgência, poderá aprovar o projeto ou a sua adequação à realidade de execução, ad referendum da manifestação da CNIC (art. 38, § 1º, do Decreto nº 5.761, de 2006).

§ 1º Somente após a conclusão do parecer técnico pela unidade de análise com sugestão de aprovação, o pedido de urgência poderá ser dirigido à secretaria competente, aos cuidados da área detentora do processo, que será analisado em até 10 (dez) dias, recomendando a avocação do projeto ao Presidente da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, se julgar cabível o pedido, podendo rejeitá-lo prontamente se verificar que a inclusão na pauta da CNIC não interferirá na execução do projeto.

§ 2º Para análise do projeto em regime de urgência, o Presidente da CNIC poderá solicitar manifestação individual de membro da comissão, da Assessoria de Controle interno - AECl - ou da Consultoria Jurídica do MinC.

§ 3º O Presidente da CNIC poderá, de ofício, em caráter excepcional e por motivos relevantes, avocar os processos na fase em que se encontrem.

Os pareceres técnicos constituíam uma das fragilidades detectadas na avaliação dos projetos culturais da Lei Rouanet desde mais de dez anos atrás. Por essa razão, o detalhamento, ainda que pudesse até ser inefetivo em certos contextos, ao menos servia de referência para que os órgãos de controle e a Administração Pública pudessem monitorar e fiscalizar o procedimento administrativo do MinC. Sem esses parâmetros, a verificação da adequação dos pareceres técnicos pode se tornar mais difícil, sujeita a interpretações mais subjetivas e casuísticas, oferecendo, ao que parece, menor capacidade de controle do processo por parte dos Poderes Públicos.

Obtido o parecer técnico, o projeto cultural é encaminhado para a CNIC, para “apreciação, com vistas à homologação da execução” (art. 28, INs nº 4/2017 e nº 5/2017). A IN nº 1/2017 detalhava o processo de homologação, em dispositivo que foi suprimido nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

Art. 77. Após a apreciação da CNIC, o projeto será submetido à decisão da autoridade máxima da secretaria competente, com vistas a sua aprovação definitiva por homologação, por meio de assinatura eletrônica.

Parágrafo único. O projeto aprovado em portaria vincula as partes após sua homologação, com as eventuais alterações ocorridas entre a aprovação preliminar e a decisão homologatória, não sendo cabível, posteriormente, a alteração unilateral de seus termos e condições por parte do proponente ou do Ministério da Cultura.

Por outro lado, dispositivo que se manteve praticamente intacto, com pequena variação, nas INs nº 1/2017 (art. 80, § 3º), nº 4/2017 (art. 28, § 1º) e nº 5/2017, foi a possibilidade de transferência dos recursos captados para um outro projeto do mesmo proponente, em caso de não homologação da execução do projeto:

Havendo a decisão de não homologação da execução do projeto, será facultada a transferência dos recursos captados para um único projeto aprovado do mesmo proponente, desde que sejam acolhidas as justificativas do proponente e apresentada(s) a(s) anuência(s) do(s) incentivador(es) pessoa(s) jurídica(s), e dada ciência ao(s) incentivador(es) pessoa(s) física(s), o que implicará no arquivamento definitivo do projeto transferidor (art. 28, § 1º da IN nº 5/2017).

Essa medida ainda necessita de tempo para uma avaliação concreta de sua conveniência e de sua eficácia para equilibrar o aperfeiçoamento da gestão administrativa da Lei Rouanet e a capacidade de monitoramento e

fiscalização dos projetos culturais. Flexibilização dessa regra somente ocorre para projetos que envolvam patrimônio cultural, museus e memória, caso em que a eventual não homologação da execução permite remanejamento para um ou mais projetos, do mesmo ou de outro(s) proponente(s), desde que haja anuência destes, que recebem os valores e dos incentivadores; ademais, a transferência deverá ser também submetida à avaliação pelo IPHAN e IBRAM.

Se o remanejamento para outro(s) projeto(s), em qualquer caso, não for aprovado, os valores captados devem ser direcionados ao FNC em até trinta dias. A IN nº 1/2017 previa a possibilidade de vários recursos administrativos ao indeferimento da homologação de transferência de valores entre projetos (art. 78 e *caput*, § 1º e 2º do art. 79), os quais foram suprimidos nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017.

Ainda em relação às transferências de recursos de um plano anual ou plurianual para outro, conforme o art. 42 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, “o saldo transferido deverá somar-se aos recursos já captados para fins de atingimento dos limites de movimentação financeira do projeto vigente” (§ 1º) e, “caso o pleito não seja aprovado ou não ocorra o pedido em um prazo de até 30 (trinta) dias, os recursos serão recolhidos ao FNC, dispensada a anuência do proponente” (§ 2º).

3.19 Fluxos administrativos II: execução do projeto cultural

Conforme a IN nº 1/2013, os recursos captados deveriam ficar em Conta Captação, vedada a movimentação, até que se atingisse o mínimo de 20% da captação de recursos autorizada pelo MinC; só então os valores seriam transferidos para a Conta Movimento, que, como o nome indica, permitia a movimentação dos recursos lá depositados para a execução do projeto cultural.

A IN nº 1/2017 alterou o processo de movimentação financeira, de modo a que haja apenas uma única conta, denominada Conta Vinculada. Enquanto não forem atingidos os 10% da captação inicialmente autorizada, o projeto cultural não é avaliado, somente ocorrendo a homologação específica para a sua execução após alcançado esse patamar. Homologado o projeto

cultural, e após eventuais ajustes, correções e modificações, a movimentação dos valores somente é permitida quando se chega ao mínimo de 20% de captação dos recursos autorizados. Operacionalmente,

A primeira movimentação para o Cartão da Conta Vinculada será efetuada pelo MinC após consulta da regularidade dos proponentes, por meio de trilhas de controle, para pessoas físicas ou jurídicas e seus dirigentes, junto ao Salic, e por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais (CQTF) e do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que as demais movimentações dos recursos captados posteriormente, para projetos na modalidade de Conta Vinculada, dar-se-ão por este Ministério, de forma automática (art. 31 da IN nº 5/2017).

O patamar de 20% para a movimentação de recursos tem algumas exceções. Não é seguido no caso dos planos anuais e plurianuais, sendo suficiente uma captação correspondente a um mês do plano (1/12 em planos anuais, 1/24 em planos plurianuais de dois anos, 1/36 em planos plurianuais de três anos e 1/48 em planos plurianuais de quatro anos) para que seja permitida a movimentação dos recursos. Se essa permissão garante agilidade às grandes instituições culturais — e é razoável quando se trata de um plano anual (representando 8,3% da captação) —, pode ser uma autorização excessivamente célere quando se trata, por exemplo, de um plano plurianual de três ou quatro anos, com exigência de fração muito reduzida do total previsto para captação (4,16% em plano bienal, 2,7% em plano trienal e 2,08% em plano quadrienal).

O problema central dos planos plurianuais de longa duração consiste na dificuldade maior de acompanhamento, monitoramento, fiscalização, controle e avaliação por parte do MinC, que não raro mal consegue fiscalizar projetos mais simples. A ampliação dos planos passou de um ano (IN nº 1/2013), para até dois anos (IN nº 1/2017) e depois para até quatro anos (INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

Há outras exceções em que os 20% não precisam ser alcançados para que o MinC autorize o início da movimentação dos valores captados. A IN nº 1/2017 dispunha da seguinte forma:

Art. 81, § 3º Projetos já homologados poderão ter a movimentação de recursos autorizada antes de atingidos os limites previstos neste artigo, nas seguintes situações:

I - urgente restauração de bem imóvel, a critério da secretaria competente, desde que os recursos captados sejam suficientes para sustar os motivos da urgência;

II - projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio que garanta o percentual mínimo estipulado;

III - projetos que obtenham outras fontes de recursos, desde que comprovadas, que garantam o percentual mínimo estipulado e mediante solicitação de alteração das fontes de financiamento por meio do Salic.

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 mantiveram essas exceções no art. 30, § 3º, tendo detalhando mais o inciso I citado anteriormente e acrescentando outro inciso: “IV - valores de outras fontes poderão ser considerados para atingimento do limite de 20% para liberação da movimentação financeira, desde que seja reduzido do valor total autorizado para captação” (art. 30, § 3º, IV das INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017, no entanto, fazem concessão antes inexistente às empresas de produtos fumígenos, que na IN nº 1/2017 eram vedadas de patrocinar e também de doar, sob incentivo, valores para projetos culturais (parágrafo único do art. 15 da IN nº 1/2017, cuja redação foi dada pela IN nº 2/2017). Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, tais empresas fumageiras continuam proibidas de **patrocinar** projetos, mas se lhes permite fazer **doações** para projetos culturais: “Patrocínios realizados por empresas de produtos fumígenos resultarão em comunicação do fato à Receita Federal do Brasil para

cancelamento do benefício fiscal eventualmente usufruído pelo incentivador, **ressalvada a possibilidade de doações**” (art. 30, § 4º da IN nº 5/2017, em vigor, e art. 30, § 3º, V da IN nº 4/2017, já revogada; os grifos não são do original).

Salvo alguma retenção judicial de valores na Conta Vinculada, as INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017 convergem ao adotar a seguinte regra: “Antes da emissão do cartão e do início da execução financeira do projeto, será facultado ao proponente requerer a transferência dos recursos captados” (art. 29, § 3º das INs nº 4/2017 e nº 5/2017 e art. 80, § 3º da IN nº 1/2017). Ou seja, essas normas permitiram a possibilidade de transferência de valores entre projetos não restrita à hipótese de não homologação da execução do projeto pelo MinC, mas voluntariamente, por solicitação do proponente.

Superada a barreira de 20% para iniciar a movimentação financeira destinada à execução dos projetos culturais, ressalvadas as exceções antes mencionadas, o limite de saques para pequenos pagamentos foi elevado de cem reais diários (art. 53, § 3º da IN nº 1/2013) para mil reais diários sem que seja necessária autorização específica, cheque nominal ou destinação mais rígida para a verba (art. 82, § 2º da IN nº 1/2017 e art. 31, § 1º das INs nº 4/2017 e nº 5/2017). A condição é que os itens de despesa tenham valor máximo nesse patamar, de modo que o proponente não possa “fracionar” uma despesa total de determinado item, que custe, digamos, cinco mil reais em cinco saques ocorridos ao longo de cinco dias.

O objetivo da ampliação do limite de saques é permitir maior agilidade aos proponentes na execução do projeto cultural e manter fiscalização mais rígida para itens de despesa acima desses limites. Como outras medidas, ainda é prematuro efetuar avaliação segura acerca da elevação do limite de saque para mil reais. A questão a se avaliar é em que medida será efetivo o equilíbrio do *trade-off* agilidade do proponente X capacidade de fiscalização dos Poderes Públicos dos gastos de projetos culturais.

Decerto o acompanhamento em tempo real dos gastos, instituído pela IN nº 1/2017, é mais eficaz do que a sistemática vigente até a IN nº 1/2013,

mas a calibração do limite diário de saque de valores ainda precisa ser objeto de monitoramento acurado. Movimentar até mil reais por dia pode significar a permissão para movimentar, em média, até trinta mil reais por mês. Talvez fosse produtiva a introdução de algum tipo de mecanismo que “disparasse” alerta quando um proponente usasse, por exemplo, mais de 70% do limite dos mil reais diários por mais de 21 dias, o que permitiria verificar se o proponente está tentando burlar a fiscalização da aplicação dos saques diários.

Os demais aspectos da movimentação financeira dos recursos incentivados do projeto cultural permaneceram praticamente inalterados nas quatro Instruções Normativas.

Foi alterado, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o prazo de captação, que era de até 24 meses (12 prorrogados por igual período) na IN nº 1/201, para até 36 meses (12 prorrogados por mais 12 automaticamente pelo MinC, se houver recursos captados em conta, e por outros 12 adicionais por solicitação do proponente). Aparentemente, a medida foi adotada em função da dificuldade de captação de recursos generalizada que se verificou em 2017, muito menor em seu cômputo total do que nos anos pretéritos, inclusive no imediatamente anterior (2016).

No entanto, esses prazos máximos podem ser ainda mais dilatados (nas INs nº 1/2017, nº 4/2017 e na atualmente vigente nº 5/2017) em casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados, em “projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis [...], desde que não exceda 6 (seis) exercícios fiscais” (art. 85, § 1º, I da IN nº 1/2017 e art. 33, § 1º, I das INs nº 4/2017 e nº 5/2017) e, apenas nas INs nº 1/2017 e nº 5/2017 (mas não na IN nº 4/2017), em caso de “apresentação de contrato de patrocínio ou documento que comprove ter sido o projeto contemplado em seleções públicas” (art. 85, § 1º, II da IN nº 1/2017 e art. 33, § 1º, III da IN nº 5/2017). Planos anuais ou plurianuais são os únicos que não podem ter seus prazos máximos dilatados.

As normas regulamentares determinam não apenas o prazo de captação, mas também sobre o prazo de execução do projeto cultural. As INs nº

1/2013 e nº 1/2017 tinham dispositivos diferentes com regras para esse aspecto, os quais foram reunidos em um único artigo nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

Art. 35. O prazo de execução do projeto será registrado no Salic, não estando limitado ao exercício fiscal corrente, mas sim ao cronograma de execução apresentado pelo proponente, sendo que o prazo de execução abrangerá a fase de pós-produção do projeto, limitada a 60 (sessenta) dias, exceto no caso de produção audiovisual, que poderá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias.

3.20 Fluxos administrativos III: alterações no projeto cultural

A proposta cultural pode ser alterada quando da avaliação do projeto cultural pelo MinC, e antes da homologação que autoriza a sua execução. Entretanto, não apenas nesse momento pode haver mudanças no projeto cultural. Já superada a barreira da admissibilidade dos 10% captados para avaliação do MinC e dos 20% para iniciar a movimentação financeira do projeto, novas alterações podem ocorrer, no decurso da execução.

Para tanto, o proponente precisa solicitar ao MinC permissão para mudar item(ns) de execução, no mínimo trinta dias antes de sua realização efetiva. Em um dos raros pontos em que as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 ficaram mais rígidas do que a IN nº 1/2017, fica estabelecido que qualquer alteração apenas pode ser analisada pelo MinC “após a liberação para movimentação de recursos” (ou seja, o patamar de ao menos 20% de captação em relação ao autorizado pelo MinC quando da homologação da execução), embora fique implícito que podem até ser solicitadas antes. Na IN nº 1/2017, unicamente “as alterações de nome do projeto, proponente e Plano de Distribuição” seriam objeto de análise só depois da liberação para movimentação de recursos, do que se depreende que outras alterações poderiam ser analisadas antes pelo Ministério.

Inovação que aparece nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 consiste em previsão de que, se o MinC não responder solicitação de alteração no projeto cultural em até trinta dias, fica automaticamente aprovada a alteração. Isso promove mais celeridade para o proponente mas, considerando as conhecidas

dificuldades de fiscalização do MinC, permite que eventuais burlas aos objetivos do projeto possam ocorrer, voluntariamente ou não, por responsabilidade do Ministério.

Conforme a IN nº 1/2013, a alteração de valores de itens orçamentários específicos não demandava a aprovação prévia do MinC, caso fosse de até 20%. A partir da IN nº 1/2017 e até o presente, as alterações sem necessidade de autorização do MinC podem montar em até 50% do item em questão, desde que o orçamento total não seja mudado. Alterações e remanejamentos que superem esse patamar precisam de autorização do MinC, contanto que não sejam itens recusados anteriormente na aprovação do projeto cultural.

Nos termos do § 1º do art. 37 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, “prescindirão da prévia autorização do MinC as alterações de valores de itens orçamentários do projeto, dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item inicialmente aprovado”. No entanto, não fica claro se o valor do item “inicialmente aprovado” se refere à aprovação da proposta cultural quando ela se converte em projeto (logo na admissibilidade) ou à aprovação após os 10% de captação destinada à homologação do MinC para autorizar a movimentação uma vez tenham sido captados ao menos 20% dos valores aprovados. Pela lógica, o correto é que a interpretação da norma se refira à aprovação do projeto após o parecer técnico e o pronunciamento da CNIC.

Do modo similar a outras alterações, remanejamentos orçamentários somente serão analisados — e, nesse caso específico, ainda mais: somente poderão ser solicitados — a partir da liberação para movimentação de recursos (superação dos 20% da captação total planejada, ressalvadas as exceções já citadas).

As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 dão mais tempo para que o proponente possa solicitar aumento dos valores totais de captação:

Art. 38. O proponente poderá solicitar complementação do Custo Total do projeto para captação (Anexo I), desde que comprovada

sua necessidade e que tenha captado, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) *[na IN nº 1/2017, esse número era de 60%]* e que não exceda 50% (cinquenta por cento) do valor já aprovado, considerando o valor da aplicação financeira, apresentando: justificativa da complementação e detalhamento dos custos referentes às etapas a serem complementadas.

Em caso de aprovação do pedido de aumento do valor total a ser captado, é necessária a publicação de nova Portaria de Autorização de Captação de Recursos Incentivados.

Contrariamente, solicitações de redução do valor captado já podem ser feitas, segundo as INs nº 4/2017 e nº 5/2017, após captados 20% do total de recursos (ou seja, desde o momento em que se autoriza a movimentação financeira) — “desde que não comprometa a execução do objeto nem represente redução superior a 40%” (art. 39); anteriormente, a IN nº 1/2017 exigia 60% de captação para que essa redução fosse efetuada. Nessa situação, não se exige mais, tal como na IN nº 1/2017, publicação de nova Portaria. Trata-se de calibração sobremaneira adequada e necessária ao aperfeiçoamento da regulamentação da Lei Rouanet.

3.21 Fluxos administrativos IV: acompanhamento, fiscalização e avaliação de resultados

O acompanhamento dos projetos culturais foi alterado de maneira mais significativa desde a IN nº 1/2017. No § 1º do art. 75 da IN nº 1/2013, era obrigação do proponente apresentar relatório trimestral durante a execução do projeto, sendo que o último relatório obrigatoriamente devia descrever a conclusão do projeto e consolidar as informações dos relatórios parciais. O prazo para a entrega do último relatório era de trinta dias após o fim do **prazo de execução** do projeto (e não necessariamente após o fim da execução, caso isso ocorresse antes do prazo máximo para tanto).

Na IN nº 1/2017 (texto mantido nas IN nº 4/2017 e nº 5/2017) a trimestralidade foi retirada, estabelecendo, em seu lugar, a comprovação da execução pelo proponente “no Salic ao longo do projeto, e da disponibilidade de

informações de consumo no Portal da Transparência”. Em evidente avanço, seguindo inclusive recomendações dos órgãos de controle, o acompanhamento da execução deixou de ser feito por relatórios físicos - que eram entregues ao MinC, que na prática não tinha condições operacionais administrativas de monitorar o andamento dos projetos ativos - para ter de ser inserido no Salic - ou seja, por meio digital, não mais com a possibilidade de relatório em papel - e publicizado no Portal da Transparência, o que contribui e facilita a fiscalização e os mecanismos de controle.

A expressão “ao longo do projeto” substituiu a trimestralidade, mas seria mais adequado manter alguma periodicidade mínima para a apresentação das informações sobre os projetos. Afinal, se o acompanhamento é “ao longo do projeto”, em tese nada impede que o proponente lance dados apenas ao fim de cada ano. Períodos demasiadamente longos podem, contrariamente, dificultar a fiscalização dos projetos ativos, não apenas pelo MinC, mas também pelos demais órgãos e entidades dos Poderes Públicos (Ministério da Transparência, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, Polícia Federal, Receita Federal e outros).

Uma solução possível seria manter a obrigatoriedade de acompanhamento do projeto no Salic e no Portal da Transparência, “ao longo do projeto”, acrescentando periodicidade de atualização das informações sobre todos os itens do projeto não inferior a um bimestre, por exemplo.

Seguindo as recomendações dos órgãos de controle, a IN nº 1/2017 inseriu dispositivos essenciais na regulamentação, os quais foram mantidos nas IN nº 4/2017 e nº 5/2017:

§ 2º A análise *[do acompanhamento dos projetos]* também se dará por sistema de verificação de trilhas de controle disponibilizadas pelos órgãos de controle, que fará a indicação daqueles projetos que se encontram com a execução fora da curva programada.

§ 3º Os modelos de trilhas serão disponibilizados pelos órgãos de controle para implementação na fase de execução e comprovação das ações, conforme Anexo VII.

§ 5º A avaliação da comprovação realizada durante a fase de execução será feita pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento da execução atuando nos desvios apontados pelo Salic. (parágrafos do art. 97 da IN nº 1/2017 e do art. 43 da IN nº 4/2017 e nº 5/2017).

Foi retirado o § 4º do art. 97 da IN nº 1/2017 nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017): “§ 4º A comprovação de que trata o § 1º deve ser feita em campo específico, disponibilizado no Salic e acompanhada de documentos comprobatórios, a partir do início da execução das etapas previstas no projeto”.

Por sua vez, o § 6º do art. 97 da IN nº 1/2017 tinha a seguinte redação: “§ 6º Em caso de denúncias, demandas de órgãos de controle ou indícios de irregularidades, o projeto poderá ser encaminhado ao setor competente para análise de alcance de resultados, que atuará nos desvios apontados pelo Salic”. O texto foi replicado no § 5º do art. 43 da IN nº 4/2017, com o acréscimo sublinhado a seguir:

§ 5º Em caso de denúncias, demandas de órgãos de controle ou indícios de irregularidades, o projeto poderá ser encaminhado ao setor competente para análise de alcance de resultados, que atuará nos desvios apontados pelo Salic, **podendo o proponente ser notificado para que apresente esclarecimentos no prazo não superior a 5 (cinco) dias, sob pena de imediata suspensão da execução do projeto** (os grifos não são do original).

A IN nº 5/2017, em vigor, revogou a IN anterior, replicando essa parte do texto da IN nº 4/2017, mas com a ampliação do prazo para esclarecimentos de cinco para dez dias:

§ 5º Em caso de denúncias, demandas de órgãos de controle ou indícios de irregularidades, o projeto poderá ser encaminhado ao setor competente para análise de alcance de resultados, que atuará nos desvios apontados pelo Salic, podendo o proponente ser notificado para que apresente esclarecimentos no prazo não superior a **10 (dez) dias**, sob pena de imediata suspensão da execução do projeto (os grifos não são do original).

Note-se que o texto dita que o proponente **poderá** ser notificado para apresentar esclarecimento, o que abre margem para que ele possa não ser notificado — a critério da Administração —, o que, por sua vez, faria não levar à eventual “imediata suspensão da execução do projeto”. Esse é um dispositivo que poderia ser aperfeiçoado com a substituição do “podendo o proponente ser notificado” por redações como “sendo o proponente notificado” ou “devendo o proponente ser notificado”.

As INs nº 1/2017 (art. 97, § 7º), nº 4/2017 e nº 5/2017 (art. 43, § 6º) determinam que se “o proponente deixar de realizar alguma comprovação prevista no § 1º *[que dispõe sobre o acompanhamento a ser inserido no Salic e publicizado no Portal da Transparência]*, o MinC o notificará, uma única vez, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação do projeto”. Essa obrigatoriedade de resposta célere a questionamentos quanto à transparência da execução dos projetos foi um dos avanços relevantes em relação à IN nº 1/2013.

Em caso de irregularidades na execução, o § 9º do art. 97 da IN nº 1/2017 previa o seguinte:

§ 9º Verificada vantagem indevida ao incentivador durante a execução do projeto, conforme art. 38, será determinada a imediata suspensão do projeto, assinalando-se ao proponente prazo não superior a 20 (vinte) dias para reverter a irregularidade, sob pena das sanções do art. 30 da Lei nº 8.313, de 1991 *[“Art. 30. As infrações aos dispositivos deste capítulo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o doador ou patrocinador ao pagamento do valor atualizado do Imposto*

sobre a Renda devido em relação a cada exercício financeiro, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação que rege a espécie”].

Em função desse dispositivo, foram retiradas, para evitar redundância, as previsões da IN nº 1/2013 de que, a qualquer momento, o MinC poderia determinar a inadimplência ou a inabilitação cautelar de projeto, as quais, na ocasião, poderiam ser suspensas se o proponente apresentasse esclarecimentos satisfatórios em vinte dias.

A IN nº 4/2017 alterou essa previsão, no § 8º do art. 43. Por um lado, bastam, na regulamentação vigente, “indícios” de vantagem financeira ou material indevida durante a execução do projeto para que o MinC seja acionado. Por outro, a ação do Ministério foi invertida, o que se configura em afrouxamento da sanção anteriormente prevista: o MinC não mais determina a suspensão imediata do projeto, para notificação e eventual reversão da suspensão (como ocorria na IN nº 1/2017), mas primeiramente notifica o proponente e, somente se não houver esclarecimento adequado, suspende o projeto:

§ 8º Verificados indícios de vantagem financeira indevida ou material ao incentivador durante a execução do projeto, notificar-se-á o proponente para que apresente esclarecimentos em prazo não superior a 5 (cinco) dias, sob pena de imediata suspensão do projeto, bem como da aplicação das sanções do art. 30 da Lei nº 8.313, de 1991.

A IN nº 5/2017 manteve a mesma lógica no § 8º do art. 43 (punir somente após notificação), com ampliação do prazo para dez dias:

§ 8º Verificados indícios de vantagem financeira indevida ou material ao incentivador durante a execução do projeto, notificar-se-á o proponente para que apresente esclarecimentos em prazo não superior a **10 (dez) dias**, sob pena de imediata suspensão do projeto, bem como da aplicação das sanções do art. 30 da Lei nº 8.313, de 1991 (os grifos não são do original).

Dois dispositivos novos da IN nº 1/2017 em relação à IN nº 1/2013 dispunham sobre o acompanhamento das medidas de acessibilidade e de democratização:

§ 10. Na fase de execução, verificadas impropriedades no cumprimento das medidas de acessibilidade, democratização do acesso, bem como dos planos de divulgação e distribuição, será oportunizada medida compensatória, visando a regularização do projeto.

§ 11. A medida compensatória prevista no parágrafo anterior será proposta pelo proponente e realizada após aprovação do MinC, devendo ser concretizada dentro do prazo de execução do projeto, com aderência ao objeto aprovado.

Esses dois parágrafos do art. 97 foram transformados no § 10 do art. 43 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017:

§ 9º Na fase de execução, verificadas impropriedades no cumprimento das medidas de acessibilidade, de democratização do acesso ou do plano de distribuição, o proponente poderá oferecer medida compensatória, para ser concretizada dentro do prazo de execução do projeto, com aderência ao objeto aprovado.

Curiosamente, nesse parágrafo foi mantida a expressão “democratização do acesso”, ao invés da “ampliação do acesso”, conceito este preponderante nos dispositivos já mencionados, neste Estudo, no subitem “Democratização do acesso”.

3.22 Exceções a práticas indevidas

De todos os impactos das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, um dos mais significativos — e um dos menos divulgados nos meios de comunicação, e menos comentados e avaliados pela opinião pública — foi a inclusão de exceções ao que se pode considerar práticas indevidas na aplicação do mecanismo de

incentivo fiscal da Lei Rouanet. A inserção de tópicos que não mais se configuram como não cumprimento (ou cumprimento apenas parcial) do objeto, desvio de finalidade, benefícios a proponentes e incentivadores **tornou as ações que são objeto de regulamentação da Lei Rouanet menos suscetíveis de fiscalização**, com potencial para prejudicar o controle do uso de recursos públicos e tornar menos difícil a eventual apropriação indevida privada do incentivo fiscal por parte de proponentes e incentivadores de má-fé.

Enquanto a IN nº 1/2017 apresentava uma série de inovações positivas no sentido de acolher as recomendações dos órgãos de controle e de proporcionar maior controle social e fiscalização sobre os projetos culturais, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 caminham em sentido oposto no art. 44.

O art. 44 da IN nº 4/2017 (revogada) assim dispunha:

Art. 44. Para os efeitos do § 1º do art. 23 da Lei 8.313, de 1991, não configuram vantagem indevida as seguintes práticas realizadas de comum acordo entre incentivadores e proponentes, desde que comprovadamente estipuladas em negócio jurídico pré-existente não condicionado à fruição do benefício fiscal:

I - veiculação da imagem institucional ou nome do incentivador em peças de divulgação além das aprovadas pelo Ministério da Cultura;

II - fornecimento de produtos ou serviços do incentivador ao projeto cultural, desde que comprovada a maior economicidade ou exclusividade;

III - programas de relacionamento e ações similares de prospecção de potenciais incentivadores individuais e quaisquer ações de ativação de marcas, desde que realizadas com recursos próprios do patrocinador;

IV - concessão de acesso a ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ao projeto cultural;

V - comercialização do produto cultural em condições mais favoráveis a público determinado em função do incentivador; e

VI - delimitação de espaços a público determinado em função do incentivador.

A Lei Rouanet dispõe, no § 1º de seu art. 23, que “constitui infração a esta Lei o recebimento pelo patrocinador, de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio que efetuar”. A IN nº 4/2017 inovou negativamente ao listar as situações que não deveriam ser entendidas como vantagens indevidas aos patrocinadores. A primeira condição para enquadramento nessas exceções era que as vantagens em questão tenham sido “comprovadamente estipuladas em negócio jurídico pré-existente não condicionado à fruição do benefício fiscal” (caput do art. 44).

No entanto, essa regra era, no mínimo, frágil — tendo sido mantida na IN nº 5/2017. Afinal, nem todas as pessoas jurídicas podem ser incentivadoras (doadoras ou patrocinadoras) na Lei Rouanet, mas apenas aquelas que apuram seu imposto com base em seu lucro real. Como já demonstrado anteriormente, percentualmente são poucas empresas que se enquadram nessa situação, representando entretanto grande volume de capital. São empresas que muito frequentemente já lidam com a Lei Rouanet ou não têm dificuldade operacional de obter os benefícios do mecanismo de incentivo fiscal se assim o quiserem, por contarem com estruturas jurídicas e de contabilidade mais expressivas.

Não é difícil imaginar que empresas habituadas à Lei Rouanet cumpririam apenas formalmente a condição “estipular negócios jurídicos pré-existentes” não condicionados à fruição do benefício fiscal, quando esse texto era vigente, unicamente para poderem ser incluídas nas exceções do art. 44. A fiscalização de eventuais vantagens indevidas tenderia, como se pode verificar, a ficar mais dificultada. Algum contrato pré-existente poderia ser usado como justificativa apenas para burlar o enquadramento de determinado benefício como vantagem indevida. Como se verificará, a IN nº 1/2017 negativamente flexibilizou esse ponto, eliminando até mesmo essa exigência.

Nas condições então determinadas pelo *caput* do art. 44 da IN nº 4/2017, os incisos I, III e V permitiam publicidade explícita do incentivador para o público do projeto cultural, o que persiste na IN nº 5/2017, com alterações de

redação que afrouxaram e tornaram ainda mais indefinida a separação entre práticas indevidas e legítimas/legais/regulamentares. Não somente o incentivador obtém o benefício fiscal, mas também os recursos públicos (obtidos por meio da isenção fiscal) que podem lhe financiar a propaganda da marca no âmbito do projeto cultural. O inciso II permitia ao incentivador fornecer produtos e serviços diretamente ao projeto cultural, de modo que virtualmente ganha uma reserva de mercado de caráter praticamente exclusivo.

O inciso IV, “concessão de acesso a ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ao projeto cultural”, somado ao V, “delimitação de espaços a público determinado em função do incentivador”, era particularmente delicado – e foi mantido na IN nº 5/2017 -, com grande potencial de que a permissão contida na norma regulamentar dificulte a aplicação do § 2º do art. 2º da Lei Rouanet, que determina ser “vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso”.

Com essa redação, os incisos IV e V do art. 44 da IN nº 4/2017, mantidos na IN nº 5/2017, podem levar a que os legalmente proibidos produtos ou obras exibidas em circuitos privados com limitações de acesso possam ser justificados como supostos ensaios, apresentações ou outras atividades “associadas ao projeto cultural”, ocorrendo algo similar com os espaços “VIP”. Como distinguir objetivamente, para fins de fiscalização, um produto de projeto cultural diante desse contraste entre Lei e norma regulamentar? A delimitação prática entre ambos é, no mínimo, difícil, o que cria grave óbice para o acompanhamento, o monitoramento, a fiscalização e o controle de situações de potencial benefício indevido de incentivadores.

Em muitos dos projetos culturais sobre os quais recaíam sérias suspeições de irregularidades por parte dos órgãos de controle e da Polícia Federal, constatava-se a ocorrência de situações como essas listadas no art. 44 da IN nº 4/2017 e mantidas na IN nº 5/2017, que, por isso, talvez seja uma das

mudanças mais polêmicas dessa norma regulamentar. Aparentemente, para justificar esse múltiplo benefício para os incentivadores (isenção fiscal, propaganda, reserva de mercado, fornecimento privilegiado de produtos ou serviços ao proponente, flexibilização efetiva da proibição de divulgação em espaços com limitações de acesso), o Ministro da Cultura assim declarou aos meios de comunicação: “a Lei será mais eficaz se, em vez de se impor, ela absorver o modo como o mercado funciona” (Sá e Autran, 2017, p. 1).

Esclareça-se que a IN nº 4/2017 já foi revogada, pouco de um mês depois, pela IN nº 5/2017, mas esta última, em vigor, reproduziu em grande medida o teor já constante na norma anterior:

Art. 44. Para os efeitos do § 1º do art. 23 da Lei 8.313, de 1991, não configuram vantagem indevida as seguintes práticas:

I - Ações adicionais realizadas pelo patrocinador, pelos proponentes ou pelos captadores destinadas à prospecção comercial, programas de relacionamento, ampliação da divulgação ou promoção do patrocinador e de suas marcas e produtos, desde que com a comprovada anuência do proponente e custeadas com recursos não-incentivados;

II - Fornecimento de produtos ou serviços do incentivador ao projeto cultural, desde que comprovada a maior economicidade ou exclusividade;

III - Concessão de acesso a ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ou não ao projeto cultural; e

IV - Comercialização de produtos e subprodutos do projeto cultural em condições promocionais no local do evento (IN nº 5/2017).

No *caput*, o art. 44 atualmente vigente fica ainda mais flexível do que era na IN nº 4/2017, pois não há mais a condicionalidade de as atividades que constituem exceções às vantagens indevidas de patrocinadores sejam “realizadas de comum acordo entre incentivadores e proponentes, desde que comprovadamente estipuladas em negócio jurídico pré-existente não condicionado à fruição do benefício fiscal”. Essa parte foi sumariamente suprimida na IN nº 5/2017.

Com isso, as exceções referidas podem não ser realizadas em comum acordo entre incentivadores e proponentes (ou seja, podem ser impostas pelos patrocinadores e doadores) e a norma regulamentar não mais proíbe os incentivadores de condicionar suas doações/patrocínios ao cumprimento, por parte dos proponentes, das exceções permitidas. Como se pode verificar, se o poder dos incentivadores sobre os projetos culturais já era tradicionalmente grande, com a IN nº 5/2017 ele se fortalece ainda mais, dificultando a delimitação de fronteira clara entre benefícios indevidos e legítimos/legais/regulamentares.

O inciso I do art. 44 da IN nº 5/2017 combina partes dos incisos III e I do art. 44 da IN nº 4/2017, mas com teor ainda mais flexibilizado em favor dos incentivadores. São permitidas “ações adicionais” não somente de patrocinadores, as quais já eram ditadas pela IN nº 4/2017, mas também dos proponentes e inclusive dos captadores, “destinadas à **prospecção comercial**” - na IN nº 4/2017, permitia-se unicamente a “prospecção de potenciais incentivadores individuais” como exceção.

Como se verifica, com a IN nº 5/2017 aumenta muito o leque de atividades que não são mais consideradas como benefícios indevidos dos incentivadores, os quais, com essa norma, podem condicionar proponentes e captadores a realizarem ações de prospecção comercial em seu benefício, sem recair em irregularidade. Apesar da exigência de que, para não serem considerados benefícios indevidos, as atividades de prospecção comercial, programas de relacionamento e publicidade das marcas devam contar “com a comprovada anuência do proponente e [ser] custeadas com recursos não incentivados”, a pressão dos potenciais incentivadores sobre proponentes para exigir contrapartidas de propaganda é um fenômeno que facilmente pode ocorrer.

O único inciso que foi retirado do art. 44 da IN nº 5/2017 foi a “delimitação de espaços a público determinado em função do incentivador”, o que era um excesso evidente da IN nº 4/2017 e, ao que tudo indica, contrastava flagrantemente com os dispositivos da Lei Rouanet. Por sua vez, o inciso V do art. 44 da IN nº 4/2017 - “comercialização do produto cultural em condições mais

favoráveis a público determinado em função do incentivador” - foi substituído pelo inciso IV do art. 44 da IN nº 5/2017: “comercialização de produtos e subprodutos do projeto cultural em condições promocionais no local do evento”.

O atenuante do novo texto foi indicar a obrigatoriedade das “condições promocionais” para que essa exceção não se configure em vantagem indevida, mas incluiu-se a possibilidade, não prevista na IN nº 4/2017, de comercialização também de “subprodutos do projeto cultural” (e não somente dos “produtos”), o que confere maior liberalidade para que os incentivadores tenham influência excessiva e se beneficiem comercialmente do projeto cultural sem recair na caracterização expressa de “vantagem indevida”. Os incisos II e IV do art. 44 da IN nº 4/2017 permaneceram com seus textos iguais na IN nº 5/2017, apenas mudando a numeração, respectivamente, II e III.

Resumidamente, o que se pode afirmar em relação ao texto vigente é que os benefícios aos incentivadores foram excessivamente ampliados, tendendo a reduzir a autonomia dos proponentes na execução dos projetos culturais e concedendo, para além do benefício fiscal, fartos meios de publicidade, de reserva de mercado e de prospecção comercial no âmbito do novo marco normativo.

A nova medida tende a dificultar sobremaneira a interpretação de quais atividades se enquadram nas exceções do art. 44 da IN nº 5/2017 e quais outras se incluem nas proibições que se configuram como benefício indevido e produtos/apresentações/atividades com restrições ao acesso, nos termos da Lei Rouanet. Essa situação cria óbices severos à fiscalização e ao controle dos projetos culturais, não somente por parte do MinC, mas também pelos órgãos de controle, com repercussões em termos jurídicos e, especificamente, penais.

3.23 Fluxos administrativos V: fiscalização, relatório final e avaliação dos resultados

A fiscalização dos projetos culturais não sofreu mudanças significativas da IN nº 1/2017 para as INs nº 4/2017 e nº 5/2017. A mudança fundamental na operacionalização da fiscalização já havia ocorrido com a IN nº

1/2017, que inseriu dois dispositivos novos (arts. 98 e 99), organizados em Seção específica, em relação à IN nº 1/2013.

De modo similar, a IN nº 1/2013 fazia menção breve ao relatório final no dispositivo que determinava a entrega de relatórios parciais trimestrais ao longo da execução do projeto cultural. Na IN nº 1/2017, foi criada Seção específica para dispor acerca do relatório final, praticamente mantida na integralidade nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. O ponto central dessa etapa consiste na exigência de que os gastos financeiros sejam comprovados no Salic (ou seja, por meio eletrônico e não mais em papel) conforme os débitos forem realizados.

Essa medida, produto das recomendações dos órgãos de controle, contribuiu para maior controle durante a execução e não apenas depois da conclusão do projeto. O prazo do relatório final, que era de trinta dias após o término do prazo de execução na IN nº 1/2013, foi elevado para sessenta dias nas INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017. Na prática, no entanto, se o proponente não apresenta no prazo o relatório final, ele tem mais vinte dias, pois o não cumprimento dos sessenta dias enseja a declaração de inadimplência e a notificação, a partir da qual o proponente tem esses vinte dias adicionais para regularizar a situação (art. 101, § 1º da IN nº 1/2017 e art. 48, § 1º das INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

Os itens obrigatórios para a confecção do relatório final foram, em grande medida, mantidos nessas três normas regulamentares. A única exigência que foi eliminada nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 foi o inciso VII do art. 101 da IN nº 1/2017: “VII - comprovação da distribuição dos produtos culturais resultantes da execução do projeto, conforme previsto no Plano de Distribuição e nos seus detalhamentos constantes do projeto aprovado”. Embora tenha sido apenas esse o item suprimido, seria relevante conhecer a motivação para tanto.

Poder-se-ia alegar certa redundância com o inciso III, mas este último exige apenas um exemplar de cada produto, e não a comprovação da distribuição conforme as cotas exigidas. A comprovação da distribuição integral — e não somente de exemplares isolados de cada produto — é que permite à

Administração Pública verificar se efetivamente o proponente cumpriu as medidas de “ampliação do acesso”/“democratização do acesso”).

3.24 Fluxos administrativos VI: avaliação sobre a execução e o arquivamento

A avaliação final do projeto cultural é composta de análise do objeto (responsabilidade do MinC) e análise financeira (o MinC verifica as planilhas orçamentárias, mas a parte propriamente fiscal é de responsabilidade da Receita Federal). Uma das inovações das INs nº 4/2017 e nº 5/2017 é que o IBRAM (museus) e o IPHAN (patrimônio cultural) devem auxiliar o MinC no caso de projetos cujos objetos envolvam essas áreas. Em termos gerais, a IN nº 1/2017 estabeleceu os seguintes parâmetros de avaliação, vigentes atualmente:

- I - avaliação do objeto e das ações preponderantes do projeto registradas na análise técnica;
- II - avaliação das inconformidades, apontadas pelo sistema Salic, quando da comprovação do plano orçamentário e metas físicas e financeiras pactuadas; e
- III - procedimento de análise pormenorizada, em caso de denúncia de irregularidade, sujeita a juízo de admissibilidade pelo MinC (art. 104).

No art. 50 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017 há alterações de redação pouco significativas em relação a esses incisos do art. 104 da IN nº 1/2017 e, principalmente, acrescentaram nova exigência para proponentes cujos projetos tenham custo total superior a R\$ 3 milhões:

- IV - será obrigatória a apresentação de estudos de impactos econômicos nos projetos com o Custo Total (Anexo I) igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mensurando externalidades positivas como emprego, renda, PIB, dentre outros; [sic] e o valor dos referidos estudos poderá ser lançado na planilha orçamentária.

A avaliação da execução dos projetos culturais pode conduzir a três resultados: aprovação, aprovação com ressalvas e reprovação. Para a aprovação, na IN nº 1/2013, era necessária aplicação regular dos recursos e avaliação técnica satisfatória. Nas INs nº 1/2017 e nº 4/2017 o texto foi aperfeiçoado, exigindo-se “integral execução do objeto” ou “execução parcial adequada à captação parcial de recursos” (expressões mais precisas do que a anterior “avaliação técnica satisfatória”) e “não [serem] apontadas inadequações na execução financeira” (fórmula similar à “aplicação regular de recursos” já constante na IN nº 1/2013). Na IN nº 5/2017 vigente foram acrescentados a esses dois itens pré-existentes, um terceiro: “sanadas todas as ocorrências apontadas em fase de diligências” (art. 51, I, alínea “c”). Este acréscimo é aperfeiçoamento relevante para a aprovação sem ressalvas.

A aprovação com ressalvas ocorria, conforme a IN nº 1/2013, quando a avaliação era insatisfatória, mas não havia descumprimento do objeto nem prejuízo ao erário público, ou caso o projeto não captasse recursos suficientes para sua execução plena, sem que isso descaracterizasse o cumprimento do objeto ou causasse danos ao erário público. A lógica do não descumprimento do objeto permaneceu nas normas regulamentares subsequentes, de modo distinto. A aprovação com ressalvas, desde a IN nº 1/2017, passou a ocorrer quando há alteração do objeto sem anuência do MinC, mas quando isso não implicasse descumprimento. Em suma, o problema residia apenas no fato de o proponente não reportar aos Poderes Públicos as alterações efetivamente realizadas.

Outros casos que ensejam aprovação com ressalvas também passaram a ser previstos nas INs nº 1/2017 e nº 4/2017: não atendimento do Manual de Identidade Visual do MinC, não apresentação de permissão de direitos autorais, alteração de produto principal (contanto que isso não caracterize desvio de finalidade, situação proibida pela Lei Rounet) e alterações no Plano de Distribuição que não redundem em descumprimento da acessibilidade e do princípio da “democratização” do acesso (lembre-se, mais uma vez, que as IN 4º/2017, esvaziou parcialmente o princípio da “democratização do acesso”,

transformando-o em “ampliação do acesso”, mas não subtraiu por completo a expressão “democratização do acesso”, ainda que esta tenha menor força e aplicabilidade objetiva mais limitada na atual redação da norma regulamentar).

A IN nº 4/2017 havia acrescentado uma única situação nova em relação à IN nº 1/2017 na qual era possível a aprovação com ressalvas: “g) valor de devolução ínfimo [sic] hipótese em que a aprovação estará condicionada ao ressarcimento” (IN nº 4/2017, art. 51, I, alínea “g”). O item foi suprimido na IN nº 5/2017, provavelmente pelo fato de que a expressão “valor ínfimo” é vaga: se um projeto cultural tem planilha orçamentária total de R\$ 50 mil, R\$ 500,00 pode ser um valor ínfimo, mas se outro projeto tem orçamento de R\$ 50 milhões, R\$ 50 mil (valor que pode ser o total em um único projeto) seria um valor ínfimo.

Uma opção, caso o Poder Executivo desejasse manter esse ponto, seria apresentar uma porcentagem máxima para definir o que é, objetivamente, um “valor ínfimo”, ou simplesmente retirar essa expressão e determinar apenas uma porcentagem máxima para o valor de devolução. De todo modo, efetuar qualquer patamar de corte nesse sentido também não seria adequado, por uma questão de conseguir calibrar adequadamente essa proporção. Parece razoável, portanto, o MinC ter suprimido a alínea citada na norma atualmente vigente.

Adicionalmente, as INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017 esclarecem que “aprovação, com ou sem ressalvas, não exime o proponente de eventuais obrigações em relação a terceiros” (parágrafo único do art. 106 da IN nº 1/2017 e parágrafo único do art. 51 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017), ou seja, a aprovação de projeto não é “carta branca” para os compromissos contratuais, administrativos e financeiros de proponentes com outras partes envolvidas.

No que se refere à reprovação de projeto cultural, são condições comuns às quatro Instruções Normativas, para tanto, o descumprimento do objeto e a omissão na prestação de contas. Na IN nº 1/2013, considerava-se causa de reprovação, também, prestação de contas irregular (mesmo que o projeto tivesse cumprido seu objeto, sem desvio de finalidade). Como a dinâmica da prestação

de contas foi alterada nas INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017 (com o acompanhamento em tempo real), é provável que esse tenha sido o motivo para suprimir a prestação de contas irregular como causa de reprovação. Em substituição, foi acrescentada a seguinte circunstância: “c) descumprimento na execução financeira em decorrência da não observância aos requisitos contidos nesta Instrução Normativa” (alínea “c” do inciso III do art. 106 da IN nº 1/2017 e alínea “c” do inciso III do art. 51 da INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

Afora as três possibilidades de avaliação dos projetos culturais, há também uma quarta e distinta situação: a previsão de arquivamento, que, conforme fica melhor esclarecido nas INs nº 1/2017, nº 4/2017 e nº 5/2017, não se relaciona a “avaliação” (positiva ou negativa) dos projetos, mas se refere à mera constatação de “inexecução por justa causa” (parágrafo único do art. 107 da IN nº 1/2017 e parágrafo único do art. 52 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017). O arquivamento era definido, na IN nº 1/2013 quando, ao término do prazo de execução, não havia captação suficiente de valores (sem uso dos recursos) ou quando havia captação suficiente, mas esses valores não eram usados, com subsequente recolhimento ao FNC. A IN nº 1/2017 manteve a mesma lógica do dispositivo, efetuando ajustes de redação. A inovação da IN nº 4/2017, replicada na IN nº 5/2017, foi a inserção de uma ressalva: o arquivamento somente ocorre se, caso o projeto cultural tenha a sua execução iniciada e depois interrompida, os recursos remanescentes não sejam transferidos para outro projeto, nas condições permitidas na norma regulamentar (art. 52 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

Sendo arquivado o projeto cultural ou tendo sido efetuada sua avaliação (aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação), esse resultado é publicado em Laudo Final do MinC no *Diário Oficial da União* e registrado no Salic, nos casos de arquivamento ou aprovação. Ambos os meios também ocorrem no caso de aprovação com ressalvas ou reprovação, com a diferença de que, nesses casos específicos, também são enviadas, como notificações oficiais complementares ao proponente, mensagem de correio eletrônico e correspondência com aviso de recebimento.

A IN nº 1/2013 previa prazo de 30 dias para notificação aos proponentes e recolhimento dos recursos remanescentes nos casos de arquivamento, aprovação com ressalva e reprovação (arts. 91 e 92). As INs nº 1/2017 e nº 4/2017 suprimiram essas previsões, enquanto a IN nº 5/2017, em vigor, retomou parte do mecanismo em seu art. 54, com mudança do prazo para 20 dias destinados à notificação aos proponentes e recolhimento dos recursos remanescentes, prevendo essa situação somente para o caso específico de reprovação dos projetos culturais.

Em projetos que tenham sua execução regular iniciada e que, posteriormente sejam reprovados, há a seguinte previsão, também constante do art. 54 da IN nº 5/2017: “II - apresentar proposta de ações compensatórias para conclusão do objeto de projeto com execução regularmente iniciada”, item que parece não ter sido incluído apenas por erro material por ocasião da publicação da IN nº 4/2017.

De todo modo, as ações compensatórias, previstas nos casos de reprovação, devem ser aprovadas pela CNIC em até 60 dias e devem ter prazo máximo de execução de 180 dias. Após o fim de sua execução, o proponente tem mais 30 dias para comprovar a execução das ações compensatórias e a CNIC outros 60 dias adicionais para apresentar à Secretaria do MinC responsável Parecer Técnico conclusivo acerca do cumprimento das medidas propostas.

A respectiva Secretaria (Sefic ou SAV, a depender do objeto) deve pronunciar-se em definitivo, considerando o parecer da CNIC (que se depreende não ser vinculante, embora isso se expresse apenas de forma tácita no texto das INs nº 4/2017 e nº 5/2017). **A Secretaria responsável não tem prazo específico para se manifestar “pela aprovação ou reprovação definitiva das contas do projeto”, o que é uma lacuna do regulamento.** Da decisão, o proponente tem 10 dias de prazo para recurso e o MinC mais 60 dias para responder ao recurso.

Quaisquer punições aos proponentes ficam suspensas enquanto não se tem a avaliação definitiva do projeto (incluídos os recursos

administrativos). Passados todos os prazos, o proponente que teve ações compensatórias indeferidas tem mais até 20 dias para recolher os recursos remanescentes devidos ao FNC.

Totalizam-se 420 dias (cerca de um ano e dois meses) — sem contar o prazo indefinido para a Secretaria proferir a decisão pré-recurso, que pode estender um pouco mais esse período — para que se tenha devolução de recursos indevidos para o poder público ou, em caso contrário, para a comunicação à Receita Federal para fiscalização tributária, encaminhamento da inscrição do proponente na dívida ativa da União e instauração de Tomada de Contas Especial, TCE).

Como se observa, a efetividade da aplicação dessa norma somente poderá ser adequadamente avaliada daqui a cerca de 4 ou 5 anos - correspondentes ao prazo para apresentação das propostas culturais (3 anos de projeto ativo e mais de um ano em caso de projetos reprovados e que apresentaram medidas compensatórias para reverter a reprovação).

3.25 Sanções

A lista de sanções previstas não teve alterações significativas nas quatro Instruções Normativas, centrando-se na declaração de inadimplência ou na inabilitação cautelar do proponente, as quais ensejam, cada uma, a aplicação de medidas punitivas específicas. Na IN nº 1/2013, a quantidade de medidas punitivas era bem mais restrita. As três Instruções Normativas subsequentes têm sanções similares (art. 114 da IN nº 1/2017 e art. 58 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

A diferença é que as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 preveem uma punição a mais, para além da declaração de inadimplência e a inabilitação cautelar: “aplicar a multa de que trata o art. 38 da Lei nº 8.313, de 1991, sempre que identificada conduta dolosa do incentivador ou do proponente” (inciso III do art. 58 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017). Para esclarecimento, o art. 38 da Lei Rouanet assim dispõe: “Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no

caso de desvio de objeto, será aplicada, ao doador e ao beneficiário, multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente”.

No caso de inabilitação cautelar, as INs nº 1/2017 (§ 1º do art. 114), nº 4/2017 e nº 5/2017 (§ 1º do art. 58) determinam que “o proponente será imediatamente notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade no prazo de 20 (vinte) dias”. Esse prazo não existia na IN nº 1/2013.

A inabilitação do proponente, que dura 3 anos (note-se, não se trata de “até três anos”, mas exatos “três anos”), decorrente de reprovação das contas de projeto cultural, leva a sanções (que não excluem eventuais outras punições administrativas, civis ou penais) que se consubstanciam em impossibilidade de:

- I - apresentação de novas propostas;
- II - prorrogação dos prazos de captação dos seus projetos em execução; e
- III - autorização para captação de novos recursos, o que importa em:
 - a) cancelamento de propostas em análise;
 - b) arquivamento de projetos sem movimentação de conta liberada; e
 - c) suspensão de projetos ativos, com o bloqueio de suas contas.
- IV - recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991 (art. 115 da IN nº 1/2017 e art. 59 das INs nº 4/2017 e nº 5/2017).

A IN nº 1/2017 inovou ao implementar a inabilitação reduzida (1 ano) em caso de sucessivas aprovações com ressalva: “art. 121. A cada 3 (três) aprovações com ressalvas, conforme art. 106, no período de 5 (cinco) anos, ficará o proponente impedido de apresentar propostas de projetos culturais por um ano”. A regra foi mantida nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, apenas com ajustes de redação: “art. 63. Para projetos aprovados na vigência desta Instrução Normativa,

a cada 5 (cinco) aprovações com ressalvas, conforme art. 51, inciso II, no período de 3 (três) anos, ficará o proponente impedido de apresentar propostas de projetos culturais por 1 (um) ano”.

As três Instruções Normativas citadas preservaram o mesmo parágrafo único desses artigos: “Parágrafo único. Em caso de reincidência da motivação da aprovação com ressalvas, a sanção prevista no caput será aplicada independentemente do período de ocorrência”. A inclusão desse mecanismo foi uma contribuição relevante da IN nº 1/2017 para a punição a proponentes de provável má-fé, sendo sua manutenção um mérito na regulamentação vigente.

As sanções prescrevem em cinco anos e os documentos devem ficar guardados pelo proponente após cinco anos (somente na IN nº 1/2013 esse prazo era mais dilatado: “art. 83. Cabe ao proponente [...] manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas”).

3.26 Parcelamento de débitos

O parcelamento de débitos de proponentes em dívida com a União ficou mais rigoroso da IN nº 1/2013 para a IN nº 1/2017. Não havia valor mínimo das parcelas na primeira norma regulamentar, este sendo elevado para R\$ 1.000,00 (“vinte vezes o valor do Vale-Cultura”). Igualmente, não havia teto máximo de parcelas, que foi estabelecido em 24 parcelas mensais. Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o valor mínimo da parcela foi corrigido em 100% (sendo elevado a R\$ 2.000,00), mas o período de pagamento máximo foi ampliado em até 60 parcelas (150% a mais de prazo).

Em um exemplo prático, isso significa que, na vigência da IN nº 1/2017, uma dívida de R\$ 120.000 tinha podia ser paga em 24 parcelas (dois anos) de R\$ 5.000,00. Com as INs nº 4/2017 e nº 5/2017, a regra mudou: uma dívida de R\$ 120.000,00 podia ser paga em 60 parcelas (cinco anos) de R\$ 2.000,00. Na prática, a medida foi benevolente para os devedores da Lei Rouanet, sobretudo os grandes devedores, se comparado com o modelo da IN nº 1/2017.

Outra diferença das INs nº 1/2013 e nº 1/2017 para as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 é que a mera rescisão do parcelamento (portanto o não pagamento de uma única parcela) importava em restituição da condição de inabilitação (que é suspensa se o proponente efetua o parcelamento). Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, a inabilitação ocorre somente após o não pagamento de três parcelas, consecutivas ou não (art. 64, § 2º).

Acresce-se que, de acordo com as quatro Instruções Normativas, a restauração da inabilitação por não pagamento de parcelas (uma no caso das INs nº 1/2013 e nº 1/2017 e três nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017) não pode ocorrer se transcorridos 5 anos. É por essa razão que a ampliação do prazo de parcelamento, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 não excede a 60 meses.

3.27 Tomada de Contas Especial (TCE)

A Tomada de Contas Especial (TCE) ocorre somente em caso de o proponente não restituir voluntariamente os valores devidos em caso de reprovação do projeto (ou de sucessivas aprovações com ressalvas).

A Instrução Normativa nº 1/2013 previa alguns dispositivos que definiam motivações e operacionalização para a TCE fora do capítulo destinado a essa temática:

Art. 74 [...]

§ 1º A não aplicação sem justa causa ou aplicação incorreta dos recursos públicos descritos neste artigo poderá ensejar a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º Considera-se justa causa a não captação de recursos dentro dos prazos regulamentares ou a sua captação em aporte insuficiente para a adequada execução do projeto.

[...]

Art. 90. [...]

Parágrafo único. A omissão na prestação de contas também é causa de reprovação, podendo ser sanada se apresentada até o julgamento da tomada de contas especial.

[...]

Art. 94-A. Esgotado o prazo para recolhimento dos recursos sem o cumprimento da decisão, constituir-se-á em mora o proponente devedor, e a recomposição do valor devido se dará com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC - acumulada mensalmente desde o mês seguinte ao da última consolidação, conforme o art. 91 ou o § 4º do art. 94, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, mais um por cento no mês do pagamento.

Parágrafo único. Constatada a hipótese do caput, caberá ao MinC adotar as medidas administrativas para inscrição do débito no SIAFI e, conforme as normas específicas aplicáveis, providenciar:

[...] II - a instauração de Tomada de Contas Especial para reposição do dano ao erário; [...]

Esses dispositivos foram retirados das Instruções Normativas subsequentes. Outros, constantes no capítulo da IN nº 1/2017, destinado a regulamentar a TCE, foram mantidos. Houve, também, acréscimo de dois dispositivos nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, a saber:

Art. 65. [...]

§ 2º O parcelamento ou pagamento de débito já encaminhado para inscrição em dívida ativa ou tomada de contas deve ser requerido e demonstrado perante as autoridades competentes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou do Tribunal de Contas da União, conforme o caso.

Art. 66. Caso haja necessidade de apuração de improbidade administrativa ou de dano ao erário não quantificável em sede de prestação de contas, o fato será comunicado à Procuradoria-

Geral da União, via Consultoria Jurídica, para adoção das medidas judiciais cabíveis.

3.28 Disposições finais e transitórias

Os últimos dispositivos das quatro Instruções Normativas são similares em muitos aspectos. Vale, apenas, registrar as modificações que mais chamam a atenção. As IN nº 1/2013 e nº 1/2017 tinham o seguinte texto:

As áreas técnicas do MinC poderão solicitar documentos ou informações complementares, devendo, para tanto, comunicar o proponente, informando o prazo de 20 (vinte) dias para resposta.

§ 1º O prazo do caput suspenderá o prazo de análise do MinC, podendo ser prorrogado pela área técnica uma única vez, automaticamente, por igual período, ao fim da vigência do prazo.

§ 2º Caso a resposta à diligência seja insuficiente, o proponente poderá ser diligenciado novamente, sendo interrompida a contagem do prazo de análise, reiniciando-se a partir da data de cumprimento das exigências. [...] (art. 108 da IN nº 1/2013 e art. 127 da IN nº 1/2017).

A IN nº 4/2017 suprimiu os §§ 1º e 2º citados, em seu art. 69, mas estes foram prontamente reinseridos, com redação similar, menos de um mês depois, com a publicação da IN nº 5/2017, o que sugere o quanto parece ter sido precipitada a edição da IN nº 4/2017.

Outra parte que deve ser destacada é a supressão do seguinte trecho da IN nº 1/2017 nas subsequentes:

Art. 129. A Secretaria Executiva consolidará em relatório o comprometimento da renúncia fiscal, com informações:

I - do valor total das captações por modalidade de incentivo (doação/patrocínio ou investimento) e tipo de incentivador (pessoa física ou jurídica);

II - do número de projetos em tramitação, individualizados por segmento.

Art. 130. O Ministro de Estado da Cultura, com base nos relatórios consolidados pela Secretaria Executiva, poderá, a qualquer tempo, definir novas diretrizes em razão da demanda e da política cultural.

Art. 131. As informações e os documentos que, por sua natureza, não possam ser inseridos no Salic pelo proponente, serão enviados ao MinC em meio tangível, mediante entrega no protocolo central, em Brasília, ou nas representações regionais, com a devida identificação da proposta ou projeto.

Art. 132. Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do Salic terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, por meio de utilização de assinatura eletrônica, cadastrada, mediante login do usuário, observando que são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

Por um lado, pode ser positiva a cessação, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, da possibilidade de entrega de documentos em meio tangível (salvo produtos cujas comprovações que não possam ser entregues eletronicamente, o que foi preservado na norma regulamentar vigente). Afinal, reduz-se ao mínimo absolutamente necessário a guarda de documentos e comprovações não eletrônicas pelo MinC, as quais tem o potencial de melhorar o processo de fiscalização.

Por outro, a desobrigação de a Secretaria-Executiva do MinC de consolidar relatórios a respeito da aplicação da Lei Rouanet consiste em possível retrocesso para a fiscalização e o controle, já tão difíceis, dos recursos públicos para o financiamento da cultura por meio do incentivo fiscal.

3.29 Anexos das Instruções Normativas

Não somente os dispositivos das Instruções Normativas foram alterados, ao longo dos cerca de quatro anos e meio das quatro normas regulamentares em análise. Alguns termos foram acrescentados e suprimidos no Glossário com as INs nº 4/2017 e IN nº 5/2017. “Ação de conscientização para a importância da arte e da cultura” constava nos dispositivos das INs nº 1/2017 e nº 4/2017, mas não mais da IN nº 5/2017, de modo que foi suprimido nessa última.

A “capacidade técnica” de executar o projeto cultural era um dos quesitos incluído pela IN nº 1/2017. No Glossário daquela norma, a sua definição aparecia como “capacidade técnico-financeira”. Na IN nº 4/2017, esse termo foi suprimido dos dispositivos, mas mantido no Glossário. Desse modo, a IN nº 5/2017 efetuou a retificação dessa ocorrência, suprimindo a “capacidade técnico-financeira” do Glossário.

As definições de “Conta Captação” e “Conta Movimento” se encontram nas quatro Instruções Normativas. Entretanto, desde a edição da IN nº 1/2017, não parece fazer sentido mantê-las no Glossário, uma vez que desde então, e, portanto, também nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, essas contas não mais existem, restando apenas a “Conta Vinculada”.

O “contrato de patrocínio” apareceu pela primeira vez na IN nº 1/2017 e teve sua definição ampliada na IN nº 4/2017 e depois mantida na IN nº 5/2017. Trata-se de um documento em que o incentivador se compromete a patrocinar projeto cultural específico de determinado proponente. Foi acrescentado o seguinte texto nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, que detalha os requisitos para que o documento possa ser caracterizado como “contrato de patrocínio”:

“[...] não apresentando condicionantes para o desembolso de recursos que gerem expectativa de patrocínio e que possa não se concretizar por parte unilateral do patrocinador, devendo conter para análise das demandas previstas neste instrumento que exijam sua apresentação:

- a) Referência ao patrocinador, ao proponente e ao projeto (com o número da Proposta ou Projeto);
- b) Descrição do valor;
- c) Data de validade; e
- d) Cronograma de desembolso.

Dois conceitos que aparecem unicamente nas INs nº 1/2017 e nº 4/2017, ambas não mais em vigor, são “controle e assessoria” e “coprodução”.

“Formação de plateias” é uma expressão que aparece unicamente nas INs nº 1/2017 e nº 4/2017, tendo sido suprimido da norma vigente, a IN nº 5/2017. A razão disso é que esse conceito estava presente nos dispositivos da IN nº 1/2017, foi retirado da IN nº 4/2017, mas equivocadamente permaneceu no Glossário dessa última, não somente sendo replicado, mas tendo sofrido alterações, que podem ser conferidas no Apêndice desse Estudo. Diante de mais um erro material no texto da IN nº 4/2017, a IN nº 5/2017 revogou a imediatamente anterior e excluiu do Glossário a “formação de plateias”.

Ainda nos conceitos, chama a atenção que a definição de “Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais” (constante na IN nº 1/2013 em relação a dispositivo que determinava ação do MinC a respeito do planejamento governamental da gestão da política de incentivo fiscal da Lei Rouanet), foi suprimido do Glossário na IN nº 1/2017, embora a expressão continuasse a aparecer em dispositivo daquela norma. Nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o termo não consta nem nos dispositivos nem no Glossário.

Por fim, vale ainda notar uma inovação no Glossário da IN nº 5/2017, ausente das outras três Instruções Normativas analisadas: o conceito de “XLV - Readequação orçamentária - ajustes de itens da planilha orçamentária que resulte em redução ou complementação de valores, bem como remanejamento entre itens/etapas maior que 50% (cinquenta por cento)”.

Outras modificações nas quatro Instruções Normativas podem ser verificadas nos demais Anexos dessas normas (Anexos II a VIII), dos quais

pode-se ressaltar o fato de que a IN nº 4/2017 parece ter esquecido de registrar as “INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL”. Estas apareciam na IN nº 1/2017 e, por provável erro material na edição da IN nº 4/2017, voltaram a ser inseridas na IN nº 5/2017.

A IN nº 5/2017 inovou, ainda, em relação às outras três analisadas, ao inserir, no anexo IV, o seguinte item: “SEGMENTOS CULTURAIS ENQUADRADOS NO ART. 18, § 3º, DA LEI Nº 8.313, DE 1991. OS INCENTIVADORES DE PROJETOS QUE SE ENQUADREM NA LISTAGEM DESTES ANEXOS FARÃO JUS AO BENEFÍCIO DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 18 DA LEI Nº 8.313, DE 1991. PARA OS DEMAIS PROJETOS, ENQUADRADOS NO ART. 25, DA LEI, OS INCENTIVADORES FARÃO JUS AO BENEFÍCIO DO ART. 26” (ver Apêndice).

4. NOTA SOBRE A ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROJETOS CULTURAIS

Embora não seja temática constante nas Instruções Normativas em análise, vale registrar breve nota sobre algumas alterações na etapa de análise dos projetos culturais, feitas por meio de outras normas regulamentares do MinC.

O limite de análise simplificada, que era de até R\$ 350 mil até meados de 2014, foi modificado para a faixa de R\$ 600 mil a R\$ 2 milhões, enquanto os projetos de até R\$ 600 mil tiveram a sua análise financeira dispensada caso o objeto fosse integralmente cumprido, nos seguintes termos, **sempre excetuadas as situações com indícios de irregularidades:**

Tabela 8. Comparação entre as Portarias MinC nº 86/2014 e nº 58/2016.

Portaria	nº 86, de 26 de agosto de 2014 (Ministra Marta Suplicy)	nº 58, de 10 de maio de 2016 (Ministro Juca Ferreira)
Dispensa de análise financeira	-	Até R\$ 600 mil
Análise simplificada, sempre que houvesse cumprimento integral da análise do objeto	Até R\$ 350 mil	De R\$ 600 mil a R\$ 2 milhões
Análise completa (para todos os projetos antes de 2014)	Acima de R\$ 350 mil	Acima de R\$ 2 milhões

Fonte: elaboração do autor.

A Portaria nº 58/2016 havia aberto a possibilidade de “aprovação com ressalva” no caso de haver impropriedades na comprovação financeira de projetos que apresentassem “f) faturas, recibos, notas fiscais, cheques emitidos e quaisquer outros documentos comprobatórios das despesas que não contenham o número do PRONAC”. Além disso, permitia que, em caso de cumprimento parcial do objeto, o projeto não necessariamente seria rejeitado, abrindo-se a possibilidade de se apurar o débito decorrente da parte não cumprida do objeto e assim aceitá-lo (art. 4º, § 3º).

O teor da Portaria foi analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a pedido do MinC, e também contou com manifestação da Controladoria-Geral da União (CGU) — hoje no Ministério da Transparência. Foi recomendada a revogação da Portaria, o que de fato ocorreu na gestão do Ministro Marcelo Calero, retornando-se à vigência dos termos constantes na Portaria nº 86/2014, o que se fez por meio da Portaria nº 126, de 30 de agosto de 2016 (ocorrida menos de quatro meses após a edição da Portaria nº 58/2016, a qual, desse modo, teve praticamente impacto nulo devido ao seu curto período de vigência).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afora as retificações formais, de linguagem, de sentido, de coerência e de adequação entre dispositivos e anexos, efetuadas pela IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017, houve supressões que a IN nº 4/2017 fez no

texto da IN nº 1/2017 sobre as quais a IN nº 5/2017 voltou atrás no mérito procedimental. Não foram muitos os registros dessa natureza, mas alguns desses casos ocorreram.

A IN nº 4/2017 vigorou por menos de um mês, sendo prontamente revogada e substituída pela IN nº 5/2017. Em vários aspectos, essa rápida mudança explica-se por uma série de erros formais cometidos na edição da IN nº 4/2017. Isso sugere a possibilidade de que a IN nº 4/2017 tenha sido elaborada apressadamente, até mesmo com certo açodamento, a ponto de ser necessária retificação praticamente imediata do texto.

O próprio Ministro da Cultura pronunciou-se quando do anúncio da IN nº 4/2017, no sentido de criticar as “sucessivas INs [anteriores à IN nº 4/201], que teriam aumentado a burocracia” (Sá e Autran, 2017, p. 1). Ora, se “sucessivas INs” eram um problema, a edição da IN nº 5/2017, menos de um mês após a IN nº 4/2017 foi decisão no mínimo curiosa. Ademais, a IN nº 1/2017 foi editada cerca de quatro anos após a similar anterior (IN nº 1/2013), que foi objeto de ajustes muito pontuais na subsequente IN nº 2/2017. Desse modo, não pareceu muito adequada a qualificação de “sucessivas INs” como um problema intrínseco para a operacionalização da Lei Rouanet.

Deixando-se de lado, no entanto, a questão do ritmo de edição de INs, mais relevante são as mudanças em seu conteúdo. A seguir, apresenta-se um breve resumo dos principais elementos constantes na nova regulamentação:

I. A mais significativa alteração operada pelas **INs nº 4/2017 e nº 5/2017** em relação às normas anteriores foi o conteúdo do **art. 44**, que **criou novas exceções no rol de práticas classificadas como ‘vantagem indevida dos incentivadores’**. Conforme se mostrou, **esse dispositivo cria dificuldades para que se definam com clareza e objetividade quais são as situações proibidas pela Lei Rouanet, em decorrência de seu art. 2º, § 2º e de seu art. 23, § 1º**. Esse é, talvez, o ponto mais delicado, implementado pela **IN nº 4/2017** e ainda mais **negativamente flexibilizado na IN nº 5/2017**.

Afinal, a normatização pode criar óbices para que a fiscalização do MinC, o acompanhamento dos órgãos de controle, o Ministério Público e a Polícia Federal e para o monitoramento e investigação de situações suspeitas e indícios de irregularidades. Do ponto de vista dos proponentes, a atual redação desse dispositivo confere maior poder efetivo de influência e decisão aos incentivadores (patrocinadores e doadores) em relação aos projetos culturais, que tendem a perder autonomia.

II. A referência expressa à **classificação indicativa** não constava nas Instruções Normativas nº 1/2013 e nº 1/2017, tendo sido incluída nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. O mesmo ocorre com o conceito **‘democratização do acesso’**, que, na IN nº 1/2013, vinculava-se à “condição socioeconômica, **etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação**”. Desde a edição da IN nº 1/2017 se constata a supressão de vários desses termos, todos englobados em “por sua condição socioeconômica ou por quaisquer outras circunstâncias”.

Observa-se, portanto, gradativa subtração formal de exemplos vinculados à diversidade e maior preocupação em salientar elementos relacionados ao controle das expressões artísticas e culturais. Entretanto, mesmo com essas supressões, a atual norma não impede que a democratização do acesso se paute por temáticas como gênero, etnia, deficiência e outras, tal como a classificação indicativa já se aplicava antes da edição das INs nº 4/2017 e nº 5/2017.

III. A ‘democratização do acesso’, eixo das INs nº 1/2013 e nº 1/2017, embora não tenha sido totalmente eliminada, foi em grande medida substituída pela noção mais inespecífica ‘ampliação do acesso’, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. Ocorreu nos textos não apenas uma mudança de tom da expressão, mas objetivamente introduziram-se dispositivos que fragilizam significativamente o dever constitucional do Estado com a democratização do acesso à cultura. Nesse mesmo sentido, o termo ‘Outras medidas de democratização’ foi substituído pelo genérico “Ações Complementares”, nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017.

IV. Cooperativas com no mínimo 20 cooperados e ao menos 2 anos de funcionamento não precisavam se restringir aos limites existentes de projetos e de valores nas INs nº 1/2013 e nº 1/2017; passaram ter de se submeter aos tetos de projetos e de valores nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. Essa medida representa potencial dano à democratização do acesso de trabalhadores da cultura cooperativados, no que se refere à apresentação de projetos no âmbito do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet.

V. Apenas planos anuais e plurianuais ficam obrigados, pelas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, a apresentar ações educativas.

VI. A regulamentação detalhada da garantia de oferta de obra intelectual em formato acessível às pessoas com deficiência foi inovação de grande mérito da IN nº 1/2017, e continua a ser exigida pela Lei Rouanet, em dispositivo incluído pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mas esse diploma legal indica que a forma de efetivação depende de regulamentação, algo que as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 não mais detalham, prejudicando ou podendo até mesmo inviabilizar na prática o cumprimento desse dever legal.

VII. Não se atribui mais à Sefic e à SAV, desde a edição da IN nº 1/2017, a expressa possibilidade de aplicar penalidades aos proponentes. Desde a IN nº 1/2017, também não é mais necessário ao proponente comprovar experiências em atividades culturais no primeiro projeto.

VIII. Quanto aos produtos e objetos principais executados no exterior, as INs nº 4/2017 e nº 5/2017 alteraram o estabelecido na IN nº 1/2017, que condicionava esses projetos culturais a tratar de temática brasileira, mas permitia que os custos fossem mais flexíveis em relação aos dos projetos executados no País, bem como não enquadrava os projetos no exterior ao limite do preço médio de ingresso ou produto. **As mudanças permitem que a temática dos projetos culturais no exterior não mais se vincule necessariamente à cultura brasileira e burocratiza essas iniciativas, pois ficam sujeitas ao teto de preços médios e não mais podem ter custos diferenciados.**

IX. O teto de remuneração do proponente por serviços prestados ao projeto cultural, que não existia na IN nº 1/2013, foi limitado em 20% pela IN nº 1/2017 e flexibilizado para 50% pelas INs nº 4/2017 e nº 5/2017. Deve-se lembrar que a remuneração do proponente foi um dos meios detectados pela Operação Boca Livre para embasar as acusações de uso fraudulento de recursos públicos da Lei Rouanet.

X. Planos de Trabalho Anual (PTAs), instrumentos de planejamento relevantes de gestão do MinC para a harmonização e alinhamento do mecanismo de incentivo cultural da Lei Rouanet com o Plano Anual do Pronac e com as peças do ciclo orçamentário (PPA e LDO), mantidos até a IN nº 1/2017, **foram sumariamente suprimidos nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017.**

XI. Empresas de produtos fumígenos eram proibidas de doar e de patrocinar projetos culturais no âmbito do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet. Desde a IN nº 4/2017, teor mantido na IN nº 5/2017. As empresas de fumígenos continuam a não poder patrocinar, mas **passaram a poder efetuar doações a projetos culturais**, alteração no mínimo polêmica e altamente questionável em relação às normas precedentes.

XII. Alongamento, para até 5 anos, do parcelamento de débitos de proponentes.

XIII. Quanto à fiscalização, vale salientar os seguintes aspectos:

1. As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 **não mais exigem** do proponente que for ente público a **previsão, no projeto cultural, dos prazos necessários determinados pela Lei**

de Licitações (Lei nº 8.666/1993). Sem isso, um projeto de ente público pode ser aprovado pelo MinC com calendário inadequado, gerando maiores custos e esforços de fiscalização, devido à maior chance de inexecução ou de execução inadequada do projeto. O impacto na celeridade de aprovação do projeto é ínfimo e os custos para o MinC tendem a ser maiores no médio e no longo prazo. Portanto, a medida parece desburocratizadora, mas cria mais embaraços e burocracia na atividade de acompanhamento, monitoramento e fiscalização por parte dos Poderes Públicos.

2. As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 **não mais exigem** do proponente fazer o registro fotográfico e/ou videográfico, em plano aberto e fechado, do projeto - o que era obrigação de grande mérito na IN nº 1/2017 -, dificultando a fiscalização dos projetos culturais.

3. **Em caso de indícios de vantagem financeira ou material indevida, o MinC não mais determina a suspensão imediata do projeto**, para notificação e eventual reversão da suspensão (isso ocorria na IN nº 1/2017). Segundo as INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o MinC primeiramente notificará o proponente e, somente se não houver esclarecimento adequado, suspenderá imediatamente o projeto. Esta medida consiste em afrouxamento da atuação do MinC nesse aspecto da fiscalização.

4. **Os Planos Plurianuais de instituições culturais podem ser de até 4 anos**, pelas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, o que representa maior facilidade para os grandes institutos culturais, mas **dificulta a fiscalização** do MinC da

adequada aplicação dos recursos, devido ao largo período de duração de um Plano e à quantidade de ações e atividades envolvidas. Possíveis inconsistências ou inadequações, que podiam durar no máximo dois anos (até a IN nº 1/2017), podem agora prolongar-se por até 4 anos, se a fiscalização do MinC, notória fragilidade da aplicação da Lei Rouanet, não for apropriada.

5. Subtração da definição de “preço médio” na IN nº 5/2017, podendo abrir precedente para que cada proponente justifique, com excessiva liberalidade e eventual má-fé, cálculos não devidamente padronizados, inadequados e de difícil acompanhamento, monitoramento, controle e fiscalização.

6. Diminuição das exigências na etapa de exame preliminar das propostas culturais promoverá, de fato, alguma celeridade na apreciação do que os proponentes submeterem ao MinC. Mesmo considerando que muitos projetos culturais não conseguem captar o mínimo de 10% (e por isso não precisarão, com as INs nº 4/2017 e 5º/2017, ser submetidos a escrutínio detalhado), nos casos em que houver essa captação mínima, o MinC não fica desobrigado de avaliar administrativamente os itens que não mais são exigidos por ocasião da apresentação da proposta cultural. Isso confere aparente “desburocratização” ao processo. Ela de fato ocorre no início da tramitação, mas pode provocar efeito inverso no decorrer do trâmite dos projetos que obtiverem captação mínima. Estes demandarão mais controle da Administração Pública, mais difícil por ser feito *a posteriori*. Antes, quando de pronto se identificavam propostas culturais como inadequadas, estas eram imediatamente eliminadas, antes mesmo de se

transformarem em projetos culturais e de criarem custos administrativos, de acompanhamento e fiscalização para o MinC.

Qual é o custo maior para a máquina pública: avaliar antes e reduzir e facilitar o processo administrativo depois — mesmo tendo que analisar propostas que podem não captar o mínimo de 10% dos recursos — ou reduzir as análises iniciais e ser obrigado a recuar nos projetos que capturem os 10% e se mostrarem, só então, inadequados?

7. As INs nº 4/2017 e nº 5/2017 **não mais definem padrões para os pareceres técnicos**, dificultando a parametrização do MinC e dos órgãos de controle nesse aspecto.

Dois outros itens não sofreram mudança em relação à IN nº 1/2017, mas poderiam ter sido objeto de alterações capazes de contribuir para o aperfeiçoamento da regulamentação do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet:

a. O limite de movimentação da Conta Vinculada havia sido ampliado de R\$ 100,00 (IN nº 1/2013) para **R\$ 1.000,00** (INs nº 1/2017) e foi assim mantido nas INs nº 4/2017 e nº 5/2017, sem haver quaisquer mecanismos que “disparem” alerta de suspeita de uso indevidamente regular dessa possibilidade de maneira a tentar burlar os controles administrativos do Poder Público. Essa poderia ter sido uma contribuição da norma regulamentar vigente.

b. Relatórios trimestrais eram exigidos pela IN nº 1/2013. A IN nº 1/2017 inovou positivamente ao obrigar acompanhamento em tempo real “ao longo do projeto”, mas não estabeleceu marcos temporais mínimos de

acompanhamento para obrigar os proponentes a atualizarem as informações no Portal da Transparência. Essa poderia ter sido uma contribuição de aperfeiçoamento das INs nº 4/2017 e nº 5/2017, mas nenhuma das duas incluiu dispositivos nesse sentido.

Dado o significativo volume de alterações operadas pelas INs nº 4/2017 e nº 5/2017 em relação às INs nº 1/2013 e nº 1/2017, foram selecionados, nessas Considerações Finais, alguns dos pontos mais relevantes para a avaliação da nova regulamentação do MinC do mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet. Eles podem merecer especial atenção e ensejar ações do Poder Legislativo para cumprimento de sua competência precípua de fiscalização do Poder Executivo atribuída pela Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Cultura recebeu mais de R\$ 1 bi a partir de incentivos fiscais em 2015.

Portal Brasil. Brasília, 6 jan. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2016/01/cultura-recebeu-mais-de-r-1-bi-a-partir-de-incentivos-fiscais-em-2015>. Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. Lei Rouanet: de transparência a limites de incentivo; veja o que muda.

Agência Brasil. Brasília, 25 mar. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-03/lei-rouanet-de-transparencia-limites-de-incentivo-veja-o-que-muda>. Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. Nova instrução normativa da Lei Rouanet garante virada em 2017.

Assessoria de Comunicação – Ministério da Cultura. Brasília, 25 mar. 2017. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/nova-instrucao-normativa-da-lei-rouanet-garante-virada-em-2017/10883. Acesso em: 22 jan. 2018.

CESNIK, Fábio de Sá. **Guia do incentivo à cultura.** 2ª ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2007.

JOVEM PAN. Para expandir Lei Rouanet, MinC facilita acesso, aumenta financiamento e valor do ingresso. **Jovem Pan [Online].** São Paulo, 30 nov. 2017. Disponível em: <http://jovempan.uol.com.br/noticias/politica/ministro-da-cultura-anuncia-novo-formato-da-lei-rouanet.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MENEZES, Henilton. **A Lei Rouanet muito além dos (f)atos.** São Paulo: Fons Sapientiae, 2016.

MAUCH, Edemilson; Dalaneze, Sérgio. Lei Rouanet: avanços e desafios na política pública de incentivo cultural. In: , p. 123-139. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:oaXjQ1_QwS8J:https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download%3Fcaminho%3D/upload/

cms/revista/sumarios/592.pdf%26arquivo%3Dsumario6.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 19 jan. 2018.

OLIVIERI & ASSOCIADOS. **O impacto da Instrução Normativa nº 5, publicada em 26 de dezembro de 2017**. 2018. Disponível em: <https://view.joomag.com/manual-nova-instru%C3%A7%C3%A3o-normativa-da-lai-rouanet-intru%C3%87%C3%83o-normativa-n%C2%BA-5/0212425001516205032?token=xBd7xtAGSSqOjuMAXE079A%2Fw3%2FmkR5FqPL%2ByNt03Er%2Fd%2BDT3LMqmlszpuCMeUrdT9hjHq8Gk5l1o68OLH7JshFHZJTyCKA%2FBAmu%2BF3RhX%2B13UvzLk%2F1X%2FjnuJvXYWgxOeZiP%2FT7NRLJQitP%2BficvR9GKeAISiwaHVD5eYZC4agMzQnwT07uDKZ6%2BGNysWQX3MUxcBwXF0PW9v%2FTA92n3UA%3D%3D&ref=email>. Acesso em: 23 jan. 2018.

SÁ, Fátima; AUTRAN, Paula. Uma lei para o mercado: em instrução normativa que será divulgada hoje, MinC flexibiliza regras, amplia tetos e reduz burocracia a fim de atrair empresas para a Rouanet. **O Globo**, “Segundo Caderno”, Rio de Janeiro, 30 nov. 2017, p. 1.

2017-20265

APÊNDICE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DEFINIÇÕES</p> <p>Art. 1º Esta Instrução Normativa regula os procedimentos de apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados das propostas culturais apresentadas com vistas à autorização para captação de recursos por meio do mecanismo de incentivo fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac – previsto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DEFINIÇÕES</p> <p>Art. 1º Esta Instrução Normativa regula os procedimentos de apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados dos projetos culturais apresentados com vistas à autorização para captação de recursos por meio do mecanismo Incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac - previsto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, DOS OBJETIVOS, DA ABRANGÊNCIA E DA COMPETÊNCIA</p> <p>Art. 1º Esta Instrução Normativa regula os procedimentos de apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados dos projetos culturais apresentados com vistas à autorização para captação de recursos por meio do mecanismo de incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac - previsto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, DOS OBJETIVOS, DA ABRANGÊNCIA E DA COMPETÊNCIA</p> <p>Art. 1º Esta Instrução Normativa regula os procedimentos de apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados dos projetos culturais apresentados com vistas à autorização para captação de recursos por meio do mecanismo de incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) - previsto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.</p>
-	-	<p>§ 1º Reger-se-á pelos princípios da legalidade, impressoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, estando os proponentes dos projetos sujeitos à Constituição Federal e às demais leis brasileiras.</p>	<p>§ 1º Reger-se-á pelos princípios da legalidade, impressoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, estando os proponentes dos projetos sujeitos à Constituição Federal e às demais leis brasileiras.</p>
-	-	<p>§ 2º Tem por objetivo ampliar o acesso da população aos bens e serviços culturais, apoiar a produção e a expressão cultural, fortalecendo a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento do país.</p>	<p>§ 2º Tem por objetivo ampliar o acesso da população aos bens e serviços culturais, apoiar a produção e a expressão cultural, fortalecendo a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento do país.</p>
-	-	<p>§ 3º Os projetos enquadrados nos objetivos desta lei não poderão ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor</p>	<p>§ 3º Os projetos enquadrados nos objetivos desta lei não poderão ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
		artístico ou cultural, conforme disposto no art. 22 da Lei nº 8.313, de 1991.	artístico ou cultural, conforme disposto no art. 22 da Lei nº 8.313, de 1991.
-	-	§ 4º Sempre que indicado pela normatização pertinente, os proponentes deverão utilizar os mecanismos da classificação indicativa etária.	§ 4º Sempre que indicado pela normatização pertinente, os proponentes deverão utilizar os mecanismos da classificação indicativa etária.
-	-	§ 5º O incentivo e o fomento abrangerão as seguintes áreas culturais: Artes Cênicas, Audiovisual, Música, Artes Visuais, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Museus e Memória e Humanidades, conforme detalhamento do Anexo IV.	§ 5º O incentivo e o fomento abrangerão as seguintes áreas culturais: Artes Cênicas, Audiovisual, Música, Artes Visuais, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Museus e Memória e Humanidades, conforme detalhamento do Anexo IV.
-	§ 1º Os recursos captados e depositados na Conta Vinculada do projeto são oriundos de renúncia fiscal e têm natureza pública, sendo seu uso autorizado pelo Ministério da Cultura - MinC - ao beneficiário para realização de um projeto cultural aprovado em programa de governo, não se sujeitando a sigilo fiscal.	§ 6º Os recursos captados e depositados na Conta Vinculada do projeto tornam-se renúncia fiscal e adquirem natureza pública, não se sujeitando a sigilo fiscal.	§ 6º Os recursos captados e depositados na Conta Vinculada do projeto tornam-se renúncia fiscal e adquirem natureza pública, não se sujeitando a sigilo fiscal.
-	§ 2º Os recursos captados não serão computados na base de cálculo do Imposto sobre a Renda - IR, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, desde que tenham sido exclusivamente utilizados na execução de projetos culturais. § 3º A aplicação de recursos de que trata o § 2º não constituirá despesa ou custo para	§ 7º Os recursos captados não serão computados na base de cálculo do Imposto sobre a Renda - IR, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, desde que tenham sido exclusivamente utilizados na execução de projetos culturais, o que não constituirá despesa ou custo para fins de	§ 7º Os recursos captados não serão computados na base de cálculo do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Confins) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), desde que tenham sido exclusivamente utilizados na execução de projetos culturais, o que não constituirá despesa ou custo para fins de

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	fins de apuração do IR e da CSLL e não constituirá direito a crédito de PIS e COFINS.	apuração do IR e da CSLL e não constituirá direito a crédito de PIS e COFINS.	apuração do IR e da CSLL e não constituirá direito a crédito de PIS e Cofins.
-	§ 4º Após o envio da proposta, tornam-se públicas as informações dos projetos quanto à composição da planilha orçamentária, objeto e objetivos, ficha técnica, definição de produtos, logística, Plano de Distribuição e demais elementos do escopo. § 5º A mera concepção de projeto cultural não constitui objeto passível de proteção por direitos de autor ou direitos conexos, ressalvados os eventuais conteúdos previamente caracterizados como criação intelectual.	-	-
Art. 3º Para aplicação desta Instrução Normativa, serão consideradas as seguintes definições: <i>[os dispositivos deste artigo encontram-se ao fim desta tabela, na área que corresponde aos Anexos das Instruções Normativas subsequentes]</i>	Art. 3º Para aplicação desta Instrução Normativa, serão consideradas as definições contidas no Anexo I .	§ 8º Os conceitos e definições utilizados nesta Instrução Normativa são aqueles contidos em seus anexos.	§ 8º Os conceitos e definições utilizados nesta Instrução Normativa são aqueles contidos em seus anexos.
CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS Art. 4º Compete à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – Sefic – receber, analisar, aprovar e acompanhar a execução de propostas e projetos culturais regidos por esta Instrução Normativa, exceto aqueles de competência da Secretaria do Audiovisual. Art. 5º Compete à Secretaria do Audiovisual – Sav – receber, analisar, aprovar e acompanhar a execução de	Art. 4º Compete à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Sefic - e à Secretaria do Audiovisual - SAV - planejar, coordenar e supervisionar a operacionalização do mecanismo Incentivo a projetos culturais do Pronac, realizando, dentre outras atividades: I - o recebimento de propostas; II - a tramitação de propostas e projetos;	§ 9º Compete à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – Sefic e à Secretaria do Audiovisual – SAV planejar, coordenar e supervisionar a operacionalização do mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac realizando, dentre outras atividades: I - o recebimento de propostas; II - a tramitação de propostas e projetos;	§ 9º Compete à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic) e à Secretaria do Audiovisual (SAV) planejar, coordenar e supervisionar a operacionalização do mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac realizando, dentre outras atividades: I - o recebimento de propostas; II - a tramitação de propostas e projetos;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>propostas e projetos culturais regidos por esta Instrução Normativa que se enquadrem no inciso II do art. 1º da Portaria nº 116, de 29 de novembro de 2011, do Ministério da Cultura.</p> <p>Art. 6º À Sefic e à SAV competirá proceder à avaliação técnica e análise de prestação de contas dos projetos culturais sob sua competência, bem como a eventual aplicação de penalidades.</p>	<p>III - o encaminhamento para parecer técnico e monitoramento das análises;</p> <p>IV - o acompanhamento da execução dos projetos culturais; e</p> <p>V - a análise de prestações de contas e avaliação de resultados dos projetos.</p>	<p>III - o encaminhamento para parecer técnico e monitoramento das análises;</p> <p>IV - o acompanhamento da execução dos projetos culturais; e</p> <p>V - a análise de prestações de contas e avaliação de resultados dos projetos.</p>	<p>III - o encaminhamento para parecer técnico e monitoramento das análises;</p> <p>IV - o acompanhamento da execução dos projetos culturais; e</p> <p>V - a análise de prestações de contas e avaliação de resultados dos projetos.</p>
<p>Art. 7º Compete aos titulares da Sefic e da SAV distribuir internamente as competências decorrentes deste Capítulo não previstas em regimento interno, nesta Instrução Normativa ou em portaria do Ministro de Estado da Cultura.</p>	<p>Art. 5º Compete aos titulares da Sefic e da SAV distribuir internamente as competências decorrentes deste Capítulo não previstas em regimento interno, nesta Instrução Normativa ou em portaria do Ministro de Estado da Cultura.</p>	<p>§ 10º Compete aos titulares da Sefic e da SAV distribuir internamente as competências decorrentes deste Capítulo não previstas em regimento interno, nesta Instrução Normativa ou em portaria do Ministro de Estado da Cultura.</p>	<p>§ 10º Compete aos titulares da Sefic e da SAV distribuir internamente as competências decorrentes deste Capítulo não previstas em regimento interno, nesta Instrução Normativa ou em portaria do Ministro de Estado da Cultura.</p>
	<p>Art. 6º Quando da necessidade de análise subsidiária de propostas e projetos por outros órgãos do sistema MinC, compete aos titulares da Sefic e da SAV a decisão quanto a sua continuidade.</p>	<p>§ 11º Quando da necessidade de análise subsidiária de propostas e projetos por outros órgãos do sistema MinC, compete aos titulares da Sefic e da SAV a decisão quanto a sua continuidade.</p>	<p>§ 11º Quando da necessidade de análise subsidiária de propostas e projetos por outros órgãos do Sistema MinC, compete aos titulares da Sefic e da SAV a decisão quanto à sua continuidade.</p>
<p>CAPÍTULO III DAS PROPOSTAS CULTURAIS Seção I Da Apresentação</p> <p>Art. 8º As propostas culturais serão apresentadas pelo Salic, disponível no portal do MinC na internet, juntamente com a documentação correspondente, em meio eletrônico.</p>	<p>CAPÍTULO III DAS PROPOSTAS CULTURAIS Seção I Da Apresentação</p> <p>Art. 7º As propostas culturais e suas documentações correspondentes serão apresentadas em meio eletrônico, por intermédio do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic, disponível no portal do MinC.</p>	<p>CAPÍTULO II DAS PROPOSTAS CULTURAIS Seção I Da Apresentação</p> <p>Art. 2º As ações culturais e suas documentações correspondentes serão apresentadas e incentivadas, por pessoas físicas ou jurídicas, por intermédio do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic, acessível no sítio eletrônico do MinC.</p>	<p>CAPÍTULO II DAS PROPOSTAS CULTURAIS Seção I Da Apresentação</p> <p>Art. 2º As ações culturais e suas documentações correspondentes serão apresentadas e incentivadas, por pessoas físicas ou jurídicas, por intermédio do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), acessível no sítio eletrônico do MinC.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 1º Para efetivação da inscrição no cadastro, o usuário do Salic deverá dar o aceite na tela referente à "Declaração de Responsabilidade", conforme o Anexo desta Instrução Normativa.</p>	<p>§ 1º Para efetivação do cadastro da proposta cultural, o proponente deverá tomar conhecimento pormenorizado da "Declaração de Responsabilidade", conforme o Anexo II desta Instrução Normativa. O aceite realizado na tela referente a essa Declaração implica em concordância ao cumprimento de seus termos.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>§ 2º No ato de inscrição, o proponente deverá comprovar sua natureza cultural anexando ao formulário preenchido a documentação exigida nesta Instrução, conforme sua natureza jurídica.</p>	<p>§ 2º No ato de inscrição, o proponente deverá comprovar sua experiência em atividades culturais, anexando ao Salic seu portfólio acompanhado de elementos materiais comprobatórios de sua atuação, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, em área cultural conexa à proposta, excetuando-se a apresentação do primeiro projeto, o qual deverá possuir valor até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). (alterado pela IN nº 2/2017/MinC)</p> <p>§ 2º No ato de inscrição, o proponente deverá comprovar sua experiência em atividades culturais, anexando ao Salic seu portfólio acompanhado de elementos materiais comprobatórios de sua atuação em área cultural conexa, para análise - excetuando-se a apresentação do primeiro projeto, o qual deverá possuir valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o item Custo do Projeto.</p> <p>§ 3º No caso de pessoa jurídica, a natureza cultural deverá ser comprovada por meio da existência, nos registros do CNPJ da</p>	<p>§ 1º No ato de inscrição, o proponente deverá comprovar a sua experiência em atividades culturais, salvo na primeira proposta, bem como a natureza cultural, no caso de pessoa jurídica, por meio da existência, nos registros do CNPJ da instituição, de código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, referente à área cultural.</p>	<p>§ 1º No ato de inscrição, o proponente deverá comprovar a sua experiência em atividades culturais, salvo na primeira proposta, bem como a natureza cultural, no caso de pessoa jurídica, por meio da existência, nos registros do CNPJ da instituição, de código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), referente à área cultural, de acordo com a classificação constante do Anexo VIII.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 3º No caso de pessoa jurídica, a inscrição será feita por seu representante legal e a comprovação da finalidade cultural do proponente dar-se-á por meio das informações contidas nos atos constitutivos, no contrato social, no estatuto, na ata ou em instrumento congênere e de elementos materiais comprobatórios de sua atuação na área cultural nos últimos dois anos.</p>	<p>instituição, de código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE - referente à área cultural dos produtos apresentados na proposta. (alterado pela IN nº 2/2017/MinC)</p> <p>§ 3º No caso de pessoa jurídica, a natureza cultural deverá ser comprovada por meio da existência, nos registros do CNPJ da instituição, de código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE - referente à área cultural do produto principal apresentado na proposta.</p>		
<p>§ 4º O representante legal da pessoa jurídica deverá indicar o ato que lhe confere poderes de representação.</p>	<p>§ 4º O representante legal ou procurador da pessoa jurídica ou o eventual procurador da pessoa física deverá indicar o ato que lhe confere poderes de representação.</p> <p>§ 5º Em observância ao disposto no inciso X do art. 2º do <u>Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006</u>, somente serão admitidas propostas para a realização de projetos no exterior que apoiem a difusão e a valorização das expressões culturais brasileiras e contenham medidas de democratização de acesso do público brasileiro aos produtos culturais resultantes do projeto, as quais:</p> <p>a) deverão ser adequadas e proporcionais ao projeto proposto e realizadas no Brasil gratuitamente; e</p>	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	b) terão seus custos previstos na planilha orçamentária, enquadrando-se na definição de produto secundário, sem prejuízo ao disposto no art. 57.		
Art. 9º O período para apresentação de propostas culturais é de 1º de fevereiro a 30 de novembro de cada ano.	Art. 8º O período para apresentação de propostas culturais é de 1º de fevereiro até 30 de novembro de cada ano.	§ 2º O período para apresentação de propostas culturais é de 1º de fevereiro até 30 de novembro de cada ano.	§ 2º O período para apresentação de propostas culturais é de 1º de fevereiro até 30 de novembro de cada ano.
§ 1º Não serão admitidas propostas culturais apresentadas em prazo inferior a noventa dias da data prevista para o início de sua execução ; § 2º O MinC poderá excepcionalmente avaliar propostas apresentadas com prazo para início de execução inferior ao previsto no § 1º deste artigo, desde que justificada a excepcionalidade e que haja viabilidade de análise.	Parágrafo único. Não serão admitidas propostas culturais apresentadas em prazo inferior a 90 (noventa) dias da data prevista para o início de sua pré-produção .	§ 3º As propostas culturais deverão ser apresentadas, no mínimo, com 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para o início de sua pré-produção.	§ 3º As propostas culturais deverão ser apresentadas, no mínimo, com 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para o início de sua pré-produção.
Art. 11, § 1º Os incisos deste artigo não são excludentes, podendo a proposta cultural enquadrar-se em mais de uma categoria descrita, hipótese em que serão exigidos todos os documentos pertinentes ao enquadramento da proposta. Art. 11, § 2º Os documentos descritos neste artigo , quando encaminhados em	Art. 9º No momento do cadastramento da proposta cultural, no campo correspondente do Salic, deverá ser anexada a documentação indicada no Anexo III desta Instrução Normativa, de acordo com a natureza jurídica do proponente e a ação cultural proposta, observadas as seguintes condições: I - a relação de documentos do Anexo III não é excludente, podendo a proposta cultural enquadrar-se em mais de uma categoria descrita, hipótese em que serão exigidos todos os documentos pertinentes ao enquadramento da proposta; II - os documentos, quando encaminhados em idioma estrangeiro, deverão ser	-	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>idioma estrangeiro, deverão ser acompanhados de tradução contendo a assinatura, o número do CPF e do RG do tradutor, exceto nos casos de tradução juramentada.</p> <p>Art. 11, § 3º O MinC poderá permitir, excepcionalmente, a apresentação de quaisquer dos documentos exigidos neste artigo em momento posterior, desde que o proponente apresente justificativa razoável.</p>	<p>acompanhados de tradução contendo a assinatura, o número do CPF e do RG do tradutor, exceto nos casos de tradução juramentada;</p> <p>III - o MinC poderá permitir, excepcionalmente, a apresentação de quaisquer dos documentos exigidos no Anexo III em momento posterior, desde que não sejam essenciais à análise técnica ou à aprovação, condicionando a liberação de recursos captados à sua apresentação;</p> <p>V - em caso de propostas de ação continuada ou que a edição anterior ainda se encontre em fase de execução, a movimentação de recursos estará vinculada à apresentação da prestação de contas final do projeto anterior.</p> <p>Art. 10. O projeto cultural tem como meta o cumprimento de seu objeto. O proveito para a sociedade se dará na medida da sua realização, na forma em que foi pactuado.</p> <p>Parágrafo único. Quaisquer alterações posteriores aprovadas pelo MinC incorporam-se ao objeto a ser cumprido.</p> <p>Art. 11. O proponente, obrigatoriamente, indicará as fontes de recursos do orçamento do seu projeto.</p> <p>Parágrafo único. Quando o Custo do Projeto não corresponder ao Custo Total, o proponente indicará em seu orçamento os custos que serão cobertos pelo mecanismo Incentivo a projetos culturais e aqueles que</p>		<p>§ 4º O MinC poderá permitir, excepcionalmente, a apresentação de quaisquer dos documentos exigidos no Anexo III em momento posterior, desde que não sejam essenciais à análise técnica ou à aprovação, condicionando a liberação de recursos captados à sua apresentação.</p> <p>§ 5º Em caso de propostas de ação continuada ou que a edição anterior ainda se encontre em fase de execução, a movimentação de recursos estará vinculada ao encerramento da execução do projeto anterior.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 12. O orçamento analítico deverá conter a especificação de todos os itens necessários para a realização da proposta cultural, da qual constarão o detalhamento das metas, das etapas ou das fases, o cronograma de execução e os custos financeiros individualizados.</p> <p>Parágrafo único. Quando o proponente for ente público, a elaboração do cronograma de execução deverá prever o prazo necessário para os procedimentos licitatórios determinados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>Art. 13. O MinC somente dará seguimento às propostas culturais, transformando-as em projetos, quando contiverem o conjunto integral de documentos requeridos neste Capítulo, ou aqueles estipulados em edital específico, observada a ressalva dos §§ 3º e 7º do art. 11 desta Instrução Normativa.</p> <p>Art. 14. Propostas que não estejam de acordo com as exigências da presente Instrução Normativa serão devolvidas ao respectivo proponente, para que promova as adequações necessárias à sua formalização e as restitua ao MinC via Salic, observando o prazo determinado no art. 108 desta Instrução.</p>	<p>serão cobertos pelas demais fontes de recursos. <i>[conteúdo discriminado no item “Custo Total” do Glossário]</i></p> <p>Art. 12. O orçamento analítico deverá conter a especificação de todos os itens necessários para a realização do projeto cultural, no qual constarão o detalhamento das etapas e os custos financeiros individualizados.</p> <p>Parágrafo único. Quando o proponente for ente público, a elaboração do cronograma de execução deverá prever o prazo necessário para os procedimentos licitatórios determinados na <u>Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</u>, e na <u>Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002</u>.</p> <p>Art. 13. O MinC somente dará seguimento às propostas culturais, transformando-as em projetos, quando apresentarem o preenchimento dos seus campos com textos coesos e assertivos, bem como contiverem o conjunto integral de documentos requeridos no Anexo III desta Instrução Normativa e nesta seção, observada a ressalva do inciso III do art. 9º.</p> <p>Art. 14. Propostas que não estejam de acordo com as exigências da presente Instrução Normativa serão devolvidas ao respectivo proponente, para que promova as adequações necessárias à sua formalização e as restitua ao MinC por meio do Salic, observando o prazo determinado nesta Instrução.</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 10. São obrigações do proponente:</p> <p>I – acompanhar a tramitação da proposta e do projeto no Salic, especialmente para tomar ciência das comunicações que lhe forem dirigidas nos termos do parágrafo único do art. 107 desta Instrução Normativa;</p> <p>II – manter seus dados devidamente atualizados, prestar informações tempestivamente e enviar a documentação solicitada pelo MinC ou por suas unidades vinculadas, via Salic;</p> <p>III – cumprir a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e obter a autorização de que trata o art. 20 do Código Civil, caso necessária, responsabilizando-se civil e criminalmente por qualquer violação de direitos de imagem, de autor e conexos, assegurado o direito de regresso do Estado por eventuais demandas judiciais propostas em seu desfavor;</p> <p>Art. 10, V – declarar ao MinC todo e qualquer tipo de fontes de financiamento do projeto inscrito no Pronac, inclusive durante a sua execução;</p>	<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Das Obrigações do Proponente</p> <p>Art. 15. São obrigações do proponente:</p> <p>II - acompanhar a tramitação da proposta e do projeto no Salic, especialmente para tomar ciência das comunicações que lhe forem dirigidas nos termos desta Instrução Normativa;</p> <p>I - manter seus dados devidamente atualizados;</p> <p>III - prestar informações tempestivamente e enviar a documentação solicitada pelo MinC ou por suas unidades vinculadas, por meio do Salic;</p> <p>IV - cumprir a <u>Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998</u>, bem como respeitar os direitos de imagem, autor e conexos, juntando a ciência de seus detentores quando da inscrição da proposta, nos termos da lei, por meio do Salic;</p> <p>V - preencher ou anexar no Salic, no campo correspondente do Plano de Distribuição, quando da comprovação, cópias de todos os borderôs e declarações previstas no</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 82. É responsabilidade do proponente efetuar a retenção e os recolhimentos de impostos e contribuições que incidirem sobre os recursos movimentados, serviços contratados, ou obrigações decorrentes de relações de trabalho.</p> <p>Art. 10, VI – prestar contas da execução física e financeira dos projetos financiados no âmbito do Pronac;</p> <p>Art. 83. Cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores [...].</p> <p>§ 1º As faturas, os recibos, as notas fiscais, os cheques emitidos e quaisquer outros documentos de que trata este artigo deverão conter a discriminação dos serviços contratados ou dos produtos adquiridos, o número de registro no Pronac e o nome do projeto.</p> <p>§ 2º Caso não haja possibilidade do prestador de serviço informar eletronicamente o número de registro no Pronac e nome do projeto beneficiário do serviço, caberá ao proponente declará-los no próprio documento.</p>	<p>inciso VI do art. 101, provenientes da execução do projeto cultural;</p> <p>VI - efetuar a retenção e os recolhimentos de impostos e contribuições que incidirem sobre os recursos movimentados, serviços contratados, ou obrigações decorrentes de relações de trabalho, podendo ser custeados com recursos do projeto;</p> <p>VII - fazer o registro fotográfico e/ou videográfico, em plano aberto e fechado, das atividades e ações do projeto cultural evidenciando sua realização, público, data e localidade;</p> <p>VIII - prestar contas do cumprimento do objeto, alcance de resultados e da execução física e financeira dos projetos financiados no âmbito do Pronac;</p> <p>IX - emitir comprovantes (Recibo de Mecenato) em favor dos doadores ou patrocinadores;</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 3º O proponente deve manter os documentos fiscais originais e cópias de todos os cheques emitidos, frente e verso, de forma que os beneficiários possam ser identificados, pelo prazo estabelecido no caput deste artigo.</p> <p>Art. 80, IV – avaliação de economicidade entre os custos estimados e os efetivamente realizados;</p>	<p>X - obter e apresentar ao MinC as cotações prévias de preços nos casos previstos nesta Instrução Normativa, observando os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo permitido comprovar tão somente os preços que o próprio fornecedor já praticou com outros usuários quando, em razão da natureza do objeto ou da especificidade do bem ou serviço, não houver pluralidade de opções;</p> <p>XI – nos documentos fiscais e quaisquer outros, inclusive contracheques, deverão constar a data do documento dentro do período aprovado para o projeto, valor unitário e total, dados do fornecedor/prestador de serviços, tais como: nome/razão social, CPF/CNPJ e endereço completo, dados do proponente, do projeto e a indicação do produto ou do serviço aprovado na Planilha Orçamentária; (alterado pela IN nº 2/2017/MinC)</p> <p>XI - nos documentos fiscais e quaisquer outros, inclusive contracheques, deverão constar a data do documento dentro do período aprovado para o projeto, valor unitário e total, dados do</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 1º O material de divulgação e o leiaute de produtos deverão ser submetidos ao MinC, que terá cinco dias úteis para avaliar o cumprimento da obrigação prevista no inciso III deste artigo.</p> <p>§ 2º O MinC poderá, no prazo do § 1º, indicar alterações no material de divulgação ou no leiaute de produtos, visando à correta utilização das marcas do Ministério da Cultura e do Governo Federal, ou aprová-los expressa ou tacitamente, caso não se manifeste.</p> <p>IV – fazer uso adequado da identidade visual do MinC, segundo o disposto no art. 47, parágrafo único, do Decreto nº 5.761, de 2006, e no Manual de Identidade Visual do MinC;</p>	<p>fornecedor/prestador de serviços, tais como: nome/razão social, CPF/CNPJ e endereço completo, dados do proponente e a indicação do produto ou do serviço aprovado na Planilha Orçamentária;</p> <p>Art. 16. O atendimento ao disposto no art. 64 observará as seguintes condições:</p> <p>I - o material de divulgação e o leiaute de produtos deverão ser submetidos ao MinC, que terá cinco dias úteis para avaliar o cumprimento da obrigação;</p> <p>II - o MinC poderá, no prazo do inciso I, indicar alterações no material de divulgação ou no leiaute de produtos, cumprindo o que determina o Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura;</p> <p>III - as alterações efetuadas pelo proponente deverão novamente ser submetidas ao MinC, que terá o prazo de dois dias úteis para manifestar sua aprovação expressa;</p> <p>IV - a ausência de manifestação do MinC nos prazos estabelecidos nos incisos I e III ensejará aprovação tácita dos materiais de divulgação ou no leiaute de produtos, o que não isenta o proponente de observar estritamente o disposto no art. 64.</p>		
<p>Art. 16. As instituições culturais sem fins lucrativos que apresentarem propostas culturais visando o custeio de atividades</p>	<p style="text-align: center;">Seção III Dos Planos Anuais e Bienais</p> <p>Art. 17. As instituições culturais sem fins lucrativos que apresentarem propostas culturais visando o custeio de atividades</p>	<p style="text-align: center;">Seção II Dos Planos Anuais e Plurianuais de Atividades</p> <p>Art. 3º As instituições culturais sem fins lucrativos poderão apresentar propostas culturais visando ao custeio de atividades</p>	<p style="text-align: center;">Seção II Dos Planos Anuais e Plurianuais de Atividades</p> <p>Art. 3º As instituições culturais sem fins lucrativos poderão apresentar propostas culturais visando ao custeio de atividades</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
permanentes deverão apresentar Plano Anual de Atividades.	permanentes deverão apresentar Plano Anual ou Biental de Atividades.	permanentes, na forma de plano anual ou plurianual de atividades.	permanentes, na forma de plano anual ou plurianual de atividades.
-	§ 1º Aos planos anuais ou bienais são aplicáveis as previsões do Anexo III no que se refere às pessoas jurídicas sem fins lucrativos.	§ 1º Aos planos anuais e plurianuais de atividades são aplicáveis as previsões do Anexo III, no que se refere às pessoas jurídicas sem fins lucrativos.	§ 1º Aos planos anuais e plurianuais de atividades são aplicáveis as previsões do Anexo III, no que se refere às pessoas jurídicas sem fins lucrativos.
§ 1º As propostas referidas no caput deste artigo deverão ser apresentadas até o dia 30 de setembro do ano anterior ao do cronograma do Plano Anual de Atividades, assim como seus orçamentos globais adequados para a execução em prazo nunca superior a doze meses.	§ 2º As propostas referidas no caput deste artigo deverão ser apresentadas até o dia 30 de setembro do ano anterior ao do início do cronograma do Plano Anual ou Biental de Atividades, assim como seu Custo Total adequado para a execução no prazo de (12) doze ou (24) vinte e quatro meses, respectivamente , coincidentes com anos fiscais subsequentes.	§ 2º As propostas deverão ser apresentadas até o dia 30 de setembro do ano anterior ao do início do cronograma do plano anual ou plurianual de atividades, assim como seu Custo Total (Anexo I) adequado para a execução no prazo de 12 (doze), 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis) ou 48 (quarenta e oito) meses, coincidentes com anos fiscais subsequentes.	§ 2º As propostas deverão ser apresentadas até o dia 30 de setembro do ano anterior ao do início do cronograma do plano anual ou plurianual de atividades, assim como seu Custo Total (Anexo I) adequado para a execução no prazo de 12 (doze), 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis) ou 48 (quarenta e oito) meses, coincidentes com anos fiscais subsequentes.
§ 2º No caso de aprovação de Plano Anual de Atividades, novas propostas para o mesmo ano fiscal serão admitidas somente em caráter de excepcionalidade, devidamente justificado pelo proponente, desde que o orçamento não contemple itens orçamentários já incluídos no Plano Anual aprovado.	§ 3º No caso de aprovação de Plano Anual ou Biental de Atividades, novas propostas para o(s) mesmo(s) ano(s) fiscal(is) serão admitidas somente em caráter de excepcionalidade, devidamente justificadas pelo proponente e desde que o orçamento não se sobreponha a itens orçamentários já incluídos no Plano Anual ou Biental aprovado .	§ 3º No caso de aprovação de planos anuais ou plurianuais de atividades, novas propostas para o(s) mesmo(s) ano(s) fiscal(is) serão admitidas somente em caráter de excepcionalidade, devidamente justificadas pelo proponente e desde que o orçamento não se sobreponha a itens orçamentários já incluídos e aprovados.	§ 3º No caso de aprovação de planos anuais ou plurianuais de atividades, novas propostas para o(s) mesmo(s) ano(s) fiscal(is) serão admitidas somente em caráter de excepcionalidade, devidamente justificadas pelo proponente e desde que o orçamento não se sobreponha a itens orçamentários já incluídos e aprovados.
	CAPÍTULO IV DAS CONDIÇÕES E LIMITES	CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES E LIMITES	CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES E DOS LIMITES
<p>Seção II</p> <p>Das Condições e Limites</p> <p>Art. 15. A execução do Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais obedecerá às normas, diretrizes e metas estabelecidas no Plano Anual do Pronac, em</p>	<p>Seção I</p> <p>Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais</p> <p>Art. 18. A execução do Plano de Trabalho Anual - PTA - de Incentivos Fiscais obedecerá às normas, diretrizes e metas estabelecidas no Plano Anual do Pronac,</p>	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>consonância com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.</p> <p>Parágrafo único. O Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais será elaborado pelo MinC e publicado até o dia 30 de novembro do ano anterior àquele em que vigorará, observadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, devendo ser ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC.</p> <p>Art. 17. Para fins de cumprimento ao princípio da não concentração, disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991, a admissão de novos projetos será determinada no Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais previsto no art. 15 desta Instrução Normativa.</p>	<p>em consonância com o Plano Plurianual - PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.</p> <p>Parágrafo único. O PTA de Incentivos Fiscais será elaborado pelo MinC e publicado até o dia 30 de novembro do ano anterior àquele em que vigorará, observadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, devendo ser ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC.</p> <p>Art. 19. O PTA de Incentivos Fiscais determinará as metas para cumprimento do princípio da não concentração previsto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, 1991, conforme disposto nesta Instrução Normativa. (alterado pela IN nº 2/2017/MinC)</p> <p>Art. 19. Sem prejuízo das disposições desta instrução normativa, o PTA de Incentivos Fiscais determinará metas para:</p> <p>I - cumprimento do princípio da não concentração previsto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991; e</p> <p>II - fomento a projetos de pessoas com deficiência, em atendimento ao art. 47 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. (NR)</p>		
	Seção II	Seção I	Seção I

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	Do Princípio da não Concentração Art. 20. Para o cumprimento ao princípio da não concentração, disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, 1991, fica determinado que:	Do Princípio da Não Concentração Art. 4º Para o cumprimento do princípio da não concentração, disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991, serão adotados:	Do Princípio da Não Concentração Art. 4º Para o cumprimento do princípio da não concentração, disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991, serão adotados:
-	I - no que se refere à concentração de projetos por segmento cultural e respectivo montante, os limites máximos por segmento serão determinados no Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais;	-	-
Art. 18. O limite de projetos ativos no Salic por proponente é o seguinte: II - pessoa jurídica enquadrada como Microempreendedor Individual - MEI, nos termos do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: dois projetos ; e (inciso tacitamente revogado pelo art. 18-E, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014) I - pessoa física: dois projetos ; III - demais pessoas jurídicas: cinco projetos .	II - no que se refere à concentração quantitativa por proponente de projetos ativos no Salic, os limites serão: a) para Empresário Individual - EI , com enquadramento Micro Empresário Individual - MEI e para pessoa física: 4 (quatro) projetos ; b) para os demais enquadramentos de Empresário Individual - EI: 6 (seis) projetos ; e c) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Sociedades Limitadas - Ltda. e demais pessoas jurídicas: 10 (dez) projetos ;	I - limites de quantidades e valores de projetos por proponente: a) para Empreendedor Individual - EI, com enquadramento Microempreendedor Individual - MEI, e para pessoa física até 4 (quatro) projetos, totalizando R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ; b) para os demais enquadramentos de Empreendedor Individual - EI, até 8 (oito) projetos, totalizando R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) ; e c) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Sociedades Limitadas - Ltda., Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e demais pessoas jurídicas, até 16	I - limites de quantidades e valores de projetos por proponente: a) para Empreendedor Individual (EI), com enquadramento Microempreendedor Individual (MEI), e para pessoa física, até 4 (quatro) projetos, totalizando R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); b) para os demais enquadramentos de Empreendedor Individual (EI), até 8 (oito) projetos, totalizando R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais); e c) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Sociedades Limitadas (Ltda.) e demais pessoas jurídicas, até 16 (dezesseis) projetos, totalizando R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 1º O proponente que tiver liberação da movimentação dos recursos captados em pelo menos trinta e três por cento dos projetos admitidos nos últimos três exercícios fiscais poderá ter até o limite de quatro projetos, no caso dos incisos I e II, e dez projetos, no caso do inciso III.</p> <p>§ 3º O MinC autorizará a admissão de propostas acima dos limites estabelecidos neste artigo, nos casos de proposta contemplada em seleção pública de incentivador ou com comprovadas garantias de patrocínio.</p> <p>Art. 19. O orçamento da proposta ou o somatório dos orçamentos dos projetos ativos no Salic estará limitado por proponente a um percentual do valor autorizado para renúncia fiscal do ano em curso, estabelecido na LDO, e obedecerá aos seguintes limites:</p> <p>I – pessoa física: 0,05%</p> <p>II – pessoa jurídica enquadrada como Microempreendedor Individual - MEI: 0,05%; (inciso tacitamente revogado pelo art. 18-E, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014)</p> <p>III – demais pessoas jurídicas: 3%.</p> <p>§ 2º O MinC poderá autorizar valores acima dos limites previstos neste artigo, nos casos de restauração ou recuperação de bens de valor cultural reconhecido pelo</p>	<p>III - no que se refere à concentração do montante de recursos por proponente de projetos ativos no Salic, os limites serão:</p> <p>a) para Empresário Individual - EI, com enquadramento Micro Empresário Individual - MEI e para pessoa física: o valor máximo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para o somatório dos campos Custo do Projeto dos projetos ativos no Salic;</p> <p>b) para os demais enquadramentos de Empresário Individual - EI: o valor máximo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o somatório dos campos Custo do Projeto dos projetos ativos no Salic; e</p> <p>c) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Sociedades Limitadas - Ltda. e demais pessoas jurídicas: o valor máximo de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de</p>	<p>(dezesseis) projetos, totalizando R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).</p>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Ministro de Estado da Cultura. (Parágrafo alterado pela IN nº 7/2016/MinC)</p> <p>§ 2º O MinC poderá autorizar valores acima dos limites previstos neste artigo, nas seguintes hipóteses: I - casos de restauração ou recuperação de bens de valor cultural reconhecido pelo Ministro de Estado da Cultura; ou II - projetos culturais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. (NR)</p>	<p>reais), para o somatório dos campos Custo do Projeto dos projetos ativos no Salic, limitado a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por projeto; e</p>		
<p>-</p>	<p>IV - o valor máximo do produto cultural, por beneficiário, será de até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);</p> <p>§ 8º Para efeito do disposto no inciso IV do caput deste artigo, poderão ser computados os quantitativos totais previstos para os produtos secundários, excetuando-se sítio da internet, a critério da administração.</p>	<p>II - o custo per capita [sic], ou seja o Valor por Pessoa Beneficiada (Anexo I) do produto, dos bens e/ou serviços culturais será de até R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), podendo ser computados os quantitativos totais previstos para os produtos secundários, excetuando-se sítio da internet e TV aberta;</p>	<p>II - o custo per capita, ou seja o Valor por Pessoa Beneficiada (Anexo I) do produto, dos bens e/ou serviços culturais será de até R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), podendo ser computados os quantitativos totais previstos para os produtos secundários, excetuando-se sítio da Internet e TV aberta;</p>
<p>-</p>	<p>§ 1º Considera-se um mesmo proponente a pessoa física que também se constitua como tipos empresariais EI e EIRELI ou como sócio dirigente das demais pessoas jurídicas.</p> <p>§ 2º Considera-se um mesmo proponente as pessoas jurídicas que possuam sócios dirigentes em comum ou que participem do mesmo grupo empresarial.</p>	<p>§ 1º Considera-se um mesmo proponente a pessoa física que também se constitua como tipos empresariais EI e EIRELI ou sócio das demais pessoas jurídicas ou as pessoas jurídicas que possuam sócios em comum ou que participem do mesmo grupo empresarial.</p>	<p>§ 1º Considera-se um mesmo proponente a pessoa física que também se constitua como tipos empresariais EI e EIRELI ou sócio das demais pessoas jurídicas ou as pessoas jurídicas que possuam sócios em comum ou que participem do mesmo grupo empresarial.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	<p>§ 3º Os limites das alíneas "b" e "c" do inciso III do caput não serão aplicados a projetos de:</p> <p>I - planos anuais ou bienais;</p> <p>II - conservação e restauração de imóveis, monumentos, logradouros, sítios, espaços e demais objetos, inclusive naturais, tombados por qualquer das esferas de poder, desde que apresentada documentação comprobatória, conforme regulamento;</p> <p>III - identificação, promoção e salvaguarda do patrimônio cultural;</p> <p>IV - preservação de acervos de reconhecido valor cultural pela área técnica do MinC;</p> <p>V - manutenção de corpos estáveis de artes cênicas e música; e</p> <p>VI - construção e implantação de equipamentos culturais de reconhecido valor cultural pela respectiva área técnica do MinC.</p>	<p>§ 2º Os limites do inciso I do caput não serão aplicados a projetos de:</p> <p>I – planos anuais e plurianuais de atividades;</p> <p>II – conservação e restauração de imóveis, monumentos, logradouros, sítios, espaços e demais objetos, inclusive naturais, tombados por qualquer das esferas de poder, desde que apresentada documentação comprobatória, conforme regulamento;</p> <p>III – preservação de acervos e exposições organizadas com acervos museológicos de reconhecido valor cultural pela área técnica do MinC.</p> <p>IV – construção e implantação de equipamentos culturais de reconhecido valor cultural pela respectiva área técnica do MinC.</p>	<p>§ 2º Os limites do inciso I do caput não serão aplicados a projetos de:</p> <p>I - planos anuais e plurianuais de atividades;</p> <p>II - conservação e restauração de imóveis, monumentos, logradouros, sítios, espaços e demais objetos, inclusive naturais, tombados por qualquer das esferas de Poder, desde que apresentada documentação comprobatória, conforme regulamento;</p> <p>III - preservação de acervos e exposições organizadas com acervos museológicos de reconhecido valor cultural pela área técnica do MinC;</p> <p>IV - construção e implantação de equipamentos culturais de reconhecido valor cultural pela respectiva área técnica do MinC.</p>
-	<p>§ 4º Os proponentes previstos na alínea "a" do inciso II do caput poderão apresentar anualmente até 4 (quatro) propostas, os da alínea "b" até 6 (seis) e os da alínea "c" até 10 (dez), considerando a capacidade operacional do MinC, concorrendo com o número de projetos ativos.</p>	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	§ 5º Alcançados os limites previstos no inciso II do caput , novos projetos a serem integralmente realizados em equipamentos ou espaços públicos poderão ser acrescidos aos limites, respectivamente em 1 (um) projeto na alínea "a", 2 (dois) na alínea "b" e 3 (três) na alínea "c", mantidos os limites orçamentários previstos no inciso III.	§ 3º Alcançados os limites previstos no inciso I do caput, novos projetos a serem integralmente realizados em equipamentos ou espaços públicos poderão ser acrescidos aos limites, respectivamente em 2 (dois) projetos na alínea "a", 3 (três) na alínea "b" e 4 (quatro) na alínea "c" , mantidos os limites orçamentários previstos no inciso I.	§ 3º Alcançados os limites previstos no inciso I do caput, novos projetos a serem integralmente realizados em equipamentos ou espaços públicos poderão ser acrescidos aos limites, respectivamente em 2 (dois) projetos na alínea "a", 3 (três) na alínea "b" e 4 (quatro) na alínea "c", mantidos os limites orçamentários previstos no inciso I.
§ 2º Os limites estabelecidos neste artigo não se aplicarão nos casos de cooperativas que possuam no mínimo vinte pessoas físicas cooperadas e dois anos de atividades.	§ 6º Os limites estabelecidos nas alíneas "b" e "c" do inciso III do caput , não se aplicam em caso de cooperativas que possuam no mínimo 20 (vinte) pessoas físicas cooperadas e 2 (dois) anos de atividades.	-	-
§ 1º Os limites estabelecidos neste artigo poderão ser ampliados, estando o acréscimo limitado ao valor dos recursos efetivamente captados pelo proponente em projetos de restauração de Patrimônio Cultural ativos no exercício anterior.	§ 7º O limite definido no inciso IV do caput não se aplica às propostas que visem à proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, planos anuais ou bienais, oficinas ou workshops ou seminários de formação, prêmios, pesquisas, museológicos, educativos, de manutenção de corpos estáveis, desfiles festivos, de produção e de construção de salas de cinema e teatro que podem funcionar como centros comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.	§ 4º O limite definido no inciso II do caput não se aplica às propostas que visem à proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, planos anuais ou plurianuais de atividades, obras e restauração, capacitação, cursos , oficinas, fóruns ou seminários de formação, óperas , prêmios, pesquisas, projetos museológicos, educativos, de manutenção de corpos estáveis, projetos de inclusão da pessoa com deficiência , desfiles festivos, produção de obras audiovisuais , construção de salas de cinema e teatro em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes, bem como projetos realizados em espaços com até 150 (cento e cinquenta) lugares.	§ 4º O limite definido no inciso II do caput não se aplica às propostas que visem à proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, planos anuais ou plurianuais de atividades, obras e restauração, capacitação, cursos, oficinas, fóruns ou seminários de formação, óperas, prêmios, pesquisas, projetos museológicos, educativos, de manutenção de corpos estáveis, projetos de inclusão da pessoa com deficiência, desfiles festivos, produção de obras audiovisuais, construção de salas de cinema e teatro em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes, bem como projetos realizados em espaços com até 150 (cento e cinquenta) lugares.
-	Art. 21. Será permitido acréscimo de até 50% (cinquenta) dos limites previstos nos incisos II e III do art. 20, exclusivamente,	Art. 5º Será permitido acréscimo dos limites previstos no inciso I do art. 4º para novos projetos a serem integralmente executados,	Art. 5º Será permitido acréscimo dos limites previstos no inciso I do art. 4º, de até 25% (vinte e cinco por cento) para novos projetos

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	para novos projetos a serem integralmente realizados nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.	de até 25% (vinte e cinco por cento) para a Região Sul e para os estados de Espírito Santo e Minas Gerais e de até 50% (cinquenta por cento) para as Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.	a serem integralmente executados na Região Sul e nos estados de Espírito Santo e Minas Gerais e de até 50% (cinquenta por cento) nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.
-	Seção III Do Regramento dos Projetos Culturais Art. 22. Os percentuais das etapas de Custos Vinculados serão calculados sobre o valor do projeto, e detalhadamente comprovados quando de suas execuções, equivalendo ao somatório das seguintes etapas: I - pré-produção; II - produção; III - pós-produção; IV - recolhimento; e [sic]	Seção II Do Regramento dos Projetos Culturais Art. 6º Os percentuais das etapas de Custos Vinculados (Anexo I) serão calculados sobre o Valor do Projeto (Anexo I), e detalhadamente comprovados quando de suas execuções, equivalendo ao somatório das seguintes etapas: I - pré-produção; II - produção; III - pós-produção; IV - recolhimentos; e V - assessoria contábil e jurídica.	Seção II Do Regramento dos Projetos Culturais Art. 6º Os percentuais das etapas de Custos Vinculados (Anexo I) serão calculados sobre o Valor do Projeto (Anexo I), e detalhadamente comprovados quando de suas execuções, equivalendo ao somatório das seguintes etapas: I - pré-produção; II - produção; III - pós-produção; IV - recolhimentos; e V - assessoria contábil e jurídica.
-	§ 1º São considerados custos vinculados para fins desse artigo: a) custos de administração; b) custos de divulgação; c) remuneração para captação de recursos; e d) direito autoral.	§ 1º São considerados custos vinculados para fins desse artigo: a) custos de administração; e b) custos de divulgação.	§ 1º São considerados custos vinculados para fins deste artigo: a) custos de administração; e b) custos de divulgação.
-	§ 2º É obrigatória a contratação de serviços contábeis para a execução de todos os projetos.	§ 2º É obrigatória a contratação de contador com o registro no conselho de classe para a execução de todos os projetos, podendo o proponente utilizar o profissional de sua empresa.	§ 2º É obrigatória a contratação de contador com o registro no conselho de classe para a execução de todos os projetos, podendo o proponente utilizar o profissional de sua empresa.
-	§ 3º É obrigatória a previsão dos seguintes itens potenciais, cuja execução dependerá de autorização específica do ministério:	§ 3º É obrigatória a previsão de serviços advocatícios para todos os projetos, ainda	§ 3º É obrigatória a previsão de serviços advocatícios para todos os projetos, ainda

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	I - serviços advocatícios para todos os projetos; e II - auditoria externa para projetos com Valor de Projeto acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).	que posteriormente o item não venha a ser executado.	que posteriormente o item não venha a ser executado.
Art. 21. O projeto que simultaneamente contenha ações contempladas pelos artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 1991, será enquadrado em apenas um dos dispositivos, de acordo com o produto principal do projeto.	Art. 23. O projeto que simultaneamente contenha ações contempladas pelos artigos <u>18</u> e <u>26</u> da Lei nº 8.313, 1991, será enquadrado em apenas um dos dispositivos, de acordo com o produto principal do projeto, nos termos do Anexo I .	Art. 7º O projeto que simultaneamente contenha ações contempladas pelos artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 1991, será enquadrado em apenas um dos dispositivos, de acordo com o produto principal do projeto, nos termos do Anexo IV .	Art. 7º O projeto que simultaneamente contenha ações contempladas pelos artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 1991, será enquadrado em apenas um dos dispositivos, de acordo com o produto principal do projeto, nos termos do Anexo IV.
Art. 22. As despesas referentes aos serviços de captação de recursos serão detalhadas na planilha de custos, destacadas dos demais itens orçamentários. Parágrafo único. A captação de recursos será realizada por profissionais contratados para este fim ou pelo próprio proponente , cujo valor será limitado a cem mil reais ou a dez por cento do valor do projeto a captar, o que for menor, respeitada a regra do art. 24 .	Art. 24. Quando da elaboração da planilha orçamentária , os valores admitidos para remuneração por captação de recursos ficam limitados a 10% (dez por cento) do Valor do Projeto, até o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) .	Art. 8º Os valores admitidos para remuneração para todo aquele que realize a captação de recursos ficam limitados a 10% (dez por cento) do valor do Custo do Projeto (Anexo I) e ao teto de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) .	Art. 8º Os valores admitidos para remuneração para todo aquele que realize a captação de recursos ficam limitados a 10% (dez por cento) do valor do Custo do Projeto (Anexo I) e ao teto de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
	§ 2º Para projetos a serem realizados integralmente nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, o percentual previsto no caput será ampliado a 15% (quinze por cento) do valor do projeto quando aprovado ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), o que for menor .	§ 1º Para projetos a serem integralmente executados nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, o percentual previsto no caput será ampliado a 15% (quinze por cento) do valor do Custo do Projeto (Anexo I) e 12,5% (doze e meio por cento) para a Região Sul e para os estados de Espírito Santo e Minas Gerais.	§ 1º Para projetos a serem integralmente executados nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, o percentual previsto no caput será ampliado a 15% (quinze por cento) do valor do Custo do Projeto (Anexo I) e 12,5% (doze e meio por cento) para a Região Sul e para os estados de Espírito Santo e Minas Gerais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	§ 1º Os valores destinados à remuneração para captação de recursos somente poderão ser pagos proporcionalmente às parcelas já captadas, à medida em que estes recursos sejam disponibilizados no cartão de pagamento.	§ 2º Os valores destinados à remuneração para captação de recursos somente poderão ser pagos proporcionalmente às parcelas já captadas.	§ 2º Os valores destinados à remuneração para captação de recursos somente poderão ser pagos proporcionalmente às parcelas já captadas.
Art. 23. Os custos de divulgação do projeto não poderão ultrapassar vinte por cento do seu valor total.	Art. 25 Os custos de divulgação não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) do Valor do Projeto, ressalvadas as exceções abaixo, nas quais poderão atingir um percentual de até 30% (trinta por cento): I - projetos realizados integralmente nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste; II - projetos de produção cultural independente, conforme Anexo I desta Instrução Normativa, apresentados nos termos estabelecidos na alínea "a" do inciso II do art. 20. III - projetos de Cooperativas de artistas devidamente constituídas que possuam no mínimo 20 (vinte) pessoas físicas cooperadas e 2 (dois) anos de atividades; IV - projetos com o Valor de Projeto de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).	Art. 9º Os custos de divulgação não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do Valor do Projeto de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) para os demais projetos.	Art. 9º Os custos de divulgação não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do Valor do Projeto de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) para os demais projetos.
-	§ 1º Poderá ser utilizado acima de 50% (cinquenta) do valor dos custos de divulgação em única rubrica, desde que seja demonstrada a economicidade, o alcance de resultado e justificada pelo proponente.	-	-
-	Art. 26. Os custos administrativos não poderão ultrapassar o limite de 15%	Art. 10. Os custos administrativos não poderão ultrapassar o limite de 15% (quinze	Art. 10. Os custos administrativos não poderão ultrapassar o limite de 15% (quinze

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>(quinze) do Valor do Projeto, conforme o art. 26 do Decreto 5.761, de 2006.</p> <p>Art. 27. São admitidas como despesas de administração para os fins do parágrafo único do art. 26 do Decreto nº 5.761, de 2006:</p> <p>I - material de consumo para escritório;</p> <p>II - locação de imóvel durante a execução do projeto; <i>(alterado pela IN nº 2/2017/MinC)</i></p> <p>II - locação de imóvel durante a execução do projeto a fim de abrigar exclusivamente atividades administrativas;</p> <p>III - serviços de postagem e correios;</p> <p>IV - transporte e insumos destinados a pessoal administrativo;</p> <p>V - contas de telefone, água, luz ou de internet;</p> <p>VI - pagamentos de pessoal administrativo e demais atividades-meio do projeto cultural, bem como os respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, exceto se expressamente considerados como indispensáveis à execução das atividades-fim do projeto; e</p> <p>VII - outras despesas com bens e serviços não diretamente relacionadas à atividade finalística do projeto, desde que pertinentes ao seu objeto. (NR)</p>	<p>por cento) do Valor do Projeto (Anexo I), sendo admitidas como despesas de administração para os fins do Decreto nº 5.761, de 2006:</p> <p>I - material de consumo para escritório;</p> <p>II - locação de imóvel durante a execução do projeto a fim de abrigar exclusivamente atividades administrativas;</p> <p>III - serviços de postagem e correios;</p> <p>IV - transporte e insumos destinados a pessoal administrativo;</p> <p>V - contas de telefone, água, luz ou de internet, durante a execução do projeto;</p> <p>VI - pagamentos de pessoal administrativo e demais atividades meio do projeto cultural, bem como os respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, exceto se expressamente considerados como indispensáveis à execução das atividades-fim do projeto; e</p> <p>VII - outras despesas com bens e serviços não diretamente relacionadas à atividade finalística do projeto, desde que pertinentes ao seu objeto.</p>	<p>por cento) do Valor do Projeto (Anexo I), sendo admitidas como despesas de administração para os fins do Decreto nº 5.761, de 2006:</p> <p>I - material de consumo para escritório;</p> <p>II - locação de imóvel durante a execução do projeto a fim de abrigar exclusivamente atividades administrativas;</p> <p>III - serviços de postagem e correios;</p> <p>IV - transporte e insumos destinados a pessoal administrativo;</p> <p>V - contas de telefone, água, luz ou de internet, durante a execução do projeto;</p> <p>VI - pagamentos de pessoal administrativo e demais atividades-meio do projeto cultural, bem como os respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, exceto se expressamente considerados como indispensáveis à execução das atividades-fim do projeto; e</p> <p>VII - outras despesas com bens e serviços não diretamente relacionadas à atividade finalística do projeto, desde que pertinentes ao seu objeto.</p>
-	<p>Parágrafo único. Poderá ser utilizado acima de 50% (cinquenta) do valor dos custos de administração em única rubrica, desde que seja demonstrada a economicidade, o</p>	<p>Parágrafo único. Quando utilizado acima de 50% (cinquenta por cento) do valor dos custos de administração em única rubrica, será necessária justificativa de economicidade.</p>	<p>Parágrafo único. Quando utilizado acima de 50% (cinquenta por cento) do valor dos custos de administração em única rubrica, será necessária justificativa de economicidade.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	alcance de resultado e justificadas pelo proponente.		
Art. 24. O proponente poderá ser remunerado com recursos decorrentes de renúncia fiscal, desde que preste serviço ao projeto, discriminado no orçamento analítico previsto no art. 12 desta Instrução Normativa.	Art. 28. O proponente poderá ser remunerado com recursos decorrentes de renúncia fiscal, desde que preste serviço ao projeto, discriminado no orçamento analítico e desde que o valor desta remuneração, ainda que por diversos serviços, não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Valor do Projeto, respeitando o previsto no inciso XIV do art. 45 desta instrução normativa.	Art. 11. O proponente poderá ser remunerado com recursos decorrentes de renúncia fiscal, desde que preste serviço ao projeto previsto no orçamento analítico e desde que o valor desta remuneração, ainda que por diversos serviços, não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto.	Art. 11. O proponente poderá ser remunerado com recursos decorrentes de renúncia fiscal, desde que preste serviço ao projeto previsto no orçamento analítico e desde que o valor desta remuneração, ainda que por diversos serviços, não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto.
-	-	§ 1º os pagamentos efetuados por serviços realizados por cônjuge, companheiro, parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, parentes com vínculo de afinidade com o proponente e em benefício de empresa coligada ou que tenha sócio em comum serão computados no limite do proponente previsto no caput.	§ 1º Os pagamentos efetuados por serviços realizados por cônjuge, companheiro, parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, parentes com vínculo de afinidade com o proponente e em benefício de empresa coligada ou que tenha sócio em comum serão computados no limite do proponente previsto no caput.
-	-	§ 2º a limitação disposta no caput não se aplica a grupos artísticos familiares que atuem na execução do projeto e corpos estáveis.	§ 2º A limitação disposta no caput não se aplica a grupos artísticos familiares que atuem na execução do projeto e corpos estáveis.
-	-	§ 3º um mesmo fornecedor poderá ter pagamento acima de 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto (Anexo I), quando se tratar de projetos de execução de obras e restauros.	§ 3º Um mesmo fornecedor poderá ter pagamento acima de 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto (Anexo I), quando se tratar de projetos de execução de obras e restauros.
-	Art. 29. O limite para pagamento de cachês artísticos com recursos incentivados, por apresentação, será de:	Art. 12. O limite para pagamento de cachês artísticos com recursos incentivados, por apresentação, será de:	Art. 12. O limite para pagamento de cachês artísticos com recursos incentivados, por apresentação, será de:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	a) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para artista ou modelo solo; b) R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para grupos artísticos e para grupos de modelos de desfiles de moda, exceto orquestras; c) R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por músico e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o maestro, no caso de orquestras.	a) R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para artista ou modelo solo; b) R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para grupos artísticos e para grupos de modelos de desfiles de moda, exceto orquestras; e c) R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais) por músico e R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para o maestro, no caso de orquestras.	a) R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para artista ou modelo solo; b) R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para grupos artísticos e para grupos de modelos de desfiles de moda, exceto orquestras; e c) R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais) por músico e R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para o maestro, no caso de orquestras.
-	Parágrafo único. A aprovação de valores superiores aos definidos neste artigo dependerá de ato motivado do plenário da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC, considerando as justificativas apresentadas pelo proponente e pela área técnica.	Parágrafo único. A aprovação de valores superiores aos definidos neste artigo dependerá de ato motivado do plenário da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC, considerando as justificativas apresentadas pelo proponente e pela área técnica.	Parágrafo único. As aprovações de valores superiores aos definidos neste artigo poderão ser admitidos por ato motivado do plenário da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), considerando as justificativas apresentadas pelo proponente e pela área técnica.
-	Art. 30. Os custos relativos aos direitos autorais e conexos no orçamento dos projetos serão limitados a 10% (dez por cento) sobre o Valor do Projeto, exceto se custos superiores forem recomendados pela plenária da CNIC.	Art. 13. Os valores relativos aos direitos autorais e conexos no orçamento dos projetos deverão ter compatibilidade com os preços praticados no mercado regional da produção.	Art. 13. Os valores relativos aos direitos autorais e conexos no orçamento dos projetos deverão ter compatibilidade com os preços praticados no mercado cultural.
Art. 32, § 3º A previsão de custeio, com recursos captados, dos direitos autorais decorrentes de execução pública de eventos musicais recolhidos a entidades de gestão coletiva destes direitos, somente será autorizada quando não houver cobrança de ingressos.	§ 1º A previsão de custeio, com recursos captados, dos direitos autorais decorrentes de execução pública de música ou fonograma recolhidos a entidades de gestão coletiva destes direitos somente será autorizada quando não houver cobrança de ingressos.	§ 1º A previsão de custeio, com recursos captados, dos direitos autorais decorrentes de execução pública de música ou fonograma recolhidos a entidades de gestão coletiva destes direitos somente será autorizada quando não houver cobrança de ingressos.	Parágrafo único. A previsão de custeio, com recursos captados, dos direitos autorais decorrentes de execução pública de música ou fonograma recolhidos a entidades de gestão coletiva destes direitos somente será autorizada quando não houver cobrança de ingressos.
-	§ 2º Para projetos da área do audiovisual, os custos relativos aos direitos de exibição cinematográfica no orçamento dos projetos	§ 2º Para projetos da área do audiovisual, os custos relativos aos direitos de exibição cinematográfica no orçamento dos projetos	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	serão limitados a duas vezes o valor previsto no caput deste artigo.	serão limitados a duas vezes o valor previsto no caput deste artigo.	
Art. 32, § 2º A aquisição de material permanente somente será permitida quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta cultural, em detrimento da locação, devendo o proponente, em qualquer caso, realizar cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade.	Art. 31. A aquisição de material permanente somente será permitida quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta cultural, em detrimento da locação, devendo o proponente, em qualquer caso, realizar cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade.	Art. 14. A aquisição de material permanente somente será permitida quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta cultural, em detrimento da locação, devendo o proponente, em qualquer caso, realizar cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade, bem como declarar a destinação cultural para o bem, observando o inciso XII do art. 48.	Art. 14. A aquisição de material permanente somente será permitida quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta cultural, em detrimento da locação, devendo o proponente, em qualquer caso, realizar cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade, bem como declarar a destinação cultural para o bem, observando o inciso XI do art. 48.
-	Art. 32. Os projetos culturais do audiovisual deverão respeitar os seguintes tetos orçamentários: a) curtas metragens: Até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); b) videoclipes: Até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); c) médias metragens: Até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); d) mostras/festivais: o valor solicitado deverá ser proporcional a média do histórico de captação do proponente nos últimos 3 anos, e caso o proponente não tenha histórico de captação o teto será de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), podendo chegar até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), desde que a diferença	Art. 15. Os projetos culturais do audiovisual deverão estar de acordo com os valores parametrizados pela Agência Nacional do Cinema - ANCINE.	Art. 15. Os projetos culturais do audiovisual deverão estar de acordo com os valores parametrizados pelo MinC.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>seja aplicada em ações de formação audiovisual;</p> <p>e) programas de TV educativos e culturais de caráter não comercial até 52 minutos: Até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por programa;</p> <p>f) programas de rádio educativos e culturais: Até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por programa;</p> <p>g) sítios de internet/web séries: Até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para infraestrutura do site e até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para produção de conteúdo para o site;</p> <p>h) jogos eletrônicos e aplicativos educativos e culturais: Até 300.000,00 (trezentos mil reais).</p> <p>§ 1º Para os projetos que tiverem contrato de patrocínio, serão admitidos valores superiores, desde que o proponente comprove a capacidade técnica para execução do projeto.</p>		
	<p>Seção IV Das Vedações</p> <p>Art. 33. É vedada a apresentação de propostas que contenham as seguintes características:</p> <p>I - receita total prevista no Plano de Distribuição dos produtos principal e secundário(s) superior ao Custo do Projeto somado a recursos públicos provenientes de outras fontes públicas previstas na planilha orçamentária;</p>	<p>Seção III Das Vedações</p> <p>Art. 16. É vedada a apresentação de propostas:</p>	<p>Seção III Das Vedações</p> <p>Art. 16. É vedada a apresentação de propostas:</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 20. Não será admitida a utilização de diferentes mecanismos de financiamento da Lei nº 8.313, de 1991, ou quaisquer outras fontes de recursos, para cobertura de um mesmo item de despesa.</p> <p>Art. 33. É vedada a apresentação de proposta por pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que, respectivamente, seja ou tenha como dirigentes, administradores, controladores ou membros de seus conselhos:</p>	<p>II - não observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, a serem avaliados pela unidade responsável pela análise de admissibilidade da proposta;</p> <p>III - previsão de custos relativos a um Produto Secundário superiores aos custos relativos ao Produto Principal;</p> <p>IV - produção de mais de uma obra audiovisual de curta ou média metragem por projeto, exceto quando tratar-se de editais públicos nacionais.</p> <p>V - utilização de diferentes mecanismos da Lei nº 8.313, 1991, ou quaisquer outras fontes de recursos para cobertura de uma mesma parcela de item de despesa.</p> <p>Parágrafo único. Os limites definidos nos incisos I e III não se aplicam às propostas que apresentem produto principal a ser executado no exterior.</p> <p>Art. 34-A. É vedada a apresentação de proposta que envolva a difusão da imagem de agente político. (NR) <i>(artigo acrescido pela IN nº 2/2017/MinC)</i></p> <p>Art. 35. É vedada a apresentação de proposta por pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que, respectivamente, seja ou tenha como dirigentes, administradores, controladores ou membros de seus conselhos:</p> <p>I - agente político de Poder ou do Ministério Público, bem como dirigente de órgão ou entidade da administração pública de</p>	<p>I - que envolvam a difusão da imagem de agente político; ou</p> <p>II - por pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que, respectivamente, seja ou tenha como dirigentes, administradores, controladores ou membros de seus conselhos:</p> <p>a) agente político de Poder ou do Ministério Público, bem como dirigente de órgão ou</p>	<p>I - que envolvam a difusão da imagem de agente político; ou</p> <p>II - por pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que, respectivamente, seja ou tenha como dirigentes, administradores, controladores ou membros de seus conselhos:</p> <p>a) agente político de Poder ou do Ministério Público, bem como dirigente de órgão ou</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>I – agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; e</p> <p>II – servidor público do Ministério da Cultura ou de suas entidades vinculadas, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.</p>	<p>qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; ou</p> <p>II - servidor público do Ministério da Cultura ou de suas entidades vinculadas, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.</p>	<p>entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro; e</p> <p>b) servidor público do Ministério da Cultura ou de suas entidades vinculadas, bem como seu respectivo cônjuge ou companheiro.</p>	<p>entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro; e</p> <p>b) servidor público do Ministério da Cultura ou de suas entidades vinculadas, bem como seu respectivo cônjuge ou companheiro.</p>
-	<p>Parágrafo único. A vedação mencionada no inciso I deste artigo não se aplica a entidades sem fins lucrativos, desde que observado disposto no inciso II do art. 45, inclusive no que se refere ao cônjuge, companheiro ou parente do agente, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau. (NR) <i>(parágrafo acrescido pela IN nº 2/2017/MinC)</i></p>	<p>Parágrafo único. A vedação mencionada na alínea "a" do inciso II deste artigo não se aplica a entidades sem fins lucrativos desde que observado o disposto no inciso II do art. 17, inclusive no que se refere ao cônjuge ou companheiro.</p>	<p>Parágrafo único. A vedação mencionada na alínea "a" do inciso II deste artigo não se aplica a entidades sem fins lucrativos desde que observado o disposto no inciso II do art. 17, inclusive no que se refere ao cônjuge ou companheiro.</p>
-	<p>Art. 34. É vedada a apresentação de proposta cuja finalidade não tenha natureza cultural, ainda que o suporte ou formato utilizado seja de cunho artístico. Parágrafo único. Entendem-se de natureza cultural estritamente as finalidades previstas no art. 1º da Lei nº 8.313, de 1991.</p>	-	-
Seção IV			

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Das Vedações</p> <p>Art. 34. Não serão admitidas propostas apresentadas por igrejas ou instituições religiosas congenêres, salvo quando caracterizadas exclusivamente como colaboração de interesse público.</p> <p>Parágrafo único. Para os fins deste artigo, entende-se por colaboração de interesse público aquela que atenda aos objetivos e requisitos da Lei nº 8.313, de 1991, não implique retorno financeiro ao proponente, nem contrarie orientação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC.</p> <p>Art. 32. É vedada a previsão de despesas:</p> <p>Art; 32, I – a título de elaboração de proposta cultural, taxa de administração, de gerência ou similar;</p> <p>II – em benefício de servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta de qualquer esfera governamental, por</p>	<p>Art. 36. É vedada apresentação de propostas:</p> <p>I - por instituições religiosas, salvo quando caracterizadas exclusivamente como colaboração de interesse público e desde que o objeto do projeto contemple edificação tombada pelo poder público ou tenha natureza cultural; ou</p> <p>II - que contenham ações que se caracterizem como cultos religiosos ou se destinem à doutrinação religiosa.</p> <p>Art. 45. É vedada a realização de despesas:</p> <p>I - a título de taxa de administração, de gerência, de gestor ou similar;</p> <p>II - em benefício de agente público ou agente político, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração federal direta ou indireta, por quaisquer tipos de serviços, salvo nas hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em leis específicas;</p>	<p>Art. 17. É vedada a realização de despesas:</p> <p>I – a título de elaboração de proposta cultural, de taxa de administração, de gerência, de gestor ou similar;</p> <p>II - em benefício de agente público ou agente político, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por quaisquer tipos de serviços, salvo nas hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em leis específicas;</p>	<p>Art. 17. É vedada a realização de despesas:</p> <p>I - a título de elaboração de proposta cultural, de taxa de administração, de gerência, de gestor ou similar;</p> <p>II - em benefício de agente público ou agente político, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por quaisquer tipos de serviços, salvo nas hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em leis específicas;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;</p> <p>III – em favor de clubes e associações de servidores públicos ou entidades congêneres;</p> <p>IV – que resultarem em vantagem financeira ou material para o patrocinador, salvo nas hipóteses previstas no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 31 do Decreto nº 5.761, de 2006;</p> <p>V – de natureza administrativa que suplantem o limite de quinze por cento instituído pelo art. 26 do Decreto nº 5.761, de 2006, ou que sejam estranhos à execução da proposta cultural;</p> <p>VI – com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares, excetuados os gastos com refeições dos profissionais ou com ações educativas, quando necessário à consecução dos objetivos da proposta;</p> <p>VII – referentes à compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo, em caso de necessidade justificada, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como nas hipóteses autorizadas no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, e nos arts. 3º-B e 10 do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006;</p>	<p>III - em favor do patrocinador, ressalvado o disposto no art. 24, II, da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 31 do Decreto nº 5.761, de 2006;</p> <p>IV - com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares, excetuados os gastos com refeições dos profissionais ou em ações educativas, quando necessário à consecução dos objetivos da proposta;</p> <p>V - referentes à compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo em situações excepcionais em que a necessidade seja comprovada e previamente autorizada pelo ministério, ou nas hipóteses autorizadas no <u>art. 27</u> do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973;</p>	<p>III - com a elaboração de convites personalizados ou destinados à circulação restrita, com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares, excetuados os gastos com refeições dos profissionais ou em ações educativas, quando necessário à consecução dos objetivos da proposta;</p> <p>IV - referente à compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo em situações excepcionais em que a necessidade seja comprovada ou nas hipóteses autorizadas no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973;</p>	<p>III - com a elaboração de convites personalizados ou destinados à circulação restrita, com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares, excetuados os gastos com refeições dos profissionais ou em ações educativas, quando necessário à consecução dos objetivos da proposta;</p> <p>IV - referente à compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo em situações excepcionais em que a necessidade seja comprovada ou nas hipóteses autorizadas no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>VIII – com serviços de captação, nos casos de proposta cultural selecionada por edital ou apresentada por instituição cultural criada pelo patrocinador, na forma do art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>IX – com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos; e</p> <p>X – com a aquisição de espaço para veiculação de programas de rádio e TV, no caso de propostas na área de audiovisual, exceto quando se tratar de inserções publicitárias para promoção e divulgação do produto principal do projeto, e desde que discriminado no plano de divulgação.</p>	<p>VI - com serviços de captação, nos casos de proposta cultural:</p> <p>a) selecionada por edital; ou</p> <p>b) apresentada por instituição cultural criada pelo patrocinador, na forma do art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991;</p> <p>VII - com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;</p> <p>VIII - com a aquisição de espaço para veiculação de programas de rádio e TV, no caso de propostas na área de audiovisual, exceto quando se tratar de inserções publicitárias para promoção e divulgação do produto principal do projeto;</p> <p>IX - em benefício do cônjuge, companheiro, parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, e parentes com vínculo de afinidade do proponente pessoa física, não se aplicando aos grupos artísticos familiares e que também atuem na execução do projeto;</p> <p>X - em benefício dos sócios da pessoa jurídica proponente, ou em benefício de empresa coligada ou que tenha sócio em comum com o proponente;</p> <p>XI - com a elaboração de convites personalizados ou destinados a circulação restrita;</p>	<p>V - com serviços de captação, nos casos de proposta cultural:</p> <p>a) com patrocínio exclusivo de edital; ou</p> <p>b) apresentada por instituição cultural criada pelo patrocinador, na forma do art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>VI - com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos; e</p> <p>VII - com a aquisição de espaço para veiculação de programas de rádio e TV, no caso de propostas na área de audiovisual, exceto quando se tratar de inserções publicitárias para promoção e divulgação do produto principal do projeto.</p>	<p>V - com serviços de captação, nos casos de proposta cultural:</p> <p>a) com patrocínio exclusivo de edital; ou</p> <p>b) apresentada por instituição cultural criada pelo patrocinador, na forma do art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>VI - com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos; e</p> <p>VII - com a aquisição de espaço para veiculação de programas de rádio e TV, no caso de propostas na área de audiovisual, exceto quando se tratar de inserções publicitárias para promoção e divulgação do produto principal do projeto.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 1º A execução de itens orçamentários com recursos incentivados será desconcentrada, somente sendo permitida a aquisição de mais de cinco produtos ou serviços do mesmo fornecedor quando demonstre ser a opção de maior economicidade, comprovada na prestação de contas mediante declaração do proponente, acompanhada de cotação de preços de pelo menos dois outros fornecedores.</p>	<p>XII - para o pagamento de itens orçamentários a fornecedores que sejam patrocinadores ou doadores de recursos ao projeto; XIII - para ressarcimento de desembolsos efetuados em data anterior à divulgação da decisão prevista no art. 77; e</p> <p>XIV - com mais de 5 (cinco) serviços ou produtos de mesmo fornecedor, a menos que seja comprovada a maior economicidade, sendo anexada ao Salic, quando da comprovação do item, a declaração do proponente acompanhada de cotação de preços de outros 2 (dois) fornecedores, limitado a 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto.</p>		
<p>Art. 35. É vedada a contratação de pessoa física ou jurídica para apresentar-se como proponente junto ao Pronac, fato que configura intermediação (art. 28 da Lei nº 8.313, de 1991).</p> <p>Parágrafo único. Não se configura intermediação a representação exclusiva de um artista ou grupo artístico, por pessoa com vínculo contratual prévio.</p>	<p>Art. 37. É vedada a intermediação (art. 28 da Lei nº 8.313/91). § 1º Não configura intermediação a representação exclusiva de um artista ou grupo artístico, por pessoa com vínculo contratual prévio. § 2º A contratação de pessoa física ou jurídica para somente apresentar-se como proponente configura a intermediação.</p>	-	-
	<p>Art. 38. É vedada a adoção de práticas que configurem vantagem financeira ou material ao patrocinador ou doador, como as abaixo relacionadas ou quaisquer outras diversas das</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 50. É vedada a captação de recursos de entidades vinculadas ao beneficiário, exceto na hipótese prevista no art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991.</p>	<p><u>contrapartidas estabelecidas na Lei nº 8.313, de 1991, e no Decreto nº 5.761, de 2006:</u></p> <p><u>I - a comercialização do produto cultural em condições diversas das praticadas ao público em geral e/ou delimitar espaços a público determinado;</u></p> <p><u>II - veicular sua imagem institucional ou o seu nome em peças de divulgação diferentes das aprovadas pelo Ministério da Cultura;</u></p> <p><u>III - determinar a execução de sessões de ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ao projeto cultural de caráter restrito ou com limitações de acesso; e</u></p> <p><u>IV - fornecer produtos ou serviços ao projeto cultural.</u></p> <p><u>Parágrafo único. As vedações dispostas neste artigo, excetuando-se o disposto no inciso IV, também se aplicam aos proponentes e coligadas, a qualquer fornecedor do projeto cultural ou a qualquer terceiro que de alguma forma esteja ligado ao projeto cultural ou sua execução.</u></p> <p><u>Art. 39. É vedada a captação de recursos de entidades vinculadas ao beneficiário, exceto na hipótese prevista no art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991.</u></p> <p><u>Art. 40. É vedada a captação de recursos entre a data de vencimento do prazo de captação e a data de publicação da portaria de prorrogação.</u></p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 52, § 1º Não serão depositados na Conta Captação recursos oriundos de outras fontes não relacionadas ao mecanismo de incentivo fiscal.</p> <p>Art. 51. Os recursos captados não serão aplicados em atividades não integrantes de projeto cultural aprovado.</p> <p>Art. 106. É vedada a distribuição gratuita de obras ou ingressos de projetos incentivados pelo Pronac a agente público do Ministério da Cultura, de suas entidades vinculadas e membro de comissões instituídas pela Lei nº 8.313, de 1991, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 9º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, aplicável às autoridades descritas no art. 2º do referido código.</p> <p>Art. 85. O servidor encarregado das diligências previstas no art. 77 não poderá participar da elaboração dos pareceres de avaliação técnica e financeira referidos nos arts. 79 e 84 desta Instrução Normativa.</p>	<p>Art. 41. É vedado depositar na <u>conta do projeto</u> recursos oriundos de outras fontes não relacionadas ao mecanismo de incentivo fiscal.</p> <p>Art. 42. É vedada a alteração do objeto e do enquadramento na faixa de renúncia do projeto cultural publicado.</p> <p>Art. 43. É vedada a distribuição gratuita de obras ou ingressos de projetos incentivados pelo Pronac a agente público do Ministério da Cultura, de suas entidades vinculadas e membro de comissões instituídas pela Lei nº 8.313, de 1991, ressalvados os dispostos no parágrafo único do art. 9º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, aplicável às autoridades descritas no art. 2º do referido código.</p> <p>Art. 44. É vedado ao servidor que participar da vistoria in loco elaborar o parecer de avaliação de resultados do mesmo projeto. [os grifos não são do original]</p>	<p>Art. 26, § 1º Não são passíveis de alteração o objeto e o enquadramento.</p>	<p>Art. 26, § 1º Não são passíveis de alteração o objeto e o enquadramento.</p>
<p>Seção III</p> <p>Da Acessibilidade e Democratização do Acesso</p> <p>Art. 25. Em observância ao estipulado no art. 1º, inciso I da Lei nº 8.313, de 1991, e</p>	<p>CAPÍTULO V</p> <p>DA ACESSIBILIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E CONTRAPARTIDAS SOCIAIS</p> <p>Seção I</p> <p>Princípios</p>	<p>CAPÍTULO IV</p> <p>DA ACESSIBILIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO, DO ACESSO E DAS AÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>Seção I</p> <p>Da Acessibilidade</p>	<p>CAPÍTULO IV</p> <p>DA ACESSIBILIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO, DO ACESSO E DAS AÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>Seção I</p> <p>Da Acessibilidade</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>no art. 27 do Decreto nº 5.761, de 2006, as propostas culturais apresentadas ao mecanismo de incentivos fiscais do Pronac deverão conter medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto, e de democratização do acesso da sociedade aos produtos, bens e serviços resultantes do apoio recebido.</p>	<p>Art. 46. As propostas culturais apresentadas ao mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac deverão conter medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e medidas de democratização do acesso da sociedade aos produtos, bens e serviços resultantes do apoio recebido.</p> <p>Art. 49. O proponente, ao realizar o projeto cultural, deverá observar as diretrizes da <u>Lei nº 13.146, de 2015</u>, que lhe forem aplicáveis, adotando medidas que busquem oferecer à pessoa com deficiência, idosa ou com mobilidade reduzida, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços e utilização de tecnologias assistivas, sempre que tecnicamente possível e dentro do conceito de adaptações razoáveis previsto na citada Lei. (NR)</p> <p>Parágrafo único. O projeto deverá garantir a oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sendo vedada a alegação de proteção de direitos de propriedade intelectual.</p>	<p>Art. 18. As propostas culturais apresentadas ao mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac deverão conter medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto sempre que tecnicamente possível, conforme a Lei nº 13.146/15.</p>	<p>Art. 18. As propostas culturais apresentadas ao mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac deverão conter medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto sempre que tecnicamente possível, conforme a Lei nº 13.146/2015.</p>
<p>Art. 26. As propostas culturais deverão contemplar medidas que garantam o acesso de pessoas com deficiência e</p>	<p style="text-align: center;">Seção II Da Acessibilidade</p> <p>Art. 47. As propostas culturais deverão contemplar medidas que busquem garantir acessibilidade para pessoas com</p>	<p style="text-align: center;">-</p>	<p style="text-align: center;">-</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>peças idosas em locais onde se realizam atividades culturais ou espetáculos artísticos, sem prejuízo de outras garantias previstas em legislação específica.</p>	<p>deficiência, mobilidade reduzida e pessoas idosas aos locais onde se realizam atividades culturais ou espetáculos artísticos, bem como o acesso ao conteúdo das obras e dos produtos gerados pelo projeto, sem prejuízo de outras garantias previstas em legislação específica.</p>		
<p>Art. 27. Para fins de cumprimento das medidas de acessibilidade determinadas pelo art. 27 do Decreto nº 5.761, 27 de abril de 2006, pelo art. 47 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e pelo art. 2º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, toda proposta cultural apresentada ao Ministério da Cultura, com vistas ao financiamento do Pronac, deverá incluir tais custos nos respectivos orçamentos.</p>	<p>Art. 48. Para fins de cumprimento das medidas de acessibilidade determinadas pelo art. 27 do Decreto nº 5.761, de 2006, pelo art. 47 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, pelo art. 2º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e pelos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e pelo § 3º do art. 2º da Lei nº 8.313 de 1991, toda proposta cultural apresentada ao Ministério da Cultura, com vistas ao financiamento do Pronac, deverá incluir previsão dos custos com ações de acessibilidade no orçamento analítico.</p> <p>Art. 49. O proponente, ao realizar o projeto cultural, deverá observar as diretrizes da Lei nº 13.146, de 2015, que lhe forem aplicáveis, adotando medidas que busquem oferecer à pessoa portadora de necessidades especiais, idosa ou com mobilidade reduzida, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços e utilização de tecnologias assistivas, sempre que tecnicamente possível e dentro do conceito</p>	<p>§ 1º Havendo custos com as ações de acessibilidade, estes devem estar previstos no orçamento analítico do projeto.</p>	<p>§ 1º Havendo custos com as ações de acessibilidade, estes devem estar previstos no orçamento analítico do projeto.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	de adaptações razoáveis previsto na citada Lei. (alterado pela IN nº 2/2017/MinC)		
-	-	§ 2º Todo material de divulgação dos produtos culturais gerados pelo projeto deve conter informações sobre a disponibilização das medidas de acessibilidade adotadas para o produto.	§ 2º O material de divulgação dos produtos culturais gerados pelo projeto deverá conter informações sobre a disponibilização das medidas de acessibilidade adotadas para o produto, sempre que tecnicamente possível .
-	<p>Art. 50. Caso não exista a possibilidade de atendimento das normas de acessibilidade previstas, será permitido ao proponente oferecer medidas alternativas devidamente motivadas, sujeitas à aprovação da autoridade competente para aprovação do projeto.</p> <p>Art. 51. Considerando o disposto no art. 64 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet previstos em propostas culturais, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.</p> <p>Art. 52. Enquanto não seja editada norma específica do ministério, o atendimento ao disposto no art. 47 deverá observar a Norma ABNT NBR 15599:2008, disponível no portal da</p>	-	<p>Art. 19. Será permitido ao proponente oferecer medidas alternativas devidamente motivadas, sujeitas à prévia aprovação do MinC, para assegurar o atendimento às medidas de acessibilidade previstas na Lei nº 13.146/2015.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência na internet.		
<p>Art. 28. Toda proposta cultural apresentada ao mecanismo de incentivos fiscais do Pronac em que haja previsão de público pagante ou comercialização de produtos deverá conter em seu plano de distribuição:</p> <p>I – o quantitativo de ingressos ou produtos culturais, observados os seguintes limites:</p> <p>a) mínimo de dez por cento para distribuição gratuita à população de baixa renda, nos termos do art. 4º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007;</p> <p>b) até dez por cento para distribuição gratuita promocional pelos patrocinadores;</p> <p>e</p> <p>c) até dez por cento para distribuição gratuita promocional em ações de divulgação do projeto;</p> <p>II – o custo unitário dos ingressos ou produtos culturais, observados os seguintes critérios:</p> <p>a) mínimo de vinte por cento para comercialização a preços populares e que não ultrapassem o teto do vale-cultura estabelecido no art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012; e</p>	<p align="center">Seção III</p> <p align="center">Da Democratização do Acesso</p> <p>Art. 53. A proposta cultural em que haja previsão de público pagante ou comercialização de produtos deverá assegurar a democratização do acesso, a ser consignada no Plano de Distribuição e posteriormente aferida no ato de comprovação da execução, contendo:</p> <p>I - estimativa da quantidade total de ingressos ou produtos culturais, observados os seguintes limites:</p> <p>a) mínimo de 10 % (dez por cento) exclusivamente para distribuição gratuita à população;</p> <p>b) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita pelos patrocinadores;</p> <p>c) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita promocional pelo proponente em ações de divulgação do projeto;</p> <p>d) mínimo de 20% (vinte por cento) para comercialização em valores que não ultrapassem o valor mensal do Vale-Cultura, estabelecido no art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012; e</p>	<p align="center">Seção II</p> <p align="center">Da Ampliação do Acesso</p> <p>Art. 20. A proposta cultural deverá conter um Plano de Distribuição detalhado, visando assegurar a ampliação do acesso aos produtos, bens e serviços culturais produzidos.</p> <p><i>[sic]</i></p> <p>I - estimativa da quantidade total de ingressos ou produtos culturais previstos, observados os seguintes limites:</p> <p>a) mínimo de 10% (dez por cento) exclusivamente para distribuição gratuita com caráter social, educativo ou formação artística;</p> <p>b) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita por patrocinadores;</p> <p>c) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita promocional pelo proponente em ações de divulgação do projeto;</p> <p>d) mínimo de 20% (vinte por cento) para comercialização em valores que não ultrapassem R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), estabelecido no art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012;</p>	<p align="center">Seção II</p> <p align="center">Da Ampliação do Acesso</p> <p>Art. 20. A proposta cultural deverá conter um Plano de Distribuição detalhado, visando assegurar a ampliação do acesso aos produtos, bens e serviços culturais produzidos, contendo:</p> <p>I - estimativa da quantidade total de ingressos ou produtos culturais previstos, observados os seguintes limites:</p> <p>a) mínimo de 10% (dez por cento) exclusivamente para distribuição gratuita com caráter social, educativo ou formação artística;</p> <p>b) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita por patrocinadores;</p> <p>c) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita promocional pelo proponente em ações de divulgação do projeto;</p> <p>d) mínimo de 20% (vinte por cento) para comercialização em valores que não ultrapassem R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>b) até cinquenta por cento para comercialização a critério do proponente;</p> <p>III – a previsão da receita a ser arrecadada. Parágrafo único. O custo unitário referido no inciso II estará sujeito à aprovação do Ministério da Cultura, com vistas a assegurar a democratização do acesso.</p>	<p>e) até 50% (cinquenta por cento) para comercialização em valores a critério do proponente desde que o preço médio do ingresso ou produto não ultrapasse 3 (três) vezes o valor mensal do Vale-Cultura, exceto para projetos que apresentem produto principal a ser executado no exterior; e</p> <p>II - previsão da receita total a ser arrecadada.</p>	<p>e) a comercialização em valores a critério do proponente será limitada a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de produtos culturais, sendo o preço médio do ingresso ou produto de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), excetuando-se projetos com transmissão ao vivo em TV aberta; e</p> <p>f) parametrização do sistema para atender entendimentos consolidados dos órgãos de controle (Anexo I).</p>	<p>e) a comercialização em valores a critério do proponente será limitada a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de produtos culturais, sendo o preço médio do ingresso ou produto de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), excetuando-se projetos com transmissão ao vivo em TV aberta; e</p> <p>f) parametrização estabelecida no sistema para atender entendimentos consolidados dos órgãos de controle (Anexo I).</p>
-	<p>§ 1º As porcentagens e as totalidades definidas neste artigo serão calculadas tomando-se por base a tiragem total do produto cultural ou público total a ser atingido, sendo considerados, nesse caso, a capacidade total de lotação do espaço escolhido pelo proponente e o número de apresentações.</p> <p>§ 2º Os valores consignados devem corresponder ao valor para a comercialização ao consumidor final no caso de produtos ou ao preço da inteira no caso de ingressos, sendo que no segundo caso o Salic considerará automaticamente no cálculo 50% (cinquenta por cento) de abatimento</p>	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>composto pela meia-entrada de estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, prevista na <u>Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013.</u></p> <p>§ 3º Quando houver faixas de preços de ingressos por setores, espaços ou outras variáveis, estas devem ser discriminadas com seus respectivos quantitativos no Plano de Distribuição.</p> <p>§ 4º O valor médio do preço dos ingressos ou produtos comercializados a critério do proponente é o quociente entre a previsão da receita constante no Plano de Distribuição a ser arrecadada com essa venda e o total de produtos correspondentes, utilizando o método da média ponderada, observados os critérios da <u>Lei nº 12.933, de 2013.</u></p> <p>§ 5º Ainda que observado o preço médio estipulado na alínea "e", inciso I do caput, os valores unitários propostos pelo proponente estarão sujeitos à aprovação do Ministério da Cultura, com vistas a assegurar a democratização.</p> <p>§ 6º Os percentuais previstos na alínea "a" do inciso I deste artigo poderão ser distribuídos a critério do proponente desde que contempladas igualmente todas as categorias de produtos ou ingressos, seja ao longo do projeto ou concentrados em uma ou mais apresentações, no caso de eventos,</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>resguardado o previsto no § 1º do art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>§ 7º Os limites de gratuidade previstos nas alíneas "b" e "c", inciso I do caput que não sejam utilizados deverão ser revertidos preferencialmente em prol da sociedade na forma disposta na alínea "a", inciso I, ou vendidos a valores que não ultrapassem o valor mensal do Vale-Cultura.</p> <p>§ 8º Os ingressos ou produtos disponibilizados até o valor mensal do Vale-Cultura poderão ser distribuídos gratuitamente à sociedade, conforme definido na alínea "a", do inciso I, deste artigo.</p> <p>Art. 54. A oferta da totalidade dos ingressos ou produtos de forma gratuita não exclui a obrigação do proponente de demonstrar o detalhamento pleno no Plano de Distribuição, considerando-se as alíneas "d" e "e" do inciso I do art. 53, como distribuição impessoal.</p> <p>Parágrafo único. Aos projetos realizados em locais públicos ou com portões abertos sem emissão de ingressos, deverá ser apresentada a estimativa de público no Plano de Distribuição coerente com o local de realização.</p> <p>Art. 55. Para cumprimento do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 53, o proponente deverá adotar ao menos um dos critérios abaixo:</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>I - doação dos ingressos ou produtos para instituições ou associações que tenham por finalidade atender camadas menos assistidas da população e com menor poder aquisitivo;</p> <p>II - doação para sorteio em canal a ser disponibilizado no site do MinC para aqueles que manifestem o interesse em participar de atividades culturais ou receber produtos culturais, priorizando beneficiários de políticas sociais (<u>Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico</u>); e</p> <p>III - excepcionalmente, desde que justificado na proposta cultural e aprovado pelo MinC, poderá o proponente efetuar diretamente a distribuição gratuita, de forma impessoal, devendo nesta hipótese reunir meios de prova que documentem e comprovem o recebimento dos ingressos ou produtos culturais.</p> <p>§ 1º O MinC publicará manual a ser disponibilizado em seu site indicando os procedimentos a serem observados na hipótese prevista no inciso II do caput.</p> <p>§ 2º A distribuição gratuita na hipótese do inciso I deste artigo deverá ser comprovada, junto ao Salic, por meio de declaração subscrita pelas instituições receptoras, constando:</p> <p>I - nome do projeto e número do PRONAC;</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	II - o quantitativo de ingressos ou produtos recebidos gratuitamente; III - o compromisso da instituição recebedora de promover a distribuição gratuita à população; e IV - nome da instituição recebedora, CNPJ e dados do seu representante/subscritor (nome, RG e CPF e cargo que exerce).		
<p>Art. 29. As propostas culturais relativas à circulação de espetáculos e exposições deverão prever a contratação de profissionais ou empresas prestadoras de serviços locais ou regionais na proporção de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do custo relativo à contratação de mão de obra ou serviços necessários à produção na respectiva localidade.</p> <p>§ 1º A comprovação do cumprimento da obrigação prevista no caput deverá ocorrer na prestação de contas, sem prejuízo de eventuais ações de acompanhamento e fiscalização do Ministério da Cultura na forma dos arts. 75, § 1º, e 77 desta Instrução Normativa.</p> <p>§ 2º Pagamentos de seguros e transporte não serão considerados para o cálculo do percentual previsto no caput.</p>	-	-	-
	Seção IV Outras Medidas de Democratização		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 30. Além das medidas descritas nos artigos anteriores, o proponente deverá prever a adoção de, pelo menos, uma das seguintes medidas de democratização de acesso às atividades, aos produtos, serviços e bens culturais:</p> <p>I – promover a participação de pessoas com deficiência e de idosos em concursos de prêmios no campo das artes e das letras;</p> <p>II – doar, no mínimo, vinte por cento dos produtos materiais resultantes da execução do projeto a escolas públicas, bibliotecas, museus ou equipamentos culturais de acesso franqueado ao público, devidamente identificados, sem prejuízo do disposto no art. 44 do Decreto nº 5.761, de 2006;</p> <p>III – desenvolver atividades em locais remotos ou próximos a populações urbanas periféricas;</p> <p>IV – oferecer transporte gratuito ao público, prevendo acessibilidade à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e aos idosos;</p> <p>V – disponibilizar na internet a íntegra dos registros audiovisuais existentes dos espetáculos, exposições, atividades de ensino e outros eventos de caráter presencial;</p>	<p>Art. 56. Além das medidas descritas na Seção III deste Capítulo, o proponente deverá prever a adoção de, pelo menos, uma das seguintes medidas de democratização do acesso às atividades, aos produtos, serviços e bens culturais:</p> <p>I - promover a participação de pessoas com deficiência e de idosos em concursos de prêmios no campo das artes e das letras;</p> <p>II - doar, além do previsto na alínea "a" do inciso I do art. 53, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos produtos resultantes da execução do projeto a escolas públicas, estudantes e professores de gestão cultural e artes de universidades públicas e privadas, bibliotecas, museus ou equipamentos culturais de acesso franqueado ao público, devidamente identificados;</p> <p>III - desenvolver atividades em locais remotos ou em áreas habitadas por populações urbanas periféricas;</p> <p>IV - oferecer transporte gratuito ao público, prevendo acessibilidade à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e aos idosos;</p> <p>V - disponibilizar na internet registros audiovisuais dos espetáculos, exposições, atividades de ensino e outros eventos de caráter presencial, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 57;</p>	<p>Art. 21. Em complemento, o proponente deverá prever a adoção de, pelo menos, uma das seguintes medidas de ampliação do acesso:</p> <p>I - doar, além do previsto no inciso I, do art. 44, do Decreto 5.761, de 2006, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos produtos resultantes da execução do projeto a escolas públicas, bibliotecas, museus ou equipamentos culturais de acesso franqueado ao público, devidamente identificados;</p> <p>-</p> <p>II - oferecer transporte gratuito ao público, prevendo acessibilidade à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e aos idosos;</p> <p>III - disponibilizar na Internet registros audiovisuais dos espetáculos, exposições, atividades de ensino e outros eventos de caráter presencial, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 22;</p> <p>IV - permitir a captação de imagens das atividades e de espetáculos ou autorizar sua</p>	<p>Art. 21. Em complemento, o proponente deverá prever a adoção de, pelo menos, uma das seguintes medidas de ampliação do acesso:</p> <p>I - doar, além do previsto no inciso I, do art. 44, do Decreto 5.761, de 2006, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos produtos resultantes da execução do projeto a escolas públicas, bibliotecas, museus ou equipamentos culturais de acesso franqueado ao público, devidamente identificados;</p> <p>-</p> <p>II - oferecer transporte gratuito ao público, prevendo acessibilidade à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e aos idosos;</p> <p>III - disponibilizar, na Internet, registros audiovisuais dos espetáculos, das exposições, das atividades de ensino e de outros eventos de caráter presencial, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 22;</p> <p>IV - permitir a captação de imagens das atividades e de espetáculos ou autorizar</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>VI – permitir a captação de imagens das atividades e de espetáculos e autorizar sua veiculação por redes públicas de televisão;</p> <p>VII – realizar, gratuitamente, atividades paralelas aos projetos, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições, mostras e oficinas;</p> <p>VIII – oferecer bolsas de estudo ou estágio a estudantes da rede pública de ensino em atividades educacionais ou profissionais desenvolvidas na proposta cultural;</p> <p>IX – estabelecer parceria visando à capacitação de agentes culturais em iniciativas financiadas pelo Poder Público; ou</p> <p>X – outras medidas sugeridas pelo proponente a serem apreciadas pelo Ministério da Cultura.</p>	<p>VI - permitir a captação de imagens das atividades e de espetáculos ou autorizar sua veiculação por redes públicas de televisão;</p> <p>VII - realizar, gratuitamente, atividades paralelas aos projetos, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições, mostras e oficinas, além da previsão do art. 57;</p> <p>VIII - oferecer bolsas de estudo ou estágio a estudantes da rede pública ou privada de ensino em atividades educacionais, profissionais ou de gestão cultural e artes desenvolvidas na proposta cultural;</p> <p>IX - estabelecer parceria visando à capacitação de agentes culturais em iniciativas financiadas pelo poder público; ou</p> <p>X - outras medidas sugeridas pelo proponente a serem apreciadas pelo MinC.</p>	<p>veiculação por redes públicas de televisão e outras mídias;</p> <p>V - realizar, gratuitamente, atividades paralelas aos projetos, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições, mostras e oficinas, além da previsão do art. 22;</p> <p>VI - oferecer bolsas de estudo ou estágio a estudantes da rede pública ou privada de ensino em atividades educacionais, profissionais ou de gestão cultural e artes desenvolvidas na proposta cultural;</p> <p>VII - realizar ação cultural voltada ao público infantil ou infantojuvenil;</p> <p>VIII - estabelecer parceria visando à capacitação de agentes culturais em iniciativas financiadas pelo poder público; ou</p> <p>IX - outras medidas sugeridas pelo proponente a serem apreciadas pelo MinC.</p>	<p>sua veiculação por redes públicas de televisão e outras mídias;</p> <p>V - realizar, gratuitamente, atividades paralelas aos projetos, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições, mostras e oficinas, além da previsão do art. 22;</p> <p>VI - oferecer bolsas de estudo ou estágio a estudantes da rede pública ou privada de ensino em atividades educacionais, profissionais ou de gestão cultural e artes desenvolvidas na proposta cultural;</p> <p>VII - realizar ação cultural voltada ao público infantil ou infantojuvenil;</p> <p>VIII - estabelecer parceria visando à capacitação de agentes culturais em iniciativas financiadas pelo poder público; ou</p> <p>IX - outras medidas sugeridas pelo proponente, a serem apreciadas pelo MinC.</p>
<p>Art. 31. O Ministério da Cultura, observada a legislação em vigor, acompanhará e fiscalizará as medidas de acessibilidade e democratização de acesso na forma dos arts. 75, § 1º, e 77 desta Instrução, e considerará o cumprimento das medidas apresentadas como quesito de avaliação da proposta cultural, exigindo a comprovação de seu cumprimento</p>	-	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
quando da prestação de contas, sendo este item indispensável para a aprovação das respectivas contas.			
-	<p align="center">Seção V Das Contrapartidas Sociais</p> <p>Art. 57. As propostas culturais deverão apresentar ação de formação de plateia ou equivalente, em território brasileiro, com rubricas orçamentárias próprias, apresentada no Plano de Distribuição do projeto como produto acessório da atividade principal.</p>	<p align="center">Seção III Da Realização das Ações Educativas</p> <p>Art. 22. As propostas culturais de planos anuais e plurianuais deverão apresentar ações educativas em suas atividades ou equivalente, em território brasileiro, com rubricas orçamentárias próprias, apresentadas no Plano de Distribuição do projeto como produto acessório da atividade principal.</p>	<p align="center">Seção III Da Realização das Ações Educativas</p> <p>Art. 22. As propostas culturais de planos anuais e plurianuais deverão apresentar ações educativas em suas atividades ou equivalente, em território brasileiro, com rubricas orçamentárias próprias, apresentadas no Plano de Distribuição do projeto como produto acessório da atividade principal.</p>
-	§ 1º O mínimo de 50% (cinquenta) das ações de formação de plateia deverão <i>[sic]</i> ser destinadas a estudantes e professores de instituições públicas de ensino.	§ 1º O mínimo de 50% (cinquenta por cento) das ações educativas deverão <i>[sic]</i> ser destinadas a estudantes e professores de instituições públicas de ensino.	§ 1º Deverão ser, no mínimo, de 50% (cinquenta por cento) as ações educativas destinadas a estudantes e professores de instituições públicas de ensino.
-	§ 2º As atividades previstas nesse artigo deverão ser registradas por meio videográfico <i>[sic]</i> e disponibilizadas gratuitamente, em sua íntegra, na internet.	-	-
-	§ 3º O número de estudantes e professores beneficiados pela ação de formação de plateia deve corresponder a 10% (dez por cento) do quantitativo de produtos culturais previstos no Plano de Distribuição. As propostas deverão contemplar o mínimo de 20 (vinte) beneficiários, podendo, a critério do proponente, se limitar a 1.000 (mil) .	§ 2º O número de beneficiados das ações educativas deve corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) das pessoas beneficiadas e previstas no Plano de Distribuição, contemplando o mínimo de 20 (vinte) beneficiários, podendo, a critério do proponente, se limitar a 500 (quinhentos) beneficiários .	§ 2º O número de beneficiados das ações educativas deve corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) das pessoas beneficiadas e previstas no Plano de Distribuição, contemplando o mínimo de 20 (vinte) beneficiários, podendo, a critério do proponente, se limitar a 500 (quinhentos) beneficiários.
-	§ 4º Projetos de formação ou que disponibilizem programas educativos	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	deverão acrescentar ações de conscientização para importância da arte e cultura em suas atividades, em cumprimento ao disposto neste artigo.		
-	<p style="text-align: center;">Seção VI</p> <p>Das Estratégias de Difusão que Ampliem o Acesso e o Controle Social</p> <p>Art. 58. Os projetos aprovados com publicação no Diário Oficial da União passarão a integrar o Cadastro de Projetos Aprovados - CPA-Rouanet, disponível na internet, constituído com a finalidade de divulgar junto à sociedade e a possíveis investidores a parcela da produção cultural brasileira que se encontra autorizada a captar recursos federais incentivados.</p> <p>Art. 59. É obrigatória, sempre que tecnicamente possível, a disponibilização dos produtos e serviços culturais aos beneficiários do Programa de Cultura do Trabalhador por meio do cartão Vale-Cultura.</p> <p>Art. 60. Devem constar em materiais, sistemas e mídias que tratem da comercialização de ingressos, incluindo bilheterias, lojas, pontos e sites de venda, informações destacadas indicando o atendimento do princípio de democratização do acesso exigido pela Lei nº 8.313, de 1991 e pelo Decreto nº 5.761, de 2006, ou seja, visibilidade da informação quanto aos ingressos gratuitos e ingressos comercializados até o valor do Vale-Cultura,</p>	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>nos termos estabelecidos no Plano de Distribuição aprovado.</p> <p>Parágrafo único. O proponente deverá manter atualizadas as informações previstas no caput, nos locais de comercialização, bem como informar quando houver o esgotamento dos referidos ingressos.</p> <p>Art. 61. O proponente deverá lançar no Salic a divulgação dos espetáculos, shows, eventos, ações, entre outras atividades culturais que estejam disponibilizadas à sociedade.</p> <p>Art. 62. Na comercialização de livro, catálogo, DVD, CD, ou produtos afins deverá ser registrado na capa ou na contracapa:</p> <p>I - a quantidade total e o percentual da tiragem distribuída de forma gratuita em atendimento ao princípio da democratização do acesso exigido pela Lei nº 8.313, de 1991; e</p> <p>II - o valor máximo de comercialização na seguinte conformidade:</p> <p>a) para parcela dos produtos enquadrados na alínea "d" do inciso I do art. 53, inserir o valor estabelecido no Plano de Distribuição aprovado, a quantidade total e o percentual da tiragem;</p> <p>b) para as hipóteses de preço médio da alínea "e" do inciso I do art. 53 inserir o valor máximo que tenha sido aprovado no Plano de Distribuição, dispensada a inserção das demais variáveis de preços.</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>Parágrafo único. A tiragem de livro, catálogo, DVD, CD, ou produtos afins está limitada a 3.000 (três mil) exemplares. A ampliação deste limite será avaliada, primeiramente, pela SEFIC ou SAV e, posteriormente, pela CNIC, que apreciarão a razoabilidade da justificativa apresentada.</p> <p>Art. 63. O MinC poderá por si ou por meio de parcerias promover ações de comunicação sobre a utilização do incentivo fiscal, além das indicadas no art. 58, bem como, para viabilizar a divulgação de dados diversos sobre os projetos culturais aprovados, dentre os quais números sobre o público beneficiário.</p> <p>Art. 64. É obrigatória a inserção da logomarca do Ministério da Cultura, conforme o <u>Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura</u>:</p> <p>I - nos produtos resultantes de programas, projetos e ações culturais realizados com recursos do Pronac, bem como nas atividades relacionadas à sua difusão, divulgação, promoção, distribuição, incluindo placa da obra, durante sua execução, e placa permanente na edificação, sempre com visibilidade pelo menos igual à da marca do patrocinador majoritário de acordo com o <u>Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura</u>; e</p> <p>II - em campanhas institucionais dos patrocinadores que façam referência a programas, projetos e ações culturais beneficiados com incentivos fiscais.</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>Parágrafo único. As logomarcas e os critérios de inserção estão estabelecidos pelo Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura, aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura, em consonância com as diretrizes do órgão responsável pela comunicação social no âmbito da Presidência da República, e publicado no Diário Oficial da União.</p>		
<p>CAPÍTULO IV DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS CULTURAIS</p> <p>Art. 37. A análise da proposta cultural será realizada inicialmente pela Secretaria competente, que promoverá a verificação documental e o exame preliminar de admissibilidade da proposta.</p> <p>§ 3º Será imediatamente arquivada pelo MinC, importando em não admissão, a proposta que:</p> <p>I – contrarie súmula administrativa da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC – aprovada na forma de seu regimento;</p> <p>II – contrarie parecer normativo expedido pela Consultoria Jurídica do Ministério da</p>	<p>CAPÍTULO VI DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS CULTURAIS</p> <p>Art. 65. A análise da proposta cultural será realizada inicialmente pela secretaria competente na forma do art. 4º, que promoverá o exame de admissibilidade e de enquadramento, com vistas a aprovação preliminar.</p> <p>Art. 66. A fase de admissibilidade, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas e seus dirigentes, com o suporte de trilhas de controle, será composta pelas seguintes etapas:</p> <p>I - exame preliminar de admissibilidade da proposta, sendo imediatamente arquivada pelo MinC, importando em não admissão a proposta que:</p> <p>a) contrarie <u>súmula administrativa</u> da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC - aprovada na forma de seu regimento;</p> <p>b) contrarie <u>parecer normativo</u> expedido pela Consultoria Jurídica do Ministério da</p>	<p>CAPÍTULO V DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS CULTURAIS</p> <p>Art. 23. As propostas culturais apresentadas no Salic passarão por análise de admissibilidade, composta pelas seguintes etapas:</p> <p>I - exame preliminar de admissibilidade da proposta, sendo arquivada pelo MinC a proposta que:</p> <p>a) contrarie qualquer regulamentação relativa ao uso do incentivo fiscal;</p>	<p>CAPÍTULO V DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS CULTURAIS</p> <p>Art. 23. As propostas culturais apresentadas no Salic passarão por análise de admissibilidade, composta pelas seguintes etapas:</p> <p>I - exame preliminar de admissibilidade da proposta, sendo arquivada pelo MinC a proposta que:</p> <p>a) contrarie qualquer regulamentação relativa ao uso do incentivo fiscal;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Cultura, regularmente aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;</p> <p>III – tenha objeto e cronograma idênticos a outra proposta já apresentada no mesmo ano fiscal, mesmo que por proponente diverso;</p> <p>IV – caracterize reapresentação de projeto similar arquivado ou já analisado e indeferido pelo MinC, no mesmo ano fiscal, mesmo que por proponente diverso; ou</p> <p>V – caracterize-se como fracionamento de outro projeto ativo, na medida em que seu objeto ou ação principal estejam nele contidas, podendo resultar em prejuízo para o alcance dos objetivos do projeto como um todo.</p>	<p>Cultura, regularmente aprovado e publicado pelo Ministro de Estado da Cultura na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;</p> <p>c) tenha objeto e cronograma similar a outra proposta já apresentada nos últimos 12 (doze) meses, mesmo que por proponente diverso ou por meio de outro mecanismo de financiamento no âmbito MinC;</p> <p>d) caracterize intermediação nos termos previstos nesta instrução normativa;</p> <p>e) tenha por objeto a construção de portais e réplicas em logradouros públicos;</p> <p>f) tenha por objeto a concessão de bolsa de estudos de graduação e pós-graduação ou aperfeiçoamento profissional e artístico de pessoas na área da cultura;</p> <p>g) contenham ações que se caracterizem como cultos religiosos, direcionados exclusivamente à doutrinação religiosa;</p> <p>e</p>	<p>b) tenha objeto e cronograma similar a proposta ou projeto ativo do mesmo proponente; e</p> <p>c) as mesmas características que levaram ao indeferimento de proposta ou projeto similares apresentados nos últimos 12 (doze) meses, ainda que por proponente diverso.</p>	<p>b) tenha objeto e cronograma similar a proposta ou projeto ativo do mesmo proponente; e</p> <p>c) apresente as mesmas características que levaram ao indeferimento de proposta ou projeto similares apresentados nos últimos 12 (doze) meses, ainda que por proponente diverso.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 38. Comporão a análise documental e o exame de admissibilidade:</p> <p>I – verificação do completo e correto preenchimento do formulário de apresentação da proposta cultural;</p> <p>III – verificação da adequação do perfil da proposta e do proponente ao mecanismo pleiteado;</p> <p>IV – verificação das planilhas orçamentárias e dos documentos técnicos exigidos do proponente; e</p> <p>II – análise quanto ao enquadramento do proponente e da proposta cultural à Lei nº 8.313, de 1991, e aos regulamentos, particularmente quanto à finalidade cultural de ambos;</p> <p>V – verificação de duplicidade da proposta apresentada a qualquer</p>	<p>h) recaiam nas vedações ou extrapolem os limites previstos nesta instrução normativa, bem como nas rotinas de controle de segurança do Salic, mediante despacho motivado; e</p> <p>II - análise das informações da proposta cultural, abrangendo a verificação:</p> <p>a) do completo e correto preenchimento do formulário de apresentação da proposta cultural;</p> <p>b) quanto a adequação da proposta e do proponente à Lei nº 8.313, de 1991, e seus regulamentos, particularmente quanto à natureza cultural de ambos;</p> <p>c) da adequação do perfil da proposta e do proponente ao mecanismo pleiteado;</p> <p>d) das planilhas orçamentárias e dos documentos técnicos exigidos do proponente;</p> <p>e) da aferição da ações preponderante e secundárias, quando houver;</p> <p>f) da definição do produto principal;</p> <p>g) da definição do enquadramento do projeto, segundo o Anexo IV;</p> <p>h) da capacidade técnica do proponente para execução do projeto apresentado, baseado na documentação referente ao Anexo III; e</p>	<p>II - análise das informações da proposta cultural, abrangendo a verificação:</p> <p>a) da definição do enquadramento do projeto, segundo o Anexo IV; e</p>	<p>II - análise das informações da proposta cultural, abrangendo a verificação:</p> <p>a) da definição do enquadramento do projeto, segundo o Anexo IV; e</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
modalidade de financiamento no âmbito do MinC.	i) das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das contrapartidas sociais às características do projeto cultural.	b) quanto à previsão das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das ações complementares de conscientização para a importância da arte e da cultura, considerando as características do projeto cultural. [o grifo não é do original]	b) quanto à previsão das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das ações educativas , considerando as características do projeto cultural.
-	§ 1º Em caso de indeferimento da proposta na fase de admissibilidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, improrrogáveis, a ser decidido pela unidade competente da secretaria.	§ 1º Em caso de indeferimento da proposta, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, improrrogáveis, cabendo ser decidido pela unidade competente.	§ 1º Em caso de indeferimento da proposta, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, improrrogáveis, decidido pela unidade competente.
-	§ 2º O prazo máximo de análise das propostas culturais é de sessenta dias, podendo ser ampliado para até cento e vinte dias, quando se tratar de projetos de restauração do patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.	§ 2º O prazo máximo de análise das propostas culturais é de 60 (sessenta) dias, podendo ser ampliado para até 120 (cento e vinte dias), quando se tratar de projetos de restauração do patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.	§ 2º O prazo máximo de análise das propostas culturais é de 60 (sessenta) dias, podendo ser ampliado para até 120 (cento e vinte dias), quando se tratar de projetos de restauração do patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.
§ 2º Caso a proposta não ultrapasse o exame de admissibilidade, adotar-se-á o procedimento previsto nos arts. 14 e 108 desta Instrução Normativa, exceto quando for o caso de arquivamento imediato.	§ 3º Será arquivada a proposta que não ultrapasse o exame de admissibilidade, não cabendo recurso da decisão.	-	-
-	Art. 67. Após o exame de admissibilidade, o projeto será enquadrado nos arts. 18 ou 26 da Lei nº 8.313, de 1991, de acordo com a segmentação definida no Anexo IV, sendo o proponente comunicado da decisão.	Art. 24. Após o exame de admissibilidade, a proposta será enquadrada nos arts. 18 ou 26 da Lei nº 8.313, de 1991, de acordo com o segmento definido no Anexo IV.	Art. 24. Após o exame de admissibilidade, a proposta será enquadrada nos arts. 18 ou 26 da Lei nº 8.313, de 1991, de acordo com o segmento definido no Anexo IV.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	<p>Art. 68. Da decisão do art. 67 caberá pedido de reconsideração ao titular da Coordenação-Geral competente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do seu registro no Salic e envio desta informação pelo sistema.</p> <p>§ 1º Caso a autoridade entenda oportuna manifestação de unidades técnicas ou da CNIC, poderá solicitar-lhes informações, a serem prestadas em até 30 (trinta) dias.</p> <p>§ 2º Da decisão, caberá recurso ao titular da Secretaria competente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do seu registro no Salic e envio desta informação pelo sistema.</p> <p>§ 3º Caso o titular da Secretaria entenda oportuna nova manifestação de unidades técnicas ou da CNIC, poderá solicitar-lhes informações, a serem prestadas em até 30 (trinta) dias.</p> <p>§ 4º Caso concorde com a decisão, o proponente, via Salic, poderá declinar dos prazos recursais previstos no caput e no § 2º, visando continuidade nos trâmites com vistas à aprovação preliminar.</p> <p>Art. 69. A decisão de enquadramento proferida em grau de recurso é irrecorrível.</p>	-	-
-	-	§ 1º a proposta será disponibilizada, por meio do Salic, para conhecimento e manifestação da CNIC, se for o caso, em até 5 (cinco) dias.	§ 1º A proposta será disponibilizada, por meio do Salic, para conhecimento e manifestação da CNIC, se for o caso, em até 5 (cinco) dias.
-	-	§ 2º a ausência de manifestação do comissário no prazo estabelecido no § 1º	§ 2º A ausência de manifestação do comissário no prazo estabelecido no § 1º

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
		ensinará aprovação tácita do enquadramento realizado pela área técnica.	ensinará aprovação tácita do enquadramento realizado pela área técnica.
-	Art. 70. Em caso de aprovação preliminar, o proponente estará autorizado a iniciar a captação de recursos para o projeto, sendo a decisão publicada no Diário Oficial da União, por meio de Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados.	Art. 25. A captação poderá ser iniciada imediatamente após a fase de admissibilidade, tão logo seja publicada a Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados no Diário Oficial da União.	Art. 25. A captação poderá ser iniciada imediatamente após a fase de admissibilidade, tão logo seja publicada a Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados no Diário Oficial da União.
Art. 46. Os proponentes, pessoas físicas e jurídicas, deverão manter regulares suas situações fiscais e previdenciárias, o que será verificado antes da publicação da portaria de autorização para captação de recursos por meio de: I – consulta da Certidão de Quitação de Tributos Federais (CQTF) e da Dívida Ativa da União (DAU) e Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), quando se tratar de pessoa física; ou II – consulta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), da Certidão de Quitação de Tributos Federais (CQTF), da Dívida Ativa da União (DAU) e Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), quando se tratar de pessoa jurídica. Parágrafo único. Na impossibilidade de o Ministério da Cultura obter as certidões de que trata este artigo, será solicitado seu envio pelo proponente.	§ 1º Os proponentes deverão manter regulares suas situações fiscais e previdenciárias, o que será verificado previamente à publicação, por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS e do Cadastro Informativo de Crédito Não Quitados do Setor Público Federal, bem como a regularidade junto ao MinC. § 2º Na impossibilidade do MinC aferir a regularidade de que trata o § 1º deste artigo, será solicitada a informação junto ao proponente.	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 47. A Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados conterá, pelo menos:</p> <p>I – o número de registro do projeto no Pronac;</p> <p>II – o título do projeto;</p> <p>III – o nome do proponente e respectivo CPF ou CNPJ;</p> <p>IV – o valor autorizado para captação de doações ou patrocínios;</p> <p>V – os prazos de execução e de captação;</p> <p>VI – enquadramento legal;</p> <p>VII – extrato do projeto aprovado;</p> <p>§ 1º O projeto aprovado em portaria vincula as partes, não sendo cabível a alteração unilateral de seus termos e condições por parte do proponente ou do Ministério da Cultura.</p> <p>§ 2º Em caso de ocorrência de fato novo ou constatação de erro material que interfira na aprovação do projeto, o Ministério da Cultura poderá revogar a Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados, respeitados os direitos adquiridos em relação a metas ou etapas já executadas, desde que captados os recursos correspondentes.</p> <p>§ 3º A revogação de que trata o § 2º não poderá ocorrer se já se houver ultrapassado o prazo de cinco anos, salvo na hipótese de comprovada má-fé</p>	<p>Art. 71. A Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados conterá, pelo menos:</p> <p>I - o número de registro do projeto no Pronac;</p> <p>II - o título do projeto;</p> <p>III - o nome do proponente e respectivo CPF ou CNPJ;</p> <p>IV - o valor autorizado (Custo do Projeto) para captação de recursos incentivados;</p> <p>V - o prazo de captação;</p> <p>VI - o prazo de execução; e</p> <p>VII - enquadramento legal, conforme Anexo IV.</p> <p>Parágrafo único - <i>[sic]</i> Em caso de ocorrência de constatação de erro material que interfira nas informações de aprovação do projeto, o Ministério da Cultura poderá retificar ou revogar a Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados.</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>do proponente, nos termos do art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999.</p> <p>Art. 48. Os projetos culturais poderão ter autorização para captação parcelada de recursos, condicionando-se as novas autorizações à apresentação de relatório circunstanciado da execução da etapa anterior, acompanhado de cronograma físico-financeiro e, quando for o caso, de documentação comprobatória.</p> <p>Parágrafo único. O presente artigo se aplica apenas aos projetos culturais que possuam execução modular.</p>			
<p>Art. 49, parágrafo único. Correm por conta e risco do proponente as despesas realizadas antes da liberação da movimentação dos recursos prevista no Capítulo VII desta Instrução Normativa, somente sendo ressarcidas caso sejam captados recursos suficientes para a liberação de movimentação.</p>	-	<p>§ 1º As despesas executadas no período entre o dia da publicação da Portaria de Autorização Para Captação de Recursos e a homologação da execução do projeto poderão ser ressarcidas, respeitando-se os ajustes ocorridos nas unidades vinculadas e na CNIC.</p>	<p>§ 1º As despesas executadas no período entre o dia da publicação da Portaria de Autorização Para Captação de Recursos e a homologação da execução do projeto poderão ser ressarcidas, respeitando-se os ajustes ocorridos nas unidades vinculadas e na CNIC.</p>
-	-	<p>§ 2º Os projetos não homologados que executaram despesas neste período não serão ressarcidos.</p>	<p>§ 2º Os projetos não homologados que executaram despesas neste período não serão ressarcidos.</p>
<p>Art. 49. O proponente não poderá ressarcir-se de despesas efetuadas em data anterior à publicação da portaria de autorização para captação de recursos.</p>	-	<p>§ 3º Despesas ocorridas anteriores à publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados não serão ressarcidas.</p>	<p>§ 3º Despesas ocorridas anteriormente à publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados não serão ressarcidas.</p>
-	<p>Art. 72. Captados 10% (dez por cento) do valor total aprovado (Custo do Projeto), será oportunizada ao proponente a adequação do projeto à realidade de execução, a qual</p>	<p>Art. 26. Após a captação mínima de 10% (dez por cento) do valor autorizado, o proponente poderá, no prazo de 30 (trinta)</p>	<p>Art. 26. Após a captação mínima de 10% (dez por cento) do valor autorizado, o proponente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, adequar o projeto à realidade de</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>não poderá representar aumento do Custo do Projeto e observará as vedações do art. 42.</p> <p>§ 1º O prazo para a adequação do projeto será de 10 (dez) dias, improrrogável, a contar do dia seguinte do seu registro no Salic e envio desta informação pelo sistema.</p> <p>§ 3º Caso concorde com o pactuado, o proponente poderá declinar do prazo previsto no § 1º, no Salic, em campo específico.</p>	<p>dias, adequar o projeto à realidade de execução, conforme fluxo do Anexo IX.</p>	<p>execução, conforme o fluxo disponibilizado no Portal da Lei Rouanet.</p>
<p>Art. 37, § 1º Aprovado o prosseguimento da proposta cultural, esta será transformada em projeto e seguirá para a unidade técnica de análise correspondente ao segmento cultural do produto principal.</p>	<p>-</p>	<p>§ 2º O projeto será encaminhado à unidade técnica de análise, após a decisão do proponente quanto à adequação a realidade de execução ou o decurso de prazo.</p>	<p>§ 2º O projeto será encaminhado à unidade técnica de análise, após a decisão do proponente quanto à adequação à realidade de execução ou ao decurso de prazo.</p>
<p>-</p>	<p>§ 2º O dispositivo do caput não se aplica para projetos de proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, aos planos anuais e bienais, museológicos, manutenção de corpos estáveis ou de equipamentos culturais, bem como os aprovados em editais públicos ou privados com termo de parceria, ou com contratos de patrocínios firmados, que garantam o alcance do índice ou projetos apresentados por instituições criadas pelo patrocinador na forma do § 2º do art. 27 da Lei nº 8.313, de 1991.</p>	<p>§ 3º Considera-se para encaminhamento à análise técnica sem necessidade de captação prévia os projetos de proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, os museológicos, de planos anuais e plurianuais de atividades, de manutenção de corpos estáveis, de equipamentos culturais, os aprovados em editais públicos ou privados com termo de parceria, ou os que possuam contratos de patrocínios ou termo de compromisso de patrocínio, que garantam o alcance do percentual previsto no caput ou projetos apresentados por instituições criadas pelo patrocinador na</p>	<p>§ 3º Considera-se para encaminhamento à análise técnica, sem necessidade de captação prévia, os projetos de proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, os museológicos, de planos anuais e plurianuais de atividades, de manutenção de corpos estáveis, de equipamentos culturais, os aprovados em editais públicos ou privados com termo de parceria, ou os que possuam contratos de patrocínios ou termo de compromisso de patrocínio, que garantam o alcance do percentual previsto no caput ou projetos apresentados por instituições criadas pelo patrocinador na</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	Art. 73. Encaminhado o projeto para análise técnica, esta deverá apreciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento.	forma do § 2º do art. 27 da Lei nº 8.313, de 1991. § 4º O prazo máximo para a conclusão do exame da adequação é de 30 (trinta) dias, podendo ser ampliado para até 60 (sessenta) dias no caso de projetos que envolvam o patrimônio histórico ou construção de imóveis.	forma do § 2º do art. 27 da Lei nº 8.313, de 1991. § 4º O prazo máximo para a conclusão do exame da adequação é de 30 (trinta) dias, podendo ser ampliado para até 60 (sessenta) dias no caso de projetos que envolvam o patrimônio histórico ou construção de imóveis.
CAPÍTULO V DA ANÁLISE DOS PROJETOS CULTURAIS Art. 39. Recebido o projeto pela unidade de análise técnica, esta deverá apreciá-lo no prazo de até trinta dias contados do seu recebimento, sem prejuízo das eventuais suspensões ou interrupções previstas no art. 108, §§ 1º e 2º, desta Instrução Normativa.		Art. 27. Superadas as fases dos arts. 23 a 26, o projeto será encaminhado para unidade de análise técnica, a qual deverá apreciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento.	Art. 27. Superadas as fases dos arts. 23 a 26, o projeto será encaminhado para unidade de análise técnica, a qual deverá apreciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser ampliado para até cento e vinte dias, quando se tratar de projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.	§ 1º O prazo previsto do caput poderá ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias quando se tratar de projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra. § 2º Superados os prazos de análise previstos neste artigo, a unidade de análise técnica apreciará o projeto de modo a concluir o parecer técnico em tempo de viabilizar sua inclusão na pauta da próxima reunião da CNIC.	§ 1º O prazo previsto do caput poderá ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias quando se tratar de projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.	§ 1º O prazo previsto do caput poderá ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, quando se tratar de projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.
Art. 40, § 2º Nos casos de projetos culturais que tenham como objeto a preservação de bens culturais tombados	§ 3º Nos casos de projetos culturais que tenham como objeto a preservação de bens culturais tombados ou registrados pelos	§ 2º Nos casos de projetos culturais que tenham como objeto a preservação de bens culturais tombados ou registrados pelos	§ 2º Nos casos de projetos culturais que tenham como objeto a preservação de bens culturais tombados ou registrados pelos

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>ou registrados pelos Poderes Públicos, em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, será obrigatória, também, a apreciação pelo órgão responsável pelo respectivo tombamento ou registro, cabendo ao proponente diligenciar neste sentido previamente à apresentação da proposta no MinC.</p>	<p>poderes públicos, em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, será obrigatória, também, a apreciação pelo órgão responsável pelo respectivo tombamento ou registro, cabendo ao proponente a apresentação junto ao MinC.</p>	<p>poderes públicos, em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, será obrigatória, também, a apreciação pelo órgão responsável pelo respectivo tombamento ou registro, cabendo ao proponente sua apresentação junto ao MinC.</p>	<p>poderes públicos, em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, será obrigatória, também, a apreciação pelo órgão responsável pelo respectivo tombamento ou registro, cabendo ao proponente sua apresentação junto ao MinC.</p>
<p>Art. 40. O parecer técnico, a ser elaborado de acordo com os procedimentos descritos na Portaria MinC nº 83, de 8 de setembro de 2011, e homologado pelo titular da unidade competente para a análise do projeto cultural, ou por quem este delegar, abordará, no mínimo, os seguintes quesitos:</p> <p>§ 1º O parecer técnico será redigido de forma clara, concisa, tecnicamente coerente, devendo manifestar-se quanto à adequação das fases, dos preços a serem praticados e dos orçamentos do projeto, de acordo com as políticas do MinC, e será conclusivo, com recomendação de aprovação total, parcial ou indeferimento, devidamente fundamentada.</p> <p>I – aferição da capacidade técnica do proponente para execução do projeto apresentado;</p>	<p style="text-align: center;">Seção VIII Do Parecer de Análise Técnica e dos Pareceristas</p> <p>Art. 74. As unidades técnicas realizarão todos os procedimentos necessários para a correta emissão dos pareceres técnicos sobre os produtos ou projetos culturais, abordando, no mínimo, os seguintes tópicos e requisitos:</p> <p>I - ser redigido de forma clara, concisa, tecnicamente coerente, devendo manifestar-se quanto ao projeto, à adequação das fases, dos preços a serem praticados e do orçamento do projeto, de acordo com as políticas do MinC, sendo conclusivo, com recomendação de aprovação ou reprovação, devidamente fundamentada, independentemente dos subsídios oferecidos ou obtidos para análise;</p>	<p style="text-align: center;">-</p>	<p style="text-align: center;">-</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>II – suficiência das informações prestadas;</p> <p>III – atendimento dos objetivos descritos no art. 3º da Lei nº 8.313, de 1991;</p> <p>IV – enquadramento nas finalidades descritas no art. 1º da Lei nº 8.313, de 1991, ou no art. 1º do Decreto nº 5.761, de 2006;</p> <p>V – adequação entre o objeto a ser executado e os produtos resultantes, mediante indicadores para avaliação final do projeto;</p> <p>VI – adequação das estratégias de ação aos objetivos, assinalando-se, claramente, no parecer, se as etapas previstas são necessárias ou suficientes à sua realização e se são compatíveis com os prazos e custos previstos;</p> <p>VII – adequação do projeto de medidas de acessibilidade e democratização de acesso ao público às características do projeto cultural;</p> <p>VIII – enquadramento do projeto nos segmentos culturais correspondentes às faixas de renúncia estabelecidas no art. 18 e no art. 26 da Lei 8.313, de 1991, conforme Classificação do Ministério da Cultura;</p> <p>IX – repercussão local, regional, nacional e internacional do projeto, conforme o caso;</p> <p>X – impactos e desdobramentos positivos ou negativos do projeto, seja no âmbito cultural, ambiental,</p>	<p>II - adequação das estratégias de ação aos objetivos, assinalando-se, claramente, no parecer, se as etapas previstas são necessárias ou suficientes à sua realização e se são compatíveis com os prazos e custos previstos;</p> <p>III - adequação das medidas de acessibilidade e democratização do acesso ao público às características do projeto cultural;</p> <p>IV - repercussão local, regional, nacional e internacional do projeto, conforme o caso;</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>econômico, social ou outro considerado relevante; XI – contribuição para o desenvolvimento da área ou segmento cultural em que se insere o projeto cultural analisado; XII – compatibilidade dos custos previstos com os preços praticados no mercado regional da produção, destacando-se o que se mostrar inadequado, com a justificação dos cortes efetuados, quando for o caso;</p> <p>XIII – relação custo/benefício do projeto no âmbito cultural, incluindo o impacto da utilização do mecanismo de incentivo fiscal na redução do preço final de produtos ou serviços culturais com público pagante, podendo a análise técnica propor redução nos preços solicitados;</p> <p>XIV – atendimento aos critérios e limites de custos estabelecidos pelo Ministério da Cultura; e</p> <p>XV – quando se tratar de projetos que prevejam chamamento público, será examinada a impessoalidade dos editais.</p>	<p>V - compatibilidade dos custos previstos com os preços praticados no mercado regional da produção, destacando-se o que se mostrar inadequado, com a justificação dos cortes efetuados, quando for o caso, indicando as fontes de pesquisa;</p> <p>VI – atendimento dos critérios e limites de custos estabelecidos pelo Ministério da Cultura. (alterado pela IN nº 2/2017/MinC) VI - atendimento dos critérios e limites de custos definidos na legislação e estabelecidos pelo Ministério da Cultura. (NR)</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 3º É dispensável o prévio tombamento do bem para fins de enquadramento do projeto no art. 18, § 3º, alínea g, da Lei nº 8.313, de 1991, desde que o seu valor cultural e artístico tenha sido previamente atestado pelo Ministro de Estado da Cultura ou por quem este delegar.</p> <p>Art. 42. A pedido do proponente interessado, e desde que justificadamente caracterizada a inviabilidade da apreciação do projeto cultural pela CNIC em tempo hábil, o Ministro de Estado da Cultura poderá aprovar projetos e autorizar a captação de recursos em regime de urgência, sem a prévia manifestação da CNIC (art. 38, § 1º, do Decreto nº 5.761, de 2006).</p> <p>§ 1º O pedido de urgência será dirigido ao titular da Secretaria competente, que poderá rejeitá-lo prontamente se verificar que a inclusão na pauta da CNIC não interferirá na execução do projeto.</p> <p>§ 2º O pedido de urgência será analisado em até dez dias pela autoridade descrita no § 1º deste artigo, ainda que o projeto já tenha sido distribuído a membro da CNIC, recomendando a avocação do processo ao Ministro de Estado da Cultura se julgar cabível o pedido.</p> <p>§ 3º Para análise do projeto em regime de urgência, o Ministro de Estado da</p>	<p>Art. 75. A pedido do proponente, e desde que justificadamente caracterizada a inviabilidade da apreciação do projeto cultural pela CNIC em tempo hábil, o Presidente da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, em regime de urgência, poderá aprovar o projeto ou a sua adequação à realidade de execução, ad referendum da manifestação da CNIC (art. 38, § 1º, do Decreto nº 5.761, de 2006).</p> <p>§ 1º Somente após a conclusão do parecer técnico pela unidade de análise com sugestão de aprovação, o pedido de urgência poderá ser dirigido à secretaria competente, aos cuidados da área detentora do processo, que será analisado em até 10 (dez) dias, recomendando a avocação do projeto ao Presidente da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, se julgar cabível o pedido, podendo rejeitá-lo prontamente se verificar que a inclusão na pauta da CNIC não interferirá na execução do projeto.</p> <p>§ 2º Para análise do projeto em regime de urgência, o Presidente da CNIC poderá solicitar manifestação individual de membro da comissão, da Assessoria de Controle</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Cultura poderá solicitar manifestação individual de membro da CNIC ou da Consultoria Jurídica do Ministério.</p> <p>§ 4º O Ministro de Estado da Cultura poderá, de ofício, em caráter excepcional e por motivos relevantes, avocar os processos na fase em que se encontrem.</p>	<p>interno - AECI - ou da Consultoria Jurídica do MinC.</p> <p>§ 3º O Presidente da CNIC poderá, de ofício, em caráter excepcional e por motivos relevantes, avocar os processos na fase em que se encontrem.</p>		
<p>Art. 41. O projeto cultural devidamente instruído e com parecer técnico, após anuência do MinC, será encaminhado à CNIC, para análise e parecer na forma de seu regimento interno.</p> <p>Parágrafo único. O encaminhamento à CNIC independe da recomendação técnica ser de aprovação total, parcial ou de indeferimento, exceto, neste último caso, se a recomendação de indeferimento estiver fundamentada em súmula administrativa da CNIC, aprovada na forma de seu regimento.</p>	<p style="text-align: center;">Seção IX</p> <p style="text-align: center;">Da Análise e Homologação do Projeto</p> <p>Art. 76. Após emissão do parecer técnico, o projeto cultural será encaminhado à CNIC para análise e parecer na forma de seu regimento interno.</p>	<p>Art. 28. Após emissão do parecer técnico, o projeto cultural será encaminhado à CNIC para apreciação, com vistas a homologação da execução.</p>	<p>Art. 28. Após emissão do parecer técnico, o projeto cultural será encaminhado à CNIC para apreciação, com vistas à homologação da execução.</p>
<p>Art. 43. Após a manifestação da CNIC, o projeto será submetido à decisão da autoridade máxima da Secretaria competente, conforme arts. 4º e 5º desta Instrução Normativa.</p>	<p>Art. 77. Após a apreciação da CNIC, o projeto será submetido à decisão da autoridade máxima da secretaria competente, com vistas a sua aprovação definitiva por homologação, por meio de assinatura eletrônica.</p> <p>Parágrafo único. O projeto aprovado em portaria vincula as partes após sua homologação, com as eventuais alterações ocorridas entre a aprovação</p>	<p style="text-align: center;">-</p>	<p style="text-align: center;">-</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 1º Em caso de aprovação total ou parcial, a decisão será ratificada por meio de Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados, a ser publicada no Diário Oficial da União depois de superadas as etapas previstas nos arts. 44, 45 e 46, conforme o caso.</p> <p>§ 2º Em caso de indeferimento total do projeto cultural, o registro no Salic será efetuado em até cinco dias úteis, observado o disposto no parágrafo único do art. 107 desta Instrução.</p>	<p>preliminar e a decisão homologatória, não sendo cabível, posteriormente, a alteração unilateral de seus termos e condições por parte do proponente ou do Ministério da Cultura.</p>		
<p>-</p>	<p>Art. 80, § 3º Antes da emissão do cartão e início da execução do projeto, será facultado ao proponente requerer a transferência dos recursos captados para um único projeto do mesmo proponente, desde que sejam acolhidas as justificativas do proponente e apresentada(s) a(s) anuência(s) do(s) incentivador(es), o que implicará o arquivamento do projeto transferidor.</p>	<p>§ 1º Havendo a decisão de não homologação da execução do projeto, será facultada a transferência dos recursos captados para um único projeto aprovado do mesmo proponente, desde que sejam acolhidas as justificativas do proponente e apresentada(s) a(s) anuência(s) do(s) incentivador(es) pessoa(s) jurídica(s), e dada ciência ao(s) incentivador(es) pessoa(s) física(s), o que implicará no arquivamento definitivo do projeto transferidor.</p>	<p>§ 1º Havendo a decisão de não homologação da execução do projeto, será facultada a transferência dos recursos captados para um único projeto aprovado do mesmo proponente, desde que sejam acolhidas as justificativas do proponente e apresentada(s) a(s) anuência(s) do(s) incentivador(es) pessoa(s) jurídica(s), e dada ciência ao(s) incentivador(es) pessoa(s) física(s), o que implicará no arquivamento definitivo do projeto transferidor.</p>
<p>-</p>	<p>-</p>	<p>§ 2º Quando se tratar de projetos do Patrimônio Cultural, Museus e Memória, mantida a decisão de indeferimento do projeto, os recursos captados desde a</p>	<p>§ 2º Quando se tratar de projetos do Patrimônio Cultural, Museus e Memória, mantida a decisão de não homologação da execução do projeto, os recursos</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
		<p>aprovação poderão ser transferidos para outro(s) projeto(s) já aprovado(s) do mesmo proponente ou para outro(s) projetos de proponente(s) diversos, desde que seja(m) apresentada(s) anuência(s) formalizada(s) pelo proponente do projeto transferidor e pelo(s) incentivador(es), e que seja(m) analisado(s) e aprovado(s) pelo IPHAN ou IBRAM.</p>	<p>captados desde a aprovação poderão ser transferidos para outro(s) projeto(s) já aprovado(s) do mesmo proponente ou para outro(s) projetos de proponente(s) diversos, desde que seja(m) apresentada(s) anuência(s) formalizada(s) pelo proponente do projeto transferidor e pelo(s) incentivador(es), e que seja(m) analisado(s) e aprovado(s) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).</p>
<p>Art. 44. Da decisão caberá pedido de reconsideração, no prazo de dez dias corridos, a contar do seu registro no Salic.</p> <p>Parágrafo único. Caso a autoridade máxima da Secretaria competente entenda oportuna a manifestação de unidades técnicas ou da CNIC, poderá solicitar-lhes informações, a serem prestadas em até trinta dias.</p> <p>Art. 45. Da decisão do pedido de reconsideração caberá recurso ao Ministro de Estado da Cultura, no prazo de dez dias corridos, a contar do seu registro no Salic.</p> <p>§ 1º Caso o Ministro entenda oportuna nova manifestação de unidades técnicas ou da CNIC, poderá solicitar-lhes</p>	<p>Art. 78. Da decisão do art. 77 caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte ao seu registro no Salic.</p> <p>§ 1º Caso a autoridade máxima da secretaria competente entenda oportuna a manifestação das unidades técnicas ou da CNIC, poderá solicitar-lhes informações a serem prestadas em até 30 (trinta) dias.</p> <p>§ 2º Caso concorde com a decisão, o proponente poderá declinar do prazo previsto no caput, visando continuidade nos trâmites de homologação.</p> <p>Art. 79. Da decisão do pedido de reconsideração, caberá recurso ao Ministro de Estado da Cultura, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de seu registro no Salic.</p> <p>§ 1º Caso a autoridade entenda oportuna nova manifestação de unidades técnicas,</p>		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>informações, a serem prestadas em até trinta dias.</p> <p>§ 2º A decisão proferida em grau de recurso é irrecorrível.</p>	<p>poderá solicitar-lhes informações a serem prestadas em até 30 (trinta) dias.</p> <p>§ 2º A decisão proferida em grau de recurso é irrecorrível.</p> <p>§ 3º Mantida a decisão de indeferimento do projeto, os recursos captados desde a aprovação preliminar serão recolhidos ao Fundo Nacional de Cultura - FNC, dispensada a anuência do proponente.</p>	<p>§ 3º Caso o pleito não seja aprovado ou não ocorra o pedido, [sic] em um prazo de até 30 (trinta) dias, os recursos serão recolhidos ao Fundo Nacional de Cultura – FNC, dispensada a anuência do proponente.</p>	<p>§ 3º Caso o pleito não seja aprovado ou não ocorra o pedido, [sic] em um prazo de até 30 (trinta) dias, os recursos serão recolhidos ao Fundo Nacional de Cultura (FNC), dispensada a anuência do proponente.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO DO PROJETO Seção I Da Liberação e Movimentação dos Recursos</p> <p>Art. 52. Os recursos captados serão depositados em conta bancária bloqueada, denominada Conta Captação, e geridos em conta de livre movimentação, denominada Conta Movimento, ambas destinadas especificamente para o projeto cultural, a serem abertas pelo MinC logo após a publicação da portaria de autorização para captação de recursos, exclusivamente em instituições financeiras controladas pela União.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO DO PROJETO Seção I Da Liberação e Movimentação dos Recursos</p> <p>Art. 80. Para projetos aprovados na vigência desta instrução normativa, os recursos serão captados em Conta Vinculada e movimentados por meio de cartão magnético ou gerenciador financeiro.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI DA EXECUÇÃO DO PROJETO Seção I Da Liberação e Movimentação dos Recursos</p> <p>Art. 29. Os recursos serão captados em Conta Vinculada e movimentados por meio de cartão magnético ou gerenciador financeiro.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI DA EXECUÇÃO DO PROJETO Seção I Da Liberação e Movimentação dos Recursos</p> <p>Art. 29. Os recursos serão captados em Conta Vinculada e movimentados por meio de cartão magnético ou gerenciador financeiro.</p>
<p>§ 2º Em caso de bloqueio judicial em contas de projetos culturais aprovados nos termos da Lei nº 8.313, de 1991, independente do motivo de tal bloqueio, deverá o proponente, de imediato, promover a restituição dos valores</p>	<p>§ 1º Em caso de bloqueio judicial na Conta Vinculada, independente do motivo de tal bloqueio, deverá o proponente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, promover a restituição dos valores devidamente atualizados à Conta Vinculada, identificando</p>	<p>§ 1º Em caso de bloqueio judicial ou penhora na Conta Vinculada, independente [sic] do motivo, deverá o proponente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, promover o desbloqueio ou a restituição dos valores devidamente atualizados à Conta</p>	<p>§ 1º Em caso de bloqueio judicial ou penhora na Conta Vinculada, independentemente do motivo, deverá o proponente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, promover o desbloqueio ou a restituição dos valores devidamente</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
devidamente atualizados conforme art. 54, § 2º, à Conta Captação do projeto , com a devida comunicação ao Ministério da Cultura. § 3º Durante o acompanhamento da execução do projeto, o MinC poderá, motivadamente e a fim de garantir sua regularidade, determinar a devolução de recursos à Conta Captação.	o tipo de depósito e justificando a devolução no Salic.	Vinculada, identificando o tipo de depósito e justificando a operação no Salic.	atualizados à Conta Vinculada, identificando o tipo de depósito e justificando a operação no Salic.
-	§ 2º No caso de não atendimento dentro do prazo estipulado, será o proponente considerado inadimplente, com os efeitos do art. 114 desta Instrução Normativa.	§ 2º No caso de não atendimento dentro do prazo estipulado, será o proponente considerado inadimplente, com os efeitos do art. 58 desta Instrução Normativa.	§ 2º No caso de não atendimento dentro do prazo estipulado, será o proponente considerado inadimplente, com os efeitos do art. 58 desta Instrução Normativa.
-	§ 3º Antes da emissão do cartão e início da execução do projeto, será facultado ao proponente requerer a transferência dos recursos captados para um único projeto do mesmo proponente, desde que sejam acolhidas as justificativas do proponente e apresentada(s) a(s) anuência(s) do(s) incentivador(es), o que implicará o arquivamento do projeto transferidor.	§ 3º Antes da emissão do cartão e do início da execução financeira do projeto, será facultado ao proponente requerer a transferência dos recursos captados, nos moldes dos dispostos nos §§ 1º e 2º, do art. 28.	§ 3º Antes da emissão do cartão e do início da execução financeira do projeto, será facultado ao proponente requerer a transferência dos recursos captados, nos moldes dos dispostos nos §§ 1º e 2º, do art. 28.
-	§ 4º O procedimento de transferência entre projetos será facultado apenas uma vez, sendo que o projeto receptor não poderá transferir para outro projeto, e caso não ocorra sua execução o saldo do projeto receptor deverá ser recolhido ao Fundo Nacional da Cultura - FNC.	-	-
Art. 53. Os recursos oriundos de patrocínio ou doação somente serão captados após a devida publicação da portaria de autorização para captação de recursos	Art. 81. Os recursos oriundos de patrocínio ou doação somente serão captados após publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados e serão	Art. 30. Os recursos oriundos de patrocínio ou doação somente serão captados após publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados e serão	Art. 30. Os recursos oriundos de patrocínio ou doação somente serão captados após publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados e

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>prevista no art. 47, e somente serão movimentados quando atingidos vinte por cento do orçamento global do projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio.</p>	<p>movimentados quando atingidos 20% (vinte por cento) do custo do projeto homologado.</p>	<p>movimentados quando atingidos 20% (vinte por cento) do custo do projeto homologado, podendo-se computar para o alcance desse índice o Valor de Aplicação Financeira.</p>	<p>serão movimentados quando atingidos 20% (vinte por cento) do custo do projeto homologado, podendo-se computar para o alcance desse índice o Valor de Aplicação Financeira.</p>
<p>§ 1º Os recursos serão depositados na Conta Captação por meio de depósito identificado, com a informação obrigatória do CPF ou do CNPJ dos depositantes, ou, alternativamente, por Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou Documento de Operação de Crédito - DOC, desde que, da mesma forma, tenham sido identificados os depositantes.</p>	<p>§ 1º Os recursos serão depositados na Conta Vinculada por meio de:</p> <p>I - depósito identificado, com as informações obrigatórias quanto ao CPF ou CNPJ dos depositantes e quanto ao tipo de depósito - doação ou patrocínio; ou</p> <p>II - Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou Documento de Operação de Crédito - DOC, identificando os depositantes e os tipos de depósitos.</p>	<p>§ 1º Os recursos serão depositados na Conta Vinculada por meio de depósito identificado, com as informações obrigatórias quanto ao CPF ou CNPJ dos depositantes e quanto ao tipo de depósito – doação ou patrocínio; ou Transferência Eletrônica Disponível – TED; ou Documento de Operação de Crédito – DOC, identificando os depositantes e os tipos de depósitos.</p>	<p>§ 1º Os recursos serão depositados na Conta Vinculada por meio de depósito identificado, com as informações obrigatórias quanto ao CPF ou CNPJ dos depositantes e quanto ao tipo de depósito - doação ou patrocínio; ou Transferência Eletrônica Disponível (TED); ou Documento de Operação de Crédito (DOC), identificando os depositantes e os tipos de depósitos.</p>
<p>§ 5º No caso de projeto que preveja Plano Anual de Atividades nos termos do art. 16, os recursos captados poderão ser transferidos para a Conta Movimento quando atingido 1/12 (um doze avos) do orçamento global aprovado.</p>	<p>§ 2º No caso de projeto classificado como Plano Anual ou Bienal de Atividades, os recursos captados poderão ser transferidos para carga no cartão, quando atingido 1/12 ou 1/24 do orçamento global, respectivamente, desde que o projeto já tenha sido homologado.</p>	<p>§ 2º No caso de projeto classificado como plano anual ou plurianual de atividades, os recursos captados poderão ser transferidos para carga no cartão, quando atingido 1/12 ou 1/24 do orçamento global, respectivamente, desde que o projeto já tenha sido homologado.</p>	<p>§ 2º No caso de projeto classificado como plano anual ou plurianual de atividades, os recursos captados poderão ser transferidos para carga no cartão, quando atingido 1/12, 1/24, 1/36 ou 1/48 do orçamento global, respectivamente, desde que o projeto já tenha sido homologado.</p>
<p>§ 2º A primeira movimentação para a Conta Movimento será efetuada pelo MinC ao se atingir o limite previsto no caput, e após consulta da regularidade do proponente junto ao Programa Nacional de Incentivo à Cultura – Pronac, sendo que a liberação da movimentação dos demais recursos captados posteriormente dar-se-á automaticamente pela instituição</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>financeira por meio de transferência bancária.</p> <p>§ 6º Os limites previstos no caput e no § 5º poderão ser reduzidos:</p> <p>I – na hipótese de urgente restauração de bem imóvel, a critério do Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, desde que os recursos captados sejam suficientes para sustar os motivos da urgência; e</p> <p>II – em caso de alteração do projeto, mediante justificativa apresentada pelo proponente ao MinC, desde que observados os procedimentos da Seção III deste Capítulo.</p>	<p>Art. 81, § 3º Projetos já homologados poderão ter a movimentação de recursos autorizada antes de atingidos os limites previstos neste artigo, nas seguintes situações:</p> <p>I - urgente restauração de bem imóvel, a critério da secretaria competente, desde que os recursos captados sejam suficientes para sustar os motivos da urgência;</p> <p>II - projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio que garanta o percentual mínimo estipulado;</p> <p>Art. 81, § 3º, III - projetos que obtenham outras fontes de recursos, desde que comprovadas, que garantam o percentual mínimo estipulado e mediante solicitação de alteração das fontes de financiamento por meio do Salic.</p>	<p>§ 3º Projetos já homologados poderão ter a movimentação de recursos autorizada antes de atingidos os limites previstos neste artigo, nas seguintes situações:</p> <p>I - medidas urgentes relativas à restauração de bem imóvel visando estancar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação ao bem ou para preservar a segurança das pessoas poderão ser adotadas desde que os recursos captados sejam suficientes para sustar os motivos da urgência e deverão ser robustamente justificadas, documentadas e enviadas para convalidação da Secretaria;</p> <p>II - projetos contemplados em seleções públicas, respaldados por contrato de patrocínio ou termo de compromisso de patrocínio, que garantam o percentual mínimo estipulado;</p> <p>III - projetos que obtenham outras fontes de recursos, desde que comprovadas, que garantam o percentual mínimo estipulado e mediante solicitação de alteração das fontes de financiamento por meio do Salic;</p> <p>IV - valores de outras fontes poderão ser considerados para atingimento do limite de 20% para liberação da movimentação financeira, desde que seja reduzido do valor total autorizado para captação;</p>	<p>§ 3º Projetos já homologados poderão ter a movimentação de recursos autorizada antes de atingidos os limites previstos neste artigo, nas seguintes situações:</p> <p>I - medidas urgentes relativas à restauração de bem imóvel visando estancar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação ao bem ou para preservar a segurança das pessoas poderão ser adotadas desde que os recursos captados sejam suficientes para sustar os motivos da urgência e deverão ser robustamente justificadas, documentadas e enviadas para convalidação da Secretaria competente;</p> <p>II - projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio, que garantam o percentual mínimo estipulado;</p> <p>III - projetos que obtenham outras fontes de recursos, desde que comprovadas, que garantam o percentual mínimo estipulado e mediante solicitação de alteração das fontes de financiamento por meio do Salic;</p> <p>IV - valores de outras fontes poderão ser considerados para atingimento do limite de 20% (vinte por cento) para liberação da movimentação financeira, desde que seja</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>Art. 15, parágrafo único. No que tange aos recibos mencionados no inciso IX <i>[do art. 15]</i>, não serão aceitos comprovantes de patrocínios ou doações realizados por empresas de produtos fumígenos, o que resultará em comunicação do fato à Receita Federal do Brasil para cancelamento do benefício fiscal eventualmente usufruído pelo incentivador. (art. 3º-A, inciso V, da Lei nº 9.294/1996). (NR) <i>(parágrafo acrescido pela IN nº 2/2017/MinC)</i></p> <p>Art. 81, § 4º O Valor de Aplicação Financeira será computado para o alcance do índice previsto no caput.</p> <p>Art. 81, § 5º Correm por conta e risco do proponente as despesas executadas entre a homologação e a liberação da movimentação dos recursos, conforme o disposto no caput.</p>	<p>V - comprovantes de patrocínios realizados por empresas de produtos fumígenos resultarão em comunicação do fato à Receita Federal do Brasil para cancelamento do benefício fiscal eventualmente usufruído pelo incentivador, ressalvada a possibilidade de doações.</p>	<p>reduzido do valor total autorizado para captação.</p> <p>§ 4º Patrocínios realizados por empresas de produtos fumígenos resultarão em comunicação do fato à Receita Federal do Brasil para cancelamento do benefício fiscal eventualmente usufruído pelo incentivador, ressalvada a possibilidade de doações.</p>
<p>Art. 46. Os proponentes, pessoas físicas e jurídicas, deverão manter regulares suas situações fiscais e previdenciárias, o que será verificado antes da publicação da portaria de autorização para captação de recursos por meio de:</p> <p>I – consulta da Certidão de Quitação de Tributos Federais (CQTF) e da Dívida Ativa da União (DAU) e Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), quando se tratar de pessoa física; ou</p>	<p>Art. 82. A primeira movimentação para o Cartão da Conta Vinculada será efetuada pelo MinC após consulta da regularidade dos proponentes, por meio de trilhas de controle, para pessoas físicas ou jurídicas e seus dirigentes, junto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, além de verificação de suas situações jurídicas, fiscais e previdenciárias e desde que atingido o percentual previsto de 20% (vinte por cento).</p> <p>§ 1º A liberação para movimentação dos demais recursos captados, posteriormente,</p>	<p>Art. 31. A primeira movimentação para o Cartão da Conta Vinculada será efetuada pelo MinC após consulta da regularidade dos proponentes, por meio de trilhas de controle, para pessoas físicas ou jurídicas e seus dirigentes, junto ao Salic, e por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais - CQTF e do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, sendo que as demais movimentações dos recursos captados posteriormente, para projetos na</p>	<p>Art. 31. A primeira movimentação para o Cartão da Conta Vinculada será efetuada pelo MinC após consulta da regularidade dos proponentes, por meio de trilhas de controle, para pessoas físicas ou jurídicas e seus dirigentes, junto ao Salic, e por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais (CQTF) e do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que as demais movimentações dos recursos captados posteriormente, para projetos na modalidade de Conta</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>II – consulta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), da Certidão de Quitação de Tributos Federais (CQTF), da Dívida Ativa da União (DAU) e Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), quando se tratar de pessoa jurídica.</p>	<p>para projetos na modalidade de Conta Vinculada, dar-se-á por este Ministério, considerando as etapas de execução do projeto.</p>	<p>modalidade de Conta Vinculada, dar-se-ão por este Ministério, de forma automática.</p>	<p>Vinculada, dar-se-ão por este Ministério, de forma automática.</p>
<p>Art. 53, § 3º O proponente terá direito a saques para pagamentos de despesas iguais ou inferiores a cem reais, devendo as demais despesas ser realizadas por meio de transferência bancária identificada, cheque nominal ou qualquer outro meio eletrônico de pagamento que assegure a identificação do fornecedor de bem ou serviço.</p>	<p>§ 2º Quando for inviável o pagamento por meio do cartão ou transferência bancária, o proponente terá direito a saques diários de até mil reais, para pagamento de despesas limitadas a este valor, devendo as demais despesas ser realizadas por meio de transferência bancária identificada, cartão magnético ou qualquer outro meio eletrônico de pagamento que assegure a identificação do fornecedor do bem ou serviço.</p>	<p>§ 1º Quando for inviável o pagamento por meio do cartão ou transferência bancária, o proponente terá direito a saques diários de até R\$ 1.000,00 (mil reais), para pagamento de despesas limitadas a este valor, devendo as demais despesas serem realizadas por meio de transferência bancária identificada, cartão magnético ou qualquer outro meio eletrônico de pagamento que assegure a identificação do fornecedor do bem ou serviço.</p>	<p>§ 1º Quando for inviável o pagamento por meio do cartão ou de transferência bancária, o proponente terá direito a saques diários de até R\$ 1.000,00 (mil reais), para pagamento de despesas limitadas a este valor, devendo as demais despesas serem realizadas por meio de transferência bancária identificada, cartão magnético ou qualquer outro meio eletrônico de pagamento que assegure a identificação do fornecedor do bem ou serviço.</p>
<p>Art. 53, § 4º Os recursos oriundos de captações não autorizadas, realizadas fora do prazo ou do valor definido na portaria de autorização, serão desconsiderados para sua utilização pelo projeto, devendo ser revertidos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), sem prejuízo ao incentivador quanto ao benefício fiscal.</p>	<p>§ 3º Os recursos oriundos de captações ou movimentações bancárias não autorizadas, realizadas fora do prazo ou do valor definido na portaria de autorização, serão desconsiderados para sua utilização pelo projeto, e serão recolhidos ao Fundo Nacional da Cultura - FNC, sem prejuízo ao incentivador quanto ao benefício fiscal.</p>	<p>§ 2º Os recursos oriundos de captações ou movimentações bancárias não autorizadas, realizadas fora do prazo ou do valor definido na portaria de autorização serão desconsiderados para sua utilização no projeto e, caso não justificado(s) o(s) equívoco(s) para o(s) devido(s) estorno(s), em um prazo máximo de até 30 (trinta) dias, tais recursos serão recolhidos ao Fundo Nacional da Cultura - FNC, dispensada a anuência do proponente, sem prejuízo ao incentivador quanto ao benefício fiscal.</p>	<p>§ 2º Os recursos oriundos de captações ou movimentações bancárias não autorizadas, realizadas fora do prazo ou do valor definido na portaria de autorização serão desconsiderados para sua utilização no projeto e, caso não justificado(s) o(s) equívoco(s) para o(s) devido(s) estorno(s), em um prazo máximo de até 30 (trinta) dias, tais recursos serão recolhidos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), dispensada a anuência do proponente, sem prejuízo ao incentivador quanto ao benefício fiscal.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 53, § 7º Depósitos equivocados na Conta Captação, quando devidamente identificados e justificados, poderão ter o estorno para a Conta Movimento autorizado pelo MinC, para o devido ajuste, a pedido do proponente.</p>	<p>§ 4º Depósitos equivocados na Conta Vinculada, quando devidamente identificados e justificados, poderão ter o estorno autorizado pelo MinC, para o devido ajuste, a pedido do proponente.</p>	<p>§ 3º Depósitos equivocados na Conta Vinculada, quando devidamente identificados e justificados, poderão ter o estorno autorizado pelo MinC, para o devido ajuste, a pedido do proponente.</p>	<p>§ 3º Depósitos equivocados na Conta Vinculada, quando devidamente identificados e justificados, poderão ter o estorno autorizado pelo MinC, para o devido ajuste, a pedido do proponente, acompanhado da anuência do incentivador.</p>
<p>Art. 53, § 8º Na hipótese do § 7º, o MinC comunicará o fato à Receita Federal do Brasil, para eventual fiscalização tributária na forma do art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e do art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MinC/MF nº 1, de 13 de junho de 1995.</p>	<p>§ 5º Na hipótese do § 4º, o MinC comunicará o fato à Receita Federal do Brasil, para eventual fiscalização tributária na forma do art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e do art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MinC/MF nº 1, de 13 de junho de 1995</p>	<p>§ 4º Na hipótese do § 3º, o MinC comunicará o fato à Receita Federal do Brasil, para eventual fiscalização tributária na forma do art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e do art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MinC/MF nº 1, de 13 de junho de 1995.</p>	<p>§ 4º Na hipótese do § 3º, o MinC comunicará o fato à Receita Federal do Brasil, para eventual fiscalização tributária na forma do art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e do art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MinC/MF nº 1, de 13 de junho de 1995.</p>
<p>Art. 54. As contas Captação e Movimento, isentas de tarifas bancárias, serão vinculadas ao CPF ou ao CNPJ do proponente para o qual o projeto tenha sido aprovado.</p>	<p>Art. 83. A Conta Vinculada do projeto, isenta de tarifas bancárias, conforme o Anexo VI, será vinculada ao CPF ou ao CNPJ do proponente para o qual o projeto tenha sido aprovado.</p>	<p>Art. 32. A Conta Vinculada do projeto, isenta de tarifas bancárias, conforme o Anexo VI, será vinculada ao CPF ou ao CNPJ do proponente para o qual o projeto tenha sido aprovado.</p>	<p>Art. 32. A Conta Vinculada do projeto, isenta de tarifas bancárias, conforme o Anexo VI, será vinculada ao CPF ou ao CNPJ do proponente para o qual o projeto tenha sido aprovado.</p>
<p>§ 1º As contas somente poderão ser operadas após a regularização cadastral, pelos respectivos titulares, na agência bancária da instituição financeira oficial federal onde tenham sido abertas, de acordo com as normas vigentes do Banco Central, para que, em caráter irrevogável e irretratável, a instituição financeira cumpra as determinações do MinC para movimentá-las.</p>	<p>§ 1º A Conta Vinculada somente poderá ser operada após a regularização cadastral, pelos respectivos titulares, na agência bancária onde tenha sido aberta.</p>	<p>§ 1º A Conta Vinculada somente poderá ser operada após a regularização cadastral, pelos respectivos titulares, na agência bancária onde tenha sido aberta.</p>	<p>§ 1º A Conta Vinculada somente poderá ser operada após a regularização cadastral, pelos respectivos titulares, na agência bancária onde tenha sido aberta.</p>
<p>§ 2º Os recursos depositados nas contas, enquanto não empregados em sua finalidade, e mediante solicitação expressa do titular junto à sua Agência</p>	<p>§ 2º Os recursos depositados na Conta Vinculada, enquanto não empregados em sua finalidade, serão automaticamente aplicados em fundo de aplicação financeira</p>	<p>§ 2º Os recursos depositados na Conta Vinculada, enquanto não empregados em sua finalidade, serão automaticamente aplicados em fundo de aplicação financeira</p>	<p>§ 2º Os recursos depositados na Conta Vinculada, enquanto não empregados em sua finalidade, serão automaticamente aplicados em fundo de aplicação financeira</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>de Relacionamento, no ato da regularização das contas, serão obrigatoriamente aplicados em:</p> <p>I – caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; ou</p> <p>II – em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.</p>	<p>de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.</p>	<p>de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.</p>	<p>de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.</p>
<p>§ 3º Os rendimentos da aplicação financeira serão obrigatoriamente aplicados no próprio projeto cultural, dentro dos parâmetros já aprovados pelo ministério, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas dos recursos captados.</p>	<p>§ 3º Os rendimentos da aplicação financeira só poderão ser utilizados no próprio projeto cultural, dentro dos parâmetros já aprovados pelo MinC, estando sujeitos às condições de prestação de contas dos recursos captados, observado o disposto no art. 90.</p> <p>§ 4º Os recursos provenientes de aplicações financeiras não utilizados no projeto cultural serão recolhidos ao FNC.</p>	<p>§ 3º Os rendimentos da aplicação financeira só poderão ser utilizados no próprio projeto cultural, dentro dos parâmetros já aprovados pelo MinC, estando sujeitos às condições de prestação de contas dos recursos captados, observado o disposto no art. 37. <i>[sic]</i> Caso os recursos provenientes de aplicações financeiras não sejam utilizados no projeto cultural, serão recolhidos ao FNC.</p>	<p>§ 3º Os rendimentos da aplicação financeira só poderão ser utilizados no próprio projeto cultural, dentro dos parâmetros já aprovados pelo MinC, estando sujeitos às condições de prestação de contas dos recursos captados, observado o disposto no art. 37. <i>[sic]</i> Caso os recursos provenientes de aplicações financeiras não sejam utilizados no projeto cultural, serão recolhidos ao FNC.</p>
<p>Art. 55. Ao término da execução do projeto cultural, os saldos remanescentes das contas Captação e Movimento serão recolhidos ao Fundo Nacional da Cultura – FNC, nos moldes do art. 5º, V, da Lei nº 8.313, de 1991.</p>	<p>§ 5º Ao término da execução do projeto cultural, os saldos remanescentes da Conta Vinculada serão recolhidos ao FNC, nos moldes do art. 5º, V, da Lei nº 8.313, de 1991, dispensada a anuência do proponente.</p>	<p>§ 4º Ao término da execução do projeto cultural, os saldos remanescentes da Conta Vinculada serão recolhidos ao FNC, nos moldes do art. 5º, V, da Lei nº 8.313, de 1991, dispensada a anuência do proponente.</p>	<p>§ 4º Ao término da execução do projeto cultural, os saldos remanescentes da Conta Vinculada serão recolhidos ao FNC, nos moldes do art. 5º, V, da Lei nº 8.313, de 1991, dispensada a anuência do proponente.</p>
<p>Seção II Dos Prazos de Execução e Captação</p>	<p>Seção II Dos Prazos de Execução e Captação</p>	<p>Seção II Dos Prazos de Captação e Execução</p>	<p>Seção II Dos Prazos de Captação e Execução</p>
<p>Art. 57. O período para captação de recursos será até o término do exercício fiscal em que foi publicada a Portaria de</p>	<p>Art. 85. O prazo para captar recursos iniciará na data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos</p>	<p>Art. 33. O prazo para captar recursos iniciará na data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos</p>	<p>Art. 33. O prazo para captar recursos se iniciará na data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Autorização para Captação de Recursos Incentivados, podendo ser prorrogado pelo MinC quando o prazo de execução ultrapassar o prazo de captação vigente.</p>	<p>Incentivados, e é limitado ao término do exercício fiscal em que foi publicada a portaria, podendo ser prorrogado pelo MinC.</p>	<p>Incentivados e é limitado ao término do exercício fiscal em que foi publicada a portaria, obtendo uma prorrogação automática e uma por solicitação do proponente.</p>	<p>Incentivados e é limitado ao término do exercício fiscal em que foi publicada a portaria, obtendo uma prorrogação automática e uma por solicitação do proponente.</p>
<p>Art. 57, § 1º O prazo máximo de captação, com eventuais prorrogações, será de até vinte e quatro meses a partir da data de publicação da portaria de autorização, exceto na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.</p> <p>§ 4º O prazo previsto no §1º poderá ser ampliado para os casos de projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra, desde que não exceda quatro exercícios fiscais.</p>	<p>§ 1º O prazo máximo de captação, com eventuais prorrogações, será de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados, exceto nos seguintes casos:</p> <p>I - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;</p> <p>II - apresentação de contrato de patrocínio ou documento que comprove ter sido o projeto contemplado em seleções públicas;</p> <p>III - projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra, desde que não exceda 6 (seis) exercícios fiscais.</p> <p>Art. 85, § 1º, II - apresentação de contrato de patrocínio ou documento que comprove ter sido o projeto contemplado em seleções públicas;</p>	<p>§ 1º O prazo máximo de captação, com eventuais prorrogações, será de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados, exceto nos seguintes casos:</p> <p>I - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado; e</p> <p>II - projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra, desde que não exceda 6 (seis) exercícios fiscais.</p>	<p>§ 1º O prazo máximo de captação, com eventuais prorrogações, será de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados, exceto nos seguintes casos:</p> <p>I - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;</p> <p>II - projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra, desde que não exceda 6 (seis) exercícios fiscais; e</p> <p>III - apresentação de contrato de patrocínio ou documento que comprove ter sido o projeto contemplado em seleções públicas.</p>
<p>Art. 58. Não serão prorrogados projetos relativos a planos anuais de atividades e projetos com calendário específico com data previamente informada ou historicamente definida.</p>	<p>-</p>	<p>§ 2º Não serão concedidas prorrogações de captação aos projetos realizados referentes a planos anuais e plurianuais de atividades, a projetos com calendários específicos, considerando seus cronogramas previamente informados ou historicamente definidos.</p>	<p>§ 2º Não serão concedidas prorrogações de captação aos projetos realizados referentes a planos anuais e plurianuais de atividades, a projetos com calendários específicos, considerando seus cronogramas previamente informados ou historicamente definidos.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Parágrafo único. O prazo previsto no § 3º do art. 57 se aplica ao disposto nesse artigo.</p>			
<p>Art. 59. As solicitações de prorrogação do prazo de captação do projeto cultural deverão observar as seguintes condições:</p> <p>I – formulação do pedido de prorrogação no Salic, com antecedência de, no mínimo, trinta dias da data prevista para o encerramento do prazo vigente para captação, ressalvado o contido no art. 16, § 2º, e no art. 58;</p> <p>II – informação das metas e dos itens do orçamento já realizados, com seus respectivos valores, bem como os que serão realizados durante o novo período solicitado; e</p> <p>III – apresentação de justificativa da necessidade da prorrogação para conclusão do projeto, juntamente com novo cronograma de execução físico-financeira.</p> <p>§ 1º O não cumprimento do prazo previsto no inciso I deste artigo implicará o arquivamento do projeto, na hipótese do art. 89, ou o início da prestação de contas na forma do art. 75, §§ 1º e 2º, nos demais casos.</p> <p>§ 2º O recurso previsto no art. 94 desta Instrução Normativa terá seu prazo contado a partir da data da disponibilização da informação no</p>	<p>Art. 86. A solicitação de prorrogação do prazo de captação deverá ser sinalizada no cadastramento da proposta e será concedida por este Ministério, de forma automática, considerando o período de execução proposto.</p>	<p>§ 3º Projetos com recursos captados em conta terão prorrogação automática limitada ao prazo do § 1º.</p>	<p>§ 3º Projetos com recursos captados em conta terão prorrogação automática limitada ao prazo do § 1º.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
Salic, no caso do arquivamento referido §1º.			
<p>Art. 59. [...]</p> <p>I – formulação do pedido de prorrogação no Salic, com antecedência de, no mínimo, trinta dias da data prevista para o encerramento do prazo vigente para captação, ressalvado o contido no art. 16, § 2º, e no art. 58;</p> <p>Art. 60. As condições dos incisos I, II, e III do art. 59 se aplicam às solicitações de prorrogação do prazo de execução. § 1º A prorrogação do prazo de execução está vinculada a execução das metas físicas e financeiras constantes do orçamento aprovado pelo Ministério da Cultura. § 2º A prorrogação do prazo de execução não renova o prazo de captação.</p>	<p>Art. 87. As solicitações de prorrogação do prazo de execução do projeto cultural devem ser registradas no Salic, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias da data prevista para seu encerramento, sendo requisito para finalização das metas físicas.</p>	<p>Art. 34. A solicitação de prorrogação do prazo de captação deverá ser sinalizada no cadastramento da proposta e será concedida por este Ministério, de forma automática, considerando o período de execução proposto, sendo que, para projetos que não possuem o registro no Salic de prorrogação automática, as solicitações de prorrogações de prazos de captação e de execução devem ser registradas no Salic com as devidas atualizações no cronograma de execução, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para seu encerramento.</p>	<p>Art. 34. A solicitação de prorrogação do prazo de captação deverá ser sinalizada no cadastramento da proposta e será concedida por este Ministério, de forma automática, considerando o período de execução proposto, sendo que, para projetos que não possuem o registro no Salic de prorrogação automática, as solicitações de prorrogações de prazos de captação e de execução devem ser registradas no Salic com as devidas atualizações no cronograma de execução, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para seu encerramento.</p>
<p>Art. 61. O pedido de prorrogação de prazo de captação ou execução será analisado e decidido pela Coordenação-Geral regimentalmente competente para a análise do ato, cabendo recurso, no prazo máximo de dez dias, ao titular da respectiva Diretoria.</p>	<p>Art. 88. O pedido de prorrogação de prazo de captação ou execução será analisado e decidido pela Coordenação-Geral regimentalmente competente, cabendo recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, à autoridade máxima do Departamento competente, no mesmo prazo.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>Art. 56. O prazo de execução do projeto será estabelecido pela portaria de autorização para captação de recursos,</p>	<p>Art. 84. O prazo de execução do projeto será registrado no Salic, não estando limitado ao exercício fiscal corrente, mas</p>	<p>Art. 35. O prazo de execução do projeto será registrado no Salic, não estando limitado ao exercício fiscal corrente, mas sim ao cronograma de execução apresentado pelo</p>	<p>Art. 35. O prazo de execução do projeto será registrado no Salic, não estando limitado ao exercício fiscal corrente, mas sim ao cronograma de execução</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>não estando adstrito ao exercício fiscal corrente.</p> <p>§ 3º Havendo pós-produção do projeto, os prazos máximos de captação e execução serão de sessenta dias após o término do último evento.</p> <p>§ 2º O término do prazo para captação não poderá ser posterior ao último dia do prazo de execução do projeto.</p>	<p>sim ao cronograma de execução apresentado pelo proponente.</p> <p>Art. 85, § 2º O prazo de execução abrangerá a fase de pós-produção do projeto, limitada a 60 (sessenta) dias, exceto no caso de produção audiovisual, que poderá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias.</p> <p>Art. 9º, IV - o cronograma de execução do projeto deverá prever um prazo para a pós-produção não superior a sessenta dias;</p>	<p>proponente, sendo que o prazo de execução abrangerá a fase de pós-produção do projeto, limitada a 60 (sessenta) dias, exceto no caso de produção audiovisual, que poderá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias.</p>	<p>apresentado pelo proponente, sendo que o prazo de execução abrangerá a fase de pós-produção do projeto, limitada a 60 (sessenta) dias, exceto no caso de produção audiovisual, que poderá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias.</p>
<p>Art. 62. Quando não autorizada a prorrogação do prazo, caberá recurso ainda à autoridade máxima da Secretaria competente, no prazo de dez dias.</p> <p>Art. 63. É vedada a captação de recursos entre a data de vencimento do prazo de captação e a data de publicação da portaria de prorrogação.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>Seção III Das Alterações</p> <p>Art. 64. O projeto cultural somente poderá ser alterado após a publicação da autorização para captação de recursos, mediante solicitação do proponente ao MinC, devidamente justificada e formalizada, no mínimo, trinta dias antes do início da execução da meta ou ação a ser alterada.</p>	<p>Seção III Das Alterações</p> <p>Art. 89. O projeto cultural poderá ser alterado na fase de execução, mediante solicitação do proponente, registrada e justificada por meio do Salic, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do início da execução da meta ou ação a ser alterada.</p>	<p>Seção III Das Alterações</p> <p>Art. 36. O projeto cultural poderá ser alterado na fase de execução, mediante solicitação do proponente, registrada e justificada por meio do Salic, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do início da execução da meta ou ação a ser alterada; <i>[sic]</i> somente serão objeto de análise após a liberação para movimentação dos recursos, salvo o disposto no art. 41.</p>	<p>Seção III Das Alterações</p> <p>Art. 36. O projeto cultural poderá ser alterado na fase de execução, mediante solicitação do proponente, registrada e justificada por meio do Salic, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do início da execução da meta ou ação a ser alterada; somente serão objeto de análise após a liberação para movimentação dos recursos, salvo o disposto no art. 41.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 1º Alterações de nome, local de realização e plano de distribuição somente serão objeto de análise após a captação de vinte por cento do valor aprovado do projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio.</p>	<p>§ 1º As alterações de nome do projeto, proponente e Plano de Distribuição somente serão objeto de análise após a liberação para movimentação dos recursos.</p>		
<p>§ 2º Para alteração do nome do projeto deverá ser apresentada anuência dos patrocinadores, e se for o caso, anuência do autor da obra.</p>	<p>§ 2º Para alteração do nome do projeto, deverá ser apresentada anuência do autor da obra correspondente, se for o caso.</p>	<p>§ 1º Para alteração do nome do projeto, deverá ser apresentada anuência do autor da obra correspondente, se for o caso.</p>	<p>§ 1º Para alteração do nome do projeto, deverá ser apresentada anuência do autor da obra correspondente, se for o caso.</p>
<p>§ 3º No caso de alteração do local de realização do projeto, o proponente deverá apresentar:</p> <p>I – anuência dos patrocinadores;</p> <p>II – anuência do responsável pelo novo local de realização;</p> <p>III – planilha orçamentária adequada à nova realidade, mesmo que não haja alteração do valor aprovado; e</p> <p>IV – cronograma de execução atualizado.</p>	<p>§ 3º No caso de alteração do espaço físico ou novo local do projeto, o proponente não poderá infringir o disposto no art. 21, devendo apresentar:</p> <p>I - anuência do responsável pelo espaço físico ou novo local de realização;</p> <p>II - planilha orçamentária adequada à nova realidade, se for o caso;</p> <p>III - ajuste do Plano de Distribuição e de democratização de acesso, se for o caso; e</p> <p>IV - cronograma de execução atualizado.</p>	<p>§ 2º No caso de alteração do espaço físico ou novo local do projeto, o proponente não poderá infringir o disposto no art. 5º, devendo apresentar, se for o caso:</p> <p>I - planilha orçamentária adequada à nova realidade;</p> <p>II - ajuste do Plano de Distribuição, de ampliação de acesso e acessibilidade; e</p> <p>III - cronograma de execução atualizado.</p>	<p>§ 2º No caso de alteração do espaço físico ou novo local de realização do projeto, o proponente não poderá infringir o disposto no art. 5º, devendo apresentar, se for o caso:</p> <p>I - planilha orçamentária adequada à nova realidade;</p> <p>II - ajuste do Plano de Distribuição, de ampliação de acesso e acessibilidade; e</p> <p>III - cronograma de execução atualizado.</p>
<p>-</p>	<p>-</p>	<p>§ 3º Não havendo manifestação contrária do MinC, no prazo de 30 (trinta) dias, considerar-se-á aprovada a alteração.</p>	<p>§ 3º Não havendo manifestação contrária do MinC, no prazo de 30 (trinta) dias, considerar-se-á aprovada a alteração.</p>
<p>Art. 65. Serão permitidos remanejamentos de despesas entre os itens de orçamento do projeto cultural, após autorização do MinC.</p>	<p>Art. 90. Serão permitidos ajustes entre os itens de orçamento do projeto cultural, bem como a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, nos termos deste artigo.</p>	<p>Art. 37. Serão permitidos ajustes entre os itens de orçamento do projeto cultural, bem como a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, nos termos deste artigo.</p>	<p>Art. 37. Serão permitidos ajustes entre os itens de orçamento do projeto cultural, bem como a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, nos termos deste artigo.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 1º Prescindirão da prévia autorização do MinC as alterações de valores de itens orçamentários do projeto, dentro do limite de vinte por cento do valor do item, para mais ou para menos, para fins de remanejamento, desde que não alterem o valor total do orçamento aprovado do projeto.</p>	<p>§ 1º Prescindirão da prévia autorização do MinC as alterações de valores de itens orçamentários do projeto, dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item.</p>	<p>§ 1º Prescindirão da prévia autorização do MinC as alterações de valores de itens orçamentários do projeto, dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item inicialmente aprovado.</p>	<p>§ 1º Prescindirão da prévia autorização do MinC as alterações de valores de itens orçamentários do projeto, dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item inicialmente aprovado.</p>
<p>Art. 40, § 4º Não se recomendará, no parecer técnico, a aprovação dos projetos culturais que tiverem cortes orçamentários iguais ou superiores a cinquenta por cento do orçamento proposto.</p> <p>§ 3º Os remanejamentos não poderão recair sobre itens do orçamento que tenham sido retirados pelo MinC na aprovação do projeto.</p> <p>Art. 65, § 4º A inclusão de novos itens orçamentários, mesmo que não altere o orçamento total aprovado, deve ser submetida previamente ao MinC.</p>	<p>§ 2º Os ajustes de valores que impliquem alterações acima do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item devem ser submetidos previamente ao MinC para análise, por meio do Salic, acompanhada de justificativa.</p> <p>§ 4º A inclusão de novos itens orçamentários, mesmo que não altere o orçamento total aprovado, deve ser submetida previamente ao MinC, por meio do Salic, acompanhadas de justificativa.</p> <p>§ 6º Os valores utilizados em desconformidade com o previsto neste artigo estarão sujeitos à restituição ao FNC.</p>	<p>§ 2º Os ajustes de valores que impliquem alterações acima do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item ou que impliquem em inclusão de novos itens orçamentários, ainda que não alterem o Custo Total do projeto (Anexo I), devem ser submetidos previamente ao MinC para análise, por meio do Salic, acompanhados de justificativa e não recaiam sobre itens do orçamento que tenham sido retirados na análise inicial.</p>	<p>§ 2º Os ajustes de valores que impliquem alterações acima do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item ou que impliquem em inclusão de novos itens orçamentários, ainda que não alterem o Custo Total do projeto (Anexo I), devem ser submetidos previamente ao MinC para análise, por meio do Salic, acompanhados de justificativa e que não recaiam sobre itens do orçamento que tenham sido retirados na análise inicial.</p>
<p>§ 2º Os remanejamentos não poderão implicar aumento do valor aprovado para as etapas relativas aos custos administrativos, de divulgação e de captação, sob pena de não aprovação das contas.</p>	<p>§ 3º Os ajustes de valores não poderão implicar aumento do valor aprovado para os grupos de despesas que possuem limites percentuais máximos estabelecidos nesta instrução normativa.</p>	<p>§ 3º Os ajustes de valores não poderão implicar aumento do valor aprovado para os grupos de despesas que possuem limites percentuais máximos estabelecidos nesta Instrução Normativa.</p>	<p>§ 3º Os ajustes de valores não poderão implicar aumento do valor aprovado para os grupos de despesas que possuem limites percentuais máximos estabelecidos nesta Instrução Normativa, quando a análise da alteração solicitada necessitar de</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
			manifestação das unidades técnicas vinculadas ao MinC, acrescentar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias;
-	-	-	§ 4º O prazo previsto do caput poderá ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias quando se tratar de projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.
§ 5º Os pedidos de remanejamento orçamentário somente poderão ser encaminhados após a captação de vinte por cento do valor aprovado do projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio.	§ 5º Os pedidos de ajuste orçamentário somente poderão ser encaminhados após a captação de 60% (sessenta) [sic] do valor aprovado do projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio.	§ 4º Os pedidos de ajuste orçamentário somente poderão ser encaminhados após a captação de 20% (vinte por cento) do valor aprovado do projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas, respaldados por contrato de patrocínio ou termo de compromisso de patrocínio.	§ 5º Os pedidos de ajuste orçamentário somente poderão ser encaminhados após a captação de 20% (vinte por cento) do valor aprovado do projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas, respaldados por contrato de patrocínio ou termo de compromisso de patrocínio.
-	-	§ 5º Os valores utilizados em desconformidade com o previsto neste artigo estarão sujeitos à restituição ao FNC.	§ 6º Os valores utilizados em desconformidade com o previsto neste artigo estarão sujeitos à restituição ao FNC.
-	-	§ 6º Readequações orçamentárias da mesma natureza poderão ser solicitadas uma vez, sendo possível apresentar nova solicitação somente quando comprovada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, a restrição não se aplica a projetos de planos anuais ou plurianuais de atividades e projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, observadas suas características e a complexidade da obra.	§ 7º Readequações orçamentárias da mesma natureza poderão ser solicitadas uma vez, sendo possível apresentar nova solicitação somente quando comprovada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior; a restrição não se aplica a projetos de planos anuais ou plurianuais de atividades e projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, observadas suas características e a complexidade da obra.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 66. O proponente poderá solicitar complementação de valor autorizado para captação, desde que comprovada sua necessidade, que tenha captado pelo menos cinquenta por cento do valor total inicialmente autorizado e que não exceda cinquenta por cento do valor já aprovado, apresentando:</p> <p>I – justificativa da complementação; II – detalhamento das etapas a serem complementadas; e III – detalhamento dos custos referentes às etapas a serem complementadas.</p> <p>Parágrafo único. A complementação de recursos de que trata este artigo não poderá incluir itens do orçamento que tenham sido retirados pelo MinC na aprovação do projeto.</p>	<p>Art. 91. O proponente poderá solicitar complementação do valor autorizado para captação, desde que comprovada sua necessidade, que tenha captado pelo menos 60% (sessenta) [sic] do valor total inicialmente autorizado e que não exceda 50% (cinquenta) do valor já aprovado, considerando o valor da aplicação financeira e as determinações contidas no art. 20 para o cumprimento ao princípio da não concentração, disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991, apresentando:</p> <p>I - justificativa da complementação; e II - detalhamento dos custos referentes às etapas a serem complementadas.</p>	<p>Art. 38. O proponente poderá solicitar complementação do Custo Total do projeto para captação (Anexo I), desde que comprovada sua necessidade e que tenha captado, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) e que não exceda 50% (cinquenta por cento) do valor já aprovado, considerando o valor da aplicação financeira, apresentando: [sic] justificativa da complementação e detalhamento dos custos referentes às etapas a serem complementadas.</p>	<p>Art. 38. O proponente poderá solicitar complementação do Custo Total do projeto para captação (Anexo I), desde que comprovada sua necessidade e que tenha captado, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) e que não exceda 50% (cinquenta por cento) do valor já aprovado, considerando o valor da aplicação financeira, apresentando: justificativa da complementação e detalhamento dos custos referentes às etapas a serem complementadas.</p>
	<p>§ 1º Os pedidos de complementação do valor do projeto serão decididos pelo titular da Secretaria competente.</p>	<p>§ 1º Os pedidos de complementação do valor do projeto serão decididos pelo titular da Secretaria competente.</p>	<p>§ 1º Os pedidos de complementação do valor do projeto serão decididos pelo titular da Secretaria competente.</p>
	<p>§ 2º Quando aprovado o procedimento do caput, será publicada nova Portaria de Autorização de Captação de Recursos Incentivados.</p>	<p>§ 2º Quando aprovado o procedimento do caput, será publicada nova Portaria de Autorização de Captação de Recursos Incentivados.</p>	<p>§ 2º Quando aprovado o procedimento do caput, será publicada nova Portaria de Autorização de Captação de Recursos Incentivados.</p>
<p>Art. 67. O proponente poderá solicitar a redução do valor do projeto, desde que tal providência não comprometa a execução do objeto nem represente redução superior</p>	<p>Art. 92. O proponente poderá solicitar a redução do valor do projeto, após a captação de 60% (sessenta) [sic] do valor aprovado, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou</p>	<p>Art. 39. O proponente poderá solicitar a redução do valor do projeto, após a captação de 20% (vinte por cento) do Custo Total do projeto (Anexo I), ressalvados os projetos contemplados em seleções</p>	<p>Art. 39. O proponente poderá solicitar a redução do valor do projeto, após a captação de 20% (vinte por cento) do Custo Total do projeto (Anexo I), ressalvados os projetos contemplados em seleções</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>a quarenta por cento do valor total autorizado, apresentando:</p> <p>I – justificativa da necessidade de redução do valor do projeto;</p> <p>II – detalhamento dos itens a serem retirados ou reduzidos, com seus respectivos valores; e</p> <p>III – redimensionamento do escopo do projeto.</p>	<p>respaldados por contrato de patrocínio, desde que não comprometa a execução do objeto nem represente redução superior a 40% (quarenta) por cento do valor total autorizado, apresentando:</p> <p>I - justificativa da necessidade de redução do valor do projeto;</p> <p>II - detalhamento dos itens a serem retirados ou reduzidos, com seus respectivos valores; e</p> <p>III - redimensionamento do escopo do projeto.</p>	<p>públicas, respaldados por contrato de patrocínio ou termo de compromisso de patrocínio, desde que não comprometa a execução do objeto nem represente redução superior a 40% (quarenta por cento) do Custo Total do projeto (Anexo I), apresentando justificativa da necessidade de redução do valor do projeto, detalhamento dos itens a serem retirados ou reduzidos, com seus respectivos valores e redimensionamento do escopo do projeto.</p>	<p>públicas, respaldados por contrato de patrocínio ou termo de compromisso de patrocínio, desde que não comprometa a execução do objeto nem represente redução superior a 50% (cinquenta por cento) do Custo Total do projeto (Anexo I), apresentando justificativa da necessidade de redução do valor do projeto, detalhamento dos itens a serem retirados ou reduzidos, com seus respectivos valores e redimensionamento do escopo do projeto.</p>
<p>§ 1º Os pedidos de redução do valor do projeto serão decididos pelo MinC.</p> <p>§ 2º Os pedidos de redução orçamentária somente poderão ser encaminhados após a captação de no mínimo vinte por cento do recurso aprovado para o projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio.</p>	<p>§ 1º Os pedidos de redução do valor do projeto serão decididos pelo titular da Secretaria competente.</p> <p>§ 2º Quando aprovado o procedimento do caput, será publicada nova Portaria de Autorização de Captação de Recursos Incentivados.</p>		
<p>Art. 68. Conforme sua complexidade, os pedidos de alteração, complementação, remanejamento ou redução dos valores autorizados para captação poderão ser submetidos a parecer técnico da unidade de análise e encaminhados à CNIC, para</p>	<p>Art. 93. Conforme sua complexidade, os pedidos de ajustes dos valores autorizados para captação poderão, por decisão da área técnica competente, ser submetidos a parecer técnico da unidade de análise e encaminhados à CNIC, antes da decisão</p>	<p>Art. 40. Conforme sua complexidade, os pedidos de ajustes dos valores autorizados para captação poderão, por decisão da área técnica competente, ser submetidos a parecer técnico da unidade de análise e encaminhados à CNIC, antes da decisão</p>	<p>Art. 40. Conforme sua complexidade, os pedidos de ajustes dos valores autorizados para captação poderão, por decisão da área técnica competente, ser submetidos a parecer técnico da unidade de análise e encaminhados à CNIC, antes da decisão</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
análise na forma do art. 41 desta Instrução Normativa , antes da decisão final da autoridade máxima da Secretaria competente.	final da autoridade máxima da Secretaria competente.	final da autoridade máxima da Secretaria competente.	final da autoridade máxima da Secretaria competente.
	Parágrafo único. A análise dos pedidos indicados no caput , incluídas aquelas submetidas também à CNIC, não poderá exceder o prazo de 60 (sessenta) dias.	Parágrafo único. A análise dos pedidos indicados no caput, incluídas aquelas submetidas também à CNIC, não poderá exceder o prazo de 60 (sessenta) dias.	Parágrafo único. A análise dos pedidos indicados no caput, incluídas aquelas submetidas também à CNIC, não poderá exceder o prazo de 60 (sessenta) dias.
<p>Art. 69. Após a publicação da portaria que autoriza a captação de recursos, a alteração de proponente somente será autorizada, mediante requerimento do proponente atual, que contenha a anuência formal do substituto, e desde que:</p> <p>I – não caracterize a intermediação de que trata o art. 28 da Lei nº 8.313, de 1991; II – o respectivo projeto se enquadre no requisito do § 1º do art. 64 desta Instrução Normativa; e III – seja o pedido submetido à análise técnica quanto ao preenchimento dos demais requisitos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no Decreto nº 5.761, de 2006, e nesta Instrução Normativa.</p> <p>Parágrafo único. Quando já houver ocorrido captação de recursos, a alteração do proponente dependerá, ainda, da anuência dos patrocinadores ou doadores.</p>	<p>Art. 94. Autorizada a execução, a alteração de proponente somente será permitida quando caracterizado caso fortuito ou de força maior, mediante requerimento do proponente atual, que contenha a anuência formal do substituto, quando for o caso, observados os Anexos II e III, e desde que:</p> <p>I - não caracterize a intermediação de que trata o <u>art. 28</u> da Lei nº 8.313, de 1991;</p> <p>II - seja o pedido submetido à análise técnica quanto ao preenchimento dos demais requisitos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no Decreto nº 5.761, de 2006, e nesta Instrução Normativa.</p>	<p>Art. 41. A alteração de proponente somente será permitida desde que devidamente justificada, mediante requerimento do proponente atual, que contenha a anuência formal do substituto, quando for o caso, observados os anexos II e III, e desde que:</p> <p>I - não caracterize a intermediação de que trata o art. 28 da Lei nº 8.313, de 1991; e</p> <p>II - seja o pedido submetido à análise técnica quanto ao preenchimento dos demais requisitos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no Decreto nº 5.761, de 2006, e nesta Instrução Normativa.</p>	<p>Art. 41. A alteração de proponente somente será permitida desde que devidamente justificada, mediante requerimento do proponente atual, que contenha a anuência formal do substituto, quando for o caso, observados os Anexos II e III, e desde que:</p> <p>I - não caracterize a intermediação de que trata o art. 28 da Lei nº 8.313, de 1991; e</p> <p>II - seja o pedido submetido à análise técnica quanto ao preenchimento dos demais requisitos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no Decreto nº 5.761, de 2006, e nesta Instrução Normativa.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 70. Não será permitida a alteração de objeto ou de objetivos do projeto cultural aprovado.</p> <p>Art. 71. As alterações da mesma natureza não serão concedidas mais de uma vez, e somente poderão ser solicitadas após a publicação da portaria de autorização para captação de recursos.</p> <p>Parágrafo único. A restrição do caput não se aplica para planos anuais e projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.</p>	-	-	
<p>Art. 72. É vedada a transferência de saldos não utilizados para outros projetos aprovados pelo Ministério da Cultura.</p> <p>Parágrafo único. A restrição do caput não se aplica para planos anuais apresentados pelo mesmo proponente, desde que o projeto anterior seja encerrado e acolhidas as justificativas apresentadas para a transferência de saldo.</p>	<p>Art. 95. A transferência de saldos não utilizados para outros projetos aprovados pelo Ministério da Cultura somente se aplica para Planos Anuais e Bienais de Atividades apresentados pelo mesmo proponente, desde que o projeto anterior seja encerrado, declarado o valor reduzido em item específico do novo projeto, denominado transferência entre Planos Anuais e Bienais, e republicada a Portaria de Autorização de Captação com o valor reduzido para captação.</p>	<p>Art. 42. A transferência de recursos remanescentes não utilizados para outro projeto aprovado pelo Ministério da Cultura se aplica para planos anuais e plurianuais de atividades ou projeto de ação continuada do mesmo proponente, desde que o projeto anterior seja encerrado, declarado o valor transferido em campo específico do novo projeto, que será computado como valor captado no projeto receptor.</p>	<p>Art. 42. A transferência de recursos remanescentes não utilizados para outro projeto aprovado pelo Ministério da Cultura se aplica para planos anuais e plurianuais de atividades ou projeto de ação continuada do mesmo proponente, desde que o projeto anterior seja encerrado, declarado o valor transferido em campo específico do novo projeto, que será computado como valor captado no projeto receptor.</p>
-	<p>Parágrafo único. O saldo transferido deverá somar-se aos recursos já captados para fins de atingimento dos limites de movimentação financeira do plano vigente.</p>	<p>§ 1º No caso de aprovação do pleito, o saldo transferido deverá somar-se aos recursos já captados para fins de atingimento dos limites de movimentação financeira do projeto vigente.</p>	<p>§ 1º No caso de aprovação do pleito, o saldo transferido deverá somar-se aos recursos já captados para fins de atingimento dos limites de movimentação financeira do projeto vigente.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 73. Quando não autorizadas as alterações previstas nesta Seção, caberá recurso ao Ministro de Estado da Cultura no prazo de dez dias.</p>	<p>Art. 96. Quando não autorizadas as alterações previstas nesta Seção, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, à autoridade que proferiu a decisão.</p>	<p>§ 2º Caso o pleito não seja aprovado ou não ocorra o pedido em um prazo de até 30 (trinta) dias, os recursos serão recolhidos ao Fundo Nacional de Cultura – FNC, dispensada a anuência do proponente.</p>	<p>§ 2º Caso o pleito não seja aprovado ou não ocorra o pedido em um prazo de até 30 (trinta) dias, os recursos serão recolhidos ao FNC, dispensada a anuência do proponente.</p>
<p>CAPÍTULO VIII DO ACOMPANHAMENTO, DA AVALIAÇÃO TÉCNICA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS</p> <p>Art. 74. As doações e os patrocínios captados pelos proponentes em razão do mecanismo de incentivo, decorrentes de renúncia fiscal, são recursos públicos, e os projetos culturais estão sujeitos a acompanhamento, avaliação técnica e prestação de contas.</p> <p>§ 1º A não aplicação sem justa causa ou aplicação incorreta dos recursos públicos descritos neste artigo poderá ensejar a instauração de Tomada de Contas Especial.</p> <p>§ 2º Considera-se justa causa a não captação de recursos dentro dos prazos regulamentares ou a sua captação em aporte insuficiente para a adequada execução do projeto.</p>	<p>CAPÍTULO VIII DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS</p>	<p>CAPÍTULO VII DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS</p>	<p>CAPÍTULO VII DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS</p>
<p>Seção I Do Acompanhamento dos Projetos Culturais e da Apresentação da Prestação de Contas</p> <p>Art. 75. Os projetos culturais de que trata esta Instrução Normativa terão sua</p>	<p>Seção I Do Acompanhamento da Execução dos Projetos Culturais</p> <p>Art. 97. Os projetos culturais terão sua execução acompanhada de forma a</p>	<p>Seção I Do Acompanhamento da Execução dos Projetos Culturais</p> <p>Art. 43. Os projetos culturais terão sua execução acompanhada de forma a</p>	<p>Seção I Do Acompanhamento da Execução dos Projetos Culturais</p> <p>Art. 43. Os projetos culturais terão sua execução acompanhada de forma a</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>execução acompanhada pelo MinC, de forma a assegurar a consecução dos seus objetos e seus objetivos, permitida a delegação, conforme previsto no art. 8º do Decreto nº 5.761, de 2006.</p>	<p>assegurar a consecução do seu objeto, permitida a delegação, conforme previsto no art. 8º do Decreto nº 5.761, de 2006.</p>	<p>assegurar a consecução do seu objeto, permitida a delegação, conforme previsto no art. 8º do Decreto nº 5.761, de 2006.</p>	<p>assegurar a consecução do seu objeto, permitida a delegação, conforme previsto no art. 8º do Decreto nº 5.761, de 2006.</p>
<p>§ 1º O acompanhamento previsto no caput será realizado por meio de monitoramento à distância, mediante o registro trimestral de relatórios pelo proponente no Salic, contemplando as etapas de execução do objeto, de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Execução, devendo o último relatório conter a consolidação das informações, inclusive quanto à conclusão do projeto, sendo apresentado no prazo máximo de trinta dias após o término do prazo de execução do projeto.</p>	<p>§ 1º O acompanhamento previsto no caput será realizado por meio de monitoramento, mediante comprovação da execução pelo proponente no Salic ao longo do projeto, e da disponibilidade de informações de consumo no Portal da Transparência, contemplando as etapas de execução do objeto, de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Execução.</p>	<p>§ 1º O acompanhamento previsto no caput será realizado por meio de monitoramento, mediante comprovação da execução pelo proponente no Salic ao longo do projeto, e da disponibilidade de informações de consumo no Portal da Transparência, contemplando as etapas de execução do objeto, de acordo com o que foi estabelecido no plano de execução.</p>	<p>§ 1º O acompanhamento previsto no caput será realizado por meio de monitoramento, mediante comprovação da execução pelo proponente no Salic ao longo do projeto, e da disponibilidade de informações de consumo no Portal da Transparência, contemplando as etapas de execução do objeto, de acordo com o que foi estabelecido no plano de execução.</p>
<p>Art. 76. O proponente poderá ainda ser chamado a apresentar relatório parcial ou final de execução em meio tangível, conforme o MinC definir.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>-</p>	<p>§ 2º A análise também se dará por sistema de verificação de trilhas de controle disponibilizadas pelos órgãos de controle, que fará a indicação daqueles projetos que se encontram com a execução fora da curva programada.</p>	<p>§ 2º A análise também se dará por sistema de verificação de trilhas de controle disponibilizadas pelos órgãos de controle, que fará a indicação daqueles projetos que se encontram com a execução fora da curva programada.</p>	<p>§ 2º A análise também se dará por sistema de verificação de trilhas de controle disponibilizadas pelos órgãos de controle, que fará a indicação daqueles projetos que se encontram com a execução fora da curva programada.</p>
<p>-</p>	<p>§ 3º Os modelos de trilhas serão disponibilizados pelos órgãos de controle para implementação na fase de execução e comprovação das ações, conforme Anexo VII.</p>	<p>§ 3º Os modelos de trilhas serão disponibilizados pelos órgãos de controle para implementação na fase de execução e comprovação das ações, conforme Anexo VII.</p>	<p>§ 3º Os modelos de trilhas serão disponibilizados pelos órgãos de controle para implementação na fase de execução e comprovação das ações, conforme Anexo VII.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	§ 4º A comprovação de que trata o § 1º deve ser feita em campo específico, disponibilizado no Salic e acompanhada de documentos comprobatórios, a partir do início da execução das etapas previstas no projeto.	-	-
Art. 77. A execução do projeto será fiscalizada por meio de auditorias, vistorias in loco e demais diligências de acompanhamento, que serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais. § 1º As diligências previstas no caput serão lavradas em relatório de fiscalização circunstanciado, que deverá integrar os autos e ser anexado no Salic.	§ 5º A avaliação da comprovação realizada durante a fase de execução será feita pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento da execução atuando nos desvios apontados pelo Salic.	§ 4º A avaliação da comprovação realizada durante a fase de execução será feita pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento da execução atuando nos desvios apontados pelo Salic.	§ 4º A avaliação da comprovação realizada durante a fase de execução será feita pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento da execução, atuando nos desvios apontados pelo Salic.
-	§ 6º Em caso de denúncias, demandas de órgãos de controle ou indícios de irregularidades, o projeto poderá ser encaminhado ao setor competente para análise de alcance de resultados, que atuará nos desvios apontados pelo Salic.	§ 5º Em caso de denúncias, demandas de órgãos de controle ou indícios de irregularidades, o projeto poderá ser encaminhado ao setor competente para análise de alcance de resultados, que atuará nos desvios apontados pelo Salic, podendo o proponente ser notificado para que apresente esclarecimentos no prazo não superior a 5 (cinco) dias, sob pena de imediata suspensão da execução do projeto.	§ 5º Em caso de denúncias, demandas de órgãos de controle ou indícios de irregularidades, o projeto poderá ser encaminhado ao setor competente para análise de alcance de resultados, que atuará nos desvios apontados pelo Salic, podendo o proponente ser notificado para que apresente esclarecimentos no prazo não superior a 10 (dez) dias, sob pena de imediata suspensão da execução do projeto.
Art. 77, § 2º Caso necessário, a Coordenação-Geral regimentalmente competente pelo acompanhamento e	§ 7º Quando o proponente deixar de realizar alguma comprovação prevista no § 1º, o MinC o notificará, uma única vez, para que,	§ 6º Quando o proponente deixar de realizar alguma comprovação prevista no § 1º, o MinC o notificará, uma única vez, para que,	§ 6º Quando o proponente deixar de realizar alguma comprovação prevista no § 1º, o MinC o notificará, uma única vez, para que,

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>fiscalização de projetos poderá notificar o proponente a prestar esclarecimentos no prazo de vinte dias, nos termos do art. 107 desta Instrução Normativa.</p> <p>Art. 78. Em qualquer fase da execução do projeto, poderá o MinC determinar:</p> <p>I - a inadimplência do projeto, caracterizada pela omissão do proponente no atendimento às diligências; ou</p> <p>II - a inabilitação cautelar do proponente, com os efeitos previstos no art. 99 desta Instrução Normativa, por meio de decisão da autoridade máxima da Secretaria competente.</p> <p>§ 1º As medidas referidas no caput também podem ser aplicadas cumulativamente pela autoridade máxima da Secretaria competente e perduram enquanto as irregularidades não forem sanadas ou suficientemente esclarecidas.</p> <p>§ 2º Aplicada quaisquer das medidas, o proponente será imediatamente notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade no mesmo prazo do art. 77, § 2º.</p> <p>§ 4º [sic] Decorrido o prazo do § 2º sem o devido atendimento da notificação, o MinC adotará as demais providências necessárias para a apuração de responsabilidades e o ressarcimento dos prejuízos ao erário.</p>	<p>no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação do projeto, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 114.</p>	<p>no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação do projeto, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 58.</p>	<p>no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação do projeto, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 58.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	§ 8º Após a execução do projeto, a área competente atestará no Salic a conformidade ou desconformidade das etapas realizadas com as previstas.	§ 7º Após a execução do projeto, a área competente atestará no Salic a conformidade ou desconformidade das etapas realizadas com as previstas.	§ 7º Após a execução do projeto, a área competente atestará no Salic a conformidade ou desconformidade das etapas realizadas com as previstas.
-	§ 9º Verificada vantagem indevida ao incentivador durante a execução do projeto, conforme art. 38, será determinada a imediata suspensão do projeto, assinalando-se ao proponente prazo não superior a 20 (vinte) dias para reverter a irregularidade, sob pena das sanções do art. 30 da Lei nº 8.313, de 1991.	§ 8º Verificados indícios de vantagem financeira indevida ou material ao incentivador durante a execução do projeto, notificar-se-á o proponente para que apresente esclarecimentos em prazo não superior a 5 (cinco) dias, sob pena de imediata suspensão do projeto, bem como da aplicação das sanções do art. 30 da Lei nº 8.313, de 1991.	§ 8º Verificados indícios de vantagem financeira indevida ou material ao incentivador durante a execução do projeto, notificar-se-á o proponente para que apresente esclarecimentos em prazo não superior a 10 (dez) dias, sob pena de imediata suspensão do projeto, bem como da aplicação das sanções do art. 30 da Lei nº 8.313, de 1991.
-	§ 10. Na fase de execução, verificadas impropriedades no cumprimento das medidas de acessibilidade, democratização do acesso, bem como dos planos de divulgação e distribuição, será oportunizada medida compensatória, visando a regularização do projeto. § 11. A medida compensatória prevista no parágrafo anterior será proposta pelo proponente e realizada após aprovação do MinC, devendo ser concretizada dentro do prazo de execução do projeto, com aderência ao objeto aprovado.	§ 9º Na fase de execução, verificadas impropriedades no cumprimento das medidas de acessibilidade, de democratização do acesso ou do plano de distribuição, o proponente poderá oferecer medida compensatória, para ser concretizada dentro do prazo de execução do projeto, com aderência ao objeto aprovado.	§ 9º Na fase de execução, verificadas impropriedades no cumprimento das medidas de acessibilidade, de democratização do acesso ou do plano de distribuição, o proponente poderá oferecer medida compensatória, para ser concretizada dentro do prazo de execução do projeto, com aderência ao objeto aprovado.
Art. 78. Em qualquer fase da execução do projeto, poderá o MinC determinar: [...] § 2º Aplicada quaisquer das medidas [inadimplência do projeto ou inabilitação cautelar (art. 78, § 1º)], o proponente será imediatamente	§ 12. Caso não ocorra a medida compensatória, a prestação de contas poderá ser reprovada.	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade no mesmo prazo do art. 77, § 2º.</p> <p>§ 4º Decorrido o prazo do § 2º sem o devido atendimento da notificação, o MinC adotará as demais providências necessárias para a apuração de responsabilidades e o ressarcimento dos prejuízos ao erário.</p>			
<p>-</p>	<p>-</p>	<p>Art. 44. Para os efeitos do § 1º do art. 23 da Lei 8.313, de 1991, não configuram vantagem indevida as seguintes práticas realizadas de comum acordo entre incentivadores e proponentes, desde que comprovadamente estipuladas em negócio jurídico pré-existente não condicionado à fruição do benefício fiscal:</p> <p>III - programas de relacionamento e ações similares de prospecção de potenciais incentivadores individuais e quaisquer ações de ativação de marcas, desde que</p>	<p>Art. 44. Para os efeitos do § 1º do art. 23 da Lei 8.313, de 1991, não configuram vantagem indevida as seguintes práticas:</p> <p>I - Ações adicionais realizadas pelo patrocinador, pelos proponentes ou pelos captadores destinadas à prospecção comercial, programas de relacionamento, ampliação da divulgação ou promoção do patrocinador e de suas marcas e produtos, desde que com a comprovada anuência do proponente e custeadas com recursos não-incentivados;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
		<p>realizadas com recursos próprios do patrocinador;</p> <p>I - veiculação da imagem institucional ou nome do incentivador em peças de divulgação além das aprovadas pelo Ministério da Cultura;</p> <p>II - fornecimento de produtos ou serviços do incentivador ao projeto cultural, desde que comprovada a maior economicidade ou exclusividade;</p> <p>IV - concessão de acesso a ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ao projeto cultural;</p> <p>V - comercialização do produto cultural em condições mais favoráveis a público determinado em função do incentivador; e</p> <p>VI - delimitação de espaços a público determinado em função do incentivador.</p>	<p>II - Fornecimento de produtos ou serviços do incentivador ao projeto cultural, desde que comprovada a maior economicidade ou exclusividade;</p> <p>III - Concessão de acesso a ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ou não ao projeto cultural; e</p> <p>IV - A Comercialização de produtos e subprodutos do projeto cultural em condições promocionais no local do evento.</p>
	<p>Seção II Da Fiscalização</p> <p>Art. 98. O MinC poderá, a qualquer tempo e de ofício, realizar acompanhamento da execução do projeto, por meio de vistoria in loco, com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca da sua evolução física e financeira, por atuação definida a partir de amostragem ou, ainda, para apuração de eventuais denúncias.</p> <p>§ 3º Será elaborado via Salic, pelos agentes públicos envolvidos, relatório final,</p>	<p>Seção II Da Fiscalização</p> <p>Art. 45. O MinC poderá, a qualquer tempo e de ofício, realizar acompanhamento da execução do projeto, por meio de vistoria in loco, com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca da sua evolução física e financeira, por atuação definida a partir de amostragem ou, ainda, para apuração de eventuais denúncias, quando será emitido relatório circunstanciado e conclusivo, via Salic, contendo as informações colhidas pelos</p>	<p>Seção II Da Fiscalização</p> <p>Art. 45. O MinC poderá, a qualquer tempo e de ofício, realizar acompanhamento da execução do projeto, por meio de vistoria in loco, com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca da sua evolução física e financeira, por atuação definida a partir de amostragem ou, ainda, para apuração de eventuais denúncias, quando será emitido relatório circunstanciado e conclusivo, via Salic, contendo as informações colhidas pelos</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>circunstanciado e conclusivo, da vistoria in loco, o qual ficará disponível no sistema. Art. 99, § 2º Após a visita ou encontro técnico, será emitido relatório, via Salic, contendo as informações colhidas pelos técnicos durante a realização dos trabalhos, bem como as orientações repassadas ao proponente.</p>	<p>técnicos durante a realização dos trabalhos, bem como as orientações repassadas ao proponente.</p>	<p>técnicos durante a realização dos trabalhos, bem como as orientações repassadas ao proponente.</p>
-	<p>Art. 98, § 1º As vistorias serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, representações regionais, pareceristas credenciados, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais;</p>	<p>§ 1º As vistorias serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, representações regionais, pareceristas credenciados, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais.</p>	<p>§ 1º As vistorias serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, representações regionais, pareceristas credenciados, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais.</p>
-	<p>§ 2º O acompanhamento da execução do projeto <i>in loco</i> será agendado pela unidade competente com antecedência, quando serão indicados os profissionais envolvidos.</p>	-	-
-	<p>§ 4º Na hipótese de realização de vistoria in loco, a imposição de obstáculos ao livre acesso da equipe às entidades inspecionadas, o não atendimento da requisição de arquivos ou documentos comprobatórios, bem como quaisquer condutas que visem inviabilizar total ou parcialmente o referido acompanhamento ensejarão o registro de inadimplência do proponente.</p>	<p>§ 2º Na hipótese de realização de vistoria <i>in loco</i>, a imposição de obstáculos ao livre acesso da equipe às entidades inspecionadas, o não atendimento da requisição de arquivos ou documentos comprobatórios, bem como quaisquer condutas que visem inviabilizar total ou parcialmente o referido acompanhamento ensejarão o registro de inadimplência do proponente.</p>	<p>§ 2º Na hipótese de realização de vistoria <i>in loco</i>, a imposição de obstáculos ao livre acesso da equipe às entidades inspecionadas, o não atendimento da requisição de arquivos ou documentos comprobatórios, bem como quaisquer condutas que visem inviabilizar total ou parcialmente o referido acompanhamento ensejarão o registro de inadimplência do proponente.</p>
-	<p>Art. 99. O MinC poderá realizar visitas ou encontros técnicos com o objetivo de orientar o proponente quanto à correta utilização dos recursos repassados e</p>	<p>Art. 46. O MinC poderá realizar visitas ou encontros técnicos com o objetivo de orientar o proponente quanto à correta utilização dos recursos repassados e</p>	<p>Art. 46. O MinC poderá realizar visitas ou encontros técnicos com o objetivo de orientar o proponente quanto à correta utilização dos recursos repassados e</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	regular execução das etapas previstas, além de prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.	regular execução das etapas previstas, além de prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.	regular execução das etapas previstas, além de prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.
-	§ 1º As visitas ou encontros técnicos serão agendados com antecedência mínima de 10 (dez) dias, quando serão indicados os profissionais envolvidos.	-	-
-	Seção III Da Comprovação e do Relatório Final do Proponente Art. 100. As doações e os patrocínios captados pelos proponentes em razão do mecanismo de incentivo, decorrentes de renúncia fiscal, são recursos públicos, e os projetos culturais estão sujeitos ao acompanhamento e à avaliação de resultados.	Seção III Da Comprovação e do Relatório Final do Proponente Art. 47. As doações e os patrocínios captados pelos proponentes em razão do mecanismo de incentivo, decorrentes de renúncia fiscal tornam-se recursos públicos, e os projetos culturais estão sujeitos ao acompanhamento e à avaliação de resultados.	Seção III Da Comprovação e Do Relatório Final do Proponente Art. 47. As doações e os patrocínios captados pelos proponentes em razão do mecanismo de incentivo, decorrentes de renúncia fiscal tornam-se recursos públicos, e os projetos culturais estão sujeitos ao acompanhamento e à avaliação de resultados.
-	§ 1º A comprovação financeira no Salic deverá ser feita pelo proponente, à medida que os correspondentes débitos tiverem sido lançados no extrato bancário, com a respectiva anexação de documentos comprobatórios, podendo constituir-se de: I - cópia dos despachos adjudicatórios e homologações das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o proponente pertencer à administração pública; II - cópia das cotações de preços, nas hipóteses previstas nesta Instrução Normativa;	§ 1º A comprovação financeira no Salic deverá ser feita pelo proponente, à medida que os correspondentes débitos tiverem sido lançados no extrato bancário, com a respectiva anexação de documentos comprobatórios, podendo constituir-se de: I - cópia dos despachos adjudicatórios e homologações das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o proponente pertencer à administração pública; II - cópia das cotações de preços, nas hipóteses previstas nesta Instrução Normativa;	§ 1º A comprovação financeira no Salic deverá ser feita pelo proponente, à medida que os correspondentes débitos tiverem sido lançados no extrato bancário, com a respectiva anexação de documentos comprobatórios, podendo constituir-se de: I - cópia dos despachos adjudicatórios e homologações das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o proponente pertencer à administração pública; II - cópia das cotações de preços, nas hipóteses previstas nesta Instrução Normativa;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	III - cópias das notas fiscais, recibos diversos, recibo de pagamento ao contribuinte individual - RPCI, faturas, contracheques, entre outros; IV - memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso; e V - comprovante do recolhimento ao FNC de eventual saldo não utilizado na execução do projeto, incluídos os rendimentos da aplicação financeira.	III - cópias das notas fiscais, recibos diversos, recibo de pagamento ao contribuinte individual - RPCI, faturas, contracheques, entre outros; IV - memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso; e V - comprovante do recolhimento ao FNC de eventual saldo não utilizado na execução do projeto, incluídos os rendimentos da aplicação financeira.	III - cópias das notas fiscais, recibos diversos, Recibo de Pagamento ao Contribuinte Individual (RPCI), faturas, contracheques, entre outros; IV - memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso; e V - comprovante do recolhimento ao FNC de eventual saldo não utilizado na execução do projeto, incluídos os rendimentos da aplicação financeira.
-	§ 2º A memória de cálculo referida no inciso V do § 1º deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa. (alterado pela IN nº 2/2017/MinC) § 2º A memória de cálculo referida no inciso IV do § 1º deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.	§ 2º A memória de cálculo referida no inciso IV do § 1º deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes, cuja soma exceda o custo total de um item de despesa.	§ 2º A memória de cálculo referida no inciso IV do § 1º deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes, cuja soma exceda o custo total de um item de despesa.
-	§ 3º Caso o proponente deixe de realizar as comprovações financeiras na forma do § 1º, será diligenciado para regularização no prazo de vinte dias, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 114. (NR)	§ 3º Caso o proponente deixe de realizar as comprovações financeiras na forma do § 1º, será diligenciado para regularização no prazo de vinte dias, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 58.	§ 3º Caso o proponente deixe de realizar as comprovações financeiras na forma do § 1º, será diligenciado para regularização no prazo de vinte dias, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 58.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 75, § 2º Para cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, o relatório final consolidado no Salic deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:</p> <p>I – cópia dos despachos adjudicatórios e homologações das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o proponente pertencer à Administração Pública;</p> <p>II – cópia das cotações de preços, nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 32 desta Instrução Normativa;</p> <p>III – relatório da execução física do projeto com avaliação dos resultados;</p> <p>IV – relatório de bens móveis adquiridos, produzidos ou construídos, juntamente com comprovante de realização da cotação de preços prevista no § 2º do art. 32 desta Instrução Normativa;</p> <p>V – relatório de bens imóveis adquiridos, produzidos ou construídos;</p> <p>Art. 75, VI – comprovação da distribuição dos produtos obtidos na execução do projeto, conforme previsto no plano básico de distribuição do projeto aprovado;</p>	<p>Art. 101. Findo o prazo de execução aprovado para o projeto, o proponente deverá finalizar no Salic, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, relatório final que contemple a síntese das seguintes informações, em plena conformidade com eventuais fiscalizações, orientações e ajustes autorizados pelo MinC:</p> <p>I - comprovação da realização do objeto proposto, acompanhada das evidências de sua efetiva realização;</p> <p>II - comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do</p>	<p>Art. 48. Findo o prazo de execução aprovado para o projeto, o proponente deverá finalizar no Salic, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, relatório final que contemple a síntese das seguintes informações, em plena conformidade com eventuais fiscalizações, orientações e ajustes autorizados pelo MinC:</p> <p>I - comprovação da realização do objeto proposto, acompanhada das evidências de sua efetiva realização;</p> <p>II - comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do</p>	<p>Art. 48. Findo o prazo de execução aprovado para o projeto, o proponente deverá finalizar no Salic, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, relatório final que contemple a síntese das seguintes informações, em plena conformidade com eventuais fiscalizações, orientações e ajustes autorizados pelo MinC:</p> <p>I - comprovação da realização do objeto proposto, acompanhada das evidências de sua efetiva realização;</p> <p>II - comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 80, III – comparação entre os resultados esperados e os atingidos pelo projeto cultural;</p> <p>Art. 75, VII – exemplar de produto, comprovação fotográfica ou outro registro do cumprimento do plano básico de divulgação do projeto (arquivos digitais, livro, CD, registro audiovisual etc.);</p> <p>Art. 80, II – consistência das informações prestadas quanto à execução do objeto e dos objetivos do projeto;</p> <p>Art. 75, VIII – comprovação das medidas adotadas pelo proponente para garantir a acessibilidade e democratização do acesso, nos termos aprovados pelo Ministério da Cultura;</p> <p>Art. 80, VI – cumprimento das medidas de acessibilidade e democratização do acesso, nos termos da portaria de aprovação;</p> <p>Art. 80, VII – cumprimento do previsto no Plano Básico de Divulgação e no Plano Básico de Distribuição dos produtos resultantes do projeto cultural; e</p> <p>Art. 75, IX – comprovante do recolhimento, ao FNC, de eventual</p>	<p>cronograma físico constante do plano de trabalho;</p> <p>III - comprovação dos produtos e serviços por meio de exemplar de produto, apresentação de fotos, listas de presença, arquivos digitais, registro audiovisual, entre outros compatíveis com a natureza dos produtos;</p> <p>IV - descrição das etapas de execução do objeto com os respectivos comprovantes das despesas realizadas, de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Execução e na Planilha Orçamentária e respectivos ajustes autorizados pelo MinC;</p> <p>V - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a acessibilidade ao produto cultural, nos termos aprovados pelo MinC;</p> <p>VI - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a democratização do acesso, nos termos aprovados pelo MinC;</p> <p>VII - comprovação da distribuição dos produtos culturais resultantes da execução do projeto, conforme previsto no Plano de Distribuição e nos seus detalhes constantes do projeto aprovado;</p>	<p>cronograma físico constante do plano de trabalho;</p> <p>III - comprovação dos produtos e serviços por meio de exemplar de produto, apresentação de fotos, listas de presença, arquivos digitais, registro audiovisual, entre outros compatíveis com a natureza dos produtos;</p> <p>IV - descrição das etapas de execução do objeto com os respectivos comprovantes das despesas realizadas, de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Execução e na Planilha Orçamentária e respectivos ajustes autorizados pelo MinC;</p> <p>V - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a acessibilidade ao produto cultural, nos termos aprovados pelo MinC;</p> <p>VI - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a democratização do acesso, nos termos aprovados pelo MinC;</p>	<p>cronograma físico constante do plano de trabalho;</p> <p>III - comprovação dos produtos e serviços por meio de exemplar de produto, apresentação de fotos, listas de presença, arquivos digitais, registro audiovisual, entre outros compatíveis com a natureza dos produtos;</p> <p>IV - descrição das etapas de execução do objeto com os respectivos comprovantes das despesas realizadas, de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Execução e na Planilha Orçamentária e respectivos ajustes autorizados pelo MinC;</p> <p>V - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a acessibilidade ao produto cultural, nos termos aprovados pelo MinC;</p> <p>VI - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a democratização do acesso, nos termos aprovados pelo MinC;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>saldo não utilizado na execução do projeto;</p> <p>X – cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o projeto objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia; e</p> <p>XI – comprovação da destinação cultural dos bens adquiridos, produzidos ou construídos;</p> <p>Art. 75, XII – cópias das notas fiscais, recibos de pagamentos de autônomos – RPA – e extratos bancários; e</p> <p>Art. 75, XIII – relatórios que compõem o Roteiro de Prestação de Contas disponível no portal do MinC na internet, com a indicação das fontes dos recursos.</p> <p>Art. 80. O parecer de avaliação técnica abordará, no mínimo, os seguintes aspectos:</p> <p>I – confirmação da apresentação dos documentos do art. 75, § 2º desta Instrução Normativa referentes à</p>	<p>VIII - amostras e/ou registros fotográficos/videográficos das peças previstas no plano de divulgação do projeto;</p> <p>IX - relação dos bens móveis adquiridos, produzidos ou construídos, juntamente com comprovante de realização da cotação de preços prevista no § 2º do art. 31, desta Instrução Normativa;</p> <p>X - relação dos bens imóveis adquiridos, produzidos ou construídos;</p> <p>XI - cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o projeto objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia; e</p> <p>XII - recibo do destinatário, no caso de direcionamento de bem ou material permanente a outra entidade de natureza cultural, por parte do proponente.</p>	<p>VII - amostras e/ou registros fotográficos/videográficos das peças previstas no plano de divulgação do projeto;</p> <p>VIII - relação dos bens móveis e obras de arte adquiridos, produzidos ou construídos, juntamente com comprovante de realização da cotação de preços prevista no art. 15, desta Instrução Normativa;</p> <p>IX - relação dos bens imóveis adquiridos, produzidos ou construídos;</p> <p>X - cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o projeto objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia; e</p> <p>XI - recibo do destinatário, no caso de direcionamento de bem ou material permanente a outra entidade de natureza cultural, por parte do proponente.</p>	<p>VII - amostras e/ou registros fotográficos/videográficos das peças previstas no plano de divulgação do projeto;</p> <p>VIII - relação dos bens móveis e obras de arte adquiridos, produzidos ou construídos, juntamente com comprovante de realização da cotação de preços prevista no art. 14 desta Instrução Normativa;</p> <p>IX - relação dos bens imóveis adquiridos, produzidos ou construídos;</p> <p>X - cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o projeto objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia; e</p> <p>XI - recibo do destinatário, no caso de direcionamento de bem ou material permanente a outra entidade de natureza cultural, por parte do proponente.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
análise da execução do objeto e dos objetivos do projeto; [...] VIII – outros aspectos considerados relevantes pelo analista.			
Art. 81. Quando as contas e demais documentos comprobatórios do cumprimento do objeto do projeto não forem apresentados no prazo estipulado no § 1º do art. 75 desta Instrução Normativa, o MinC registrará a inadimplência do proponente , nos termos do inciso I do art. 78, e o notificará, uma única vez, para que regularize a prestação de contas em trinta dias , sob pena de reprovação.	§ 1º Caso o proponente deixe de apresentar o relatório final no período indicado no caput deste artigo, será lançada a inadimplência do projeto no Salic, e o proponente será diligenciado para que, no prazo de 20 (vinte) dias , regularize a situação, sob pena de reprovação da prestação de contas por omissão .	§ 1º Caso o proponente deixe de apresentar o relatório final no período indicado no caput deste artigo, será lançada a inabilitação do proponente no Salic, e o proponente será diligenciado para que, no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação, sob pena de reprovação das contas por omissão.	§ 1º Caso o proponente deixe de apresentar o relatório final no período indicado no caput deste artigo, será lançada a inabilitação do proponente no Salic, e o proponente será diligenciado para que, no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação, sob pena de reprovação das contas por omissão.
Art. 75, § 3º No caso de projetos audiovisuais que resultem em obras cinematográficas, o proponente deverá entregar à Secretaria do Audiovisual, no mesmo prazo do § 1º, cópia da obra no suporte em que foi originalmente produzida, para fins de preservação, a ser depositado na Cinemateca Brasileira.	§ 2º No caso de projeto que resulte em obra cinematográfica ou outro produto que não possa ser anexado ao Salic, a comprovação de que trata o inciso III do caput deverá ser entregue à Secretaria competente, no suporte em que a obra ou produto foi originalmente produzido, para fins de preservação e integração aos acervos do ministério.	§ 2º No caso de projeto que resulte em obra cinematográfica ou outro produto que não possa ser anexado ao Salic, a comprovação de que trata o inciso III do caput deverá ser entregue à Secretaria competente, no suporte em que a obra ou produto foi originalmente produzido, para fins de preservação e integração aos acervos do ministério.	§ 2º No caso de projeto que resulte em obra cinematográfica ou outro produto que não possa ser anexado ao Salic, a comprovação de que trata o inciso III do caput deverá ser entregue à Secretaria competente, no suporte em que a obra ou produto foi originalmente produzido, para fins de preservação e integração aos acervos do Ministério .
-	§ 3º A entrega de que trata o § 2º não substitui o depósito da obra no órgão ou entidade competente, sempre que exigido em legislação específica. (NR) (parágrafo acrescido pela IN nº 2/2017/MinC)	§ 3º A entrega de que trata o § 2º não substitui o depósito da obra no órgão ou entidade competente, sempre que exigido em legislação específica.	§ 3º A entrega de que trata o § 2º não substitui o depósito da obra no órgão ou na entidade competente, sempre que exigido em legislação específica.
	Seção IV Da Avaliação de Resultados	Seção IV Da Avaliação de Resultados	Seção IV Da Avaliação de Resultados

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 79. Encerrado o prazo do § 1º do art. 75 desta Instrução Normativa, o MinC elaborará parecer de avaliação técnica quanto à execução do objeto e dos objetivos do projeto, conforme art. 7º do Decreto nº 5.761, de 2006, e procederá o bloqueio das contas do projeto.</p> <p>Art. 84. Após a publicação no Diário Oficial da União do resultado do parecer de avaliação técnica prevista no art. 80 desta Instrução Normativa, caberá à Coordenação Geral regimentalmente competente realizar a análise das contas, por meio do parecer conclusivo quanto à regularidade financeira do projeto.</p> <p>Art. 84. Após a conclusão do parecer de avaliação técnica prevista no art. 80 desta Instrução Normativa, caberá à Coordenação-Geral regimentalmente competente realizar a análise das contas, por meio de parecer conclusivo quanto à regularidade financeira do projeto. (caput alterado pela IN nº 2/2015/MinC)</p>	<p>Art. 102. Encerrado o prazo de execução do projeto, o MinC procederá ao bloqueio da conta e avaliará os seus resultados conforme o art. 7º do Decreto nº 5.761, de 2006, com base na documentação e informações inseridas pelo proponente no Salic a título de prestação de contas.</p>	<p>Art. 49. Encerrado o prazo de execução do projeto, o MinC procederá ao bloqueio da conta e avaliará os seus resultados conforme o art. 7º do Decreto nº 5.761, de 2006, com base na documentação e nas informações inseridas pelo proponente no Salic a título de prestação de contas.</p>	<p>Art. 49. Encerrado o prazo de execução do projeto, o MinC procederá ao bloqueio da conta e avaliará os seus resultados conforme o art. 7º do Decreto nº 5.761, de 2006, com base na documentação e nas informações inseridas pelo proponente no Salic a título de prestação de contas.</p>
<p>§ 1º Para elaboração do parecer a que se refere este artigo, poderá o MinC:</p> <p>I – valer-se de informações, documentos ou outros elementos obtidos junto a autoridades públicas;</p> <p>II – solicitar a qualquer pessoa física ou jurídica informações, documentos ou outros elementos que julgar necessários; e</p>	<p>Art. 103. Para a avaliação dos resultados, o MinC poderá ainda:</p> <p>I - solicitar a qualquer pessoa física ou jurídica informações, documentos ou outros elementos que julgar necessários;</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>III – diligenciar ao proponente ou aos seus sócios para que apresentem informações, documentos e outros esclarecimentos que julgar necessários para que possa avaliar a prestação de contas, assinalando o prazo do art. 77, § 2º, desta Instrução Normativa, para cumprimento da notificação. (NR)</p>	<p>II - diligenciar ao proponente ou aos seus sócios para que apresentem informações, documentos e outros esclarecimentos que julgar necessários para que possa realizar a avaliação de resultados, assinalando o prazo do art. 127 desta Instrução Normativa para cumprimento da notificação.</p>		
<p>Art. 80. O parecer de avaliação técnica abordará, no mínimo, os seguintes aspectos:</p> <p>I – confirmação da apresentação dos documentos do art. 75, § 2º desta Instrução Normativa referentes à análise da execução do objeto e dos objetivos do projeto;</p> <p>II – consistência das informações prestadas quanto à execução do objeto e dos objetivos do projeto;</p> <p>III – comparação entre os resultados esperados e os atingidos pelo projeto cultural;</p> <p>IV – avaliação de economicidade entre os custos estimados e os efetivamente realizados;</p> <p>V – aferimento da repercussão do projeto junto à sociedade;</p> <p>VI – cumprimento das medidas de acessibilidade e democratização do acesso, nos termos da portaria de aprovação;</p>	<p>Art. 104. A avaliação de resultados será composta pela análise do objeto e a análise financeira e seguirá o formato abaixo:</p> <p>I - avaliação do objeto e das ações preponderantes do projeto registradas na análise técnica;</p> <p>II - avaliação das inconformidades, apontadas pelo sistema Salic, quando da comprovação do plano orçamentário e metas físicas e financeiras pactuadas; e</p>	<p>Art. 50. A avaliação de resultados será composta pela análise do objeto e a análise financeira e seguirá o formato abaixo:</p> <p>I - avaliação do objeto e das ações preponderantes do projeto;</p> <p>II - avaliação das não conformidades, apontadas pelo Salic, quando da comprovação do plano orçamentário e metas físicas e financeiras pactuadas; e</p>	<p>Art. 50. A avaliação de resultados será composta pela análise do objeto e pela análise financeira e seguirá o formato abaixo:</p> <p>I - avaliação do objeto e das ações preponderantes do projeto;</p> <p>II - avaliação das não conformidades apontadas pelo Salic quando da comprovação do plano orçamentário e metas físicas e financeiras pactuadas;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
VII – cumprimento do previsto no Plano Básico de Divulgação e no Plano Básico de Distribuição dos produtos resultantes do projeto cultural; e VIII – outros aspectos considerados relevantes pelo analista.	<p>III - procedimento de análise pormenorizada, em caso de denúncia de irregularidade, sujeita a juízo de admissibilidade pelo MinC.</p>	<p>III - procedimento de análise pormenorizada, em caso de denúncia de irregularidade, sujeita a juízo de admissibilidade pelo MinC.</p> <p>IV - será obrigatório a apresentação de estudos de impactos econômicos nos projetos com o Custo Total (Anexo I) igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mensurando externalidades positivas como emprego, renda, PIB, dentre outros, cujo valor do referido estudo poderá ser lançado na planilha orçamentária.</p>	<p>III - procedimento de análise pormenorizada, em caso de denúncia de irregularidade, sujeita a juízo de admissibilidade pelo MinC; e</p> <p>IV - será obrigatória a apresentação de estudos de impactos econômicos nos projetos com o Custo Total (Anexo I) igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mensurando externalidades positivas como emprego, renda, PIB, dentre outros; [sic] e o valor dos referidos estudos poderá ser lançado na planilha orçamentária.</p>
-	-	<p>§ 1º No caso de projetos de Patrimônio Cultural, Museus e Memória, as análises de objeto e financeira serão realizadas pelo IPHAN ou IBRAM, respectivamente.</p>	<p>§ 1º No caso de projetos de Patrimônio Cultural, Museus e Memória, as análises de objeto e financeira serão realizadas pelo IPHAN ou IBRAM, respectivamente.</p>
<p>Art. 86. Os pareceres de que tratam o art. 79 e, se for o caso, o art. 84, comporão Laudo Final de Avaliação do projeto cultural [...]</p>	<p>Parágrafo único. As análises de objeto e financeira integrarão o Laudo Final de Avaliação de que trata o art. 108.</p>	-	-
-	<p>Art. 105. A análise do objeto deverá considerar a captação parcial de recursos, quando for o caso, avaliando os requisitos mínimos de alcance do objeto e de suas finalidades, além da proporcionalidade entre o captado e o executado, bem como as contrapartidas pactuadas.</p>	<p>§ 2º A análise do objeto deverá considerar a captação parcial de recursos, quando for o caso, avaliando os requisitos mínimos de alcance do objeto e de suas finalidades, além da proporcionalidade entre o captado e o executado, bem como as contrapartidas pactuadas.</p>	<p>§ 2º A análise do objeto deverá considerar a captação parcial de recursos, quando for o caso, avaliando os requisitos mínimos de alcance do objeto e de suas finalidades, além da proporcionalidade entre o captado e o executado, bem como as contrapartidas pactuadas.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 1º O parecer técnico deverá ser elaborado no prazo de até sessenta dias, a contar do recebimento do último relatório de execução física, e opinará conclusivamente quanto ao cumprimento dos requisitos deste artigo, de modo a constatar se o objeto do projeto foi cumprido, devendo, em seguida, ser encaminhado à instância responsável pela análise das contas.</p> <p>§ 2º Caso o parecer conclua pelo descumprimento do objeto, indicará o objeto, etapa, meta ou ação descumprida, recomendando a devolução dos recursos correspondentes na forma do art. 91 desta Instrução.</p> <p>§ 3º Em caso de descumprimento integral do objeto, atestado no parecer de avaliação técnica, fica dispensada a análise financeira da prestação de contas.</p> <p>§ 4º Os resultados dos pareceres de avaliação técnica quanto ao cumprimento do objeto serão publicados no Diário Oficial da União. (revogado pela IN nº 2/2015/MinC)</p>			
<p>Seção III</p> <p>Da Aprovação, Aprovação com Ressalva, Arquivamento e Reprovação</p>	<p>Seção V</p> <p>Da Aprovação, Aprovação com Ressalva, Reprovação e Arquivamento</p> <p>Art. 106. A avaliação de resultados considerará a prestação de contas como:</p>	<p>Seção V</p> <p>Da Aprovação, Da Aprovação com Ressalva, Da Reprovação e Do Arquivamento</p>	<p>Seção V</p> <p>Da Aprovação, Da Aprovação com Ressalva, Da Reprovação e Do Arquivamento</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 87. Aprovado integralmente o projeto, com base no Laudo Final, a decisão de que trata o art. 86 desta Instrução Normativa fará constar que os recursos tiveram aplicação regular e que o projeto teve avaliação técnica satisfatória, determinando o registro da decisão no Salic.</p> <p>Art. 88. O projeto será aprovado com ressalvas quando, apesar de regulares as contas, tiver obtido avaliação técnica insatisfatória com fundamento nos aspectos do art. 80 desta Instrução Normativa, desde que não resulte em prejuízo ao erário ou descumprimento do objeto, devendo ser registrada a aprovação com ressalva no Salic. Parágrafo único. A aprovação com ressalva também se aplica a projetos parcialmente executados em virtude de captação insuficiente de doações ou patrocínios, desde que atingidos os seus objetivos sem dano ao erário.</p>	<p>I - aprovada, quando:</p> <p>a) verificada a integral execução do objeto ou a execução parcial adequada à captação parcial de recursos; e</p> <p>b) não apontadas inadequações na execução financeira;</p> <p>II - aprovada com ressalvas quando, em relação à execução do objeto, houver:</p> <p>a) alterações no projeto cultural, no decorrer de sua execução, sem a anuência do MinC, desde que não caracterize descumprimento do objeto;</p> <p>f) outras ocorrências de ordem financeira que não caracterizem descumprimento do objeto ou dano ao erário; ou</p> <p>b) não atendimento ao <u>Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura</u>;</p> <p>c) não apresentação de autorização de uso ou reprodução de obras protegidas por direitos autorais ou conexos;</p> <p>d) alteração do conteúdo do produto principal, desde que caracterize o alcance da ação cultural projetada, sem desvio de finalidade;</p>	<p>Art. 51. A avaliação de resultados considerará a prestação de contas como:</p> <p>I - aprovada, quando:</p> <p>a) verificada a integral execução do objeto ou a execução parcial adequada à captação parcial de recursos; e</p> <p>b) não apontadas inadequações na execução financeira;</p> <p>II - aprovada com ressalvas, quando houver:</p> <p>a) alterações no projeto cultural, no decorrer de sua execução, sem a anuência do MinC, desde que não caracterize descumprimento do objeto;</p> <p>f) ocorrências de ordem financeira que não caracterizem descumprimento do objeto ou dano ao erário; ou</p> <p>b) não atendimento ao Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura;</p> <p>c) não apresentação de autorização de uso ou reprodução de obras protegidas por direitos autorais ou conexos;</p> <p>d) alteração do conteúdo do produto principal, desde que caracterize o alcance da ação cultural projetada, sem desvio de finalidade;</p>	<p>Art. 51. A avaliação de resultados considerará a prestação de contas como:</p> <p>I - aprovada, quando:</p> <p>a) verificada a integral execução do objeto ou a execução parcial adequada à captação parcial de recursos;</p> <p>b) não apontadas inadequações na execução financeira; e</p> <p>c) sanadas todas as ocorrências apontadas em fase de diligências.</p> <p>II - aprovada com ressalvas, quando houver:</p> <p>a) alterações no projeto cultural, no decorrer de sua execução, sem a anuência do MinC, desde que não caracterize descumprimento do objeto;</p> <p>f) ocorrências de ordem financeira que não caracterizem descumprimento do objeto ou dano ao erário.</p> <p>b) não atendimento ao Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura;</p> <p>c) não apresentação de autorização de uso ou reprodução de obras protegidas por direitos autorais ou conexos;</p> <p>d) alteração do conteúdo do produto principal, desde que caracterize o alcance da ação cultural projetada, sem desvio de finalidade;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 90. Será reprovado, com o respectivo registro no Salic, o projeto:</p> <p>I – cujo objeto tenha sido descumprido, conforme atestado no parecer de avaliação técnica; ou</p> <p>II – cuja prestação de contas não seja considerada regular, ainda que o resultado do parecer de avaliação técnica tenha sido favorável quanto ao cumprimento do objeto.</p> <p>Parágrafo único. A omissão na prestação de contas também é causa de reprovação, podendo ser sanada se apresentada até o julgamento da tomada de contas especial.</p>	<p>e) alterações no Plano de Distribuição desde que não acarrete descumprimento das medidas de democratização ao acesso público e do objeto; ou</p> <p>III - reprovada, nas hipóteses de:</p> <p>b) descumprimento do objeto pactuado; ou</p> <p>a) omissão no dever de prestar contas;</p> <p>c) descumprimento na execução financeira em decorrência da não observância aos requisitos contidos nesta Instrução Normativa.</p>	<p>e) alterações no Plano de Distribuição desde que não acarrete descumprimento das medidas de democratização ao acesso público e do objeto;</p> <p>g) valor de devolução ínfimo [sic] hipótese em que a aprovação estará condicionada ao ressarcimento.</p> <p>III - reprovada, nas hipóteses de:</p> <p>b) descumprimento do objeto pactuado; ou</p> <p>a) omissão no dever de prestar contas;</p> <p>c) descumprimento na execução financeira em decorrência da não observância aos requisitos contidos nesta Instrução Normativa.</p>	<p>e) alterações no Plano de Distribuição desde que não acarrete descumprimento das medidas de democratização ao acesso público e do objeto; ou</p> <p>III - reprovada, nas hipóteses de:</p> <p>b) descumprimento do objeto pactuado; ou</p> <p>a) omissão no dever de prestar contas;</p> <p>c) descumprimento na execução financeira em decorrência da não observância aos requisitos contidos nesta Instrução Normativa.</p>
<p>-</p>	<p>Parágrafo único. A aprovação, com ou sem ressalvas, não exime o proponente de eventuais obrigações em relação a terceiros.</p>	<p>Parágrafo único. A aprovação, com ou sem ressalvas, não exime o proponente de eventuais obrigações em relação a terceiros.</p>	<p>Parágrafo único. A aprovação, com ou sem ressalvas, não exime o proponente de eventuais obrigações em relação a terceiros.</p>
<p>Art. 89. Será arquivado o projeto que, ao término do prazo de execução, não tiver captado recursos suficientes para a</p>	<p>Art. 107. Será arquivado o projeto que, ao término do prazo de execução, não tiver captado recursos suficientes para a</p>	<p>Art. 52. Será arquivado o projeto que, ao término do prazo de execução, não tiver captado recursos suficientes para a sua</p>	<p>Art. 52. Será arquivado o projeto que, ao término do prazo de execução, não tiver captado recursos suficientes para a sua</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>movimentação das contas ou para a realização do projeto, desde que os eventuais recursos não tenham sido utilizados.</p> <p>Parágrafo único. Em caso de eventual captação de recursos, o arquivamento somente ocorrerá após o recolhimento dos aportes ao FNC.</p>	<p>realização do projeto, desde que os eventuais recursos e seus rendimentos não tenham sido utilizados, mas recolhidos ao FNC automaticamente quando do bloqueio da conta na forma do art. 102.</p>	<p>realização ou iniciada a sua execução, tampouco solicitado a transferência para outro projeto cultural nos termos do § 3º art. 30, sendo os recursos recolhidos ao FNC quando do bloqueio da conta na forma do art. 50, dispensada a anuência do proponente.</p>	<p>realização ou iniciado a sua execução, tampouco solicitado a transferência para outro projeto cultural nos termos do § 3º art. 29, sendo os recursos recolhidos ao FNC quando do bloqueio da conta na forma do art. 50, dispensada a anuência do proponente.</p>
-	<p>Parágrafo único. A decisão de arquivamento não importa em registro de aprovação ou reprovação do projeto, atestando meramente sua inexecução por justa causa.</p>	<p>Parágrafo único. A decisão de arquivamento não importa em registro de aprovação ou reprovação do projeto, atestando meramente sua inexecução por justa causa.</p>	<p>Parágrafo único. A decisão de arquivamento não importa em registro de aprovação ou reprovação do projeto, atestando meramente sua inexecução por justa causa.</p>
<p>Art. 86. Os pareceres de que tratam o art. 79 e, se for o caso, o art. 84, comporão Laudo Final de Avaliação do projeto cultural, que será submetido à autoridade máxima da Secretaria competente, para decisão de aprovação, aprovação com ressalva, reprovação ou arquivamento, da qual o proponente beneficiário será cientificado, juntamente com o teor do laudo, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União, da seguinte forma:</p> <p>I – nos casos de aprovação e arquivamento, por mensagem via correio eletrônico e disponibilização no Salic; e</p> <p>II – nos casos de aprovação com ressalva e reprovação, por correspondência com aviso de recebimento, mensagem via</p>	<p>Art. 108. O Laudo Final de Avaliação de resultados do projeto cultural será submetido à autoridade máxima da secretaria competente, para decisão de aprovação, aprovação com ressalvas, reprovação ou arquivamento, da qual o proponente será cientificado, juntamente com o teor da avaliação de resultados, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União e do registro da decisão no Salic, da seguinte forma:</p> <p>I - nos casos de aprovação e arquivamento, por mensagem via correio eletrônico e disponibilização no Salic; e</p> <p>II - nos casos de aprovação com ressalva e reprovação, por correspondência com aviso de recebimento, mensagem via correio eletrônico e disponibilização no Salic.</p>	<p>Art. 53. O proponente será cientificado do Laudo Final de Avaliação de resultados do projeto cultural juntamente com o teor da avaliação de resultados, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União – DOU e do registro da decisão no Salic, da seguinte forma:</p> <p>I - nos casos de aprovação e arquivamento, disponibilização no Salic; e</p> <p>II - nos casos de aprovação com ressalva e reprovação, por correspondência com aviso de recebimento, mensagem via correio eletrônico e disponibilização no Salic.</p>	<p>Art. 53. O proponente será cientificado do Laudo Final de Avaliação de resultados do projeto cultural juntamente com o teor da avaliação de resultados, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União (DOU) e do registro da decisão no Salic, da seguinte forma:</p> <p>I - nos casos de aprovação e arquivamento, por disponibilização no Salic; e</p> <p>II - nos casos de aprovação com ressalva e reprovação, por correspondência com aviso de recebimento, mensagem via correio eletrônico e disponibilização no Salic.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>correio eletrônico e disponibilização no Salic.</p>			
<p>Art. 91. Quando a decisão for pela reprovação da prestação de contas, a decisão de que trata o art. 86 assinalará prazo de trinta dias ao proponente beneficiário para recolhimento dos recursos que tenham sido irregularmente aplicados, atualizados desde a captação dos recursos pelo índice oficial da caderneta de poupança. (Redação alterada pela IN nº 11/2016/MinC)</p> <p>§ 1º As notificações para o recolhimento de que trata este artigo poderão ser expedidas com aviso de recebimento ou outra forma que assegure a ciência do interessado, nos termos do parágrafo único do art. 107 desta Instrução Normativa, sem prejuízo de notificação por correspondência eletrônica. (Redação alterada pela IN nº 11/2016/MinC)</p>			
<p>Art. 91. Quando a decisão de que trata o art. 86 for pela reprovação da prestação de contas, o proponente beneficiário será intimado para, no prazo de <u>trinta dias</u>, recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, atualizados desde a data do término do prazo de captação pelo índice oficial da caderneta de poupança.</p> <p>Parágrafo único. As notificações para o recolhimento de que trata este artigo poderão ser expedidas com aviso de</p>			<p>Art. 54. Quando a decisão de que trata o art. 51 for pela reprovação da prestação de contas, a cientificação do proponente conterà intimação para, no prazo de <u>20 (vinte) dias</u>, a contar do dia seguinte ao registro da decisão no Salic:</p> <p>I - recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, atualizados desde a data do término do prazo de captação pelo índice oficial da caderneta de poupança; ou</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>recebimento ou outra forma que assegure a ciência do interessado, nos termos do parágrafo único do art. 107 desta Instrução Normativa, sem prejuízo de notificação por correspondência eletrônica. (NR)</p>			<p>II - apresentar proposta de ações compensatórias para conclusão do objeto de projeto com execução regularmente iniciada.</p>
<p>Art. 92. Quando a decisão for pelo arquivamento ou pela aprovação com ressalva em virtude de execução parcial do projeto, a decisão de que trata o art. 86 assinalará prazo de trinta dias ao proponente para recolhimento dos recursos remanescentes ao FNC, incluídos os rendimentos da aplicação financeira, caso o proponente não os tenha recolhido espontaneamente na forma do art. 55 desta Instrução Normativa.</p>			
-	-	<p>§ 1º O prazo de que trata o caput é preclusivo para o inciso II, sendo vedada a apresentação de proposta em momento posterior.</p>	<p>§ 1º O prazo de que trata o caput é preclusivo para o inciso II, sendo vedada a apresentação de proposta em momento posterior.</p>
-	-	<p>§ 2º As propostas de ações compensatórias serão aprovadas após oitiva da CNIC, no prazo de 60 (sessenta) dias, desde que seu prazo de execução não ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.</p>	<p>§ 2º As propostas de ações compensatórias serão aprovadas após oitiva da CNIC, no prazo de 60 (sessenta) dias, desde que seu prazo de execução não ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.</p>
-	-	<p>§ 3º O proponente deverá apresentar comprovação da realização da medida compensatória, nos termos em que foi aprovada, em no máximo 30 (trinta) dias após o fim do seu prazo de execução.</p>	<p>§ 3º O proponente deverá apresentar comprovação da realização da medida compensatória, nos termos em que foi aprovada, em no máximo 30 (trinta) dias após o fim do seu prazo de execução.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	-	§ 4º A CNIC avaliará a execução da medida compensatória e, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, submeterá Parecer Técnico conclusivo à autoridade máxima da secretaria competente, que se manifestará quanto à aprovação ou reprovação definitiva das contas do projeto.	Art. 54, § 4º A CNIC avaliará a execução da medida compensatória e, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, submeterá Parecer Técnico conclusivo à autoridade máxima da Secretaria competente, que se manifestará quanto à aprovação ou reprovação definitiva das contas do projeto.
-	-	§ 5º Quando a decisão prevista no § 4º for pela reprovação da medida compensatória, o proponente será cientificado a, no prazo de 20 (vinte) dias, recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, atualizados desde a data do término do prazo de captação pelo índice oficial da caderneta de poupança.	§ 5º Quando a decisão prevista no § 4º for pela reprovação da medida compensatória, o proponente será cientificado a, no prazo de 20 (vinte) dias, recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, atualizados desde a data do término do prazo de captação pelo índice oficial da caderneta de poupança.
-	-	§ 6º Ficarão suspensas todas as penalidades do proponente durante o prazo de análise, aprovação e execução das ações compensatórias.	§ 6º Ficarão suspensas todas as penalidades do proponente durante o prazo de análise, aprovação e execução das ações compensatórias.
Art. 94. Da decisão da autoridade máxima da Secretaria competente caberá recurso, no prazo de dez dias, ao Ministro de Estado da Cultura, que proferirá decisão em sessenta dias, a contar da data da interposição do recurso. § 1º A critério do Ministro de Estado da Cultura, nos termos do art. 38, inciso VI, do Decreto nº 5.761, de 2006, o recurso poderá ser submetido à CNIC para que esta se manifeste sobre as razões do recorrente.			

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 2º A interposição de recurso não obsta as providências decorrentes de eventual Tomada de Contas Especial.</p> <p>§ 3º As decisões e pareceres proferidos em grau de recurso serão registrados na base de dados do Salic. (Redação alterada pela IN nº 11/2016/MinC)</p> <p>Art. 94. Da decisão da autoridade máxima da Secretaria competente caberá recurso, no prazo de dez dias, ao Ministro de Estado da Cultura, que proferirá decisão em sessenta dias, a contar da data da interposição do recurso.</p>	<p>Art. 110. Da decisão do art. 108 caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar do dia seguinte ao registro da decisão no Salic, ao Ministro de Estado da Cultura, que proferirá decisão em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da interposição do recurso.</p>	<p>Art. 55. Da decisão de reprovação das contas caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar do dia seguinte ao registro da decisão no Salic, ao Ministro de Estado da Cultura, que proferirá decisão em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da interposição do recurso.</p>	<p>Art. 55. Da decisão de reprovação das contas caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar do dia seguinte ao registro da decisão no Salic, ao Ministro de Estado da Cultura, que proferirá decisão em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da interposição do recurso.</p>
<p>§ 1º O recurso gozará de efeito suspensivo em relação aos efeitos da decisão impugnada, salvo nos casos de comprovada má-fé.</p>	<p>§ 1º O recurso tempestivo gozará de efeito suspensivo em relação aos efeitos da decisão impugnada, salvo nos casos de comprovada má-fé.</p>	<p>§ 1º O recurso tempestivo suspende os efeitos da reprovação, inclusive no que tange à análise e ao prazo do § 1º do art. 55, salvo nos casos de comprovada má-fé.</p>	<p>§ 1º O recurso tempestivo suspende os efeitos da reprovação, inclusive no que tange à análise e ao prazo do § 1º do art. 54, salvo nos casos de comprovada má-fé.</p>
<p>§ 2º A critério do Ministro de Estado da Cultura, nos termos do art. 38, inciso VI, do Decreto nº 5.761, de 2006, o recurso poderá ser submetido à CNIC para que esta se manifeste sobre as razões do recorrente.</p>	<p>§ 2º A critério do Ministro de Estado da Cultura, nos termos do art. 38, inciso VI, do Decreto 5.761, de 2006, o recurso poderá ser submetido à CNIC para que esta se manifeste sobre as razões do recorrente.</p>	<p>§ 2º A critério do Presidente da CNIC, nos termos do art. 56, inciso VI, do Decreto 5.761, de 2006, o recurso poderá ser submetido à CNIC para que esta se manifeste sobre as razões do recorrente.</p>	<p>§ 2º A critério do Presidente da CNIC, nos termos do art. 56, inciso VI, do Decreto 5.761, de 2006, o recurso poderá ser submetido à CNIC para que esta se manifeste sobre as razões do recorrente.</p>
<p>§ 3º As decisões e pareceres proferidos em grau de recurso serão registrados na base de dados do Salic.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>§ 4º Indeferido o recurso, o proponente será novamente intimado para, no prazo de trinta dias, recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, na forma do art. 91. (NR)</p>	<p>§ 3º Indeferido o recurso, o proponente será novamente intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia seguinte ao registro do indeferimento no Salic, recolher</p>	<p>§ 3º Indeferido o recurso, o proponente será novamente intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia seguinte ao registro do indeferimento no Salic, recolher</p>	<p>§ 3º Indeferido o recurso, o proponente será novamente intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia seguinte ao registro do indeferimento no Salic, recolher</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, na forma do art. 109.	os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, na forma do art. 54, inciso I.	os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, na forma do art. 54, inciso I.
-	-	§ 4º A apresentação de proposta compensatória não obsta a interposição ou a tramitação de recurso, sendo facultado ao proponente a apresentação de ambos conjuntamente, desde que observado o prazo do caput.	§ 4º A apresentação de proposta compensatória não obsta a interposição ou a tramitação de recurso, sendo facultada ao proponente a apresentação de ambos conjuntamente, desde que observado o prazo do caput.
<p>Art. 91, § 2º Esgotado o prazo sem o cumprimento das exigências ou solicitação de parcelamento de débito, caberá ao MinC providenciar a comunicação ao órgão de controle interno para instauração de Tomada de Contas Especial, bem como, se necessário, à Receita Federal do Brasil para que esta proceda à fiscalização tributária de que trata o art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MINC/ME nº 1, de 1995. (Redação alterada pela IN nº 11/2016/MinC)</p> <p>§ 3º Na hipótese do § 2º, a recomposição do valor devido se dará na forma da Instrução Normativa nº 71, de 28 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, aplicados os índices de juros e atualização monetária em vigor no tribunal. (Revogado pela IN nº 7/2016/MinC).</p> <p>Art. 94-A. Esgotado o prazo para recolhimento dos recursos sem o cumprimento da decisão, constituir-se-á em mora o proponente devedor, e a</p>		<p>Art. 56. Esgotado o prazo para o recolhimento dos recursos sem o cumprimento das exigências, será</p>	<p>Art. 56. Esgotado o prazo para o recolhimento dos recursos sem o cumprimento das exigências, será</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>recomposição do valor devido se dará com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC - acumulada mensalmente desde o mês seguinte ao da última consolidação, conforme o art. 91 ou o § 4º do art. 94, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, mais um por cento no mês do pagamento.</p>	<p>-</p>	<p>constituído em mora o proponente devedor, e a recomposição do valor devido se dará com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic - acumulada mensalmente desde o mês seguinte ao da última consolidação do valor impugnado, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, mais um por cento no mês do pagamento.</p>	<p>constituído em mora o proponente devedor, e a recomposição do valor devido se dará com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), acumulada mensalmente desde o mês seguinte ao da última consolidação do valor impugnado, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, mais um por cento no mês do pagamento.</p>
<p>Parágrafo único. Constatada a hipótese do caput, caberá ao MinC adotar as medidas administrativas para inscrição do débito no SIAFI e, conforme as normas específicas aplicáveis, providenciar:</p> <p>I - a inscrição do devedor no CADIN;</p> <p>II - a instauração de Tomada de Contas Especial para reposição do dano ao erário; e</p> <p>III - a comunicação à Receita Federal do Brasil para que esta proceda à fiscalização tributária de que trata o art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MINC/MF nº 1, de</p>	<p>Parágrafo único. Constatada a hipótese do caput, caberá ao MinC adotar as medidas administrativas para inscrição do débito no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e, conforme as normas específicas aplicáveis, providenciar:</p> <p>I - a inscrição do devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;</p> <p>II - a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE - para reposição do dano ao erário; e <i>(inciso alterado pela IN nº 2/2017/MinC)</i></p> <p>II - a reposição do dano ao erário, por meio da instauração de Tomada de Contas Especial - TCE - ou providências alternativas descritas no art. 124; e</p> <p>III - a comunicação à Receita Federal do Brasil para que esta proceda à fiscalização tributária de que trata o art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MINC/MF nº 1, de 1995. (NR)</p>	<p>Parágrafo único. Constatada a hipótese do caput, caberá ao MinC adotar as medidas administrativas para inscrição do débito no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e, conforme as normas específicas aplicáveis, providenciar:</p> <p>I - a inscrição do devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;</p> <p>II - a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE - para reposição do dano ao erário; e</p> <p>III - a comunicação à Receita Federal do Brasil para que esta proceda à fiscalização tributária de que trata o art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MINC/MF nº 1, de 1995.</p>	<p>Parágrafo único. Constatada a hipótese do caput, caberá ao MinC adotar as medidas administrativas para inscrição do débito no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e, conforme as normas específicas aplicáveis, providenciar:</p> <p>I - a inscrição do devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin);</p> <p>II - a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) para reposição do dano ao erário; e</p> <p>III - a comunicação à Receita Federal do Brasil para que esta proceda à fiscalização tributária de que trata o art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 12 da Instrução</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
1995. (Artigo acrescido pela IN nº 11/2016/MinC)			Normativa Conjunta MINC/MF nº 1, de 1995.
Art. 93. O ato de aprovação, aprovação com ressalva, arquivamento ou reprovação pode ser revisto de ofício pela autoridade máxima da Secretaria competente, a qualquer tempo, de forma justificada.	Art. 112. O ato de aprovação, aprovação com ressalva, reprovação ou arquivamento poderá ser revisto de ofício pela autoridade máxima da Secretaria competente, a qualquer tempo, de forma justificada. Parágrafo único. Havendo decisão proferida pelo Ministro de Estado da Cultura em grau de recurso, a este caberá exercer a prerrogativa do caput.	-	-
Art. 95. Transcorrido o prazo de cinco anos, contados da apresentação dos documentos previstos no art. 75, § 2º desta Instrução Normativa, fica caracterizada a prescrição para aplicação das sanções previstas nesta Instrução Normativa, ressalvada a imprescritibilidade do ressarcimento dos danos ao erário, conforme art. 37, § 5º, da Constituição Federal.	Art. 113. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da apresentação dos documentos previstos no art. 101, fica caracterizada a prescrição para aplicação das sanções previstas nesta Instrução Normativa, ressalvada a imprescritibilidade do ressarcimento dos danos ao erário, conforme <u>art. 37, § 5º</u> , da Constituição Federal.	Art. 57. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da apresentação dos documentos previstos no art. 49, fica caracterizada a prescrição para aplicação das sanções previstas nesta Instrução Normativa bem como para guarda dos documentos , ressalvada a imprescritibilidade do ressarcimento dos danos ao erário, conforme art. 37, § 5º, da Constituição Federal.	Art. 57. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da apresentação dos documentos previstos no art. 49, fica caracterizada a prescrição para aplicação das sanções previstas nesta Instrução Normativa, ressalvada a imprescritibilidade do ressarcimento dos danos ao erário, conforme art. 37, § 5º, da Constituição Federal.
-	Parágrafo único. A prestação de contas no Salic estará à disposição para consulta pública e poderá ser objeto de questionamento até os 5 (cinco) anos seguintes da data de conclusão da avaliação de resultados pelo MinC.	Parágrafo único. A prestação de contas no Salic estará à disposição para consulta pública e poderá ser objeto de questionamento até os 5 (cinco) anos seguintes da data de conclusão da avaliação de resultados pelo MinC.	§ 1º A prestação de contas no Salic estará à disposição para consulta pública e poderá ser objeto de questionamento até os 5 (cinco) anos seguintes da data de conclusão da avaliação de resultados pelo MinC.
Art. 83. Cabe ao proponente [...] manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos , contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC	Art. 15, XII - manter e conservar a documentação do projeto pelo prazo de 5 (cinco) anos , contados da aprovação final da prestação de contas e disponibilizá-la ao	-	§ 2º O proponente deverá manter e conservar a documentação do projeto pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da avaliação dos resultados, e

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.	MinC e aos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.		disponibilizá-la ao MinC e aos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-la, conforme prevê o art. 36 IN/RFB 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IX DA INABILITAÇÃO DOS PROPONENTES</p> <p>Art. 96. Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se inabilitação a sanção administrativa a que estão sujeitas as pessoas responsáveis por projetos culturais, na forma do art. 20, § 1º, da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>Art. 97. A sanção de inabilitação terá duração de três anos e será aplicada nas hipóteses de projetos reprovados em prestação de contas.</p> <p>Parágrafo único. A sanção de inabilitação será aplicada juntamente com a decisão referida no art. 86, estando sujeita ao mesmo recurso, na forma do art. 94. (redação alterada pela IN nº 1/2014/MinC)</p> <p>§ 1º A sanção de inabilitação será automaticamente aplicada dez dias após a publicação do ato referido no art. 86, caso não haja a interposição do recurso previsto no art. 94.</p> <p>§ 2º Com a interposição tempestiva do recurso previsto no art. 94, a decisão sobre a aplicação da sanção de inabilitação será</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IX DAS SANÇÕES</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VIII DAS SANÇÕES</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VIII DAS SANÇÕES</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>proferida concomitantemente ao efetivo julgamento. (NR)</p> <p>Art. 98. A publicação oficial da penalidade de inabilitação conterà, no mínimo:</p> <p>I – identificação do projeto e número Pronac;</p> <p>II – identificação do proponente;</p> <p>III – descrição do objeto do projeto;</p> <p>IV – identificação do proponente inabilitado e respectivo registro no CNPJ ou no CPF;</p> <p>V – período da inabilitação; e</p> <p>VI – fundamento legal.</p> <p>Art. 99. Sem prejuízo de outras restrições ou sanções administrativas, a inabilitação do proponente resultará em impossibilidade de:</p> <p>I – autorização para captação de recursos, devendo suas propostas ou projetos culturais ser cancelados e arquivados na fase em que se encontrarem, caso ainda se encontrem pendentes de autorização;</p> <p>II – prorrogação dos prazos de captação dos seus projetos em execução;</p> <p>III – captação de novos patrocínios ou doações para os seus projetos que não tenham cumprido os requisitos previstos no art. 53 desta Instrução Normativa para movimentação de recursos; e</p>	<p>Art. 114. Durante qualquer fase do projeto, o MinC poderá determinar:</p> <p>I - a inadimplência do proponente, caracterizada pela sua omissão no atendimento às diligências, o que ensejará:</p> <p>a) o bloqueio da conta do projeto;</p> <p>b) a impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução do projeto; e</p> <p>c) a impossibilidade de apresentação de novas propostas e suspensão de publicação de autorização para captação de novos projetos; ou</p> <p>II - a inabilitação cautelar do proponente, por meio de decisão da autoridade máxima da Secretaria competente, caso sejam</p>	<p>Art. 58. Durante qualquer fase do projeto, o MinC poderá:</p> <p>I - declarar a inadimplência do proponente, caracterizada pela sua omissão no atendimento às diligências, o que ensejará:</p> <p>a) o bloqueio da conta do projeto;</p> <p>b) a impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução do projeto; e</p> <p>c) a impossibilidade de apresentação de novas propostas e suspensão de publicação de autorização para captação de novos projetos.</p> <p>II - declarar a inabilitação cautelar do proponente, por meio de decisão da autoridade máxima da Secretaria</p>	<p>Art. 58. Durante qualquer fase do projeto, o MinC poderá:</p> <p>I - declarar a inadimplência do proponente, caracterizada pela sua omissão no atendimento às diligências, o que ensejará:</p> <p>a) o bloqueio da conta do projeto;</p> <p>b) a impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução do projeto; e</p> <p>c) a impossibilidade de apresentação de novas propostas e suspensão de publicação de autorização para captação de novos projetos.</p> <p>II - declarar a inabilitação cautelar do proponente, por meio de decisão da autoridade máxima da Secretaria</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>IV – recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.</p>	<p>detectados indícios de irregularidades no projeto, com as seguintes consequências:</p> <p>a) suspensão dos projetos ativos do proponente com o bloqueio de suas contas, impedindo a captação de novos patrocínios ou doações, bem como movimentação de recursos;</p> <p>b) impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução dos projetos;</p> <p>c) impossibilidade de apresentação de novas propostas;</p> <p>d) cancelamento de propostas e arquivamento de projetos sem captação; e</p> <p>e) impossibilidade de recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.</p>	<p>competente, caso sejam detectados indícios de irregularidades no projeto, com as seguintes consequências:</p> <p>a) suspensão dos projetos ativos do proponente com o bloqueio de suas contas, impedindo a captação de novos patrocínios ou doações, bem como movimentação de recursos;</p> <p>b) impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução dos projetos;</p> <p>c) impossibilidade de apresentação de novas propostas;</p> <p>d) cancelamento de propostas e arquivamento de projetos sem captação; e</p> <p>e) impossibilidade de recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>III - aplicar a multa de que trata o art. 38 da Lei nº 8.313, de 1991, sempre que identificada conduta dolosa do incentivador ou do proponente.</p>	<p>competente, caso sejam detectados indícios de irregularidades no projeto, com as seguintes consequências:</p> <p>a) suspensão dos projetos ativos do proponente com o bloqueio de suas contas, impedindo a captação de novos patrocínios ou doações, bem como movimentação de recursos;</p> <p>b) impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução dos projetos;</p> <p>c) impossibilidade de apresentação de novas propostas;</p> <p>d) cancelamento de propostas e arquivamento de projetos sem captação; e</p> <p>e) impossibilidade de recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>III - aplicar a multa de que trata o art. 38 da Lei nº 8.313, de 1991, sempre que identificada conduta dolosa do incentivador ou do proponente.</p>
	<p>§ 1º Aplicada a inabilitação cautelar, o proponente será imediatamente notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade no prazo de 20 (vinte) dias.</p>	<p>§ 1º Aplicada a inabilitação cautelar, o proponente será imediatamente notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade no prazo de 20 (vinte) dias.</p>	<p>§ 1º Aplicada a inabilitação cautelar, o proponente será imediatamente notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade no prazo de 20 (vinte) dias.</p>
-	<p>§ 2º Decorrido o prazo do § 1º sem o devido atendimento da notificação, o MinC adotará as demais providências necessárias para a apuração de responsabilidades e o ressarcimento dos recursos ao erário.</p>	<p>§ 2º Decorrido o prazo do § 1º sem o devido atendimento da notificação, o MinC adotará as demais providências necessárias para a apuração de responsabilidades e o ressarcimento dos recursos ao erário.</p>	<p>§ 2º Decorrido o prazo do § 1º sem o devido atendimento da notificação, o MinC adotará as demais providências necessárias para a apuração de responsabilidades e o ressarcimento dos recursos ao erário.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Parágrafo único. O disposto no presente artigo aplica-se também à inabilitação cautelar de que trata o art. 78 desta Instrução Normativa, enquanto perdurarem os fatos que a originaram.</p>	<p>§ 3º As sanções deste artigo perdurarão enquanto não for regularizada a situação que lhe deu origem, e o projeto que permanecer suspenso por inadimplência ou inabilitação cautelar do proponente até o final do prazo de execução será encaminhado para a avaliação de resultados e Laudo Final de Avaliação, estando sujeito a arquivamento, aprovação com ressalvas ou reprovação, conforme a situação.</p>	<p>§ 3º As sanções deste artigo perdurarão enquanto não for regularizada a situação que lhe deu origem, e o projeto que permanecer suspenso por inadimplência ou inabilitação cautelar do proponente até o final do prazo de execução será encaminhado para a avaliação de resultados e Laudo Final de Avaliação, estando sujeito a arquivamento, aprovação com ressalvas ou reprovação, conforme a situação.</p>	<p>§ 3º As sanções deste artigo perdurarão enquanto não for regularizada a situação que lhes deram origem, e o projeto que permanecer suspenso por inadimplência ou inabilitação cautelar do proponente até o final do prazo de execução será encaminhado para a avaliação de resultados e Laudo Final de Avaliação, estando sujeito a arquivamento, aprovação com ressalvas ou reprovação, conforme a situação.</p>
<p>-</p>	<p>Art. 115. Após a reprovação das contas, o MinC determinará a inabilitação do proponente, o que, sem prejuízo de outras restrições ou sanções administrativas, ensejará a impossibilidade de:</p> <p>I - apresentação de novas propostas;</p> <p>II - prorrogação dos prazos de captação dos seus projetos em execução; e</p> <p>III - autorização para captação de novos recursos, o que importa em:</p> <p>a) cancelamento de propostas em análise;</p> <p>b) arquivamento de projetos sem movimentação de conta liberada; e</p> <p>c) suspensão de projetos ativos, com o bloqueio de suas contas; e</p> <p>IV - recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.</p>	<p>Art. 59. Após a reprovação da prestação de contas ou em casos de omissão ao dever de prestar contas, o MinC determinará a inabilitação do proponente, o que, sem prejuízo de outras restrições ou sanções administrativas, ensejará a impossibilidade de:</p> <p>I - apresentação de novas propostas;</p> <p>II - prorrogação dos prazos de captação dos seus projetos em execução; e</p> <p>III - autorização para captação de novos recursos, o que importa em:</p> <p>a) cancelamento de propostas em análise;</p> <p>b) arquivamento de projetos sem movimentação de conta liberada; e</p> <p>c) suspensão de projetos ativos, com o bloqueio de suas contas.</p> <p>IV - recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.</p>	<p>Art. 59. Após a reprovação da prestação de contas ou em casos de omissão ao dever de prestar contas, o MinC determinará a inabilitação do proponente, o que, sem prejuízo de outras restrições ou sanções administrativas, ensejará a impossibilidade de:</p> <p>I - apresentação de novas propostas;</p> <p>II - prorrogação dos prazos de captação dos seus projetos em execução; e</p> <p>III - autorização para captação de novos recursos, o que importa em:</p> <p>a) cancelamento de propostas em análise;</p> <p>b) arquivamento de projetos sem movimentação de conta liberada; e</p> <p>c) suspensão de projetos ativos, com o bloqueio de suas contas.</p> <p>IV - recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
-	<p>Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se inabilitação a sanção administrativa restritiva de direito, na forma do art. 20, § 1º, da Lei nº 8.313, de 1991, aplicável sobre a pessoa física ou jurídica proponente, bem como seus dirigentes, cuja prestação de contas tenha sido reprovada ou em cuja conduta tenha sido comprovado dolo, fraude ou simulação.</p>	<p>§1º Para os fins deste artigo, considera-se inabilitação a sanção administrativa restritiva de direito, na forma do art. 20, § 1º, da Lei nº 8.313, de 1991, aplicável sobre a pessoa física ou jurídica proponente, bem como seus dirigentes, cuja prestação de contas tenha sido reprovada ou em cuja conduta tenha sido comprovado dolo, fraude ou simulação.</p>	<p>§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se inabilitação a sanção administrativa restritiva de direito, na forma do art. 20, § 1º, da Lei nº 8.313, de 1991, aplicável sobre a pessoa física ou jurídica proponente, bem como seus dirigentes, cuja prestação de contas tenha sido reprovada ou em cuja conduta tenha sido comprovado dolo, fraude ou simulação.</p>
-	<p>Art. 116. A sanção de inabilitação terá duração de 3 (três) anos.</p>	<p>§ 2º A sanção de inabilitação terá duração de 3 (três) anos.</p>	<p>§ 2º A sanção de inabilitação terá duração de 3 (três) anos.</p>
-	<p>Art. 117. A sanção de inabilitação será automaticamente aplicada vinte dias após a publicação do ato referido no art. 108, exceto se houver recolhimento dos recursos devidos ao FNC, na forma do art. 109, ou interposição de recurso com efeito suspensivo, na forma do art. 110.</p>	<p>§ 3º A sanção de inabilitação será automaticamente aplicada vinte dias após a publicação do ato referido no art. 51, inciso III, exceto se houver recolhimento dos recursos devidos ao FNC, na forma do art. 54, ou interposição de recurso com efeito suspensivo.</p>	<p>§ 3º A sanção de inabilitação será automaticamente aplicada 20 (vinte) dias após a publicação do ato referido no art. 51, inciso III, exceto se houver recolhimento dos recursos devidos ao FNC, na forma do art. 54, ou interposição de recurso com efeito suspensivo.</p>
-	<p>Art. 118. A sanção de inabilitação de que trata o art. 115 será publicada em Diário Oficial e conterá, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - identificação do projeto e número Pronac; II - identificação do proponente e respectivo registro no CNPJ ou no CPF; III - descrição do objeto do projeto; IV - período da inabilitação; e V - fundamento legal. 	<p>Art. 60. A sanção de inabilitação de que trata o art. 59 será publicada em Diário Oficial e conterá, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - identificação do projeto e número Pronac; II - identificação do proponente e respectivo registro no CNPJ ou no CPF; III - descrição do objeto do projeto; IV - período da inabilitação; e V - fundamento legal. 	<p>Art. 60. A sanção de inabilitação de que trata o art. 59 será publicada no Diário Oficial da União e conterá, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - identificação do projeto e número Pronac; II - identificação do proponente e respectivo registro no CNPJ ou no CPF; III - descrição do objeto do projeto; IV - período da inabilitação; e V - fundamento legal.
<p>Art. 100. A inabilitação será registrada na base de dados do Salic e servirá de parâmetro de consulta da regularidade do proponente junto ao Programa Nacional de Incentivo à Cultura – Pronac.</p>	<p>Art. 119. A inabilitação será registrada na base de dados do Salic e servirá de parâmetro de consulta da regularidade do proponente junto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac.</p>	<p>Art. 61. A inabilitação será registrada na base de dados do Salic e servirá de parâmetro de consulta da regularidade do proponente junto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac.</p>	<p>Art. 61. A inabilitação será registrada na base de dados do Salic e servirá de parâmetro de consulta da regularidade do proponente junto ao Pronac.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 101. O recolhimento ao FNC, pelo proponente, dos recursos irregularmente aplicados e apurados em prestação de contas, reverte o ato de reprovação e a inabilitação prevista no art. 97 desta Instrução Normativa, desde que tais sanções não tenham decorrido de outras irregularidades.</p> <p>Parágrafo único. Não havendo por parte do proponente o pagamento total ou parcial com manifestação de interesse em parcelamento dentro do prazo estipulado, adotar-se-á o procedimento previsto nos §§ 2º e 3º do art. 91 desta Instrução Normativa.</p>	<p>Art. 120. O recolhimento ao FNC, pelo proponente, dos recursos irregularmente aplicados e apurados na avaliação de resultados, reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.</p>	<p>Art. 62. O recolhimento ao FNC, pelo proponente, dos recursos irregularmente aplicados e apurados na avaliação de resultados, reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.</p>	<p>Art. 62. O recolhimento ao FNC, pelo proponente, dos recursos irregularmente aplicados e apurados na avaliação de resultados, reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.</p>
-	<p>Art. 121. A cada 3 (três) aprovações com ressalvas, conforme art. 106, no período de 5 (cinco) anos, ficará o proponente impedido de apresentar propostas de projetos culturais por um ano.</p>	<p>Art. 63. Para projetos aprovados na vigência desta instrução normativa, a cada 5 (cinco) aprovações com ressalvas, conforme art. 51, inciso II, no período de 3 (três) anos, ficará o proponente impedido de apresentar propostas de projetos culturais por 1 (um) ano.</p>	<p>Art. 63. Para projetos aprovados na vigência desta Instrução Normativa, a cada 5 (cinco) aprovações com ressalvas, conforme art. 51, inciso II, no período de 3 (três) anos, ficará o proponente impedido de apresentar propostas de projetos culturais por 1 (um) ano.</p>
-	<p>Parágrafo único. Em caso de reincidência da motivação da aprovação com ressalvas, a sanção prevista no caput será aplicada independentemente do período de ocorrência.</p>	<p>Parágrafo único. Em caso de reincidência da motivação da aprovação com ressalvas, a sanção prevista no caput será aplicada independentemente do período de ocorrência.</p>	<p>Parágrafo único. Em caso de reincidência da motivação da aprovação com ressalvas, a sanção prevista no caput será aplicada independentemente do período de ocorrência.</p>
<p>CAPÍTULO X DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS</p> <p>Art. 102. Em qualquer fase da prestação de contas ou da tomada de contas especial, poderá o proponente solicitar o parcelamento do débito, na forma da Lei nº</p>	<p>CAPÍTULO X DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS</p>	<p>CAPÍTULO IX DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS</p>	<p>CAPÍTULO IX DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>10.522, de 19 de julho de 2002, bem como regulamentação específica do Ministério da Cultura.</p> <p>Art. 102. Após a decisão de reprovação da prestação de contas, o proponente responsável poderá requerer o parcelamento do débito, na forma da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, observados os parâmetros desta instrução normativa para consolidação do débito conforme o momento do requerimento.</p>	<p>Art. 122. Após a decisão de reprovação da prestação de contas, o proponente responsável poderá requerer o parcelamento do débito, em até 24 (vinte e quatro) meses, com a parcela não inferior a 20 (vezes) o valor mensal do Vale-Cultura estabelecido no art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, observado o disposto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e nesta Instrução Normativa para a consolidação do débito, bem como regulamentação específica do Ministério da Cultura.</p>	<p>Art. 64. Após a decisão de reprovação da prestação de contas, o proponente poderá requerer o parcelamento do débito, em até 60 (sessenta) parcelas mensais não inferiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o disposto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e nesta Instrução Normativa para a consolidação do débito.</p>	<p>Art. 64. Após a decisão de reprovação da prestação de contas, o proponente poderá requerer o parcelamento do débito, em até 60 (sessenta) parcelas mensais não inferiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o disposto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e nesta Instrução Normativa para a consolidação do débito.</p>
<p>§ 1º O pagamento da primeira parcela reverte o registro de inadimplência do projeto e de inabilitação do proponente no Salic, desde que tal sanção não tenha decorrido de outras irregularidades.</p> <p>§ 1º O pagamento da primeira parcela reverte o registro de inadimplência do projeto e de inabilitação do proponente no Salic, desde que tal sanção não tenha decorrido de outras irregularidades.</p>	<p>§ 1º O pagamento da primeira parcela reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.</p>	<p>§ 1º O pagamento da primeira parcela importa em confissão de dívida e reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.</p>	<p>§ 1º O pagamento da primeira parcela importa em confissão de dívida e reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.</p>
<p>§ 2º Em caso de rescisão do parcelamento, conforme norma específica, restaura-se o registro de inabilitação do proponente no Salic, sem prejuízo das demais medidas aplicáveis para recuperação do débito restante.</p>			

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 2º Em caso de rescisão do parcelamento, conforme norma específica, restaura-se o registro de inabilitação do proponente no Salic, sem prejuízo das demais medidas aplicáveis para recuperação do débito restante.</p>	<p>§ 2º Em caso de rescisão do parcelamento, conforme norma específica, restaura-se o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, sem prejuízo das demais medidas aplicáveis para recuperação do débito restante.</p>	<p>§ 2º O atraso de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, implicará na imediata suspensão do parcelamento, restaurando-se o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, sem prejuízo das medidas previstas nos arts. 66 e 67, no Capítulo X desta Instrução Normativa.</p>	<p>§ 2º O atraso de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, implicará na imediata suspensão do parcelamento, restaurando-se o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, sem prejuízo das medidas previstas nos arts. 66 e 67, no Capítulo X desta Instrução Normativa.</p>
<p>§ 3º A restauração da inabilitação somente é possível dentro do período de cinco anos previsto no art. 95 desta Instrução Normativa, respeitado o período eventualmente já cumprido em momento anterior ao parcelamento. (Redação alterada pela IN nº 11/2016/MinC)</p> <p>§ 3º A restauração da inabilitação somente é possível dentro do período de cinco anos previsto no art. 95 desta Instrução Normativa, respeitado o período eventualmente já cumprido em momento anterior ao parcelamento." (NR)</p>	<p>§ 3º A restauração da inabilitação somente é possível dentro do período de cinco anos previsto no art. 113 desta Instrução Normativa, respeitado o período eventualmente já cumprido em momento anterior ao parcelamento.</p>	<p>§ 3º A restauração da inabilitação somente é possível dentro do período de cinco anos previsto no art. 57, desta Instrução Normativa, respeitado o período eventualmente já cumprido em momento anterior ao parcelamento.</p>	<p>§ 3º A restauração da inabilitação somente é possível dentro do período de 5 (cinco) anos previsto no art. 57 desta Instrução Normativa, respeitado o período eventualmente já cumprido em momento anterior ao parcelamento.</p>
<p>CAPÍTULO XI DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Art. 103. A instauração do processo de Tomada de Contas Especial se fará conforme as normas específicas em vigor, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, sendo levada a efeito pelo órgão competente do Ministério da Cultura ou, na sua omissão, por determinação da Controladoria-Geral</p>	<p>CAPÍTULO XI DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Art. 123. A instauração do processo de Tomada de Contas Especial obedecerá às normas específicas em vigor, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, sendo levada a efeito pela unidade competente do Ministério da Cultura ou no caso de omissão da autoridade competente em adotar a medida, por determinação dos</p>	<p>CAPÍTULO X DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL -</p>	<p>CAPÍTULO X DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL -</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>da União ou do Tribunal de Contas da União.</p> <p>Art. 105. A instauração do processo de Tomada de Contas Especial interromperá o prazo prescricional previsto no art. 95, permitindo a aplicação da sanção de que trata o art. 97 desta Instrução Normativa pelos cinco anos seguintes à instauração (art. 2º, II, da Lei nº 9.873, de 1999).</p>	<p>órgãos do sistema de controle interno ou do Tribunal de Contas da União - TCU.</p>		
<p>-</p>	<p>Art. 123-A. Os débitos apurados em prestações de contas em valores inferiores ao necessário para encaminhamento de tomada de contas ao TCU devem:</p> <p>I - ter sua liquidez e certeza registradas em relatório de consolidação de débito; e</p>	<p>Art. 65. Esgotadas as medidas administrativas de ressarcimento espontâneo previstas nesta Instrução Normativa, os débitos apurados e não quitados serão objeto de inscrição em Dívida Ativa da União (DAU) ou instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), conforme o valor, a certeza e a liquidez do débito.</p>	<p>Art. 65. Esgotadas as medidas administrativas de ressarcimento espontâneo previstas nesta Instrução Normativa, os débitos apurados e não quitados serão objeto de inscrição em Dívida Ativa da União (DAU) ou instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), conforme o valor, a certeza e a liquidez do débito.</p>
<p>Art. 104. Havendo instauração de Tomada de Contas Especial, o registro de seus atos será realizado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, para consulta pública, sem prejuízo do registro no Salic.</p>	<p>II - ser encaminhados diretamente à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança administrativa ou judicial. (NR) <i>(artigo acrescido pela IN nº 2/2017/MinC)</i></p> <p>Art. 124. Havendo instauração de Tomada de Contas Especial, o registro de seus atos será realizado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, para consulta pública, sem prejuízo do registro no Salic.</p>	<p>§ 1º O encaminhamento para inscrição em dívida ativa e a instauração de tomada de contas especial exigem registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI pela unidade setorial do Sistema de Contabilidade Federal no Ministério, sem prejuízo do registro no Salic pela secretaria gestora do projeto.</p>	<p>§ 1º O encaminhamento para inscrição em dívida ativa e a instauração de TCE exigem registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) pela unidade setorial do Sistema de Contabilidade Federal no Ministério, sem prejuízo do registro no Salic pela secretaria gestora do projeto.</p>
<p>-</p>	<p>-</p>	<p>§ 2º O parcelamento ou pagamento de débito já encaminhado para inscrição em dívida ativa ou tomada de contas deve ser</p>	<p>§ 2º O parcelamento ou pagamento de débito já encaminhado para inscrição em dívida ativa ou tomada de contas deve ser</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
		requerido e demonstrado perante as autoridades competentes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou do Tribunal de Contas da União, conforme o caso.	requerido e demonstrado perante as autoridades competentes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou do Tribunal de Contas da União, conforme o caso.
-	Art. 124-A. Em qualquer das hipóteses deste capítulo , havendo necessidade de apuração de improbidade administrativa ou de dano ao erário não quantificável em sede de prestação de contas, o fato será comunicado à Procuradoria-Geral da União, via Consultoria Jurídica, para adoção das medidas judiciais cabíveis. (NR) <i>(artigo acrescido pela IN nº 2/2017/MinC)</i>	Art. 66. Caso haja necessidade de apuração de improbidade administrativa ou de dano ao erário não quantificável em sede de prestação de contas, o fato será comunicado à Procuradoria-Geral da União, via Consultoria Jurídica, para adoção das medidas judiciais cabíveis.	Art. 66. Caso haja necessidade de apuração de improbidade administrativa ou de dano ao erário não quantificável em sede de prestação de contas, o fato será comunicado à Procuradoria-Geral da União, via Consultoria Jurídica, para adoção das medidas judiciais cabíveis.
CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 107. Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, em especial quanto aos prazos, recursos e comunicação de atos e decisões. Art. 2º Os procedimentos regulados nesta Instrução Normativa devem observar os princípios e atender às finalidades da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e da Lei nº 8.313, de 1991.	CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 125. Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, em especial quanto aos prazos, recursos e comunicação de atos e decisões. Art. 2º Os procedimentos regulados nesta Instrução Normativa devem observar os princípios e atender às finalidades da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e da Lei nº 8.313, de 1991.	CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 67. Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, em especial quanto aos prazos, recursos e à comunicação de atos e decisões.	CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 67. Das decisões administrativas cabe recurso , aplicando-se aos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, em especial quanto aos prazos, recursos e à comunicação de atos e decisões.
Parágrafo único. A ciência dada ao proponente por meio do Salic é considerada como comunicação oficial na forma do § 3º, do art. 26 da Lei nº 9.784, de 1999.	Art. 126. A ciência dada ao proponente por meio do Salic é considerada como comunicação oficial na forma do § 3º do <u>art. 26</u> da Lei nº 9.784, de 1999.	Art. 68. A ciência dada ao proponente por meio do Salic é considerada como comunicação oficial na forma do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 1999.	Art. 68. A ciência dada ao proponente por meio do Salic é considerada como comunicação oficial na forma do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 1999.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	Parágrafo único. Serão considerados válidos e atuais os endereços eletrônicos e físicos informados pelo proponente no registro feito no Salic.	Parágrafo único. Serão considerados válidos e atuais os endereços eletrônicos e físicos informados pelo proponente no registro feito no Salic.	Parágrafo único. Serão considerados válidos e atuais os endereços eletrônicos e físicos informados pelo proponente no registro feito no Salic.
Art. 108. As áreas técnicas do MinC poderão solicitar documentos ou informações complementares, devendo, para tanto, comunicar o proponente, informando o prazo de vinte dias para resposta.	Art. 127. As áreas técnicas do MinC poderão solicitar documentos ou informações complementares, devendo, para tanto, comunicar o proponente, informando o prazo de 20 (vinte) dias para resposta.	Art. 69. As áreas técnicas do MinC poderão solicitar documentos ou informações complementares, devendo para tanto comunicar o proponente informando o prazo de 20 (vinte) dias para resposta.	Art. 69. As áreas técnicas do MinC poderão solicitar documentos ou informações complementares, devendo para tanto comunicar o proponente, informando o prazo de 20 (vinte) dias para resposta.
§ 1º O prazo do caput suspenderá o prazo de análise do MinC, podendo ser prorrogado pela área técnica uma única vez, por igual período, a pedido do proponente, durante a vigência do prazo.	§ 1º O prazo do caput suspenderá o prazo de análise do MinC, podendo ser prorrogado pela área técnica uma única vez, automaticamente, por igual período, ao fim da vigência do prazo.	-	§ 1º O prazo do caput poderá ser prorrogado pela área técnica uma única vez por igual período ao fim da vigência do prazo, desde que motivado e justificado pelo proponente.
§ 2º Caso a resposta à diligência seja insuficiente, o proponente poderá ser diligenciado novamente, uma única vez, sendo interrompida a contagem do prazo de análise, reiniciando-se a partir da data de cumprimento das exigências.	§ 2º Caso a resposta à diligência seja insuficiente, o proponente poderá ser diligenciado novamente, sendo interrompida a contagem do prazo de análise, reiniciando-se a partir da data de cumprimento das exigências.		§ 2º Caso a resposta à diligência seja insuficiente, o proponente poderá ser diligenciado novamente.
§ 3º Nas fases de análise e aprovação de projetos, o não atendimento da diligência no prazo estabelecido implicará, conforme o caso: I – o cancelamento automático da proposta no Salic; ou II – o arquivamento do processo administrativo referente ao projeto cultural e o registro da ocorrência no Salic.	§ 3º O não atendimento da diligência no prazo estabelecido implicará, conforme o caso: I - o cancelamento automático da proposta no Salic; II - o arquivamento do projeto cultural sem movimentação de conta, com registro da ocorrência no Salic;	Parágrafo único. O não atendimento da diligência no prazo estabelecido implicará: I - o cancelamento automático da proposta no Salic; II - o arquivamento do projeto cultural sem movimentação de conta, com registro da ocorrência no Salic; e	§ 3º O não atendimento da diligência no prazo estabelecido implicará: I - o cancelamento automático da proposta no Salic; II - o arquivamento do projeto cultural sem movimentação de conta, com registro da ocorrência no Salic; e

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>§ 4º Somente será considerada a solicitação de desarquivamento de projeto ou reativação de proposta cancelada automaticamente, caso seja apresentada pelo proponente em até dez dias da data de registro do arquivamento no Salic, devidamente justificada e formalizada ao MinC, desde que não tenha decorrido de desistência formal do interessado.</p> <p>§ 5º No caso de projeto aprovado mas arquivado antes da autorização de captação, a solicitação de desarquivamento apresentada em prazo superior ao estabelecido no § 4º deste artigo e inferior a sessenta dias poderá ser considerada caso o projeto tenha sido contemplado em seleção pública de incentivador ou com comprovadas garantias de patrocínio.</p> <p>§ 6º A data de postagem da solicitação de desarquivamento deverá obedecer ao prazo previsto no § 4º deste artigo.</p>	<p>III - a inadimplência do projeto, quando se tratar de diligências durante as fases de execução e avaliação de resultados.</p> <p>§ 4º Somente será considerada a solicitação de desarquivamento de projeto ou reativação de proposta cancelada automaticamente, caso seja apresentada pelo proponente em até 20 (vinte) dias, improrrogáveis, da data de registro do arquivamento no Salic, devidamente justificada e formalizada ao MinC.</p>	<p>III - a inadimplência do projeto, quando se tratar de diligências durante as fases de execução e avaliação de resultados.</p>	<p>III - a inadimplência do projeto, quando se tratar de diligências durante as fases de execução e avaliação de resultados.</p>
<p>Art. 109. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se aos projetos em andamento a partir de sua entrada em vigor, respeitados os direitos adquiridos.</p>	<p>Art. 128. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se aos projetos em andamento, respeitados os direitos adquiridos.</p>	<p>Art. 70. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se aos projetos em andamento, respeitados os direitos adquiridos.</p>	<p>Art. 70. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se aos projetos em andamento, respeitados os direitos adquiridos.</p>
<p>Art. 110. A Secretaria Executiva consolidará em relatório o comprometimento da renúncia fiscal, com informações:</p> <p>I – do valor total das captações por modalidade de incentivo</p>	<p>Art. 129. A Secretaria Executiva consolidará em relatório o comprometimento da renúncia fiscal, com informações:</p> <p>I - do valor total das captações por modalidade de incentivo</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
(doação/patrocínio ou investimento) e tipo de incentivador (pessoa física ou jurídica); II – do número de projetos em tramitação, individualizados por segmento.	(doação/patrocínio ou investimento) e tipo de incentivador (pessoa física ou jurídica); II - do número de projetos em tramitação, individualizados por segmento.		
Art. 111. O Ministro de Estado da Cultura, com base nos relatórios consolidados pela Secretaria Executiva, poderá, a qualquer tempo, definir novas diretrizes em razão da demanda e da política cultural, artística ou audiovisual.	Art. 130. O Ministro de Estado da Cultura, com base nos relatórios consolidados pela Secretaria Executiva, poderá, a qualquer tempo, definir novas diretrizes em razão da demanda e da política cultural.	-	-
<p>Art. 112, § 2º As informações e os documentos que, por sua natureza, não possam ser inseridos no Salic pelo proponente, serão enviadas ao MinC em meio tangível, mediante entrega no protocolo central, em Brasília, ou nas representações estaduais, com a devida identificação da proposta ou projeto.</p> <p>Art. 112. Fica dispensado o uso de processos físicos nos casos dos procedimentos administrativos em que for utilizada a tecnologia de certificação digital prevista na Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.</p> <p>§ 1º Nas hipóteses dos processos físicos com etapas virtuais, aplica-se o art. 7º do Decreto 3.714, de 3 de janeiro de 2001, devendo o servidor reproduzir os documentos eletrônicos em meio</p>	<p>Art. 131. As informações e os documentos que, por sua natureza, não possam ser inseridos no Salic pelo proponente, serão enviados ao MinC em meio tangível, mediante entrega no protocolo central, em Brasília, ou nas representações regionais, com a devida identificação da proposta ou projeto.</p> <p>Art. 132. Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do Salic terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, por meio de utilização de assinatura eletrônica, cadastrada, mediante login do usuário, observando que são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.</p>	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
físico com certificação de autenticidade da cópia ou reprodução.			
<p>-</p>	<p>Art. 133. Por meio de portarias específicas, em razão da demanda do setor e da política cultural, o Ministro de Estado da Cultura definirá novas diretrizes em função:</p> <p>I - da previsão contida na no § 3º do art. 22;</p> <p>II - da previsão contida no inciso II do art. 55;</p> <p>III - dos históricos de patrocínios da base do Salic, para a criação de novas regras para os editais de incentivo fiscal, visando fortalecer a produção cultural e a manutenção dos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs - instituídos pela Portaria Interministerial MP/MinC/ME/MDS/MJ/MTE nº 401, de 9 de setembro de 2010, e regulamentados pela Portaria nº 49, de 18 de maio de 2011, do Ministério da Cultura.</p>	<p>Art. 71. Por meio de portarias específicas, em razão da demanda do setor e da política cultural, o Ministro de Estado da Cultura definirá novas diretrizes em função:</p> <p>I - da previsão de auditoria externa; e</p> <p>II - dos históricos de patrocínios da base do Salic, para a criação de novas regras para os editais de incentivo fiscal, visando fortalecer a produção cultural e a manutenção dos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs instituídos pela Portaria Interministerial MP/MinC/ME/MDS/MJ/MTE nº 401, de 9 de setembro de 2010, e regulamentados pela Portaria nº 49, de 18 de maio de 2011, do Ministério da Cultura.</p>	<p>Art. 71. Por meio de portarias específicas, em razão da demanda do setor e da política cultural, o Ministro de Estado da Cultura definirá novas diretrizes em função:</p> <p>I - da previsão de auditoria externa; e</p> <p>II - dos históricos de patrocínios da base do Salic, para a criação de novas regras para os editais de incentivo fiscal, visando fortalecer a produção cultural e a manutenção dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), instituídos pela Portaria Interministerial MP/MinC/ME/MDS/MJ/MTE nº 401, de 9 de setembro de 2010, e regulamentados pela Portaria nº 49, de 18 de maio de 2011, do Ministério da Cultura.</p>
<p>Art. 113. O MinC instituirá manuais de serviços para detalhar os procedimentos operacionais previstos nesta Instrução, no prazo de até cento e vinte dias a partir de sua publicação.</p>	<p>Art. 134. O MinC instituirá manuais de serviços para detalhar os procedimentos operacionais previstos nesta Instrução, no prazo de até cento e vinte dias a partir de sua publicação.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>Art. 114. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Art. 135. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Art. 72. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Art. 72. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.</p>
<p>Art. 115. Fica revogada a Instrução Normativa nº 1, de 9 de fevereiro de 2012.</p>	<p>Art. 136. Ficam revogadas as seguintes normas do Ministério da Cultura:</p> <p>I - Portaria nº 116, de 29 de novembro de 2011;</p> <p>II - Portaria nº 5, de 26 de janeiro de 2012;</p>	<p>Art. 73. Ficam revogadas as seguintes normas do Ministério da Cultura:</p> <p>I - Instrução Normativa nº 1, de 20 de março de 2017; e</p>	<p>Art. 73. Fica revogada a Instrução Normativa nº 4, de 30 de novembro de 2017, do Ministério da Cultura.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	III - <u>Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013;</u> IV - <u>Instrução Normativa nº 1, de 15 de abril de 2014;</u> V - <u>Instrução Normativa nº 3, de 29 de dezembro de 2014;</u> VI - <u>Instrução Normativa nº 2, de 11 de maio de 2015;</u> VII - <u>Instrução Normativa nº 7, de 19 de maio de 2016;</u> e VIII - <u>Instrução Normativa nº 11, de 29 de setembro de 2016.</u>	II - Instrução Normativa nº 2, de 27 de junho de 2017.	
[Art. 3º]	ANEXO I GLOSSÁRIO I - Ação de Conscientização para a Importância da Arte e da Cultura: falas, preleções ou atividades que contextualizem o produto cultural (resultado do projeto cultural) com as poéticas contemporâneas, as linguagens artísticas, o cenário social, ambiental, econômico, cultural e artístico local e a história da arte. Essa contextualização será a base da ação de conscientização que objetiva evidenciar a ligação dos múltiplos aspectos da vida na contemporaneidade com as vanguardas, os movimentos artísticos e o conhecimento ao longo da história de modo a revelar a importância da arte e da cultura como continentes de identidade, significado e informação. Esta ação deverá guardar relação com os recursos humanos,	GLOSSÁRIO I - Ação de Conscientização para a Importância da Arte e da Cultura: falas, preleções ou atividades que contextualizem o produto cultural (resultado do projeto cultural) com as poéticas contemporâneas, as linguagens artísticas, o cenário social, ambiental, econômico, cultural e artístico local e a história da arte. Essa contextualização será a base da ação de conscientização que objetiva evidenciar a ligação dos múltiplos aspectos da vida na contemporaneidade com as vanguardas, os movimentos artísticos e o conhecimento ao longo da história de modo a revelar a importância da arte e da cultura como continentes de identidade, significado e informação. Esta ação deverá guardar relação com os recursos humanos,	ANEXO I GLOSSÁRIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>XXIV – Conta Captação: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores, bem como para devolução de recursos de projetos durante sua execução, nos termos desta Instrução Normativa;</p> <p>XXV – Conta Movimento: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ dos proponentes com a identificação do projeto aprovado, a ser utilizada para livre movimentação, visando à execução dos projetos; e</p>	<p>materiais e físicos disponíveis no ambiente da produção do projeto cultural.</p> <p>II - Auditoria Externa: fornecimento de informações de controle para avaliar com segurança as receitas e despesas da ação cultural realizada.</p> <p>III - Capacidade técnico-financeira: aptidão administrativa, financeira e operacional dos proponentes para garantir o planejamento, a execução dos objetivos pactuados, a gestão dos recursos financeiros disponibilizados, bem como a prestação de contas de seus projetos culturais.</p> <p>IV - Conta Captação: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores, bem como para eventual devolução de recursos.</p> <p>V - Conta Movimento: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do projeto aprovado, a ser utilizada para livre movimentação, visando à sua execução.</p> <p>VI - Conta Vinculada: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores e para movimentação visando</p>	<p>materiais e físicos disponíveis no ambiente da produção do projeto cultural.</p> <p>II - Auditoria Externa: fornecimento de informações de controle para avaliar com segurança as receitas e despesas da ação cultural realizada.</p> <p>III - Capacidade técnico-financeira: aptidão administrativa, financeira e operacional dos proponentes para garantir o planejamento, a execução dos objetivos pactuados, a gestão dos recursos financeiros disponibilizados, bem como a prestação de contas de seus projetos culturais.</p> <p>IV - Conta Captação: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores, bem como para eventual devolução de recursos.</p> <p>V - Conta Movimento: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do projeto aprovado, a ser utilizada para livre movimentação, visando à sua execução.</p> <p>VI - Conta Vinculada: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores e para movimentação visando</p>	<p>I - Auditoria Externa: fornecimento de informações de controle para avaliar com segurança as receitas e despesas da ação cultural realizada.</p> <p>II - Conta Captação: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores, bem como para eventual devolução de recursos.</p> <p>III - Conta Movimento: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do projeto aprovado, a ser utilizada para livre movimentação, visando à sua execução.</p> <p>IV - Conta Vinculada: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores e para movimentação visando</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>à execução dos projetos, bem como para eventual devolução de recursos.</p> <p>VII - Contrato de patrocínio: documento firmado pelo patrocinador e pelo proponente que formaliza o patrocínio em determinado projeto cultural, devendo, minimamente, identificar o patrocinador, o proponente, o valor, o período previsto para o aporte e o número do Pronac.</p> <p>VIII - Controle e Assessoria: serviços contábeis, advocatícios e de auditoria externa indispensáveis à correta gestão do projeto cultural.</p> <p>IX - Coprodução: é uma estratégia em que a definição dos bens e serviços a serem produzidos pela administração pública exige um processo democrático e participativo que envolva os cidadãos. Em caso de coprodução internacional de produção de obra audiovisual deverá obedecer ao disposto no Art. 1º, inciso V, alínea "c" da Medida Provisória nº 2.228-1/2001 e na IN nº 106 da ANCINE ou seus substitutivos.</p>	<p>à execução dos projetos, bem como para eventual devolução de recursos.</p> <p>VII - Contrato de Patrocínio: documento firmado pelo patrocinador e pelo proponente que formaliza o patrocínio em determinado projeto cultural, não apresentando condicionantes para o desembolso de recursos que gerem expectativa de patrocínio e que possa não se concretizar por parte unilateral do patrocinador, devendo conter para análise das demandas previstas neste instrumento que exijam sua apresentação:</p> <p>a) Referência ao patrocinador, ao proponente e ao projeto (com o número da Proposta ou Projeto);</p> <p>b) Descrição do valor;</p> <p>c) Data de validade; e</p> <p>d) Cronograma de desembolso.</p> <p>VIII - Controle e Assessoria: serviços contábeis, advocatícios e de auditoria externa indispensáveis à correta gestão do projeto cultural.</p> <p>IX - Coprodução: é uma estratégia em que a definição dos bens e serviços a serem produzidos pela administração pública exige um processo democrático e participativo que envolva os cidadãos. Em caso de coprodução internacional de produção de obra audiovisual deverá obedecer ao disposto no Art. 1º, inciso V, alínea "c" da Medida Provisória nº 2.228-1/2001 e na IN nº 106 da ANCINE ou seus substitutivos.</p>	<p>à execução dos projetos, bem como para eventual devolução de recursos.</p> <p>V - Contrato de Patrocínio: documento firmado pelo patrocinador e pelo proponente que formaliza o patrocínio em determinado projeto cultural, não apresentando condicionantes para o desembolso de recursos que gerem expectativa de patrocínio e que possa não se concretizar por parte unilateral do patrocinador, devendo conter para análise das demandas previstas neste instrumento que exijam sua apresentação:</p> <p>a) Referência ao patrocinador, ao proponente e ao projeto (com o número da Proposta ou Projeto);</p> <p>b) Descrição do valor;</p> <p>c) Data de validade; e</p> <p>d) Cronograma de desembolso.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>XII – democratização do acesso: medidas que promovam acesso e fruição de bens, produtos e serviços culturais, bem como ao exercício de atividades profissionais, visando a atenção às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação, para cumprimento do disposto no art. 215 da Constituição Federal;</p>	<p>X - Corpos Estáveis: Companhias artísticas com mais de 05 (cinco) anos de atuação, que mantenham atividades durante todo o ano fiscal e que mantenham sob contrato profissionais da área cultural para a execução de suas atividades.</p> <p>XI - Custo do Projeto: compreende o somatório do Valor do Projeto e Custos Vinculados.</p> <p>XII - Custo Global: compreende o somatório Custo Total e Valor da Aplicação.</p> <p>XIII - Custo Total: compreende o somatório de Custo do Projeto, Valores de Outras Leis e Valores de Outras Fontes.</p> <p>XIV - Custos Vinculados: compreende o somatório dos Custos de Administração, de Divulgação, de Remuneração para Captação de Recursos e de Direito Autoral.</p> <p>XV - Democratização do acesso: medidas presentes na proposta cultural que promovam ou ampliem a possibilidade de fruição dos bens, produtos e ações culturais, em especial às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica ou por quaisquer outras circunstâncias.</p> <p>XVI - Desfiles festivos: Desfiles de caráter musical e cênico que tenham relação com festividades regionais, com confecções de</p>	<p>X - Corpos Estáveis: Companhias artísticas com mais de 05 (cinco) anos de atuação, que mantenham atividades durante todo o ano fiscal e que mantenham sob contrato profissionais da área cultural para a execução de suas atividades.</p> <p>XI - Custo do Projeto: compreende o somatório do Valor do Projeto e Custos Vinculados.</p> <p>XII - Custo Global: compreende o somatório Custo Total e Valor da Aplicação.</p> <p>XIII - Custo Total: compreende o somatório de Custo do Projeto, Valores de Outras Leis e Valores de Outras Fontes.</p> <p>XIV - Custos Vinculados: compreende o somatório da Assessoria para Elaboração do Projeto, os Custos Administrativos, a Divulgação, a Remuneração por Captação e o Controle e Auditoria.</p> <p>XV - Democratização do acesso: medidas presentes na proposta cultural que promovam ou ampliem a possibilidade de fruição dos bens, produtos e ações culturais, em especial às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica ou por quaisquer outras circunstâncias.</p> <p>XVI - Desfiles festivos: Desfiles de caráter musical e cênico que tenham relação com festividades regionais, com confecções de</p>	<p>VI - Corpos Estáveis: Companhias artísticas com mais de 05 (cinco) anos de atuação, que mantenham atividades durante todo o ano fiscal e que mantenham sob contrato profissionais da área cultural para a execução de suas atividades.</p> <p>VII - Custo do Projeto: compreende o somatório do Valor do Projeto e Custos Vinculados.</p> <p>VIII - Custo Global: compreende o somatório Custo Total e Valor da Aplicação.</p> <p>IX - Custo Total: compreende o somatório de Custo do Projeto, Valores de Outras Leis e Valores de Outras Fontes.</p> <p>X - Custos Vinculados: compreende o somatório dos Custos Administrativos e Divulgação.</p> <p>XI - Democratização do acesso: medidas presentes na proposta cultural que promovam ou ampliem a possibilidade de fruição dos bens, produtos e ações culturais, em especial às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica ou por quaisquer outras circunstâncias.</p> <p>XII - Desfiles festivos: Desfiles de caráter musical e cênico que tenham relação com festividades regionais, com confecções de</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>X – espaços culturais: espaços ou sistemas destinados ao uso coletivo e de frequência pública, geridos por instituições públicas ou particulares, orientados prioritariamente para acolhimento, prática, criação, produção, difusão e fruição de bens, produtos e serviços culturais;</p> <p>XV – execução compartilhada: aquela em que dois ou mais proponentes firmam entre si contrato, convênio ou acordo de cooperação técnica, para executar a proposta cultural;</p>	<p>fantasias, adereços ou material cenográficos.</p> <p>XVII - Diligência: solicitação de informações ou documentos, a proponentes ou terceiros, com o objetivo de sanar pendências e irregularidades, bem como esclarecer ou confirmar informações.</p> <p>XVIII - Equipamentos públicos: Museus, bibliotecas, auditórios, salas de teatro ou outros espaços públicos de quaisquer dos entes federados.</p> <p>XIX - Espaços públicos: espaços ou sistemas destinados ao uso coletivo e de frequência pública, geridos por instituições públicas, orientados prioritariamente para acolhimento, prática, criação, produção, difusão e fruição de bens, produtos e serviços culturais, assim como ações de salvaguarda dos bens culturais.</p> <p>XX - Execução compartilhada: aquela em que dois ou mais proponentes firmam entre si contrato ou acordo de cooperação técnica, somando suas competências para executar o projeto cultural.</p> <p>XXI - Finalidade Cultural: é o alcance da fruição do produto principal em proveito para a sociedade, conforme previsto no projeto aprovado.</p> <p>XXII - Formação de plateias: Ações presenciais e gratuitas, destinadas a alunos de instituições de ensino de qualquer nível, que visem a conscientização para a importância da arte e da cultura por intermédio do produto do projeto</p>	<p>fantasias, adereços ou material cenográficos.</p> <p>XVII - Diligência: solicitação de informações ou documentos, a proponentes ou terceiros, com o objetivo de sanar pendências e irregularidades, bem como esclarecer ou confirmar informações.</p> <p>XVIII - Equipamentos públicos: Museus, bibliotecas, auditórios, salas de teatro ou outros espaços públicos de quaisquer dos entes federados.</p> <p>XIX - Espaços públicos: espaços ou sistemas destinados ao uso coletivo e de frequência pública, geridos por instituições públicas, orientados prioritariamente para acolhimento, prática, criação, produção, difusão e fruição de bens, produtos e serviços culturais, assim como ações de salvaguarda dos bens culturais.</p> <p>XX - Execução compartilhada: aquela em que dois ou mais proponentes firmam entre si contrato ou acordo de cooperação técnica, somando suas competências para executar o projeto cultural.</p> <p>XXI - Finalidade Cultural: é o alcance da fruição do produto principal em proveito para a sociedade, conforme previsto no projeto aprovado.</p>	<p>fantasias, adereços ou material cenográficos.</p> <p>XIII - Diligência: solicitação de informações ou documentos, a proponentes ou terceiros, com o objetivo de sanar pendências e irregularidades, bem como esclarecer ou confirmar informações.</p> <p>XIV - Equipamentos públicos: Museus, bibliotecas, auditórios, salas de teatro ou outros espaços públicos de quaisquer dos entes federados.</p> <p>XV - Espaços públicos: espaços ou sistemas destinados ao uso coletivo e de frequência pública, geridos por instituições públicas, orientados prioritariamente para acolhimento, prática, criação, produção, difusão e fruição de bens, produtos e serviços culturais, assim como ações de salvaguarda dos bens culturais.</p> <p>XVI - Execução compartilhada: aquela em que dois ou mais proponentes firmam entre si contrato ou acordo de cooperação técnica, somando suas competências para executar o projeto cultural.</p> <p>XVII - Finalidade Cultural: é o alcance da fruição do produto principal em proveito para a sociedade, conforme previsto no projeto aprovado.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>XI – medidas de acessibilidade: intervenções que objetivem priorizar ou facilitar o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, assim definidos em legislação específica, de modo a possibilitar-lhes o pleno exercício de seus direitos culturais, por meio da disponibilização ou adaptação de espaços, equipamentos, transporte, comunicação e quaisquer bens ou serviços às suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas de forma</p>	<p>cultural. (inciso alterado pela IN nº 2/2017/MinC)</p> <p>XXII - Formação de plateias: Ações presenciais e gratuitas, destinadas a alunos e professores de instituições de ensino de qualquer nível, que visem a conscientização para a importância da arte e da cultura por intermédio do produto do projeto cultural. (NR)</p> <p>XXIII - Intermediação: apresentação de proposta por proponente cuja participação em sua execução será irrelevante, acessória ou nula.</p> <p>XXIV - Medidas de acessibilidade: medidas presentes na proposta cultural que busquem oferecer à pessoa com deficiência, idosa ou com mobilidade reduzida espaços, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços, assistência pessoal, mediação ou utilização de tecnologias assistivas, cumprindo as exigências que lhe forem aplicáveis contidas na Lei 13.146 de 6 de julho de 2015.</p> <p>XXV - Monitoramento: análise e avaliação da comprovação físico-financeira registrada</p>	<p>XXII - Formação de plateias: ações preferencialmente presenciais e gratuitas, destinadas a alunos e professores de instituições de ensino de qualquer nível ou jovens indicados por instituições sem fins lucrativos, que visem a conscientização para a importância da arte e da cultura por intermédio do produto do projeto cultural. As ações educativas dos projetos realizados pelos proponentes ou pelas instituições receptoras dos projetos são consideradas ações de formação de plateia.</p> <p>XXIII - Intermediação: apresentação de proposta por proponente cuja participação em sua execução será irrelevante, acessória ou nula ou em que a atividade técnico-financeira ou de gestão tenha sido delegada a terceiros.</p> <p>XXIV - Medidas de acessibilidade: medidas presentes na proposta cultural que busquem oferecer à pessoa com deficiência, idosa ou com mobilidade reduzida espaços, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços, assistência pessoal, mediação ou utilização de tecnologias assistivas, cumprindo as exigências que lhe forem aplicáveis contidas na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.</p> <p>XXV - Monitoramento: análise e avaliação da comprovação físico-financeira registrada</p>	<p>XVIII - Intermediação: apresentação de proposta por proponente cuja participação em sua execução será irrelevante, acessória ou nula ou em que a atividade técnico-financeira ou de gestão tenha sido delegada a terceiros.</p> <p>XIX - Medidas de acessibilidade: medidas presentes na proposta cultural que busquem oferecer à pessoa com deficiência, idosa ou com mobilidade reduzida espaços, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços, assistência pessoal, mediação ou utilização de tecnologias assistivas, cumprindo as exigências que lhe forem aplicáveis contidas na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.</p> <p>XX - Monitoramento: análise e avaliação da comprovação físico-financeira registrada</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>segura, de forma autônoma ou acompanhada, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;</p> <p>XX – patrimônio cultural imaterial: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares que grupos sociais reconhecem como referências culturais organizadoras de sua identidade, por transmissão de tradições entre gerações, com especial destaque aos bens culturais registrados na forma do art. 1º do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000;</p> <p>XXI – patrimônio cultural material: conjunto de bens culturais classificados como patrimônio histórico e artístico nacional nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, compreendidos como bens móveis ou imóveis, construídos ou naturais, representativos da diversidade cultural brasileira em todo o período</p>	<p>pelo proponente no Salic durante a execução do projeto cultural.</p> <p>XXVI - Objeto: produto do projeto cultural conjugado ao cumprimento das finalidades do PRONAC (art. 1º, Lei nº 8.313/91 e art. 2º, Decreto nº 5.761/06) previamente assumido pelo proponente.</p> <p>XXVII - Orçamento detalhado ou analítico: aquele que apresenta o conjunto de composições de custos unitários para cada um dos itens constantes da planilha orçamentária.</p> <p>XXVIII - Parecer técnico: documento emitido por servidor público ou parecerista contendo manifestação objetiva, conclusiva e pormenorizada do objeto analisado.</p> <p>XXIX - Patrimônio cultural imaterial: saberes e modos de fazer, celebrações, formas de expressão, lugares e línguas que grupos sociais reconhecem como referências culturais organizadoras de sua identidade, por transmissão de tradições entre gerações, com especial destaque aos bens culturais registrados na forma do art. 1º do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.</p> <p>XXX - Patrimônio cultural material: conjunto de bens culturais classificados como patrimônio histórico e artístico nacional nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, bem como de bens musealizados ou em processo de musealização, compreendidos como bens móveis ou imóveis, construídos ou naturais, representativos da diversidade cultural</p>	<p>pelo proponente no Salic durante a execução do projeto cultural.</p> <p>XXVI - Objeto: produto do projeto cultural conjugado ao cumprimento das finalidades do PRONAC (art. 1º, Lei nº. 8.313/91 e art. 2º, Decreto nº. 5.761/06) previamente assumido pelo proponente.</p> <p>XXVII - Orçamento detalhado ou analítico: aquele que apresenta o conjunto de composições de custos unitários para cada um dos itens constantes da planilha orçamentária.</p> <p>XXVIII - Parecer técnico: documento emitido por servidor público ou parecerista contendo manifestação objetiva, conclusiva e pormenorizada do objeto analisado.</p> <p>XXIX - Patrimônio cultural imaterial: saberes e modos de fazer, celebrações, formas de expressão, lugares e línguas que grupos sociais reconhecem como referências culturais organizadoras de sua identidade, por transmissão de tradições entre gerações, com especial destaque aos bens culturais registrados na forma do art. 1º do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.</p> <p>XXX - Patrimônio cultural material: conjunto de bens culturais classificados como patrimônio histórico e artístico nacional nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, compreendidos como bens móveis ou imóveis, construídos ou naturais, representativos da diversidade cultural brasileira em todo o período histórico ou pré-histórico, cuja conservação</p>	<p>pelo proponente no Salic durante a execução do projeto cultural.</p> <p>XXI - Objeto: produto do projeto cultural conjugado ao cumprimento das finalidades do PRONAC (art. 1º, Lei nº 8.313/91 e art. 2º, Decreto nº 5.761/06) previamente assumido pelo proponente.</p> <p>XXII - Orçamento detalhado ou analítico: aquele que apresenta o conjunto de composições de custos unitários para cada um dos itens constantes da planilha orçamentária.</p> <p>XXIII - Parecer técnico: documento emitido por servidor público ou parecerista contendo manifestação objetiva, conclusiva e pormenorizada do objeto analisado.</p> <p>XXIV - Patrimônio cultural imaterial: saberes e modos de fazer, celebrações, formas de expressão, lugares e línguas que grupos sociais reconhecem como referências culturais organizadoras de sua identidade, por transmissão de tradições entre gerações, com especial destaque aos bens culturais registrados na forma do art. 1º do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.</p> <p>XXV - Patrimônio cultural material: conjunto de bens culturais classificados como patrimônio histórico e artístico nacional nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, compreendidos como bens móveis ou imóveis, construídos ou naturais, representativos da diversidade cultural brasileira em todo o período histórico ou pré-histórico, cuja conservação</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>histórico ou pré-histórico, cuja conservação e proteção são de interesse público, quer sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico;</p> <p>XVII – Plano Anual de Atividades: proposta cultural apresentada por pessoa jurídica sem fins lucrativos que contemple, por um período de um ano, a manutenção da instituição e suas atividades culturais de caráter permanente e continuado, bem como os projetos e ações constantes do seu planejamento, nos termos do art. 24 do Decreto nº 5.761, de 2006;</p> <p>XIX – plano de distribuição: detalhamento da forma como serão doados ou vendidos os ingressos e quaisquer outros produtos resultantes do projeto, com descrição detalhada do público alvo [sic], dos preços, dos critérios, das estratégias e etapas do processo de distribuição e dos resultados esperados com o acesso do público;</p> <p>VII – plano de divulgação: conjunto de ações destinadas à divulgação de projeto cultural e produtos deles resultantes, anúncios em jornais, cartazes, folders, outdoors, panfletos e inserções veiculadas em emissoras de rádio e</p>	<p>brasileira em todo o período histórico ou pré-histórico, cuja conservação e proteção são de interesse público, quer sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.</p> <p>XXXI - Plano Anual ou Bienal de Atividades: projeto cultural apresentado por pessoa jurídica sem fins lucrativos que contemple, por um período de doze ou vinte e quatro meses coincidente(s) com o(s) ano(s) fiscal(ais), a manutenção da instituição e das suas atividades culturais de caráter permanente e continuado, bem como os projetos e ações constantes do seu planejamento, nos termos do art. 24 do Decreto nº 5.761, de 2006.</p> <p>XXXII - Plano de Distribuição: detalhamento da forma como serão doados ou vendidos os ingressos ou produtos culturais resultantes do projeto, com descrição detalhada dos preços, a distribuição por categorias de acesso ou produção.</p> <p>XXXIII - Plano de divulgação: conjunto de ações em mídia impressa ou digital, redes sociais ou suportes diversos destinadas à divulgação de projeto cultural e dos produtos dele resultantes.</p>	<p>e proteção são de interesse público, quer sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.</p> <p>XXXI - Plano Anual ou Bienal de Atividades: projeto cultural apresentado por pessoa jurídica sem fins lucrativos que contemple, por um período de doze ou vinte e quatro meses coincidente(s) com o(s) ano(s) fiscal(ais), a manutenção da instituição e das suas atividades culturais de caráter permanente e continuado, bem como os projetos e ações constantes do seu planejamento, nos termos do art. 24 do Decreto nº 5.761, de 2006.</p> <p>XXXII - Plano de distribuição: detalhamento da forma como serão doados ou vendidos os ingressos ou produtos culturais resultantes do projeto, com descrição detalhada dos preços, a distribuição por categorias de acesso ou produção.</p> <p>XXXIII - Plano de divulgação: conjunto de ações em mídia impressa ou digital, redes sociais ou suportes diversos destinadas à divulgação de projeto cultural e dos produtos dele resultantes.</p>	<p>e proteção são de interesse público, quer sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.</p> <p>XXVI - Plano Anual ou Plurianual de Atividades: projeto cultural apresentado por pessoa jurídica sem fins lucrativos que contemple, por um período de doze ou vinte e quatro mese(s) coincidente(s) com o(s) ano(s) fiscal(ais), a manutenção da instituição e das suas atividades culturais de caráter permanente e continuado, bem como os projetos e ações constantes do seu planejamento, nos termos do art. 24 do Decreto nº 5.761, de 2006.</p> <p>XXVII - Plano de distribuição: detalhamento da forma como serão doados ou vendidos os ingressos ou produtos culturais resultantes do projeto, com descrição detalhada dos preços, a distribuição por categorias de acesso ou produção.</p> <p>XXVIII - Plano de divulgação: conjunto de ações em mídia impressa ou digital, redes sociais ou suportes diversos destinadas à divulgação de projeto cultural e dos produtos dele resultantes.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>televisão e em novas mídias, como portais e sites, dentre outras; V – plano de execução de proposta cultural: detalhamento de proposta cultural, contendo a definição de objetivos, metas, justificativa, etapas de trabalho, orçamento, cronograma de execução e produtos resultantes, elaborado em formulário próprio disponibilizado no sítio eletrônico do MinC;</p> <p>XVI – Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais: planejamento anual das atividades a serem implementadas pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – Sefic e pela Secretaria do Audiovisual – Sav, ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, e integrante do Plano Anual do Pronac</p>	<p>XXXIV - Plano de execução: detalhamento das metas, etapas de trabalho, orçamento, cronograma de execução e produtos resultantes, elaborado em formulário próprio inserido no Salic.</p> <p>XXXV - Plano Museológico: ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como para fundamentar a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento basilar para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade, nos termos do art. 46 da Lei nº 11.906, 14 de janeiro de 2009.</p>	<p>XXXIV - Plano de execução: detalhamento das metas, etapas de trabalho, orçamento, cronograma de execução e produtos resultantes, elaborado em formulário próprio inserido no Salic.</p> <p>XXXV - Plano museológico: ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como para fundamentar a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento basilar para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.</p>	<p>XXIX - Plano de execução: detalhamento das metas, etapas de trabalho, orçamento, cronograma de execução e produtos resultantes, elaborado em formulário próprio inserido no Salic.</p> <p>XXX - Plano museológico: ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como para fundamentar a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento basilar para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>referido no art. 3º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006;</p> <p>XXII – prazo de captação: período estabelecido na portaria que autoriza a captação de recursos incentivados para o projeto, com aderência ao cronograma de execução;</p> <p>XXIII – prazo de execução: período compreendido a partir da autorização para a movimentação dos recursos até a finalização do objeto proposto, vinculado à execução das metas físicas e financeiras constantes do orçamento aprovado pelo Ministério da Cultura;</p> <p>III – produto principal: objeto da ação preponderante do projeto;</p> <p>IV – produto secundário: objeto da ação acessória vinculada ao produto principal do projeto;</p> <p>XXVI – projeto ativo: qualquer projeto cultural compreendido desde o recebimento do número de registro no Pronac até a apresentação da prestação de contas final pelo proponente.</p> <p>XIV – produção cultural independente: aquela cujo produtor majoritário não seja empresa concessionária de serviço</p>	<p>XXXVI - Prazo de captação: período estabelecido na Portaria de Autorização publicada no Diário Oficial da União para captação de recursos de projeto cultural, contemplando o período de execução.</p> <p>XXXVII - Prazo de execução: período para a realização do projeto cultural proposto e vinculado às metas físicas e financeiras constantes do orçamento aprovado pelo Ministério da Cultura e aderente às etapas de trabalho. A prorrogação de prazo de execução não renova o prazo de captação. [os grifos não são do original]</p> <p>XXXVIII - Produto principal: resultado preponderante do projeto, assim entendido o evento, atividade ou bem cultural primordial, finalístico ou essencial, podendo ser determinado pela pauta mais extensa ou custo mais elevado.</p> <p>XXXIX - Produto secundário: demais resultados do projeto cultural, abrangendo eventos, atividades ou bens culturais que dependem, derivam ou se vinculam ao produto principal do projeto.</p> <p>XL - Projeto ativo: qualquer projeto cultural compreendido desde o recebimento do número de registro no Pronac até a apresentação da prestação de contas final pelo proponente.</p> <p>XLI - Projeto cultural de produção independente:</p>	<p>XXXVI - Prazo de captação: período estabelecido na Portaria de Autorização publicada no Diário Oficial da União para captação de recursos de projeto cultural, contemplando o período de execução.</p> <p>XXXVII - Prazo de execução: período para a realização do projeto cultural proposto e vinculado às metas físicas e financeiras constantes do orçamento aprovado pelo Ministério da Cultura e aderente às etapas de trabalho. A prorrogação de prazo de execução não renova o prazo de captação.</p> <p>XXXVIII - Produto principal: resultado preponderante do projeto, assim entendido o evento, atividade ou bem cultural primordial, finalístico ou essencial, podendo ser determinado pela pauta mais extensa ou custo mais elevado.</p> <p>XXXIX - Produto secundário: demais resultados do projeto cultural, abrangendo eventos, atividades ou bens culturais que dependem, derivam ou se vinculam ao produto principal do projeto.</p> <p>XL - Projeto ativo: qualquer projeto cultural compreendido desde o recebimento do número de registro no Pronac até a apresentação da prestação de contas final pelo proponente.</p> <p>XLI - Projeto cultural de produção independente:</p>	<p>XXXI - Prazo de captação: período estabelecido na Portaria de Autorização publicada no Diário Oficial da União para captação de recursos de projeto cultural, contemplando o período de execução.</p> <p>XXXII - Prazo de execução: período para a realização do projeto cultural proposto e vinculado às metas físicas e financeiras constantes do orçamento aprovado pelo Ministério da Cultura e aderente às etapas de trabalho. A prorrogação de prazo de execução não renova o prazo de captação.</p> <p>XXXIII - Produto principal: resultado preponderante do projeto, assim entendido o evento, atividade ou bem cultural primordial, finalístico ou essencial, podendo ser determinado pela pauta mais extensa ou custo mais elevado.</p> <p>XXXIV - Produto secundário: demais resultados do projeto cultural, abrangendo eventos, atividades ou bens culturais que dependem, derivam ou se vinculam ao produto principal do projeto.</p> <p>XXXV - Projeto ativo: qualquer projeto cultural compreendido desde o recebimento do número de registro no Pronac até a apresentação da prestação de contas final pelo proponente.</p> <p>XXXVI - Projeto cultural de produção independente:</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>de radiodifusão e cabodifusão de som ou imagem, em qualquer tipo de transmissão, ou entidade a esta vinculada, e que:</p> <p>a) na área da produção audiovisual, não seja vinculada a empresa estrangeira nem detenha, cumulativamente, as funções de distribuição ou comercialização de obra audiovisual, bem como a de fabricação de qualquer material destinado à sua produção;</p> <p>b) na área de produção fonográfica, não seja vinculada a empresa estrangeira nem detenha, cumulativamente, as funções de fabricação ou distribuição de qualquer suporte fonográfico;</p>	<p>a) na área da produção audiovisual, aquele cujo proponente não exerça as funções de distribuição ou exibição de obra audiovisual, ou que não seja concessionário de serviços de radiodifusão de sons ou sons e imagens ou a ele coligado, controlado ou controlador;</p> <p>b) na área da produção musical, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, as funções de fabricação e distribuição de qualquer suporte fonográfico, ou que não detenha a posse ou propriedade de casas de espetáculos ou espaços de apresentações musicais;</p> <p>c) na área da produção editorial, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, pelo menos duas das seguintes funções: fabricação de livros ou de qualquer insumo necessário à sua fabricação; distribuição de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais; ou comercialização de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais;</p> <p>d) nas artes cênicas, aquele cujo proponente não detenha a posse ou propriedade de espaços cênicos ou salas de apresentação, excetuadas as companhias artísticas que desenvolvam atividades continuadas assim definidas em regulamento;</p> <p>e) na área de artes visuais, aquele cujo proponente não acumule a função de</p>	<p>a) na área da produção audiovisual, aquele cujo proponente não exerça as funções de distribuição ou exibição de obra audiovisual, ou que não seja concessionário de serviços de radiodifusão de sons ou sons e imagens ou a ele coligado, controlado ou controlador;</p> <p>b) na área da produção musical, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, as funções de fabricação e distribuição de qualquer suporte fonográfico, ou que não detenha a posse ou propriedade de casas de espetáculos ou espaços de apresentações musicais;</p> <p>c) na área da produção editorial, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, pelo menos duas das seguintes funções: fabricação de livros ou de qualquer insumo necessário à sua fabricação; distribuição de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais; ou comercialização de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais;</p> <p>d) nas artes cênicas, aquele cujo proponente não detenha a posse ou propriedade de espaços cênicos ou salas de apresentação, excetuadas as companhias artísticas que desenvolvam atividades continuadas assim definidas em regulamento;</p> <p>e) na área de artes visuais, aquele cujo proponente não acumule a função de</p>	<p>a) na área da produção audiovisual, aquele cujo proponente não exerça as funções de distribuição ou exibição de obra audiovisual, ou que não seja concessionário de serviços de radiodifusão de sons ou sons e imagens ou a ele coligado, controlado ou controlador;</p> <p>b) na área da produção musical, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, as funções de fabricação e distribuição de qualquer suporte fonográfico, ou que não detenha a posse ou propriedade de casas de espetáculos ou espaços de apresentações musicais;</p> <p>c) na área da produção editorial, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, pelo menos duas das seguintes funções: fabricação de livros ou de qualquer insumo necessário à sua fabricação; distribuição de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais; ou comercialização de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais;</p> <p>d) nas artes cênicas, aquele cujo proponente não detenha a posse ou propriedade de espaços cênicos ou salas de apresentação, excetuadas as companhias artísticas que desenvolvam atividades continuadas assim definidas em regulamento;</p> <p>e) na área de artes visuais, aquele cujo proponente não acumule a função de</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>c) na área da produção de imagem não detenha, cumulativamente, as funções de fabricação, distribuição ou comercialização de material destinado à fotografia ou às demais artes visuais, ou que não seja empresa jornalística ou editorial;</p> <p>II – projeto cultural: programas, planos, ações ou conjunto de ações inter-relacionadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados, admitidos pelo MinC após conclusa análise de admissibilidade de proposta cultural e recebimento do número de registro no Pronac;</p>	<p>expositor e comercializador de obra de arte, bem como não detenha posse ou propriedade de espaços de exposições; e</p> <p>f) nas demais áreas culturais e artísticas, aquele definido pelo Ministério da Cultura por meio de regulamento.</p> <p>XLII - Projeto cultural: conjunto de atividades interrelacionadas <i>[sic]</i> e coordenadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo determinados e que tenham sido admitidos pelo MinC após etapa de análise de admissibilidade de proposta cultural, recebendo número de registro no Pronac.</p> <p>XLIII - Projeto de ação continuada: projeto cuja ação ocorra de forma contínua ou em edições, tais como festivais e feiras literárias.</p> <p>XLIV - Projeto de Preservação e conservação do patrimônio cultural material: projeto elaborado por técnicos especializados, com vistas à realização de ações de restauração, preservação e conservação em monumentos e bens de valor histórico e cultural, elementos artísticos e integrados, acervos de bens móveis e imóveis, bem como reconhecimento, valorização, difusão e fomento dos processos e bens culturais mediante ações educativas, necessariamente precedidos de pesquisa</p>	<p>expositor e comercializador de obra de arte, bem como não detenha posse ou propriedade de espaços de exposições; e</p> <p>f) nas demais áreas culturais e artísticas, aquele definido pelo Ministério da Cultura por meio de regulamento.</p> <p>XLII - Projeto cultural: conjunto de atividades inter-relacionadas <i>[sic]</i> e coordenadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo determinados e que tenham sido admitidos pelo MinC após etapa de análise de admissibilidade de proposta cultural, recebendo número de registro no Pronac.</p> <p>XLIII - Projeto de ação continuada: projeto cuja ação ocorra de forma contínua ou em edições, tais como festivais e feiras literárias.</p> <p>XLIV - Projeto de preservação e conservação do patrimônio cultural material: projeto elaborado por técnicos especializados, com vistas à realização de ações de restauração, preservação e conservação em monumentos e bens de valor histórico e cultural, elementos artísticos e integrados, acervos de bens móveis e imóveis, bem como reconhecimento, valorização, difusão e fomento dos processos e bens culturais mediante ações educativas, necessariamente precedidos de pesquisa</p>	<p>expositor e comercializador de obra de arte, bem como não detenha posse ou propriedade de espaços de exposições; e</p> <p>f) nas demais áreas culturais e artísticas, aquele definido pelo Ministério da Cultura por meio de regulamento.</p> <p>XXXVII - Projeto cultural: conjunto de atividades interrelacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo determinados e que tenham sido admitidos pelo MinC após etapa de análise de admissibilidade de proposta cultural, recebendo número de registro no Pronac.</p> <p>XXXVIII - Projeto de ação continuada: projeto cuja ação ocorra de forma contínua ou em edições, tais como festivais e feiras literárias.</p> <p>XXXIX - Projeto de preservação e conservação do patrimônio cultural material: projeto elaborado por técnicos especializados, com vistas à realização de ações de restauração, preservação e conservação em monumentos e bens de valor histórico e cultural, elementos artísticos e integrados, acervos de bens móveis e imóveis, bem como reconhecimento, valorização, difusão e fomento dos processos e bens culturais mediante ações educativas, necessariamente precedidos de pesquisa</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>histórica, diagnóstico do estado de conservação, mapeamento de danos, perícias e ensaios, projeto de arquitetura e complementares de engenharia.</p> <p>XLV - Projeto de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: projetos relativos a bens culturais imateriais transmitidos há, pelo menos, três gerações, que digam respeito à história, memória e identidade de grupos formadores da sociedade brasileira, que contenham a anuência comprovada de representação reconhecida da base social detentora, a participação direta de detentores no planejamento e na realização do projeto e que apresentem proposta de geração de benefícios materiais, sociais ou ambientais, devendo ainda desenvolver ações que visem um ou mais dos seguintes objetivos gerais:</p> <p>a) a execução de processos participativos de identificação e documentação do patrimônio cultural imaterial (mapeamentos, inventários, dossiês, diagnósticos, entre outros);</p> <p>b) a melhoria das condições de produção e reprodução da prática cultural pelos seus detentores (adequação de espaços físicos, oficinas de transmissão de saberes, fortalecimento de cadeias produtivas, entre outros);</p> <p>c) a mobilização de segmentos sociais envolvidos com a produção e reprodução para o fortalecimento da gestão da</p>	<p>histórica, diagnóstico do estado de conservação, mapeamento de danos, perícias e ensaios, projeto de arquitetura e complementares de engenharia.</p> <p>XLV - Projeto de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: projetos relativos a bens culturais imateriais transmitidos há, pelo menos, três gerações, que digam respeito à história, memória e identidade de grupos formadores da sociedade brasileira, que contenham a anuência comprovada de representação reconhecida da base social detentora, a participação direta de detentores no planejamento e na realização do projeto e que apresentem proposta de geração de benefícios materiais, sociais ou ambientais, devendo ainda desenvolver ações que visem um ou mais dos seguintes objetivos gerais:</p> <p>a) a execução de processos participativos de identificação e documentação do patrimônio cultural imaterial (mapeamentos, inventários, dossiês, diagnósticos, entre outros);</p> <p>b) a melhoria das condições de produção e reprodução da prática cultural pelos seus detentores (adequação de espaços físicos, oficinas de transmissão de saberes, fortalecimento de cadeias produtivas, entre outros);</p> <p>c) a mobilização de segmentos sociais envolvidos com a produção e reprodução para o fortalecimento da gestão da</p>	<p>histórica, diagnóstico do estado de conservação, mapeamento de danos, perícias e ensaios, projeto de arquitetura e complementares de engenharia.</p> <p>XL - Projeto de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: projetos relativos a bens culturais imateriais transmitidos há, pelo menos, três gerações, que digam respeito à história, memória e identidade de grupos formadores da sociedade brasileira, que contenham a anuência comprovada de representação reconhecida da base social detentora, a participação direta de detentores no planejamento e na realização do projeto e que apresentem proposta de geração de benefícios materiais, sociais ou ambientais, devendo ainda desenvolver ações que visem um ou mais dos seguintes objetivos gerais:</p> <p>a) a execução de processos participativos de identificação e documentação do patrimônio cultural imaterial (mapeamentos, inventários, dossiês, diagnósticos, entre outros);</p> <p>b) a melhoria das condições de produção e reprodução da prática cultural pelos seus detentores (adequação de espaços físicos, oficinas de transmissão de saberes, fortalecimento de cadeias produtivas, entre outros);</p> <p>c) a mobilização de segmentos sociais envolvidos com a produção e reprodução para o fortalecimento da gestão da</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>VIII – projeto pedagógico: documento integrante de propostas voltadas para formação, capacitação, especialização e aperfeiçoamento na área da cultura, que contenha, pelo menos, os objetivos gerais e específicos da proposta, sua justificativa, carga horária completa, público-alvo, metodologias de ensino, material didático a ser utilizado, conteúdos a serem ministrados e profissionais envolvidos;</p> <p>IX – proponente: pessoa que apresenta propostas culturais no âmbito do Pronac e responsabiliza-se pela execução dos</p>	<p>salvaguarda (capacitação de quadros para esta gestão, realização de reuniões, fóruns, seminários, fortalecimento de redes de articulação, entre outros); e</p> <p>d) a difusão e valorização do bem cultural junto aos próprios detentores e à sociedade de forma geral (por meio da constituição, conservação e disponibilização de acervos, produção e distribuição de materiais de difusão, ações educativas, realização de prêmios e concursos, entre outros).</p> <p>XLVI - Projeto educativo: Projeto voltado à instrução ou formação de público na área cultural com plano pedagógico próprio e público alvo <i>[sic]</i> composto prioritariamente por estudantes de qualquer nível escolar ou beneficiários de baixa renda.</p> <p>XLVII - Projeto pedagógico: documento integrante de propostas voltadas para formação, capacitação, especialização e aperfeiçoamento na área da cultura, que contenha, pelo menos, os objetivos gerais e específicos da proposta, sua justificativa, carga horária completa, público-alvo, metodologias de ensino, material didático a ser utilizado, conteúdos a serem ministrados e profissionais envolvidos.</p> <p>XLVIII - Proponente: Pessoa física com atuação na área cultural, ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo ou instrumento congênere disponha sobre sua finalidade cultural e com atuação na área, responsável por apresentar, realizar e</p>	<p>salvaguarda (capacitação de quadros para esta gestão, realização de reuniões, fóruns, seminários, fortalecimento de redes de articulação, entre outros); e</p> <p>d) a difusão e valorização do bem cultural junto aos próprios detentores e à sociedade de forma geral (por meio da constituição, conservação e disponibilização de acervos, produção e distribuição de materiais de difusão, ações educativas, realização de prêmios e concursos, entre outros).</p> <p>XLVI - Projeto educativo: projeto voltado à formação de público na área cultural com plano pedagógico próprio e público alvo <i>[sic]</i> composto prioritariamente por estudantes de qualquer nível escolar ou beneficiários de baixa renda.</p> <p>XLVII - Projeto pedagógico: documento integrante de propostas voltadas para formação, capacitação, especialização e aperfeiçoamento na área da cultura, que contenha, pelo menos, os objetivos gerais e específicos da proposta, sua justificativa, carga horária completa, público-alvo, metodologias de ensino, material didático a ser utilizado, conteúdos a serem ministrados e profissionais envolvidos.</p> <p>XLVIII - Proponente: Pessoa física com atuação na área cultural, ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo ou instrumento congênere disponha sobre sua finalidade cultural e com atuação na área, responsável por apresentar, realizar e</p>	<p>salvaguarda (capacitação de quadros para esta gestão, realização de reuniões, fóruns, seminários, fortalecimento de redes de articulação, entre outros); e</p> <p>d) a difusão e valorização do bem cultural junto aos próprios detentores e à sociedade de forma geral (por meio da constituição, conservação e disponibilização de acervos, produção e distribuição de materiais de difusão, ações educativas, realização de prêmios e concursos, entre outros).</p> <p>XLI - Projeto educativo: projeto voltado à formação de público na área cultural com plano pedagógico próprio e público alvo composto prioritariamente por estudantes de qualquer nível escolar ou beneficiários de baixa renda.</p> <p>XLII - Projeto pedagógico: documento integrante de propostas voltadas para formação, capacitação, especialização e aperfeiçoamento na área da cultura, que contenha, pelo menos, os objetivos gerais e específicos da proposta, sua justificativa, carga horária completa, público-alvo, metodologias de ensino, material didático a ser utilizado, conteúdos a serem ministrados e profissionais envolvidos.</p> <p>XLIII - Proponente: Pessoa física com atuação na área cultural, ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo ou instrumento congênere disponha sobre sua finalidade cultural e com atuação na área, responsável por apresentar, realizar e</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>projetos aprovados, podendo ser pessoa física com atuação na área cultural ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo ou instrumento congênere disponha expressamente sobre sua finalidade cultural;</p> <p>XIII – produtor majoritário: aquele que, em coproduções, tiver participação em mais de cinquenta por cento do orçamento total;</p> <p>I – proposta cultural: requerimento apresentado por pessoa física ou jurídica de natureza cultural, por meio do sistema informatizado do Ministério da Cultura – MinC, denominado Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura – Salic, visando à obtenção dos benefícios do mecanismo de incentivo fiscal da Lei nº 8.313, de 1991;</p> <p>VI – Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura – Salic: sistema informatizado do MinC destinado à apresentação, ao recebimento, à análise de propostas culturais e à aprovação, à execução, ao acompanhamento e à prestação de contas de projetos culturais por pessoas físicas e jurídicas de natureza cultural;</p>	<p>responder por projeto cultural no âmbito do Pronac.</p> <p>XLIX - Proposta cultural: requerimento apresentado por proponente, por meio do sistema informatizado do Ministério da Cultura - MinC, denominado Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic, visando a obtenção dos benefícios do mecanismo incentivo a projetos culturais, nos termos da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>L - Salic: sistema informatizado do MinC destinado à apresentação, recebimento e análise de propostas culturais, assim como à aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais.</p>	<p>responder por projeto cultural no âmbito do Pronac.</p> <p>XLIX - Proposta cultural: requerimento apresentado por proponente, por meio do sistema informatizado do Ministério da Cultura - MinC, denominado Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic, visando a obtenção dos benefícios do mecanismo incentivo a projetos culturais, nos termos da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>L - Salic: sistema informatizado do MinC destinado à apresentação, recebimento e análise de propostas culturais, assim como à aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais.</p> <p>LI - Termo de Compromisso de Patrocínio: documento firmado pelo patrocinador e pelo proponente, devendo conter para análise:</p>	<p>responder por projeto cultural no âmbito do Pronac.</p> <p>XLIV - Proposta cultural: requerimento apresentado por proponente, por meio do sistema informatizado do Ministério da Cultura - MinC, denominado Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic, visando a obtenção dos benefícios do mecanismo incentivo a projetos culturais, nos termos da Lei nº 8.313, de 1991.</p> <p>XLV - Readequação orçamentária - ajustes de itens da planilha orçamentária que resulte em redução ou complementação de valores, bem como remanejamento entre itens/etapas maior que 50% (cinquenta por cento).</p> <p>XLVI - Salic: sistema informatizado do MinC destinado à apresentação, recebimento e análise de propostas culturais, assim como à aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais.</p> <p>XLVII - Termo de Compromisso de Patrocínio: documento firmado pelo patrocinador e pelo proponente, devendo conter para análise:</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>VIII – usuário do Salic: pessoa física que é detentora de chave de validação para inserção e edição de propostas e projetos culturais, podendo ser o próprio proponente ou seu representante legal;</p>	<p>LI - Usuário do Salic: pessoa física detentora de chave de validação para inserção e edição de propostas e projetos culturais, podendo ser o próprio proponente, seu representante legal ou procurador legalmente constituído pelo proponente.</p> <p>LII - Valor de Aplicação Financeira: campo de preenchimento automático com o somatório dos valores obtidos na aplicação financeira.</p> <p>LIII - Valor de Outras Leis: compreende o somatório dos recursos públicos de fontes diretas ou indiretas das 3 esferas de Poder.</p> <p>LIV - Valor do Projeto: compreende o somatório das etapas de pré-produção, produção, pós-produção, recolhimentos e controle.</p> <p>LV - Valor por Beneficiário: é o quociente entre o somatório do Custo do Projeto com o Valor de Outras Leis e o quantitativo de beneficiários do produto principal. Os beneficiários de produtos secundários poderão ser computados, desde que não se constituam nos mesmos beneficiários do produto principal. O produto sítio de internet só poderá ser computado quando constituir o produto principal.</p> <p>LVI - Valores de Outras Fontes: compreende recursos não incentivados próprios ou de terceiros.</p>	<p>a) Referência ao patrocinador, ao proponente e ao projeto (com o número da Proposta ou Projeto); e</p> <p>b) Data de validade.</p> <p>LII - Usuário do Salic: pessoa física detentora de chave de validação para inserção e edição de propostas e projetos culturais, podendo ser o próprio proponente, seu representante legal ou procurador legalmente constituído pelo proponente.</p> <p>LIII - Valor de Aplicação Financeira: campo de preenchimento automático com o somatório dos valores obtidos na aplicação financeira.</p> <p>LIV - Valor de Outras Leis: compreende o somatório dos recursos públicos de fontes diretas ou indiretas das 3 esferas de Poder.</p> <p>LV - Valor do Projeto: compreende o somatório das etapas de pré-produção, produção, pós-produção, recolhimentos e controle.</p> <p>LVI - Valor por Pessoa Beneficiada: é o quociente entre o somatório do Custo do Projeto e o quantitativo de beneficiários do produto principal. Os beneficiários de produtos secundários poderão ser computados, desde que não se constituam nos mesmos beneficiários do produto principal. O produto sítio de internet poderá ser computado integralmente quando constituir o produto principal.</p> <p>LVII - Valores de Outras Fontes: compreende recursos não incentivados</p>	<p>a) Referência ao patrocinador, ao proponente e ao projeto (número da Proposta ou Projeto); e</p> <p>b) Data de validade.</p> <p>XLVIII - Usuário do Salic: pessoa física detentora de chave de validação para inserção e edição de propostas e projetos culturais, podendo ser o próprio proponente, seu representante legal ou procurador legalmente constituído pelo proponente.</p> <p>XLIX - Valor de Aplicação Financeira: campo de preenchimento automático com o somatório dos valores obtidos na aplicação financeira.</p> <p>L - Valor de Outras Leis: compreende o somatório dos recursos públicos de fontes diretas ou indiretas das 3 esferas de Poder.</p> <p>LI - Valor do Projeto: compreende o somatório das etapas de pré-produção, produção, pós-produção.</p> <p>LII - Valor por Pessoa Beneficiada: é o quociente entre o somatório do Custo do Projeto e o quantitativo de beneficiários do produto principal. Os beneficiários de produtos secundários poderão ser computados, desde que não se constituam nos mesmos beneficiários do produto principal, não se aplicando para os projetos de ampla difusão em sítio da internet e TV aberta;</p> <p>LIII - Valores de Outras Fontes: compreende recursos não incentivados</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>LVII - Visita Técnica: ações realizadas junto aos proponentes com o objetivo de orientar quanto à correta utilização dos recursos repassados, a regular execução das etapas previstas e prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.</p> <p>LVIII - Vistoria <i>in loco</i>: acompanhamento da execução dos projetos culturais, <i>in loco</i>, a fim de comprovar se o objeto previsto está sendo realizado em conformidade com as especificações estabelecidas, incluindo as medidas de acessibilidade, democratização do acesso, contrapartidas sociais e os planos de divulgação e distribuição.</p>	<p>próprios ou de terceiros, os quais deverão ser declarados quando da prestação de contas.</p> <p>LVIII - Visita Técnica: ações realizadas junto aos proponentes com o objetivo de orientar quanto à correta utilização dos recursos repassados, a regular execução das etapas previstas e prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.</p> <p>LIX - Vistoria <i>in loco</i>: acompanhamento da execução dos projetos culturais, <i>in loco</i>, a fim de comprovar se o objeto previsto está sendo realizado em conformidade com as especificações estabelecidas, incluindo as medidas de acessibilidade, democratização do acesso, contrapartidas sociais e os planos de divulgação e distribuição.</p>	<p>próprios ou de terceiros, os quais deverão ser declarados quando da prestação de contas.</p> <p>LIV - Visita Técnica: ações realizadas junto aos proponentes com o objetivo de orientar quanto à correta utilização dos recursos repassados, a regular execução das etapas previstas e prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.</p> <p>LV - Vistoria <i>in loco</i>: acompanhamento da execução dos projetos culturais, <i>in loco</i>, a fim de comprovar se o objeto previsto está sendo realizado em conformidade com as especificações estabelecidas, incluindo as medidas de acessibilidade, democratização do acesso, contrapartidas sociais e os planos de divulgação e distribuição.</p>
<p>DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DECLARO para todos os fins de direito, estar ciente da obrigatoriedade de: TER CONHECIMENTO : - sobre a legislação referente ao benefício fiscal pretendido e das normas relativas à utilização de recursos públicos e respectivos regulamentos; - da vedação para apresentação de proposta por pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que, respectivamente, seja ou tenha como dirigentes, proprietários ou controladores:</p>	<p>ANEXO II DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DECLARO para todos os fins de direito, estar ciente da obrigatoriedade de: TER CONHECIMENTO: - sobre a legislação referente ao benefício fiscal pretendido e das normas relativas à utilização de recursos públicos e respectivos regulamentos em especial às vedações;</p>	<p>DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DECLARO para todos os fins de direito, estar ciente da obrigatoriedade de: TER CONHECIMENTO: - sobre a legislação referente ao benefício fiscal pretendido e das normas relativas à utilização de recursos públicos e respectivos regulamentos em especial às vedações, a ser acessado no site do MinC - www.cultura.gov.br/legislacao;</p>	<p>ANEXO II DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DECLARO para todos os fins de direito, estar ciente da obrigatoriedade de: TER CONHECIMENTO: - sobre a legislação referente ao benefício fiscal pretendido e das normas relativas à utilização de recursos públicos e respectivos regulamentos em especial às vedações, a ser acessado no Portal da Rouanet;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>a) agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; e</p> <p>b) servidor público do Ministério da Cultura ou de suas entidades vinculadas, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.</p> <p>- da vedação para transferência de saldos não utilizados para outros projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, ressalvada a hipótese prevista no art. 72, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 001, de 24/06/2013;</p> <p>- da vedação de doação ou patrocínio efetuado a pessoa ou instituição vinculada ao agente. Consideram-se vinculados ao doador ou patrocinador:</p> <p>a) a pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação, ou nos doze meses anteriores;</p> <p>b) o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do doador ou patrocinador ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios</p>			

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>de pessoa jurídica vinculada ao doador ou patrocinador, nos termos da alínea anterior;</p> <p>c) outra pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja sócio.</p> <p>- que a incorreta utilização dos recursos do incentivo sujeitam o incentivador ou proponente ou ambos, às sanções penais e administrativas, previstas na Lei nº 8.313, de 1991, e na Legislação do Imposto de Renda e respectivos regulamentos.</p> <p>MANTER comprovantes documentais das informações constantes no cadastro das propostas culturais, assim como das fases subsequentes de aprovação, acompanhamento e prestação de contas; ATUALIZAR minimamente a cada 6 (seis) meses, os dados cadastrais junto ao banco de dados do Sistema MinC; PERMANECER em situação de regularidade fiscal, tributária e com a</p>	<p>- que a gestão de recursos captados é decisão única e exclusiva do proponente, a partir da qual a responsabilização pela utilização desses recursos públicos torna-se indissociável e para a qual deve levar em conta a real possibilidade de captação futura com vistas ao cumprimento total do objeto pactuado; e</p> <p>- que a incorreta utilização dos recursos do incentivo sujeita o incentivador ou proponente ou ambos, às sanções penais e administrativas, previstas na Lei nº 8.313, de 1991, e na Legislação do Imposto de Renda e respectivos regulamentos.</p> <p>MANTER:</p> <p>- comprovantes documentais das informações constantes no cadastro das propostas culturais, assim como das fases subsequentes de aprovação, execução e avaliação de resultados; e</p> <p>- os dados cadastrais atualizados junto ao banco de dados do Sistema MinC.</p> <p>PERMANECER em situação de regularidade fiscal, tributária e previdenciária (seguridade social) durante</p>	<p>- que a gestão de recursos captados é decisão única e exclusiva do proponente, a partir da qual a responsabilização pela utilização desses recursos públicos torna-se indissociável e para a qual deve levar em conta a real possibilidade de captação futura com vistas ao cumprimento total do objeto pactuado;</p> <p>- que a incorreta utilização dos recursos do incentivo sujeita o incentivador ou proponente ou ambos, às sanções penais e administrativas, previstas na Lei nº 8.313, de 1991, e na Legislação do Imposto de Renda e respectivos regulamentos; e</p> <p>- sobre o conteúdo do Portal da Lei Rouanet, disponível no endereço rouanet.cultura.gov.br.</p> <p>MANTER:</p> <p>- comprovantes documentais das informações constantes no cadastro das propostas culturais, assim como das fases subsequentes de aprovação, execução e avaliação de resultados; e</p> <p>- os dados cadastrais atualizados junto ao banco de dados do Sistema MinC.</p> <p>PERMANECER em situação de regularidade fiscal, tributária e previdenciária (seguridade social) durante</p>	<p>- que a gestão de recursos captados é decisão única e exclusiva do proponente, a partir da qual a responsabilização pela utilização desses recursos públicos torna-se indissociável e para a qual deve levar em conta a real possibilidade de captação futura com vistas ao cumprimento total do objeto pactuado;</p> <p>- que a incorreta utilização dos recursos do incentivo sujeita o incentivador ou proponente ou ambos, às sanções penais e administrativas, previstas na Lei nº 8.313, de 1991, e na Legislação do Imposto de Renda e respectivos regulamentos; e</p> <p>- sobre o conteúdo do Portal da Lei Rouanet, disponível no endereço rouanet.cultura.gov.br.</p> <p>MANTER:</p> <p>- comprovantes documentais das informações constantes no cadastro das propostas culturais, assim como das fases subsequentes de aprovação, execução e avaliação de resultados; e</p> <p>- os dados cadastrais atualizados junto ao banco de dados do Sistema MinC.</p> <p>PERMANECER em situação de regularidade fiscal, tributária e previdenciária (seguridade social) durante</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>seguridade social durante toda a tramitação da proposta e do projeto cultural;</p> <p>SABER que nenhuma instituição beneficiária poderá ressarcir-se de despesas efetuadas em data anterior à da publicação da portaria de aprovação e autorização para captação de recursos, conforme o disposto no art. 35, §1º, do Decreto 5.761, de 2006, e parágrafo único e caput do art. 49 da Instrução Normativa nº 001, de 24/06/2013, e que a não observância desta determinação acarretará a devolução do recurso captado ao Fundo Nacional de Cultura - FNC.</p> <p>ACATAR os valores definidos pelo Ministério da Cultura na portaria de aprovação do projeto cultural ou, em caso de discordância, formalizar pedido de reconsideração em até 10 (dez) dias, conforme o disposto art. 44 da Instrução Normativa nº 001, de 24/06/2013.</p> <p>PROMOVER a execução do objeto do projeto rigorosamente na forma e prazos estabelecidos;</p> <p>APLICAR os recursos captados exclusivamente na consecução do objeto, comprovando seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados;</p> <p>COMPROVAR que dispõe de contrapartida, quando exigido, ou assegurar o provimento tempestivo de</p>	<p>toda a tramitação da proposta e do projeto cultural;</p> <p>ACATAR os valores definidos pelo Ministério da Cultura na divulgação oficial do resultado da apreciação da CNIC ou, em caso de discordância, formalizar pedido de reconsideração em até 10 (dez) dias, conforme o disposto nesta Instrução.</p> <p>PROMOVER a execução do objeto do projeto na forma e prazos estabelecidos e aplicar os recursos captados exclusivamente na consecução do objeto, comprovando seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados;</p>	<p>toda a tramitação da proposta e do projeto cultural;</p> <p>ACATAR os valores definidos pelo Ministério da Cultura na divulgação oficial do resultado da apreciação da CNIC ou, em caso de discordância, formalizar pedido de reconsideração em até 10 (dez) dias, conforme o disposto nesta Instrução.</p> <p>PROMOVER a execução do objeto do projeto na forma e prazos estabelecidos e aplicar os recursos captados exclusivamente na consecução do objeto, comprovando seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados;</p>	<p>toda a tramitação da proposta e do projeto cultural;</p> <p>ACATAR os valores definidos pelo Ministério da Cultura na divulgação oficial do resultado da homologação ou, em caso de discordância, formalizar recurso conforme a Lei do Processo Administrativo nº 9.784, de 1999;</p> <p>PROMOVER a execução do objeto do projeto na forma e prazos estabelecidos e aplicar os recursos captados exclusivamente na consecução do objeto, comprovando seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>recursos, próprios ou de terceiros, complementares ao valor global da proposta, observado o disposto no art. 48, § 3º, do Decreto nº 5.761, de 2006;</p> <p>PERMITIR E FACILITAR o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto, a fiscalização por meio de auditorias, vistorias in loco e demais diligências de acompanhamento, que serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais;</p> <p>ATENDER às solicitações de informações, reparos, alterações, substituições ou regularizações de situações apontadas, no prazo estabelecido;</p> <p>DAR PUBLICIDADE, na promoção e divulgação do projeto, ao apoio do Ministério da Cultura, com observância dos modelos constantes do Manual de Uso das Marcas do Pronac, disponível no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br);</p> <p>PRESTAR CONTAS dos valores captados, depositados e aplicados, bem como dos resultados do projeto, nas</p>	<p>PERMITIR E FACILITAR o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto, à fiscalização por meio de auditorias, vistorias <i>in loco</i>, visitas técnicas e demais diligências, que serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais;</p> <p>DAR PUBLICIDADE, na promoção e divulgação do projeto, ao apoio do Ministério da Cultura, com observância dos modelos constantes do Manual de Uso das Marcas do Pronac, disponível no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br) tendo em vista que a divulgação da Lei Rouanet é fundamental para o controle social, para o conhecimento do público em geral, para a motivação e o engajamento de novos patrocinadores e doadores, bem como para a evolução e a expansão do mecanismo;</p> <p>PRESTAR CONTAS dos valores captados, depositados e aplicados, bem como dos</p>	<p>PERMITIR E FACILITAR o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto, à fiscalização por meio de auditorias, vistorias in loco, visitas técnicas e demais diligências, que serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais, distrital e municipais;</p> <p>DAR PUBLICIDADE, na promoção e divulgação do projeto, ao apoio do Ministério da Cultura, com observância dos modelos constantes do Manual de Uso das Marcas do Pronac, disponível no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br) tendo em vista que a divulgação da Lei Rouanet é fundamental para o controle social, para o conhecimento do público em geral, para a motivação e o engajamento de novos patrocinadores e doadores, bem como para a evolução e a expansão do mecanismo;</p> <p>PRESTAR CONTAS dos valores captados, depositados e aplicados, bem como dos</p>	<p>PERMITIR E FACILITAR o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto, à fiscalização por meio de auditorias, vistorias in loco, visitas técnicas e demais diligências, que serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais, distrital e municipais;</p> <p>DAR PUBLICIDADE, na promoção e divulgação do projeto, ao apoio do Ministério da Cultura, com observância dos modelos constantes do Manual de Uso das Marcas do Pronac, disponível no Portal da Rouanet, tendo em vista que a divulgação da Lei Rouanet é fundamental para o controle social, para o conhecimento do público em geral, para a motivação e o engajamento de novos patrocinadores e doadores, bem como para a evolução e a expansão do mecanismo;</p> <p>PRESTAR CONTAS dos valores captados, depositados e aplicados, bem como dos</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>condições e prazos fixados ou sempre que for solicitado; DEVOLVER em valor atualizado, o saldo dos recursos captados e não utilizados na execução do projeto, mediante recolhimento ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), conforme instruções dispostas no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br).</p> <p>Assim, COMPROMETO-ME a: ACOMPANHAR e SANAR tempestivamente qualquer solicitação das áreas técnicas do Ministério da Cultura;</p> <p>INSERIR no orçamento da proposta aquisição de material permanente apenas quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta cultural, em detrimento da locação, devendo o proponente, em qualquer caso, realizar cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade; DESTINAR para fins culturais, todo e qualquer bem ou material permanente a ser adquirido ou produzido com</p>	<p>resultados do projeto, nas condições e prazos fixados ou sempre que for solicitado;</p> <p>DEVOLVER em valor atualizado, o saldo dos recursos captados e não utilizados na execução do projeto, mediante recolhimento ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), conforme instruções dispostas no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br).</p> <p>Assim, COMPROMETO-ME a: ACOMPANHAR e SANAR tempestivamente qualquer solicitação das áreas técnicas do Ministério da Cultura;</p>	<p>resultados do projeto, nas condições e prazos fixados ou sempre que for solicitado;</p> <p>DEVOLVER em valor atualizado, o saldo dos recursos captados e não utilizados na execução do projeto, mediante recolhimento ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), conforme instruções dispostas no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br).</p> <p>Assim, COMPROMETO-ME a: ACOMPANHAR e SANAR tempestivamente qualquer solicitação das áreas técnicas do Ministério da Cultura; APLICAR E PROMOVER A DIVULGAÇÃO da classificação indicativa para exibição de obras, espetáculos, eventos, shows e conteúdo audiovisual, conforme Portaria nº 368, de 11 de fevereiro de 2014, do Ministério da Justiça.</p>	<p>resultados do projeto, nas condições e prazos fixados ou sempre que for solicitado;</p> <p>DEVOLVER em valor atualizado, o saldo dos recursos captados e não utilizados na execução do projeto, quando não transferidos para outro projeto, mediante recolhimento ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), conforme instruções dispostas no Portal da Rouanet.</p> <p>Assim, COMPROMETO-ME a: ACOMPANHAR e SANAR tempestivamente qualquer solicitação das áreas técnicas do Ministério da Cultura; APLICAR E PROMOVER A DIVULGAÇÃO da classificação indicativa para exibição de obras, espetáculos, eventos, shows e conteúdo audiovisual, conforme Portaria nº 368, de 11 de fevereiro de 2014, do Ministério da Justiça;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>recursos de incentivo fiscal, após a finalização do projeto ou dissolução da instituição. No caso de direcionar o bem a outra entidade de natureza cultural, apresentar recibo quando do envio da prestação de contas;</p> <p>OBTER E APRESENTAR AO MINC antes do início de execução do projeto, alvará(s) ou autorização(ões) equivalente(s) emitida(s) pelo(s) órgão(s) público(s) competente(s), caso alguma(s) da(s) atividade(s) decorrentes do projeto sejam executadas em espaços públicos;</p> <p>OBTER E APRESENTAR AO MINC antes do início de execução do projeto, declaração de autorização dos titulares dos direitos autorais, conexos e de imagem em relação aos acervos, às obras e imagens de terceiros como condição para utilizá-los no projeto; e</p> <p>Por fim, ATESTO serem fidedignas as informações prestadas no preenchimento dos formulários, bem como de outras documentações juntadas ao longo da tramitação do projeto.</p> <p>_____ PROPONENTE</p> <p>Art. 11. No momento do cadastramento da proposta cultural, no campo correspondente do Salic, serão anexados os seguintes documentos em</p>	<p>OBTER E APRESENTAR AO MINC antes do início de execução do projeto, alvará(s) ou autorização(ões) equivalente(s) emitida(s) pelo(s) órgão(s) público(s) competente(s), caso alguma(s) da(s) atividade(s) decorrentes do projeto sejam executadas em espaços públicos;</p> <p>OBTER E APRESENTAR AO MINC, antes do início de execução do projeto, declaração de autorização dos titulares dos direitos autorais, conexos e de imagem em relação aos acervos, às obras e imagens de terceiros como condição para utilizá-los no projeto; e</p> <p>Por fim, ATESTO serem fidedignas as informações prestadas no preenchimento dos formulários, assim como de outras documentações juntadas ao longo da tramitação do projeto, e que responderei por eventuais infrações que vierem a ser cometidas.</p> <p>_____ Proponente</p>	<p>OBTER E APRESENTAR AO MINC antes do início de execução do projeto, alvará(s) ou autorização(ões) equivalente(s) emitida(s) pelo(s) órgão(s) público(s) competente(s), caso alguma(s) da(s) atividade(s) decorrentes do projeto sejam executadas em espaços públicos;</p> <p>OBTER E APRESENTAR AO MINC, antes do início de execução do projeto, declaração de autorização dos titulares dos direitos autorais, conexos e de imagem em relação aos acervos, às obras e imagens de terceiros como condição para utilizá-los no projeto; e</p> <p>Por fim, ATESTO serem fidedignas as informações prestadas no preenchimento dos formulários, assim como de outras documentações juntadas ao longo da tramitação do projeto, e que responderei por eventuais infrações que vierem a ser cometidas.</p> <p>_____ Proponente</p>	<p>OBTER E APRESENTAR AO MINC antes do início de execução do projeto, alvará(s) ou autorização(ões) equivalente(s) emitida(s) pelo(s) órgão(s) público(s) competente(s), caso alguma(s) da(s) atividade(s) decorrentes do projeto sejam executadas em espaços públicos;</p> <p>OBTER E APRESENTAR AO MINC, antes do início de execução do projeto, declaração de autorização dos titulares dos direitos autorais, conexos e de imagem em relação aos acervos, às obras e imagens de terceiros como condição para utilizá-los no projeto; e</p> <p>Por fim, ATESTO serem fidedignas as informações prestadas no preenchimento dos formulários, assim como de outras documentações juntadas ao longo da tramitação do projeto, e que responderei por eventuais infrações que vierem a ser cometidas.</p> <p>_____ Proponente</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>meio digital e prestadas as seguintes informações, relativas ao proponente e à sua proposta:</p> <p>I – apenas para pessoa física:</p> <p>a) currículo ou portfólio, com destaque para as atividades na área cultural;</p> <p>b) documento legal de identificação que contenha foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF; e</p> <p>c) cédula de identidade de estrangeiro emitida pela República Federativa do Brasil, se for o caso;</p> <p>II – apenas para pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos:</p> <p>a) relatório das ações de natureza cultural realizadas pela proponente;</p>	<p style="text-align: center;">ANEXO III</p> <p style="text-align: center;">DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS</p> <p style="text-align: center;"><u>APENAS PARA PESSOA FÍSICA:</u></p> <p>a) currículo ou portfólio, com destaque para as atividades na área cultural objeto da proposta, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, etc.</p> <p>Nos materiais mencionados, deverá conter o nome do proponente para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;</p> <p>b) cópia de documento legal de identificação que contenha foto e assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF; e</p> <p>c) cédula de identidade de estrangeiro emitida pela República Federativa do Brasil, se for o caso.</p> <p style="text-align: center;"><u>APENAS PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS:</u></p>	<p style="text-align: center;">DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS</p> <p style="text-align: center;"><u>APENAS PARA PESSOA FÍSICA:</u></p> <p>a) currículo ou portfólio atualizado, com destaque para as atividades na área cultural objeto da proposta, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, etc.</p> <p>Nos materiais mencionados, deverá conter o nome do proponente para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;</p> <p>b) cópia de documento legal de identificação que contenha foto e assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF; e</p> <p>c) cédula de identidade de estrangeiro emitida pela República Federativa do Brasil, se for o caso.</p> <p style="text-align: center;"><u>APENAS PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS:</u></p>	<p style="text-align: center;">ANEXO III</p> <p style="text-align: center;">DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS</p> <p style="text-align: center;"><u>APENAS PARA PESSOA FÍSICA:</u></p> <p>a) currículo ou portfólio atualizado, com destaque para as atividades na área cultural objeto da proposta, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, etc.</p> <p>Nos materiais mencionados, deverá conter o nome do proponente para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;</p> <p>b) cópia de documento legal de identificação que contenha foto e assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF; e</p> <p>c) cédula de identidade de estrangeiro emitida pela República Federativa do Brasil, se for o caso.</p> <p style="text-align: center;"><u>APENAS PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS:</u></p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>b) no caso de a proponente ter menos de dois anos de constituição ou não possuir ações de natureza cultural realizadas, anexar, no Salic, a versão atualizada do currículo ou portfólio comprovando as atividades culturais de seus dirigentes nos dois últimos anos;</p> <p>c) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;</p> <p>d) estatuto ou contrato social e respectivas alterações posteriores devidamente registradas no órgão competente ou do ato legal de sua constituição, conforme o caso;</p>	<p>a) relatório das ações de natureza cultural na área objeto da proposta realizadas pela instituição nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;</p> <p>b) no caso de a instituição possuir menos de dois anos de constituição ou não possuir ações de natureza cultural realizadas, anexar, no Salic, a versão atualizada do currículo ou portfólio, comprovando as atividades culturais de seus dirigentes na área objeto da proposta nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, etc. Nos materiais mencionados deverão conter o nome do proponente, para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;</p> <p>e) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ; (inciso alterado pela IN nº 2/2017/MinC)</p> <p>c) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ, em que conste situação ativa ou equivalente; (NR)</p> <p>d) cópia atualizada do Estatuto Social, Contrato Social, Certificado de Microempreendedor Individual ou</p>	<p>a) relatório atualizados das ações de natureza cultural na área objeto da proposta;</p> <p>b) no caso de a instituição possuir menos de dois anos de constituição ou não possuir ações de natureza cultural realizadas, anexar, no Salic, a versão atualizada do currículo ou portfólio, comprovando as atividades culturais de seus dirigentes na área objeto da proposta, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, etc. Nos materiais mencionados deverão <i>[sic]</i> conter o nome do proponente, para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;</p> <p>c) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;</p> <p>d) cópia atualizada do Estatuto Social, Contrato Social, Certificado de Microempreendedor Individual ou</p>	<p>a) relatório atualizado das ações de natureza cultural na área objeto da proposta;</p> <p>b) no caso de instituição não possuir ações de natureza cultural realizadas a comprovação poderá se dar por meio de: b.1) versão atualizada do currículo ou portfólio, comprovando as atividades culturais de seus dirigentes na área objeto da proposta, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, entre outros. Nos materiais mencionados deverão <i>[sic]</i> conter o nome do proponente, para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem; b.2) currículo da equipe técnica constante na ficha técnica do projeto;</p> <p>c) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;</p> <p>d) cópia atualizada do Estatuto Social, Contrato Social, Certificado de Microempreendedor Individual ou</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>e) ata de eleição da atual diretoria, do termo de posse de seus dirigentes, devidamente registrado, ou do ato de nomeação de seus dirigentes, conforme for o caso; e</p> <p>f) documento legal de identificação do dirigente da proponente que contenha: foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF;</p> <p>III – para pessoas físicas e jurídicas:</p> <p>a) no caso de outorga de poderes a terceiros: procuração que traga firma reconhecida, acompanhada dos documentos de identificação dos procuradores, e que contenha poderes que não configurem qualquer tipo de intermediação, vedada pelo art. 28 da Lei nº 8.313, de 1991; e</p> <p>b) no caso de proposta que preveja execução compartilhada: contrato ou</p>	<p>Requerimento do empresário e respectivas alterações posteriores devidamente registradas no órgão competente ou do ato legal de sua constituição;</p> <p>OBS.: Anexar todas as páginas/cópias do Estatuto/Contrato Social ou o último Estatuto/Contrato consolidado.</p> <p>e) cópia da ata de eleição da atual diretoria, do termo de posse de seus dirigentes, devidamente registrado, ou do ato de nomeação de seus dirigentes; e</p> <p>f) cópia de documento legal de identificação do(s) dirigente(s) responsável(eis) por administrar a instituição que contenha: foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF.</p> <p>g) comprovação de constituição há pelo menos um ano, quando o proponente for entidade juvenil prevista no § 2º do art. 23 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, ou associação cuja principal atividade estatutária seja voltada para interesses de jovens de até 29 anos de idade. (NR) (inciso acrescido pela IN nº 2/2017/MinC)</p> <p>PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. procuração que traga firma reconhecida; 2. cópia dos documentos de identificação dos procuradores que contenha foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF. 	<p>Requerimento do empresário e respectivas alterações posteriores devidamente registradas no órgão competente ou do ato legal de sua constituição;</p> <p>OBS.: Anexar todas as páginas/cópias do Estatuto/Contrato Social ou o último Estatuto/Contrato consolidado.</p> <p>e) cópia da ata de eleição da atual diretoria, do termo de posse de seus dirigentes, devidamente registrado, ou do ato de nomeação de seus dirigentes; e</p> <p>f) cópia de documento legal de identificação do(s) dirigente(s) responsável(eis) por administrar a instituição que contenha: foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF.</p> <p>PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. procuração que traga firma reconhecida; 2. cópia dos documentos de identificação dos procuradores que contenha foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF. 	<p>Requerimento do empresário e respectivas alterações posteriores devidamente registradas no órgão competente ou do ato legal de sua constituição;</p> <p>OBS.: Anexar todas as páginas/cópias do Estatuto/Contrato Social ou o último Estatuto/Contrato consolidado.</p> <p>e) cópia da ata de eleição da atual diretoria, do termo de posse de seus dirigentes, devidamente registrado, ou do ato de nomeação de seus dirigentes; e</p> <p>f) cópia de documento legal de identificação do(s) dirigente(s) responsável(eis) por administrar a instituição que contenha: foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF.</p> <p>PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. procuração que traga firma reconhecida; 2. cópia dos documentos de identificação dos procuradores que contenha foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>acordo de cooperação técnica correspondente; V – informações relacionadas a propostas nas áreas de artes cênicas e música, para espetáculos, shows ou gravação de CD, DVD e mídias congêneres:</p> <p>a) ficha técnica, com currículo do diretor, do produtor e dos artistas protagonistas, quando for o caso; b) sinopse ou roteiro do espetáculo de circo, da peça teatral, do espetáculo de dança ou de performance de outra natureza; c) anuência do autor para a montagem do espetáculo teatral objeto da proposta; e d) listagem detalhada do conteúdo a ser gravado ou justificativa quando não definido;</p> <p>IV – informações relacionadas a qualquer proposta cultural:</p>	<p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ESPETÁCULO DE ARTES CÊNICAS</u></p> <p>a) Contrato de Direito Autoral ou Carta de Anuência, contendo a assinatura do autor, autorizando a empresa/instituição a apresentar o texto de sua autoria para realização do espetáculo de artes cênicas.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS EM GERAL</u></p> <p>a) Os documentos, quando encaminhados em idioma estrangeiro, deverão ser acompanhados de tradução contendo a assinatura, o número do CPF e do RG do tradutor, exceto nos casos de tradução juramentada.</p>	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ESPETÁCULO DE ARTES CÊNICAS</p> <p>a) Contrato de Direito Autoral ou Carta de Anuência, contendo a assinatura do autor, autorizando a empresa/instituição a apresentar o texto de sua autoria para realização do espetáculo de artes cênicas.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS EM GERAL</p> <p>a) Os documentos, quando encaminhados em idioma estrangeiro, deverão ser acompanhados de tradução contendo a assinatura, o número do CPF e do RG do tradutor, exceto nos casos de tradução juramentada.</p>	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ESPETÁCULO DE ARTES CÊNICAS</p> <p>a) Contrato de Direito Autoral ou Carta de Anuência, contendo a assinatura do autor, autorizando a empresa/instituição a apresentar o texto de sua autoria para realização do espetáculo de artes cênicas.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS EM GERAL</p> <p>a) os documentos, quando encaminhados em idioma estrangeiro, deverão ser acompanhados de tradução contendo a assinatura, o número do CPF e do RG do tradutor, exceto nos casos de tradução juramentada.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>a) plano básico de divulgação, de acordo com campos previamente definidos no Salic;</p> <p>b) plano de distribuição, com descrição dos produtos a serem distribuídos, inclusive os gratuitos, especificando a destinação e os valores;</p> <p>c) projeto pedagógico com currículo do responsável, no caso de proposta que preveja a instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, à capacitação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura;</p> <p>d) plano de execução contendo carga horária e conteúdo programático, no caso de oficinas, de workshops e de outras atividades de curta duração;</p> <p>e) outras fontes pretendidas para a arrecadação de recursos, inclusive aqueles solicitados a outros órgãos e esferas da Administração Pública, assim como dos recursos próprios ou de terceiros, caso venha a ocorrer durante a execução do projeto;</p> <p>f) declaração de que obterá a autorização dos titulares dos direitos autorais, conexos e de imagem em relação aos acervos, às obras e imagens de terceiros como condição para utilizá-los no projeto;</p>	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A QUALQUER PROPOSTA CULTURAL:</p> <p>a) Carta de anuência assinada pelo próprio artista ou representante legal quando seu nome é determinante para execução do objeto proposto.</p>	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A QUALQUER PROPOSTA CULTURAL:</p> <p>a) Carta de anuência assinada pelo próprio artista ou representante legal quando seu nome é determinante para execução do objeto proposto.</p>	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A QUALQUER PROPOSTA CULTURAL:</p> <p>a) Carta de Anuência assinada pelo próprio artista ou representante legal quando seu nome é determinante para execução do objeto proposto.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>VII – Informações relacionadas a propostas para a área de humanidades, para edição de obra literária:</p> <p>a) especificações técnicas das peças gráficas, tais como livros, revistas, jornais, dentre outros; e</p> <p>b) sinopse da obra literária;</p> <p>XVI – informações relacionadas a propostas que contemplem mostras, festivais, oficinas e workshops:</p> <p>a) beneficiários do produto da proposta e forma de seleção;</p> <p>b) justificativa acerca do conteúdo ou acervo indicado para o segmento de público a ser atingido, no caso de mostra;</p> <p>c) detalhamento dos objetivos, das atividades e do formato do evento;</p> <p>d) indicação do curador, dos componentes de júri, da comissão julgadora ou congênere, quando houver; e</p> <p>e) relação dos títulos a serem exibidos no caso de proposta na área de audiovisual,</p>	<p>b) ficha técnica, com currículo dos curadores e dos artistas, quando for o caso; e</p> <p>c) relatório das obras que serão expostas, quando já definidas.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM MOSTRAS, FESTIVAIS COMPETITIVOS OU NÃO, OFICINAS E WORKSHOPS:</p> <p>a) beneficiários do produto da proposta e forma de seleção;</p> <p>b) justificativa acerca do conteúdo ou acervo indicado para o segmento de público a ser atingido, no caso de mostra;</p> <p>c) detalhamento dos objetivos, das atividades e do formato do evento; e</p> <p>d) indicação do curador, dos componentes de júri, da comissão julgadora ou congênere, quando houver;</p> <p>e) projeto pedagógico com currículo do responsável, no caso de proposta que preveja a instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, à capacitação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura;</p>	<p>b) ficha técnica, com currículo dos curadores e dos artistas, quando for o caso; e</p> <p>c) relatório das obras que serão expostas, quando já definidas.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM MOSTRAS, FESTIVAIS COMPETITIVOS OU NÃO, OFICINAS E WORKSHOPS:</p> <p>a) beneficiários do produto da proposta e forma de seleção;</p> <p>b) justificativa acerca do conteúdo ou acervo indicado para o segmento de público a ser atingido, no caso de mostra;</p> <p>c) detalhamento dos objetivos, das atividades e do formato do evento; e</p> <p>d) indicação do curador, dos componentes de júri, da comissão julgadora ou congênere, quando houver;</p> <p>e) projeto pedagógico com currículo do responsável, no caso de proposta que preveja a instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, à capacitação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura;</p>	<p>b) ficha técnica, com currículo dos curadores e dos artistas, quando for o caso; e</p> <p>c) relatório das obras que serão expostas, quando já definidas.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM MOSTRAS, FESTIVAIS COMPETITIVOS OU NÃO, OFICINAS E WORKSHOPS:</p> <p>a) beneficiários do produto da proposta e forma de seleção;</p> <p>b) justificativa acerca do conteúdo ou acervo indicado para o segmento de público a ser atingido, no caso de mostra;</p> <p>c) detalhamento dos objetivos, das atividades e do formato do evento;</p> <p>d) indicação do curador, dos componentes de júri, da comissão julgadora ou congênere, quando houver;</p> <p>e) projeto pedagógico com currículo do responsável, no caso de proposta que preveja a instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, à capacitação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>sendo permitida a sua apresentação até o início da execução do projeto, na forma do § 3º deste artigo;</p> <p>VIII – Informações relacionadas a propostas na área de patrimônio cultural material, conforme o caso:</p> <p>a) definição prévia dos bens em caso de proposta que vise à identificação, à documentação e ao inventário de bem material histórico;</p> <p>b) propostas de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de banco de dados;</p> <p>c) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;</p> <p>d) inventário do acervo e parecer ou laudo técnico, em caso de proposta que vise à restauração de acervos documentais; e</p> <p>e) plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate da criação de acervos ou museus;</p>	<p>f) plano de execução contendo carga horária e conteúdo programático no caso de oficinas, de workshops e de outras atividades de curta duração;</p> <p>g) relação dos títulos a serem exibidos no caso de proposta na área de audiovisual, sendo permitida a sua apresentação até o início da execução do projeto, porém, é necessário que seja informado o quantitativo e o formato das obras a serem exibidas;</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL, CONFORME O CASO:</p> <p>a) definição prévia dos bens em caso de proposta que vise à identificação, à documentação e ao inventário de bem material histórico;</p> <p>b) propostas de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de banco de dados;</p> <p>c) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;</p> <p>d) inventário do acervo e parecer ou laudo técnico, em caso de proposta que vise à restauração de acervos documentais; e</p> <p>e) plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate dos processos de patrimonialização do bem.</p>	<p>f) plano de execução contendo carga horária e conteúdo programático no caso de oficinas, de workshops e de outras atividades de curta duração;</p> <p>g) relação dos títulos a serem exibidos no caso de proposta na área de audiovisual, sendo permitida a sua apresentação até o início da execução do projeto, porém, é necessário que seja informado o quantitativo e o formato das obras a serem exibidas;</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL, CONFORME O CASO:</p> <p>a) definição prévia dos bens em caso de proposta que vise à identificação, à documentação e ao inventário de bem material histórico;</p> <p>b) propostas de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de banco de dados;</p> <p>c) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;</p> <p>d) inventário do acervo e parecer ou laudo técnico, em caso de proposta que vise à restauração de acervos documentais; e</p> <p>e) plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate dos processos de patrimonialização do bem.</p>	<p>f) plano de execução contendo carga horária e conteúdo programático no caso de oficinas, de workshops e de outras atividades de curta duração; e</p> <p>g) relação dos títulos a serem exibidos no caso de proposta na área de audiovisual, sendo permitida a sua apresentação até o início da execução do projeto, porém, é necessário que seja informado o quantitativo e o formato das obras a serem exibidas.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL, CONFORME O CASO:</p> <p>a) definição prévia dos bens em caso de proposta que vise à identificação, à documentação e ao inventário de bem material histórico;</p> <p>b) propostas de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de banco de dados;</p> <p>c) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;</p> <p>d) inventário do acervo e parecer ou laudo técnico, em caso de proposta que vise à restauração de acervos documentais; e</p> <p>e) plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate dos processos de patrimonialização do bem.</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
		<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:</p> <p>a) o projeto deverá considerar Educação Patrimonial como processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação;</p> <p>b) os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades;</p> <p>c) os projetos deverão considerar as seguintes diretrizes da Educação Patrimonial, presentes na Portaria IPHAN 137 de 28 de abril de 2017:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; 2. integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; 3. valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; 4. favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural; 	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:</p> <p>a) o projeto deverá considerar Educação Patrimonial como processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação;</p> <p>b) os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades;</p> <p>c) os projetos deverão considerar as seguintes diretrizes da Educação Patrimonial, presentes na Portaria IPHAN 137 de 28 de abril de 2017:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; 2. integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; 3. valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; 4. favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
		<p>5. considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;</p> <p>6. considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas; e</p> <p>7. incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional.</p> <p>d) os projetos que preveem a elaboração de projetos pedagógicos deverão utilizar a estrutura mínima de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. diagnóstico contextualizado, identificando a situação atual da localidade em relação ao tema da preservação do patrimônio cultural; 2. objetivos gerais e específicos, identificando quais mudanças e impactos serão gerados com o projeto na realidade local; 3. justificativa, explicando porque o projeto é importante e como ele contribui para mudar a realidade local; 4. definição do público-participante, esclarecendo o processo de seleção do referido público; 5. principais ações/atividades. É importante que a descrição dessas ações seja 	<p>5. considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;</p> <p>6. considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas; e</p> <p>7. incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional.</p> <p>d) os projetos que preveem a elaboração de projetos pedagógicos deverão utilizar a estrutura mínima de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. diagnóstico contextualizado, identificando a situação atual da localidade em relação ao tema da preservação do patrimônio cultural; 2. objetivos gerais e específicos, identificando quais mudanças e impactos serão gerados com o projeto na realidade local; 3. justificativa, explicando porque o projeto é importante e como ele contribui para mudar a realidade local; 4. definição do público-participante, esclarecendo o processo de seleção do referido público; 5. principais ações/atividades. É importante que a descrição dessas ações seja

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
		<p>relacionada com o orçamento do projeto e com o diagnóstico contextualizado;</p> <p>6. estratégias, explicando como essas ações serão realizadas e indicar quais as principais parcerias;</p> <p>7. monitoramento, definindo como as ações serão acompanhadas;</p> <p>8. estrutura curricular do conteúdo, a carga horária, as disciplinas e quadro de docentes</p> <p>9. Base conceitual e metodologias relativas à Educação Patrimonial; e</p> <p>10. avaliação, descrevendo como será implementado o plano de avaliação (avaliações processuais, auto avaliações, avaliação do processo de desenvolvimento do público participante etc.).</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURO (ARQUITETURA E COMPLEMENTARES) PARA PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DISTRITAL:</p> <p>a) o projeto de restauro (arquitetura e complementares).</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURO (ARQUITETURA E COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA), PARA BENS CULTURAIS MATERIAIS TOMBADOS PELOS PODERES</p>	<p>relacionada com o orçamento do projeto e com o diagnóstico contextualizado;</p> <p>6. estratégias, explicando como essas ações serão realizadas e indicar quais as principais parcerias;</p> <p>7. monitoramento, definindo como as ações serão acompanhadas;</p> <p>8. estrutura curricular do conteúdo, a carga horária, as disciplinas e quadro de docentes</p> <p>9. Base conceitual e metodologias relativas à Educação Patrimonial; e</p> <p>10. avaliação, descrevendo como será implementado o plano de avaliação (avaliações processuais, auto avaliações, avaliação do processo de desenvolvimento do público participante etc.).</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURO (ARQUITETURA E COMPLEMENTARES) PARA PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DISTRITAL:</p> <p>a) o projeto de restauro (arquitetura e complementares).</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURO (ARQUITETURA E COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA), PARA BENS CULTURAIS MATERIAIS TOMBADOS PELOS PODERES</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p></p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE</p>	<p>PUBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DISTRITAL:</p> <p>a) identificação e conhecimento do bem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. pesquisa histórica; 2. levantamento físico; 2.1. levantamento cadastral; 2.1.1. planta de situação; 2.1.2. planta de locação; 2.1.3. plantas baixas; 2.1.4. fachadas; 2.1.5. cortes; 2.1.6. plantas de cobertura; 2.2. topografia do terreno; 2.3. documentação fotográfica; e 2.4. elementos artísticos integrados. 3. análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo; 4. Prospecções: 4.1. arquitetônica; 4.2. estrutural e do sistema construtivo; e 4.3. arqueológica. b) diagnóstico: 1. mapeamento de danos; 2. análises do estado de conservação; 3. estudos geotécnicos; e 4. ensaios e testes. c) proposta de intervenção: 1. estudo preliminar; 2. projeto básico de intervenção; e 3. projeto executivo. 	<p>PUBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DISTRITAL:</p> <p>a) identificação e conhecimento do bem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. pesquisa histórica; 2. levantamento físico; 2.1. levantamento cadastral; 2.1.1. planta de situação; 2.1.2. planta de locação; 2.1.3. plantas baixas; 2.1.4. fachadas; 2.1.5. cortes; 2.1.6. plantas de cobertura; 2.2. topografia do terreno; 2.3. documentação fotográfica; e 2.4. elementos artísticos integrados. 3. análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo; 4. Prospecções: 4.1. arquitetônica; 4.2. estrutural e do sistema construtivo; e 4.3. arqueológica. b) diagnóstico: 1. mapeamento de danos; 2. análises do estado de conservação; 3. estudos geotécnicos; e 4. ensaios e testes. c) proposta de intervenção: 1. estudo preliminar; 2. projeto básico de intervenção; e 3. projeto executivo. <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>IX – informações relacionadas especificamente a propostas na área</p>	<p>ARQUITETURA E URBANISMO PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL:</p> <p>a) o projeto de arquitetura e urbanismo deve ser fruto de processos de concurso, utilizando, para tanto, procedimentos de seleção análogos aos indicados no parágrafo 1º do <u>art. 13</u> da Lei nº 8.666 de 1993, que versa sobre a escolha e contratação de serviços e profissionais para desenvolvimento de projetos técnicos especializados ou aquisição de obras de arte;</p> <p>b) os custos previstos no projeto cultural devem incluir e descrever todas as etapas de organização e divulgação do concurso e de seus resultados além da fase de desenvolvimento do projeto de arquitetura e urbanismo referenciados na tabela pública de honorários divulgada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), desde que se restrinjam ao fomento à arquitetura e ao urbanismo, excluindo projetos complementares de engenharia;</p> <p>c) o profissional responsável pelo projeto deve ser regularmente registrado no CAU de seu estado;</p> <p>d) O concurso que resultar na seleção do projeto a ser desenvolvido deve prever etapa de exposição pública e edição de publicação dos projetos concorrentes, minimamente dos vencedores e menções; e</p>		<p>ARQUITETURA E URBANISMO PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL:</p> <p>a) o projeto de arquitetura e urbanismo deve ser fruto de processos de concurso, utilizando, para tanto, procedimentos de seleção análogos aos indicados no parágrafo 1º, Art. 13 da Lei 8.666 de 1993, que versa sobre a escolha e contratação de serviços e profissionais para desenvolvimento de projetos técnicos especializados ou aquisição de obras de arte;</p> <p>b) os custos previstos no projeto cultural devem incluir e descrever todas as etapas de organização e divulgação do concurso e de seus resultados além da fase de desenvolvimento do projeto de arquitetura e urbanismo referenciados na tabela pública de honorários divulgada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAUBR), desde que se restrinjam ao fomento à arquitetura e ao urbanismo, excluindo projetos complementares de engenharia;</p> <p>c) o profissional responsável pelo projeto deve ser regularmente registrado no CAU de seu estado;</p> <p>d) o concurso que resultar na seleção do projeto a ser desenvolvido deve prever etapa de exposição pública e edição de publicação dos projetos concorrentes, minimamente dos vencedores e menções;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>arquivística, em caso de tratamento físico, organização, acondicionamento e guarda:</p> <p>a) diagnóstico situacional com informações sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. dimensão do acervo, respeitando regras de mensuração praticadas para cada conjunto específico de gêneros e suportes documentais; 2. estado de organização, conservação e guarda de cada conjunto de suportes documentais; 3. ambientes de armazenamento; 4. existência de instrumentos de pesquisa e bases de dados; e 5. histórico de intervenções anteriores; <p>X — informações relacionadas especificamente a propostas na área arquivística, em caso de reprodução (digitalização, microfilmagem e afins) de acervo:</p> <p>a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados, armazenados e referenciados em base de dados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente aos processos de reprodução, sob pena de inabilitação; e</p> <p>b) declaração de que os documentos originais não serão eliminados após sua digitalização ou microfilmagem e de que permanecerão em boas condições de</p>	<p>e) os projetos, objeto do fomento ora proposto, em sua origem, desde o edital de chamada dos concursos, devem propor e garantir a qualificação do espaço público a eles relativos.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE TRATAMENTO FÍSICO, ORGANIZAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E GUARDA:</u></p> <p>a) diagnóstico situacional com informações sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. dimensão do acervo, respeitando regras de mensuração praticadas para cada conjunto específico de gêneros e suportes documentais; 2. estado de organização, conservação e guarda de cada conjunto de suportes documentais; 3. ambientes de armazenamento; 4. existência de instrumentos de pesquisa e bases de dados; e 5. histórico de intervenções anteriores. <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE REPRODUÇÃO (DIGITALIZAÇÃO, MICROFILMAGEM E AFINS) DE ACERVO:</u></p> <p>a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados, armazenados e referenciados em base de dados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa,</p>	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE TRATAMENTO FÍSICO, ORGANIZAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E GUARDA:</p> <p>a) diagnóstico situacional com informações sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. dimensão do acervo, respeitando regras de mensuração praticadas para cada conjunto específico de gêneros e suportes documentais; 2. estado de organização, conservação e guarda de cada conjunto de suportes documentais; 3. ambientes de armazenamento; 4. existência de instrumentos de pesquisa e bases de dados; e 5. histórico de intervenções anteriores. <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE REPRODUÇÃO (DIGITALIZAÇÃO, MICROFILMAGEM E AFINS) DE ACERVO:</p> <p>a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados, armazenados e referenciados em base de dados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes</p>	<p>e) os projetos, objeto do fomento ora proposto, em sua origem, desde o edital de chamada dos concursos, devem propor e garantir a qualificação do espaço público a eles relativos.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE TRATAMENTO FÍSICO, ORGANIZAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E GUARDA:</u></p> <p>a) diagnóstico situacional com informações sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. dimensão do acervo, respeitando regras de mensuração praticadas para cada conjunto específico de gêneros e suportes documentais; 2. estado de organização, conservação e guarda de cada conjunto de suportes documentais; 3. ambientes de armazenamento; 4. existência de instrumentos de pesquisa e bases de dados; e 5. histórico de intervenções anteriores. <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE REPRODUÇÃO (DIGITALIZAÇÃO, MICROFILMAGEM E AFINS) DE ACERVO:</u></p> <p>a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados, armazenados e referenciados em base de dados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>preservação e armazenamento, sob pena de inabilitação;</p> <p>XI – informações relacionadas especificamente a propostas na área arquivística, em caso de desenvolvimento de bases de dados:</p> <p>a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados e armazenados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente à elaboração das bases de dados, sob pena de inabilitação;</p> <p>XII – informações relacionadas especificamente a propostas na área arquivística, em caso de aquisição de acervo:</p> <p>a) histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou do detentor dos direitos;</p> <p>b) diagnóstico situacional do acervo na forma da alínea "a", do inciso IX, deste artigo;</p> <p>c) justificativa para a aquisição;</p> <p>d) inventário do acervo a ser adquirido;</p> <p>e) laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado do acervo;</p> <p>f) parecer de autenticidade do acervo; e</p>	<p>declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente aos processos de reprodução, sob pena de inabilitação; e</p> <p>b) declaração de que os documentos originais não serão eliminados após sua digitalização ou microfilmagem e de que permanecerão em boas condições de preservação e armazenamento, sob pena de inabilitação.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE BASES DE DADOS:</u></p> <p>a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados e armazenados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente à elaboração das bases de dados, sob pena de inabilitação.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO:</u></p> <p>a) histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou do detentor dos direitos;</p>	<p>ou concomitantemente aos processos de reprodução, sob pena de inabilitação; e</p> <p>b) declaração de que os documentos originais não serão eliminados após sua digitalização ou microfilmagem e de que permanecerão em boas condições de preservação e armazenamento, sob pena de inabilitação.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE BASES DE DADOS:</u></p> <p>a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados e armazenados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente à elaboração das bases de dados, sob pena de inabilitação.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO:</u></p> <p>a) histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou do detentor dos direitos;</p> <p>b) diagnóstico situacional do acervo na forma da alínea "a", do inciso IX, deste artigo;</p>	<p>que ela será concluída antes ou concomitantemente aos processos de reprodução, sob pena de inabilitação; e</p> <p>b) declaração de que os documentos originais não serão eliminados após sua digitalização ou microfilmagem e de que permanecerão em boas condições de preservação e armazenamento, sob pena de inabilitação.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE BASES DE DADOS:</u></p> <p>a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados e armazenados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente à elaboração das bases de dados, sob pena de inabilitação.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO:</u></p> <p>a) histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou do detentor dos direitos;</p> <p>b) diagnóstico situacional do acervo na forma da alínea "a", do inciso IX, deste artigo;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>g) declaração da entidade recebedora de que o acervo adquirido será incorporado ao seu acervo permanente;</p> <p>XIII – informações relacionadas especificamente a propostas na área arquivística, em caso de desenvolvimento de pesquisa histórica sobre os acervos:</p> <p>a) projetos de pesquisa com metodologia adequada ao desenvolvimento de seus objetivos;</p> <p>b) levantamento preliminar de fontes que embasem o projeto e revisão da literatura sobre o seu objeto;</p> <p>c) delimitação do grupo de entrevistados e de sua relevância para o projeto, em caso de utilização de entrevistas orais;</p> <p>d) demonstração da relevância social e cultural do projeto a ser desenvolvido;</p> <p>e) descrição das equipes e da exequibilidade do cronograma; e</p> <p>f) comprovação da qualificação técnica do proponente e de outros profissionais envolvidos;</p> <p>XIV – informações relacionadas a propostas na área de patrimônio cultural imaterial:</p>	<p>b) diagnóstico situacional do acervo na forma da alínea "a", do inciso IX, deste artigo;</p> <p>c) justificativa para a aquisição;</p> <p>d) inventário do acervo a ser adquirido;</p> <p>e) laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado do acervo;</p> <p>f) parecer de autenticidade do acervo; e</p> <p>g) declaração da entidade recebedora de que o acervo adquirido será incorporado ao seu acervo permanente.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA HISTÓRICA SOBRE OS ACERVOS:</u></p> <p>a) projetos de pesquisa com metodologia adequada ao desenvolvimento de seus objetivos;</p> <p>b) levantamento preliminar de fontes que embasem o projeto e revisão da literatura sobre o seu objeto;</p> <p>c) delimitação do grupo de entrevistados e de sua relevância para o projeto, em caso de utilização de entrevistas orais;</p> <p>d) demonstração da relevância social e cultural do projeto a ser desenvolvido;</p> <p>e) descrição das equipes e da exequibilidade do cronograma; e</p> <p>f) comprovação da qualificação técnica do proponente e de outros profissionais envolvidos.</p>	<p>c) justificativa para a aquisição;</p> <p>d) inventário do acervo a ser adquirido;</p> <p>e) laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado do acervo;</p> <p>f) parecer de autenticidade do acervo; e</p> <p>g) declaração da entidade recebedora de que o acervo adquirido será incorporado ao seu acervo permanente.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA HISTÓRICA SOBRE OS ACERVOS:</u></p> <p>a) projetos de pesquisa com metodologia adequada ao desenvolvimento de seus objetivos;</p> <p>b) levantamento preliminar de fontes que embasem o projeto e revisão da literatura sobre o seu objeto;</p> <p>c) delimitação do grupo de entrevistados e de sua relevância para o projeto, em caso de utilização de entrevistas orais;</p> <p>d) demonstração da relevância social e cultural do projeto a ser desenvolvido;</p> <p>e) descrição das equipes e da exequibilidade do cronograma; e</p> <p>f) comprovação da qualificação técnica do proponente e de outros profissionais envolvidos.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL:</u></p>	<p>c) justificativa para a aquisição;</p> <p>d) inventário do acervo a ser adquirido;</p> <p>e) laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado do acervo;</p> <p>f) parecer de autenticidade do acervo; e</p> <p>g) declaração da entidade recebedora de que o acervo adquirido será incorporado ao seu acervo permanente.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA HISTÓRICA SOBRE OS ACERVOS:</u></p> <p>a) projetos de pesquisa com metodologia adequada ao desenvolvimento de seus objetivos;</p> <p>b) levantamento preliminar de fontes que embasem o projeto e revisão da literatura sobre o seu objeto;</p> <p>c) delimitação do grupo de entrevistados e de sua relevância para o projeto, em caso de utilização de entrevistas orais;</p> <p>d) demonstração da relevância social e cultural do projeto a ser desenvolvido;</p> <p>e) descrição das equipes e da exequibilidade do cronograma; e</p> <p>f) comprovação da qualificação técnica do proponente e de outros profissionais envolvidos.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL:</u></p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL:</p> <p>a) o projeto deverá ser desenvolvido sob a ótica da sustentabilidade social, econômica, cultura, ecológica e ambiental e necessariamente incluir na equipe realizadora detentores dos bens culturais imateriais objeto da proposta de preservação e salvaguarda;</p> <p>b) o projeto deverá demonstrar os investimentos diretos ou quaisquer outros benefícios concretos para os detentores do bem em questão de modo a favorecer condições para que eles mantenham as tradições associadas à sua prática cultural;</p> <p>c) deverá ser apresentada anuência prévia e informada, obtida junto aos grupos ou comunidades detentores de bens culturais ou junto a segmento representativo desta coletividade e deverá ser considerado principalmente aqueles grupos ou comunidades que serão diretamente envolvidos na realizada da proposta;</p> <p>d) projetos que preveem pesquisa e documentação deverão: explicitar a metodologia utilizada; informar os locais onde será desenvolvido o trabalho de campo ou documental; conter compromisso de que o resultado será repassado ao IPHAN, que poderá utilizar-se dele desde que sem fins comerciais, e a outras instituições relacionadas, de modo a tornar</p>	<p>a) o projeto deverá ser desenvolvido sob a ótica da sustentabilidade social, econômica, cultura, ecológica e ambiental e necessariamente incluir na equipe realizadora detentores dos bens culturais imateriais objeto da proposta de preservação e salvaguarda;</p> <p>b) o projeto deverá demonstrar os investimentos diretos ou quaisquer outros benefícios concretos para os detentores do bem em questão de modo a favorecer condições para que eles mantenham as tradições associadas à sua prática cultural;</p> <p>c) deverá ser apresentada anuência prévia e informada, obtida junto aos grupos ou comunidades detentores de bens culturais ou junto a segmento representativo desta coletividade e deverá ser considerado principalmente aqueles grupos ou comunidades que serão diretamente envolvidos na realizada da proposta;</p> <p>d) projetos que preveem pesquisa e documentação deverão: explicitar a metodologia utilizada; informar os locais onde será desenvolvido o trabalho de campo ou documental; conter compromisso de que o resultado será repassado ao IPHAN, que poderá utilizar-se dele desde que sem fins comerciais, e a outras instituições relacionadas, de modo a tornar esses resultados de amplo acesso ao público;</p>	<p>a) o projeto deverá ser desenvolvido sob a ótica da sustentabilidade social, econômica, cultura, ecológica e ambiental e necessariamente incluir na equipe realizadora detentores dos bens culturais imateriais objeto da proposta de preservação e salvaguarda;</p> <p>b) o projeto deverá demonstrar os investimentos diretos ou quaisquer outros benefícios concretos para os detentores do bem em questão de modo a favorecer condições para que eles mantenham as tradições associadas à sua prática cultural;</p> <p>c) deverá ser apresentada anuência prévia e informada, obtida junto aos grupos ou comunidades detentores de bens culturais ou junto a segmento representativo desta coletividade e deverá ser considerado principalmente aqueles grupos ou comunidades que serão diretamente envolvidos na realizada da proposta;</p> <p>d) projetos que preveem pesquisa e documentação deverão: explicitar a metodologia utilizada; informar os locais onde será desenvolvido o trabalho de campo ou documental; conter compromisso de que o resultado será repassado ao IPHAN, que poderá utilizar-se dele desde que sem fins comerciais, e a outras instituições relacionadas, de modo a tornar esses resultados de amplo acesso ao público;</p> <p>e) deverão ser apresentados documentos comprobatórios da qualificação técnica do</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>d) no caso de propostas que contemplem a utilização ou a divulgação de expressões originais e referências culturais de artistas, grupos, povos e comunidades representativas da diversidade cultural brasileira serão ainda exigidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. consentimento prévio do artista, do grupo ou da comunidade sobre a proposta no que tange à utilização de suas expressões culturais; 2. declaração acerca da contrapartida aos artistas, aos grupos ou às comunidades, em virtude dos benefícios materiais decorrentes da execução do projeto; e 3. declaração da forma como será dado o crédito à expressão cultural em que os produtos do projeto têm origem; 	<p>esses resultados de amplo acesso ao público;</p> <p>e) deverão ser apresentados documentos comprobatórios da qualificação técnica do proponente e dos técnicos envolvidos; e, no caso de pessoa jurídica, deverá ser apresentado dossiê que demonstre atuação na área objeto da proposta ou junto à comunidade que será beneficiária das ações do projeto;</p> <p>f) no caso de propostas que contemplem a utilização ou a divulgação de expressões originais e referências culturais de artistas, grupos, povos e comunidades representativas da diversidade cultural brasileira serão ainda exigidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. consentimento prévio do artista, do grupo ou da comunidade sobre a proposta no que tange à utilização de suas expressões culturais; 2. declaração acerca da contrapartida aos artistas, aos grupos ou às comunidades, em virtude dos benefícios materiais decorrentes da execução do projeto; e 3. declaração da forma como será dado o crédito à expressão cultural em que os produtos do projeto têm origem. <p>g) indicação da rede de parceiros envolvidos, definindo as responsabilidades na consolidação e sustentabilidade das atividades do projeto;</p>	<p>e) deverão ser apresentados documentos comprobatórios da qualificação técnica do proponente e dos técnicos envolvidos; e, no caso de pessoa jurídica, deverá ser apresentado dossiê que demonstre atuação na área objeto da proposta ou junto à comunidade que será beneficiária das ações do projeto;</p> <p>f) no caso de propostas que contemplem a utilização ou a divulgação de expressões originais e referências culturais de artistas, grupos, povos e comunidades representativas da diversidade cultural brasileira serão ainda exigidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. consentimento prévio do artista, do grupo ou da comunidade sobre a proposta no que tange à utilização de suas expressões culturais; 2. declaração acerca da contrapartida aos artistas, aos grupos ou às comunidades, em virtude dos benefícios materiais decorrentes da execução do projeto; e 3. declaração da forma como será dado o crédito à expressão cultural em que os produtos do projeto têm origem. <p>g) indicação da rede de parceiros envolvidos, definindo as responsabilidades na consolidação e sustentabilidade das atividades do projeto;</p> <p>h) eventos, publicações e edições patrocinados com recursos dos projetos não poderão ter fins lucrativos;</p> <p>i) projetos que visem à realização de eventos deverão demonstrar sua relevância</p>	<p>proponente e dos técnicos envolvidos; e, no caso de pessoa jurídica, deverá ser apresentado dossiê que demonstre atuação na área objeto da proposta ou junto à comunidade que será beneficiária das ações do projeto;</p> <p>f) no caso de propostas que contemplem a utilização ou a divulgação de expressões originais e referências culturais de artistas, grupos, povos e comunidades representativas da diversidade cultural brasileira serão ainda exigidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. consentimento prévio do artista, do grupo ou da comunidade sobre a proposta no que tange à utilização de suas expressões culturais; 2. declaração acerca da contrapartida aos artistas, aos grupos ou às comunidades, em virtude dos benefícios materiais decorrentes da execução do projeto; e 3. declaração da forma como será dado o crédito à expressão cultural em que os produtos do projeto têm origem. <p>g) indicação da rede de parceiros envolvidos, definindo as responsabilidades na consolidação e sustentabilidade das atividades do projeto;</p> <p>h) eventos, publicações e edições patrocinados com recursos dos projetos não poderão ter fins lucrativos;</p> <p>i) projetos que visem à realização de eventos deverão demonstrar sua relevância para a comunidade produtora de pelo menos um bem cultural, além de ter um</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>a) lista de bens, em caso de propostas que visem à identificação, à documentação ou ao inventário de bem imaterial;</p> <p>b) proposta de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de bancos de dados;</p> <p>c) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do IPHAN; e</p> <p>XVIII – informações relacionadas a propostas que contemplem construção ou intervenção em espaços culturais:</p> <p>a) projetos arquitetônicos e complementares detalhados da intervenção ou construção pretendida, contendo o endereço da edificação e o nome, a assinatura e o número de inscrição do responsável técnico no CREA, bem como a assinatura do proprietário ou detentor do direito de uso;</p>	<p>h) eventos, publicações e edições patrocinados com recursos dos projetos não poderão ter fins lucrativos;</p> <p>i) projetos que visem à realização de eventos deverão demonstrar sua relevância para a comunidade produtora de pelo menos um bem cultural, além de ter um caráter de divulgação e de formação de público;</p> <p>j) projetos que preveem ações educativas deverão favorecer tanto a livre fruição do conhecimento para a sociedade em geral, quanto as condições para a inclusão social dos detentores dos bens em questão;</p> <p>k) recursos administrativos do projeto não poderão ser alocados para a manutenção ou benefício da instituição proponente, limitando-se à dimensão administrativa da execução das atividades propostas no projeto;</p> <p>l) além dos itens acima especificados, o projeto deverá apresentar as informações específicas relativas às áreas de patrimônio cultural material, audiovisual, arquivística, entre outras, quando for o caso;</p> <p>m) lista de bens, em caso de propostas que visem à identificação, à documentação ou ao inventário de bem imaterial;</p> <p>n) proposta de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de bancos de dados;</p> <p>o) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto</p>	<p>para a comunidade produtora de pelo menos um bem cultural, além de ter um caráter de divulgação e de formação de público;</p> <p>j) projetos que preveem ações educativas deverão favorecer tanto a livre fruição do conhecimento para a sociedade em geral, quanto as condições para a inclusão social dos detentores dos bens em questão;</p> <p>k) recursos administrativos do projeto não poderão ser alocados para a manutenção ou benefício da instituição proponente, limitando-se à dimensão administrativa da execução das atividades propostas no projeto;</p> <p>l) além dos itens acima especificados, o projeto deverá apresentar as informações específicas relativas às áreas de patrimônio cultural material, audiovisual, arquivística, entre outras, quando for o caso;</p> <p>m) lista de bens, em caso de propostas que visem à identificação, à documentação ou ao inventário de bem imaterial;</p> <p>n) proposta de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de bancos de dados;</p> <p>o) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do IPHAN.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM CONSTRUÇÃO OU INTERVENÇÃO EM ESPAÇOS CULTURAIS:</p>	<p>caráter de divulgação e de formação de público;</p> <p>j) projetos que preveem ações educativas deverão favorecer tanto a livre fruição do conhecimento para a sociedade em geral, quanto as condições para a inclusão social dos detentores dos bens em questão;</p> <p>k) recursos administrativos do projeto não poderão ser alocados para a manutenção ou benefício da instituição proponente, limitando-se à dimensão administrativa da execução das atividades propostas no projeto;</p> <p>l) além dos itens acima especificados, o projeto deverá apresentar as informações específicas relativas às áreas de patrimônio cultural material, audiovisual, arquivística, entre outras, quando for o caso;</p> <p>m) lista de bens, em caso de propostas que visem à identificação, à documentação ou ao inventário de bem imaterial;</p> <p>n) proposta de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de bancos de dados;</p> <p>o) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do IPHAN.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM CONSTRUÇÃO OU INTERVENÇÃO EM ESPAÇOS CULTURAIS:</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>a) projetos arquitetônicos e complementares detalhados da intervenção ou construção pretendida, contendo o endereço da edificação e o nome, a assinatura e o número de inscrição do responsável técnico no CREA ou no CAU, bem como a assinatura do proprietário ou detentor do direito de uso; (alínea alterada pela Instrução Normativa nº 3/2014/MinC)</p> <p>b) memorial descritivo detalhado, assinado pelo responsável;</p> <p>c) caderno de encargos ou registro documental equivalente das especificações técnicas dos materiais e equipamentos utilizados, assinado pelo autor da proposta cultural e pelo responsável técnico do projeto arquitetônico;</p> <p>d) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação fundiária, quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;</p> <p>e) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação da posse do imóvel, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de vinte anos;</p>	<p>será integrado, sem ônus, ao banco de dados do IPHAN.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM CONSTRUÇÃO OU INTERVENÇÃO EM ESPAÇOS CULTURAIS:</u></p> <p>a) projetos arquitetônicos e complementares detalhados da intervenção ou construção pretendida, contendo o endereço da edificação e o nome, a assinatura e o número de inscrição do responsável técnico no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, bem como a assinatura do proprietário ou detentor do direito de uso;</p> <p>b) memorial descritivo detalhado, assinado pelo responsável técnico, bem como orçamento analítico completo apresentado em acordo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, especialmente no que diz respeito ao sequenciamento as etapas;</p> <p>c) especificações técnicas dos materiais e equipamentos utilizados, assinado pelo</p>	<p>a) projetos arquitetônicos e complementares detalhados da intervenção ou construção pretendida, contendo o endereço da edificação e o nome, a assinatura e o número de inscrição do responsável técnico no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, bem como a assinatura do proprietário ou detentor do direito de uso;</p> <p>b) memorial descritivo detalhado, assinado pelo responsável técnico, bem como orçamento analítico completo apresentado em acordo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, especialmente no que diz respeito ao sequenciamento as etapas;</p> <p>c) especificações técnicas dos materiais e equipamentos utilizados, assinado pelo autor da proposta cultural e pelo responsável técnico do projeto arquitetônico;</p> <p>d) cronograma físico-financeiro das obras;</p> <p>e) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação fundiária,</p>	<p>a) projetos arquitetônicos e complementares detalhados da intervenção ou construção pretendida, contendo o endereço da edificação e o nome, a assinatura e o número de inscrição do responsável técnico no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, bem como a assinatura do proprietário ou detentor do direito de uso;</p> <p>b) memorial descritivo detalhado, assinado pelo responsável técnico, bem como orçamento analítico completo apresentado em acordo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, especialmente no que diz respeito ao sequenciamento as etapas;</p> <p>c) especificações técnicas dos materiais e equipamentos utilizados, assinado pelo autor da proposta cultural e pelo responsável técnico do projeto arquitetônico;</p> <p>d) cronograma físico-financeiro das obras;</p> <p>e) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação fundiária, quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>f) registro documental fotográfico ou videográfico da situação atual dos bens a receberem a intervenção;</p> <p>g) alvará e demais autorizações para realização da obra, pelas autoridades competentes;</p> <p>h) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento, quando se tratar de bens protegidos por lei;</p> <p>i) proposta de intervenção aprovada pelo órgão responsável pelo tombamento, quando for o caso; e</p> <p>j) levantamento arquitetônico completo, inclusive do terreno, devidamente cotado, especificando os possíveis danos existentes quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação que vise sua preservação;</p> <p>k) termo de compromisso de conservação do imóvel objeto da proposta, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos devidamente assinado pelo proponente;</p> <p>XIX – informações relacionadas especificamente a propostas que contemplem restauração de bens imóveis tombados pelos poderes públicos ou protegidos por lei mediante outras formas de acautelamento:</p> <p>a) levantamento cadastral do edifício;</p>	<p>autor da proposta cultural e pelo responsável técnico do projeto arquitetônico;</p> <p>d) cronograma físico-financeiro das obras;</p> <p>e) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação fundiária, quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;</p> <p>f) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação da posse do imóvel, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de vinte anos;</p> <p>g) registro documental fotográfico ou videográfico da situação atual dos bens a receberem a intervenção;</p> <p>h) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento, quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação específica;</p> <p>i) proposta de intervenção aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, quando for o caso;</p> <p>j) levantamento arquitetônico do edifício e planialtimétrico do terreno, devidamente cotados e em escala adequada, especificando os possíveis danos existentes quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação que vise sua preservação; e</p>	<p>quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;</p> <p>f) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação da posse do imóvel, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de vinte anos;</p> <p>g) registro documental fotográfico ou videográfico da situação atual dos bens a receberem a intervenção;</p> <p>h) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento, quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação específica;</p> <p>i) proposta de intervenção aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, quando for o caso;</p> <p>j) levantamento arquitetônico do edifício e planialtimétrico do terreno, devidamente cotados e em escala adequada, especificando os possíveis danos existentes quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação que vise sua preservação; e</p> <p>k) termo de compromisso de conservação do imóvel objeto da proposta, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos devidamente assinado pelo proponente.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM RESTAURAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE</p>	<p>f) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação da posse do imóvel, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de vinte anos;</p> <p>g) registro documental fotográfico ou videográfico da situação atual dos bens a receberem a intervenção;</p> <p>h) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento, quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação específica;</p> <p>i) proposta de intervenção aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, quando for o caso;</p> <p>j) levantamento arquitetônico do edifício e planialtimétrico do terreno, devidamente cotados e em escala adequada, especificando os possíveis danos existentes quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação que vise sua preservação; e</p> <p>k) termo de compromisso de conservação do imóvel objeto da proposta, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos devidamente assinado pelo proponente.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM RESTAURAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS OU PROTEGIDOS</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>b) pesquisa histórica;</p> <p>c) levantamento fotográfico do estado atual do bem;</p> <p>d) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;</p> <p>e) planta de situação do imóvel;</p> <p>f) projeto arquitetônico e projetos complementares detalhados da intervenção pretendida, aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, contendo:</p> <p>1. nome, assinatura e número de inscrição do autor no CREA;</p> <p>1. nome, assinatura e número de inscrição do autor no CREA ou no CAU; (item alterado pela Instrução Normativa nº 3/2014/MinC)</p> <p>2. endereço da edificação;</p> <p>3. memorial descritivo;</p> <p>4. especificações técnicas;</p> <p>5. levantamento completo dos danos existentes; e</p> <p>6. previsão de acessibilidade a pessoas com deficiência e limitações físicas, conforme a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, do IPHAN; e</p> <p>g) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento; e</p>	<p>k) termo de compromisso de conservação do imóvel objeto da proposta, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos devidamente assinado pelo proponente.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM RESTAURAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS OU PROTEGIDOS POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA MEDIANTE OUTRAS FORMAS DE ACAUTELAMENTO:</u></p> <p>a) levantamento cadastral do edifício;</p> <p>b) pesquisa histórica;</p> <p>c) levantamento fotográfico do estado atual do bem;</p> <p>d) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;</p> <p>e) planta de situação do imóvel;</p> <p>f) projeto arquitetônico e projetos complementares detalhados da intervenção pretendida, aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, contendo:</p> <p>1. nome, assinatura e número de inscrição do autor no CREA;</p> <p>2. endereço da edificação;</p> <p>3. memorial descritivo;</p>	<p>BENS IMÓVEIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS OU PROTEGIDOS POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA MEDIANTE OUTRAS FORMAS DE ACAUTELAMENTO:</p> <p>a) levantamento cadastral do edifício;</p> <p>b) pesquisa histórica;</p> <p>c) levantamento fotográfico do estado atual do bem;</p> <p>d) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;</p> <p>e) planta de situação do imóvel;</p> <p>f) projeto arquitetônico e projetos complementares detalhados da intervenção pretendida, aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, contendo:</p> <p>1. nome, assinatura e número de inscrição do autor no CREA;</p> <p>2. endereço da edificação;</p> <p>3. memorial descritivo;</p> <p>4. especificações técnicas;</p> <p>5. levantamento completo dos danos existentes; e</p> <p>6. previsão de acessibilidade a pessoas com deficiência e limitações físicas, conforme a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e a Instrução</p>	<p>POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA MEDIANTE OUTRAS FORMAS DE ACAUTELAMENTO:</p> <p>a) levantamento cadastral do edifício;</p> <p>b) pesquisa histórica;</p> <p>c) levantamento fotográfico do estado atual do bem;</p> <p>d) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;</p> <p>e) planta de situação do imóvel;</p> <p>f) projeto arquitetônico e projetos complementares detalhados da intervenção pretendida, aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, contendo:</p> <p>1. nome, assinatura e número de inscrição do autor no CREA;</p> <p>2. endereço da edificação;</p> <p>3. memorial descritivo;</p> <p>4. especificações técnicas;</p> <p>5. levantamento completo dos danos existentes; e</p> <p>6. previsão de acessibilidade a pessoas com deficiência e limitações físicas, conforme a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, do IPHAN; e</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>4. especificações técnicas;</p> <p>5. levantamento completo dos danos existentes; e</p> <p>6. previsão de acessibilidade a pessoas com deficiência e limitações físicas, conforme a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, do IPHAN; e</p> <p>g) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento.</p> <p>h) além de anexar, nos campos disponibilizados do Sistema Salic, a documentação elencada acima, o proponente deverá encaminhar ao MinC, via meio físico, CD contendo todas as plantas e projetos arquitetônicos.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM A ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E RESTAURO, BEM COMO PROJETOS COMPLEMENTARES DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS OU ACAUTELADOS:</p> <p>a) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação de titularidade quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;</p> <p>b) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação de sua posse, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 anos;</p>	<p>Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, do IPHAN; e</p> <p>g) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento.</p> <p>h) além de anexar, nos campos disponibilizados do Sistema Salic, a documentação elencada acima, o proponente deverá encaminhar ao MinC, via meio físico, CD contendo todas as plantas e projetos arquitetônicos.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM A ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E RESTAURO, BEM COMO PROJETOS COMPLEMENTARES DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS OU ACAUTELADOS:</p> <p>a) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação de titularidade quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;</p> <p>b) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação de sua posse, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 anos;</p> <p>c) ato de tombamento ou outra forma de acautelamento;</p> <p>d) levantamento cadastral do edifício;</p> <p>e) pesquisa histórica;</p> <p>f) levantamento fotográfico do estado atual do bem;</p>	<p>g) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento.</p> <p>h) além de anexar, nos campos disponibilizados do Sistema Salic, a documentação elencada acima, o proponente deverá encaminhar ao MinC, via meio físico, CD contendo todas as plantas e projetos arquitetônicos.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM A ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E RESTAURO, BEM COMO PROJETOS COMPLEMENTARES DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS OU ACAUTELADOS:</p> <p>a) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação de titularidade quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;</p> <p>b) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação de sua posse, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 anos;</p> <p>c) ato de tombamento ou outra forma de acautelamento;</p> <p>d) levantamento cadastral do edifício;</p> <p>e) pesquisa histórica;</p> <p>f) levantamento fotográfico do estado atual do bem;</p> <p>g) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;</p> <p>h) planta de situação do imóvel;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 4º, § 4º As exigências previstas nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'g' e 'i' do inciso XVIII e alínea 'f' do inciso XIX poderão ser excepcionadas quando se tratar de bem tombado.</p> <p>XX – informações relacionadas a propostas na área museológica:</p> <p>a) em caso de restauração:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. listagem com os itens a serem restaurados; 2. justificativa técnica para a restauração, incluindo laudo de especialista atestando o estado de conservação da obra, do acervo, do objeto ou do documento; 3. currículo do restaurador; e 4. orçamento específico por obra; <p>b) em caso de aquisição de acervo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. lista dos itens a serem adquiridos, acompanhada de ficha técnica completa; 2. justificativa para a aquisição, atestando a pertinência e a relevância da incorporação dos itens ao acervo da instituição; 	<p>c) ato de tombamento ou outra forma de acautelamento;</p> <p>d) levantamento cadastral do edifício;</p> <p>e) pesquisa histórica;</p> <p>f) levantamento fotográfico do estado atual do bem;</p> <p>g) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;</p> <p>h) planta de situação do imóvel;</p> <p>i) memorial descritivo detalhado das ações e procedimentos previstos devidamente validados por parecer técnico, emitido pela instituição pública responsável pelo tombamento, que indique critérios e orientações à serem observados pelo proponente;</p> <p>j) o prosseguimento do projeto cultural ficará condicionado à apresentação de sua aprovação pela instituição responsável pelo tombamento;</p> <p>h) as exigências previstas nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'g' e 'i', poderão ser excepcionadas quando se tratar de bem tombado.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA MUSEOLÓGICA:</u></p> <p>a) em caso de restauração:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. listagem com os itens a serem restaurados; 	<p>g) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;</p> <p>h) planta de situação do imóvel;</p> <p>i) memorial descritivo detalhado das ações e procedimentos previstos devidamente validados por parecer técnico, emitido pela instituição pública responsável pelo tombamento, que indique critérios e orientações à serem observados pelo proponente;</p> <p>j) o prosseguimento do projeto cultural ficará condicionado à apresentação de sua aprovação pela instituição responsável pelo tombamento;</p> <p>k) as exigências previstas nas alíneas "a", "b", "c", "g" e "i", poderão ser excepcionadas quando se tratar de bem tombado.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA MUSEOLÓGICA:</u></p> <p>a) em caso de restauração:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. listagem com os itens a serem restaurados; 2. justificativa técnica para a restauração, incluindo laudo de especialista atestando o estado de conservação da obra, do acervo, do objeto ou do documento; 3. currículo do restaurador; e 4. orçamento específico por obra. 	<p>i) memorial descritivo detalhado das ações e procedimentos previstos devidamente validados por parecer técnico, emitido pela instituição pública responsável pelo tombamento, que indique critérios e orientações à serem observados pelo proponente;</p> <p>j) o prosseguimento do projeto cultural ficará condicionado à apresentação de sua aprovação pela instituição responsável pelo tombamento;</p> <p>k) as exigências previstas nas alíneas "a", "b", "c", "g" e "i", poderão ser excepcionadas quando se tratar de bem tombado.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA MUSEOLÓGICA:</u></p> <p>a) em caso de restauração:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. listagem com os itens a serem restaurados; 2. justificativa técnica para a restauração, incluindo laudo de especialista atestando o estado de conservação da obra, do acervo, do objeto ou do documento; 3. currículo do restaurador; e 4. orçamento específico por obra. <p>b) em caso de aquisição de acervo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. lista dos itens a serem adquiridos, acompanhada de ficha técnica completa;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>3. histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou detentor dos direitos;</p> <p>4. laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado dos itens;</p> <p>5. parecer de autenticidade das obras;</p> <p>6. declaração de que o item adquirido será incorporado ao acervo permanente da instituição;</p> <p>7. laudo técnico de especialista, com diagnóstico do estado de conservação das obras; e</p> <p>8. comprovação de que o local que abrigará o acervo que se pretende adquirir possui condições adequadas de armazenamento e acondicionamento;</p> <p>c) em caso de exposição com acervo da própria instituição:</p> <p>1. listagem com os itens de acervo que irão compor a exposição;</p> <p>2. ficha técnica dos itens do acervo (título, data, técnica, dimensões, crédito de propriedade);</p> <p>3. projeto museográfico, com proposta conceitual, local e período da exposição, planta baixa, mobiliário, projeto luminotécnico, disposição dos itens no espaço expositivo etc., ou, caso o projeto ainda não esteja definido, descrição de como se dará tal proposta, incluindo o conceito básico da exposição, os itens,</p>	<p>2. justificativa técnica para a restauração, incluindo laudo de especialista atestando o estado de conservação da obra, do acervo, do objeto ou do documento;</p> <p>3. currículo do restaurador; e</p> <p>4. orçamento específico por obra.</p> <p>b) em caso de aquisição de acervo:</p> <p>1. lista dos itens a serem adquiridos, acompanhada de ficha técnica completa;</p> <p>2. justificativa para a aquisição, atestando a pertinência e a relevância da incorporação dos itens ao acervo da instituição;</p> <p>3. histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou detentor dos direitos;</p> <p>4. laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado dos itens;</p> <p>5. parecer de autenticidade das obras;</p> <p>6. declaração de que o item adquirido será incorporado ao acervo permanente da instituição;</p> <p>7. laudo técnico de especialista, com diagnóstico do estado de conservação das obras; e</p> <p>8. comprovação de que o local que abrigará o acervo que se pretende adquirir possui condições adequadas de armazenamento e acondicionamento.</p> <p>c) em caso de exposição com acervo da própria instituição:</p>	<p>b) em caso de aquisição de acervo:</p> <p>1. lista dos itens a serem adquiridos, acompanhada de ficha técnica completa;</p> <p>2. justificativa para a aquisição, atestando a pertinência e a relevância da incorporação dos itens ao acervo da instituição;</p> <p>3. histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou detentor dos direitos;</p> <p>4. laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado dos itens;</p> <p>5. parecer de autenticidade das obras;</p> <p>6. declaração de que o item adquirido será incorporado ao acervo permanente da instituição;</p> <p>7. laudo técnico de especialista, com diagnóstico do estado de conservação das obras; e</p> <p>8. comprovação de que o local que abrigará o acervo que se pretende adquirir possui condições adequadas de armazenamento e acondicionamento.</p> <p>c) em caso de exposição com acervo da própria instituição:</p> <p>1. listagem com os itens de acervo que irão compor a exposição;</p> <p>2. ficha técnica dos itens do acervo (título, data, técnica, dimensões, crédito de propriedade);</p>	<p>2. justificativa para a aquisição, atestando a pertinência e a relevância da incorporação dos itens ao acervo da instituição;</p> <p>3. histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou detentor dos direitos;</p> <p>4. laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado dos itens;</p> <p>5. parecer de autenticidade das obras;</p> <p>6. declaração de que o item adquirido será incorporado ao acervo permanente da instituição;</p> <p>7. laudo técnico de especialista, com diagnóstico do estado de conservação das obras; e</p> <p>8. comprovação de que o local que abrigará o acervo que se pretende adquirir possui condições adequadas de armazenamento e acondicionamento.</p> <p>c) em caso de exposição com acervo da própria instituição:</p> <p>1. listagem com os itens de acervo que irão compor a exposição;</p> <p>2. ficha técnica dos itens do acervo (título, data, técnica, dimensões, crédito de propriedade);</p> <p>3. projeto museográfico, com proposta conceitual, local e período da exposição, planta baixa, mobiliário, projeto luminotécnico, disposição dos itens no</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>textos e objetos que serão expostos, local e período da exposição;</p> <p>4. currículo do(s) curador(es) e do(s) artista(s), quando for o caso; e</p> <p>5. proposta para ações educativas, se for o caso;</p> <p>d) em caso de exposição com obras emprestadas de outras instituições ou coleções particulares:</p> <p>1. todos os documentos listados na alínea "c" deste inciso;</p> <p>2. declaração da instituição ou pessoa física que emprestará o acervo atestando a intenção de empréstimo no prazo estipulado;</p> <p>3. proposta de seguro para os itens; e</p> <p>4. número previsto e exemplos de possíveis obras que integrarão a mostra, quando não for possível a apresentação de lista definitiva; e</p> <p>e) em caso de exposição itinerante:</p> <p>1. todos os documentos listados nas alíneas 'c' e 'd' deste inciso;</p> <p>2. lista das localidades atendidas, com menção dos espaços expositivos; e</p> <p>3. declaração das instituições que irão receber a exposição atestando estarem de acordo e terem as condições necessárias para a realização da mostra em seu espaço.</p>	<p>1. listagem com os itens de acervo que irão compor a exposição;</p> <p>2. ficha técnica dos itens do acervo (título, data, técnica, dimensões, crédito de propriedade);</p> <p>3. projeto museográfico, com proposta conceitual, local e período da exposição, planta baixa, mobiliário, projeto luminotécnico, disposição dos itens no espaço expositivo etc., ou, caso o projeto ainda não esteja definido, descrição de como se dará tal proposta, incluindo o conceito básico da exposição, os itens, textos e objetos que serão expostos, local e período da exposição;</p> <p>4. currículo do(s) curador(es) e do(s) artista(s), quando for o caso; e</p> <p>5. proposta para ações educativas, se for o caso.</p> <p>d) em caso de exposição com obras emprestadas de outras instituições ou coleções particulares:</p> <p>1. todos os documentos listados na alínea "c" deste inciso;</p> <p>2. declaração da instituição ou pessoa física que emprestará o acervo atestando a intenção de empréstimo no prazo estipulado;</p> <p>3. proposta de seguro para os itens; e</p> <p>4. número previsto e exemplos de possíveis obras que integrarão a mostra, quando não for possível a apresentação de lista definitiva.</p> <p>e) em caso de exposição itinerante:</p>	<p>3. projeto museográfico, com proposta conceitual, local e período da exposição, planta baixa, mobiliário, projeto luminotécnico, disposição dos itens no espaço expositivo etc., ou, caso o projeto ainda não esteja definido, descrição de como se dará tal proposta, incluindo o conceito básico da exposição, os itens, textos e objetos que serão expostos, local e período da exposição;</p> <p>4. currículo do(s) curador(es) e do(s) artista(s), quando for o caso; e</p> <p>5. proposta para ações educativas, se for o caso.</p> <p>d) em caso de exposição com obras emprestadas de outras instituições ou coleções particulares:</p> <p>1. todos os documentos listados na alínea "c" deste inciso;</p> <p>2. declaração da instituição ou pessoa física que emprestará o acervo atestando a intenção de empréstimo no prazo estipulado;</p> <p>3. proposta de seguro para os itens; e</p> <p>4. número previsto e exemplos de possíveis obras que integrarão a mostra, quando não for possível a apresentação de lista definitiva.</p> <p>e) em caso de exposição itinerante:</p> <p>1. todos os documentos listados nas alíneas "c" e "d" deste inciso;</p> <p>2. lista das localidades atendidas, com menção dos espaços expositivos; e</p>	<p>espaço expositivo etc., ou, caso o projeto ainda não esteja definido, descrição de como se dará tal proposta, incluindo o conceito básico da exposição, os itens, textos e objetos que serão expostos, local e período da exposição;</p> <p>4. currículo do(s) curador(es) e do(s) artista(s), quando for o caso; e</p> <p>5. proposta para ações educativas, se for o caso.</p> <p>d) em caso de exposição com obras emprestadas de outras instituições ou coleções particulares:</p> <p>1. todos os documentos listados na alínea "c" deste inciso;</p> <p>2. declaração da instituição ou pessoa física que emprestará o acervo atestando a intenção de empréstimo no prazo estipulado;</p> <p>3. proposta de seguro para os itens; e</p> <p>4. número previsto e exemplos de possíveis obras que integrarão a mostra, quando não for possível a apresentação de lista definitiva.</p> <p>e) em caso de exposição itinerante:</p> <p>1. todos os documentos listados nas alíneas "c" e "d" deste inciso;</p> <p>2. lista das localidades atendidas, com menção dos espaços expositivos; e</p> <p>3. declaração das instituições que irão receber a exposição atestando estarem de acordo e terem as condições necessárias para a realização da mostra em seu espaço.</p> <p>f) em caso de criação de museus:</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>Art. 4º, § 6º Nos casos do inciso XX deste artigo, quando o proponente não for a própria instituição museológica, deverá ser apresentada declaração do representante da instituição atestando sua concordância com a realização do projeto. XV – informações relacionadas a propostas na área de audiovisual:</p> <p>a) pré-requisitos curriculares da equipe técnica, especificando a função que cada integrante irá exercer no projeto;</p>	<p>1. todos os documentos listados nas alíneas 'c' e 'd' deste inciso;</p> <p>2. lista das localidades atendidas, com menção dos espaços expositivos; e</p> <p>3. declaração das instituições que irão receber a exposição atestando estarem de acordo e terem as condições necessárias para a realização da mostra em seu espaço.</p> <p>f) em caso de criação de museus:</p> <p>1. Plano Museológico, conforme estabelecido nos art. 45, 46 e 47 da Lei nº 11.904/2009 e em consonância com o § 1º do art. 8º da referida Lei ou, caso ainda não tenha sido elaborado, apresentar na planilha orçamentária rubrica/profissional para produzir o referido documento;</p> <p>2. Plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate da criação de acervos ou museus;</p> <p>3. Todos os documentos listados nas alíneas "b" e "c" desse inciso, quando for o caso;</p> <p>4. Todos os documentos listados no inciso XVIII dessa Instrução Normativa, quando se tratar de construção de espaço para abrigar o museu;</p> <p>5. Todos os documentos listados no inciso XIX dessa Instrução Normativa, quando se tratar de restauração de imóvel tombado para abrigar o museu.</p> <p>g) ações socioeducativas em museus:</p> <p>1) Projeto pedagógico do museu;</p> <p>2) Currículo dos profissionais.</p>	<p>3. declaração das instituições que irão receber a exposição atestando estarem de acordo e terem as condições necessárias para a realização da mostra em seu espaço.</p> <p>f) em caso de criação de museus:</p> <p>1. Plano Museológico, conforme estabelecido nos art. 45, 46 e 47 da Lei nº 11.904/2009 e em consonância com o § 1º do art. 8º da referida Lei ou, caso ainda não tenha sido elaborado, apresentar na planilha orçamentária rubrica/profissional para produzir o referido documento;</p> <p>2. Plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate da criação de acervos ou museus;</p> <p>3. Todos os documentos listados nas alíneas "b" e "c" desse inciso, quando for o caso;</p> <p>4. Todos os documentos listados no inciso XVIII dessa Instrução Normativa, quando se tratar de construção de espaço para abrigar o museu;</p> <p>5. Todos os documentos listados no inciso XIX dessa Instrução Normativa, quando se tratar de restauração de imóvel tombado para abrigar o museu.</p> <p>g) ações socioeducativas em museus:</p> <p>1) Projeto pedagógico do museu;</p> <p>2) Currículo dos profissionais.</p> <p>h) quando o proponente não for a própria instituição museológica, deverá ser apresentada declaração do representante</p>	<p>1. Plano Museológico, conforme estabelecido nos art. 45, 46 e 47 da Lei nº 11.904/2009 e em consonância com o § 1º do art. 8º da referida Lei ou, caso ainda não tenha sido elaborado, apresentar na planilha orçamentária rubrica/profissional para produzir o referido documento;</p> <p>2. Plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate da criação de acervos ou museus;</p> <p>3. Todos os documentos listados nas alíneas "b" e "c" desse inciso, quando for o caso;</p> <p>4. Todos os documentos listados no inciso XVIII dessa Instrução Normativa, quando se tratar de construção de espaço para abrigar o museu;</p> <p>5. Todos os documentos listados no inciso XIX dessa Instrução Normativa, quando se tratar de restauração de imóvel tombado para abrigar o museu.</p> <p>g) ações socioeducativas em museus:</p> <p>1) Projeto pedagógico do museu;</p> <p>2) Currículo dos profissionais.</p> <p>h) quando o proponente não for a própria instituição museológica, deverá ser apresentada declaração do representante da instituição atestando sua concordância com a realização do projeto.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE AUDIOVISUAL:</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>b) termo de compromisso dos titulares da proposta e dos detentores dos direitos da obra cinematográfica, de entrega de um máster do produto resultante do projeto, para preservação na Cinemateca Brasileira;</p> <p>c) laudo técnico do estado de conservação das obras a serem restauradas para projetos que contemplem restauração ou preservação de acervo audiovisual;</p> <p>d) argumento contendo abordagem ou ações investigativas, identificação das locações, dos depoentes ou personagens e, quando for o caso, material de arquivo e locuções, no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;</p> <p>e) roteiro dividido por sequências, contendo o desenvolvimento dos diálogos e com o respectivo certificado de registro de roteiro na Fundação Biblioteca Nacional, para produção de obra de ficção de curta ou média metragem;</p>	<p>h) quando o proponente não for a própria instituição museológica, deverá ser apresentada declaração do representante da instituição atestando sua concordância com a realização do projeto.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE AUDIOVISUAL:</u></p> <p>a) breve currículo dos principais membros da equipe técnica especificando a função que cada integrante irá exercer no projeto;</p> <p>b) Termo de compromisso dos titulares da proposta e dos detentores dos direitos da obra cinematográfica, de entrega de um máster do produto resultante do projeto, para preservação na Cinemateca Brasileira. O máster deverá estar em um dos formatos a seguir: BETACAM DIGITAL, HDCAM SR, HDCAM Standard, HD EXTERNO (HD externo com conexão USB 2.0 ou IEEE1394 (FireWire), não vinculado a software proprietário para ser reconhecido) ou Fita de dados LTO - 5.</p> <p>c) laudo técnico do estado de conservação das obras a serem restauradas para projetos que contemplem restauração ou preservação de acervo audiovisual, emitido por profissional ou Instituição devidamente especializada na área;</p> <p>d) argumento cinematográfico contendo a estratégia de abordagem, lista de locações e personagens documentados e a ideia cinematográfica do projeto que deve conter</p>	<p>da instituição atestando sua concordância com a realização do projeto.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE AUDIOVISUAL:</u></p> <p>a) breve currículo dos principais membros da equipe técnica especificando a função que cada integrante irá exercer no projeto;</p> <p>b) Termo de compromisso dos titulares da proposta e dos detentores dos direitos da obra cinematográfica, de entrega de um máster do produto resultante do projeto, para preservação na Cinemateca Brasileira. O máster deverá estar em um dos formatos a seguir: BETACAM DIGITAL, HDCAM SR, HDCAM Standard, HD EXTERNO (HD externo com conexão USB 2.0 ou IEEE1394 (FireWire), não vinculado a software proprietário para ser reconhecido) ou Fita de dados LTO - 5.</p> <p>c) laudo técnico do estado de conservação das obras a serem restauradas para projetos que contemplem restauração ou preservação de acervo audiovisual, emitido por profissional ou Instituição devidamente especializada na área;</p> <p>d) argumento cinematográfico contendo a estratégia de abordagem, lista de locações e personagens documentados e a ideia cinematográfica do projeto que deve conter em si uma visão sobre os fenômenos abordados (não se trata de descrição do tema ou de sua importância), no caso de</p>	<p>a) breve currículo dos principais membros da equipe técnica especificando a função que cada integrante irá exercer no projeto;</p> <p>b) Termo de compromisso dos titulares da proposta e dos detentores dos direitos da obra cinematográfica, de entrega de um máster do produto resultante do projeto, para preservação na Cinemateca Brasileira. O máster deverá estar em um dos formatos a seguir: BETACAM DIGITAL, HDCAM SR, HDCAM Standard, HD EXTERNO (HD externo com conexão USB 2.0 ou IEEE1394 (FireWire), não vinculado a software proprietário para ser reconhecido) ou Fita de dados LTO - 5.</p> <p>c) laudo técnico do estado de conservação das obras a serem restauradas para projetos que contemplem restauração ou preservação de acervo audiovisual, emitido por profissional ou Instituição devidamente especializada na área;</p> <p>d) argumento cinematográfico contendo a estratégia de abordagem, lista de locações e personagens documentados e a ideia cinematográfica do projeto que deve conter em si uma visão sobre os fenômenos abordados (não se trata de descrição do tema ou de sua importância), no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;</p> <p>e) roteiro dividido por sequências, contendo o desenvolvimento dos diálogos e com o respectivo certificado de registro de roteiro na Fundação Biblioteca Nacional, para</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>f) storyboard, para produção de obra de animação de curta ou média metragem; e</p> <p>g) estrutura e formato do programa de Rádio e TV a ser produzido, contendo sua duração, periodicidade e número de programas e manifestação de interesse de emissoras em veicular o programa, sendo vedada a previsão de despesas vinculadas a aquisição de espaços para a sua veiculação, respeitada a excepcionalidade disposta no inciso X do art. 32;</p> <p>XVII – informações relacionadas a propostas que contemplem sítio eletrônico ou multiplataformas:</p> <p>a) descrição das páginas que comporão o sítio eletrônico ou portal, quando for o caso;</p> <p>c) definição de conteúdos, incluindo pesquisa e sua organização e roteiros;</p>	<p>em si uma visão sobre os fenômenos abordados (não se trata de descrição do tema ou de sua importância), no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;</p> <p>e) roteiro dividido por sequências, contendo o desenvolvimento dos diálogos e com o respectivo certificado de registro de roteiro na Fundação Biblioteca Nacional, para produção de obra de ficção de curta ou média metragem;</p> <p>f) Proposta de produção, incluindo Plano de produção, Detalhamento técnico, Estratégia de produção, dentre outras informações consideradas relevantes para o filme, no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;</p> <p>g) Plano de direção: apresentação dos procedimentos estilísticos que se pretende utilizar no filme, a ser redigido pelo diretor, descrevendo como será a linguagem da obra cinematográfica e fazendo menção aos diversos setores do filme, no caso de produção de curta ou média metragem;</p> <p>h) storyboard ou concept art acompanhado dos documentos mencionados na alínea "e", para produção de obra de animação de curta ou média metragem; e</p> <p>i) estrutura e formato do programa de Rádio e TV a ser produzido, contendo sua duração, periodicidade e número de programas e manifestação de interesse de emissoras em veicular o programa, sendo vedada a previsão de despesas vinculadas</p>	<p>produção de documentário de curta ou média metragem;</p> <p>e) roteiro dividido por sequências, contendo o desenvolvimento dos diálogos e com o respectivo certificado de registro de roteiro na Fundação Biblioteca Nacional, para produção de obra de ficção de curta ou média metragem;</p> <p>f) Proposta de produção, incluindo Plano de produção, Detalhamento técnico, Estratégia de produção, dentre outras informações consideradas relevantes para o filme, no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;</p> <p>g) Plano de direção: apresentação dos procedimentos estilísticos que se pretende utilizar no filme, a ser redigido pelo diretor, descrevendo como será a linguagem da obra cinematográfica e fazendo menção aos diversos setores do filme, no caso de produção de curta ou média metragem;</p> <p>h) storyboard ou concept art acompanhado dos documentos mencionados na alínea "e", para produção de obra de animação de curta ou média metragem; e</p> <p>i) estrutura e formato do programa de Rádio e TV a ser produzido, contendo sua duração, periodicidade e número de programas e manifestação de interesse de emissoras em veicular o programa, sendo vedada a previsão de despesas vinculadas a aquisição de espaços para a sua veiculação, respeitada a excepcionalidade disposta no inciso IX do Art. 45.</p>	<p>produção de obra de ficção de curta ou média metragem;</p> <p>f) Proposta de produção, incluindo Plano de produção, Detalhamento técnico, Estratégia de produção, dentre outras informações consideradas relevantes para o filme, no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;</p> <p>g) Plano de direção: apresentação dos procedimentos estilísticos que se pretende utilizar no filme, a ser redigido pelo diretor, descrevendo como será a linguagem da obra cinematográfica e fazendo menção aos diversos setores do filme, no caso de produção de curta ou média metragem;</p> <p>h) storyboard ou concept art acompanhado dos documentos mencionados na alínea "e", para produção de obra de animação de curta ou média metragem; e</p> <p>i) estrutura e formato do programa de Rádio e TV a ser produzido, contendo sua duração, periodicidade e número de programas e manifestação de interesse de emissoras em veicular o programa, sendo vedada a previsão de despesas vinculadas a aquisição de espaços para a sua veiculação, respeitada a excepcionalidade disposta no inciso IX do Art. 45.</p> <p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM SÍTIO DE INTERNET, JOGOS ELETRÔNICOS, APLICATIVOS OU TRANSMIDIÁTICOS:</p> <p>a) no caso do sítio de internet informar a descrição das páginas, com definição de</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>b) descrição das fontes de alimentação de conteúdo;</p> <p>d) descrição de atualização das informações que comporão o sítio eletrônico ou portal, quando for o caso;</p> <p>e) descrição das fases do jogo, ambientes e objetivos para verificar conteúdo, quando se tratar de propostas que contemplem jogos eletrônicos para qualquer plataforma ou suporte;</p> <p>f) descrição do aplicativo e sua funcionalidade, quando se tratar de propostas que contemplem aplicativos para diferentes sistemas operacionais;</p> <p>g) definição e descrição do universo explorado, plano de trabalho dos diferentes meios de distribuição, fruição e consumo, e definição dos diferentes conteúdos audiovisuais desenvolvidos e da forma que se relacionam com o objetivo de explorar diversos aspectos da narrativa proposta, quando se tratar de propostas que contemplem projetos transmídia;</p> <p>h) descrição dos ambientes e objetivos e possibilidades de interação, quando for o caso, e projeto técnico, quando se tratar de propostas que contemplem projetos de interatividade audiovisual, como simuladores; e</p> <p>i) descrição da ação, justificativa e proposta técnica, quando tratar-se de propostas que contemplem projetos de instalações ou intervenções audiovisuais e</p>	<p>a aquisição de espaços para a sua veiculação, respeitada a excepcionalidade disposta no inciso IX do Art. 45.</p> <p><u>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM SÍTIO DE INTERNET, JOGOS ELETRÔNICOS, APLICATIVOS OU TRANSMIDIÁTICOS:</u></p> <p>a) no caso do sítio de internet informar a descrição das páginas, com definição de conteúdo, incluindo pesquisas e sua organização e roteiros;</p> <p>b) no caso de jogos eletrônicos apresentar a descrição das fases do jogo, ambientes e objetivos;</p> <p>c) no caso do aplicativo para diferentes sistemas operacionais apresentar a descrição do aplicativo e sua funcionalidade;</p> <p>d) no caso de proposta transmidiáticas apresentar a definição e descrição do universo explorado, plano de trabalho dos diferentes meios de distribuição, fruição e consumo, e definição dos diferentes conteúdos audiovisuais desenvolvidos e da forma que se relacionam com o objetivo de</p>	<p>INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM SÍTIO DE INTERNET, JOGOS ELETRÔNICOS, APLICATIVOS OU TRANSMIDIÁTICOS:</p> <p>a) no caso do sítio de internet informar a descrição das páginas, com definição de conteúdo, incluindo pesquisas e sua organização e roteiros;</p> <p>b) no caso de jogos eletrônicos apresentar a descrição das fases do jogo, ambientes e objetivos;</p> <p>c) no caso do aplicativo para diferentes sistemas operacionais apresentar a descrição do aplicativo e sua funcionalidade;</p> <p>d) no caso de proposta transmidiáticas apresentar a definição e descrição do universo explorado, plano de trabalho dos diferentes meios de distribuição, fruição e consumo, e definição dos diferentes conteúdos audiovisuais desenvolvidos e da forma que se relacionam com o objetivo de explorar diversos aspectos da narrativa proposta; e</p>	<p>conteúdo, incluindo pesquisas e sua organização e roteiros;</p> <p>b) no caso de jogos eletrônicos apresentar a descrição das fases do jogo, ambientes e objetivos;</p> <p>c) no caso do aplicativo para diferentes sistemas operacionais apresentar a descrição do aplicativo e sua funcionalidade;</p> <p>d) no caso de proposta transmidiáticas apresentar a definição e descrição do universo explorado, plano de trabalho dos diferentes meios de distribuição, fruição e consumo, e definição dos diferentes conteúdos audiovisuais desenvolvidos e da forma que se relacionam com o objetivo de explorar diversos aspectos da narrativa proposta; e</p> <p>e) no caso de propostas que contemplem projetos de instalações ou intervenções</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
<p>ambientes de imersão e performances audiovisuais.</p> <p>Art. 4º, § 5º No caso de realização de eventos com data certa, o cronograma de execução do projeto deverá prever um prazo final de execução não superior a sessenta dias.</p> <p>Art. 4º, § 7º Para as propostas culturais de Planos Anuais, os documentos exigíveis serão definidos em ato próprio, sem prejuízo do disposto no § 3º.</p>	<p>explorar diversos aspectos da narrativa proposta; e</p> <p>e) no caso de propostas que contemplem projetos de instalações ou intervenções audiovisuais e ambientes de imersão e performances audiovisuais apresentar a descrição da ação, justificativa e proposta técnica.</p>	<p>e) no caso de propostas que contemplem projetos de instalações ou intervenções audiovisuais e ambientes de imersão e performances audiovisuais apresentar a descrição da ação, justificativa e proposta técnica.</p>	<p>audiovisuais e ambientes de imersão e performances audiovisuais apresentar a descrição da ação, justificativa e proposta técnica.</p> <p>ANEXO IV - SEGMENTOS CULTURAIS ENQUADRADOS NO ART. 18, § 3º, DA LEI Nº 8.313, DE 1991. OS INCENTIVADORES DE PROJETOS QUE SE ENQUADREM NA LISTAGEM DESTES ANEXOS FARÃO JUS AO BENEFÍCIO DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 18 DA LEI Nº 8.313, DE 1991. PARA OS DEMAIS PROJETOS, ENQUADRADOS NO ART. 25. DA LEI, OS INCENTIVADORES FARÃO JUS AO BENEFÍCIO DO ART. 26.</p> <p>I - ARTES CÊNICAS</p> <p>a) circo; (art. 18, § 3º, alínea a)</p> <p>b) dança; (art. 18, § 3º, alínea a)</p> <p>c) mímica; (art. 18, § 3º, alínea a)</p> <p>d) ópera; (art. 18, § 3º, alínea a)</p> <p>e) teatro; (art. 18, § 3º, alínea a)</p> <p>f) teatro de formas animadas, de mamulengos, bonecos e congêneres; (art. 18, § 3º, alínea a)</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
			<p>g) desfile de escola de samba ou festivais de caráter musical e cênico que tenham relação com festividades regionais, com confecções de fantasias, adereços ou material cenográfico; (art. 18, § 3º, alínea a)</p> <p>h) construção e manutenção de salas de teatro ou centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes; (art. 18, § 3º, alínea h)</p> <p>i) ações de capacitação e treinamento de pessoal; e (art. 18, § 3º, alínea a)</p> <p>j) teatro musical, quando sua encenação se estabelece por meio de dramaturgia, compreendendo danças e canções. (art. 18, § 3º, alínea a)</p> <p>II - AUDIOVISUAL</p> <p>a) produção de conteúdo audiovisual de curta e média metragem, incluindo rádios e TVs educativas e culturais; (art. 18, § 3º, alínea f)</p> <p>b) difusão de acervo e conteúdo audiovisual nos diversos meios e suportes; (art. 18, § 3º, alínea f)</p> <p>c) restauração e preservação de acervos audiovisuais; (art. 18, § 3º, alínea f)</p> <p>d) doação de acervos audiovisuais para cinematecas; (art. 18, § 3º, alínea e)</p> <p>e) ações de capacitação e treinamento de pessoal; (art. 18, § 3º, alínea e)</p> <p>f) aquisição de equipamentos para manutenção de acervos audiovisuais</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
			<p>públicos e cinematecas; e (art. 18, § 3º, alínea e)</p> <p>g) construção e manutenção de salas de cinema que poderão funcionar também como centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. (art. 18, § 3º, alínea h)</p> <p>III - MÚSICA</p> <p>a) erudita; (art. 18, § 3º, alínea c)</p> <p>b) instrumental; (art. 18, § 3º, alínea c)</p> <p>c) canto coral; e (art. 18, § 3º, alínea c)</p> <p>d) ações de capacitação e treinamento de pessoal; (art. 18, § 3º, alínea c)</p> <p>IV - ARTES VISUAIS</p> <p>a) exposição de artes visuais que possua em sua concepção tratamento artístico e curatorial, em quaisquer suportes abrangendo as seguintes categorias: pintura, desenho, gravura, fotografia, escultura, objeto, grafite, instalação, performances, vídeo-arte, artes digitais, arte eletrônica, design, arquitetura, moda, arte cibernética e artes gráficas, que poderão se organizar sob a forma de exposições, feiras, festivais, mostras, circuitos artísticos; e (art. 18, § 3º, alínea d)</p> <p>b) ações educativo-culturais, inclusive seminários, oficinas e palestras, assim como ações de capacitação e treinamento de pessoal que visem a formação e o fomento em artes visuais; (art. 18, § 3º, alínea d)</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
			V - PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL a) doações ou aquisições de acervos culturais em geral para arquivos públicos e instituições culturais; (art. 18, § 3º, alínea g) b) preservação, restauração, conservação, salvaguarda, identificação, registro, educação patrimonial e acervos do patrimônio cultural material e imaterial; (art. 18, § 3º, alínea g) c) ações de documentação ou digitalização de acervo bibliográfico e arquivístico, pesquisa, sistematização de informação; (art. 18, § 3º, alínea g) d) preservação, restauração, manutenção, readequação ou revitalização de equipamentos culturais ou edificações destinadas a preservação de patrimônio cultural; (art. 18, § 3º, alínea g) e) ações de segurança para preservação de patrimônio cultural ou de acervos; (art. 18, § 3º, alínea g) f) ações educativo-culturais, inclusive seminários, oficinas e palestras, visando a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural; (art. 18, § 3º, alínea g) g) treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos, arquivos públicos e instituições congêneres; (art. 18, § 3º, alínea g)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
			<p>h) elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo; e (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>i) elaboração de projetos de restauro (arquitetura e complementares) destinados à preservação de bens culturais materiais tombados pelos poderes públicos, federal, estadual, municipal ou distrital. (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>VI - MUSEUS E MEMÓRIA</p> <p>a) doação ou aquisição de acervos para museus e instituições de preservação da memória; (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>b) preservação, restauração, conservação, identificação, registro e promoção; (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>c) documentação e digitalização de acervos; sistemas de informações; (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>d) ações de segurança para preservação de acervos; (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>e) planos anuais de atividades e elaboração de planos museológicos; (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>f) exposições realizadas em museus, exposições organizadas com acervos de museus e museografia; (art. 18, § 3º, alíneas d e g)</p> <p>g) pesquisa; sistematização de informações; (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>h) ação educativo-cultural, inclusive seminários, congressos, palestras; (art. 18, § 3º, alínea g)</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
			<p>i) criação e implantação (projetos, construção, restauração e reforma); (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>j) ações de capacitação e treinamento de pessoal; e (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>k) aquisição de equipamentos para a preservação e manutenção de acervos. (art. 18, § 3º, alínea g)</p> <p>VII - HUMANIDADES</p> <p>a) livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico; (art. 18, § 3º, alínea b)</p> <p>b) manutenção, preservação ou restauração de acervos bibliográficos e arquivísticos compreendidos por livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico; (art. 18, § 3º, alínea b)</p> <p>c) eventos literários e ações educativo-culturais voltados para a promoção do livro e da criação literária, e para o incentivo à leitura; (art. 18, § 3º, alínea b)</p> <p>d) doação ou aquisição de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos, cinematecas; (art. 18, § 3º, alínea b)</p> <p>e) ações de capacitação, treinamento de pessoal, oficinas e aquisição de equipamentos, que tenham como finalidade a manutenção de acervos de bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas; e (art. 18, § 3º, alínea b)</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
			f) construção de bibliotecas desde que esteja prevista a implantação de espaço destinado a apresentações de teatro, exibição de filmes e outras atividades culturais em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. (art. 18, § 3º, alínea h)
	ANEXO V - TIPOLOGIAS PRONAC - PATRIMÔNIO IMATERIAL Critérios para enquadramento de projetos na alínea "g" parágrafo 3º, Artigo 18 da LEI 8.313/91 1. Itens que devem constar no sub segmento "Patrimônio Imaterial". Com base nas legislações - Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Decreto Legislativo 22, de 8 de março de 2006, que aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Resolução 001/2006, de 3 de agosto de 2006, que trata da instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Resolução 1, de 18 de julho de 2013, que trata da Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil, Portaria 200, de 18 de maio de 2016, que regulamenta Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI e o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC: Celebrações-ocasiões diferenciadas de sociabilidade - atividades que participam	TIPOLOGIAS PRONAC- Patrimônio Imaterial Critérios para enquadramento de projetos na alínea "g" parágrafo 3º, Artigo 18 da LEI 8.313/91 1. Itens que devem constar no sub segmento "Patrimônio Imaterial". Com base nas legislações - Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Decreto Legislativo 22, de 08 de março de 2006, que aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Resolução 001/2006, de 03 de agosto de 2006, que trata da instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Resolução 1, de 18 de julho de 2013, que trata da Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil, Portaria 200, de 18 de maio de 2016, que regulamenta Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI e o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC: Celebrações-ocasiões diferenciadas de sociabilidade - atividades que participam	ANEXO V - TIPOLOGIAS PRONAC- Patrimônio Imaterial Critérios para enquadramento de projetos na alínea "g" § 3º, Artigo 18 da Lei 8.313/1991 1. Itens que devem constar no sub segmento "Patrimônio Imaterial". Com base nas legislações - Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Decreto Legislativo 22, de 08 de março de 2006, que aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Resolução 001/2006, de 03 de agosto de 2006, que trata da instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Resolução 1, de 18 de julho de 2013, que trata da Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil, Portaria 200, de 18 de maio de 2016, que regulamenta Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI e o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC: Celebrações-ocasiões diferenciadas de sociabilidade - atividades que participam

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território, nas quais se incluem os principais ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário.</p> <p>Saberes e modos de fazer - atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade. Referem-se aos conhecimentos tradicionais associados à produção de objetos e /ou prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais.</p> <p>Formas de expressão - Formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação as quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade.</p> <p>Lugares - lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas diversas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernaculares quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas.</p> <p>Edificações - estruturas físicas associadas a certos usos, a significações históricas e de memória e às imagens que se tem de certos</p>	<p>fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território, nas quais se incluem os principais ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário.</p> <p>Saberes e modos de fazer - atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade. Referem-se aos conhecimentos tradicionais associados à produção de objetos e /ou prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais.</p> <p>Formas de expressão - Formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação as quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade.</p> <p>Lugares - lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas diversas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernaculares quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas.</p> <p>Edificações - estruturas físicas associadas a certos usos, a significações históricas e de memória e às imagens que se tem de certos</p>	<p>fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território, nas quais se incluem os principais ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário.</p> <p>Saberes e modos de fazer - atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade. Referem-se aos conhecimentos tradicionais associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais.</p> <p>Formas de expressão - Formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação as quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade.</p> <p>Lugares - lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas diversas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernaculares quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas.</p> <p>Edificações - estruturas físicas associadas a certos usos, a significações históricas e de memória e às imagens que se tem de certos</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>lugares, que as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. São relevantes, além dos aspectos físico-arquitetônicos, as representações sociais associadas a edificações, as narrativas que se conversam e seu respeito, os bens móveis que elas abrigam e determinados usos que nelas se desenvolvem.</p> <p>Diversidade Linguística - as Línguas faladas por comunidades brasileiras objetivando a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, somando-se as indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, etc., o Decreto 7.387, de 9 de dezembro de 2010, instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.</p> <p>2. Enquadram-se na rubrica "Patrimônio Imaterial" projetos que desenvolvam ações como as listadas abaixo e que sejam relacionadas à identificação, documentação, reconhecimento, difusão e fomento dos processos culturais que sejam referenciais de e para comunidades tradicionais, povos indígenas, afrodescendentes, e demais comunidades constituintes da sociedade brasileira.</p> <p>2.1 Projetos de mapeamento, documentação e inventário, instrução de processo e construção de dossiê de Registro conforme procedimentos da Resolução nº 001, de 3 de agosto de 2016;</p>	<p>lugares, que as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. São relevantes, além dos aspectos físico-arquitetônicos, as representações sociais associadas a edificações, as narrativas que se conversam e seu respeito, os bens móveis que elas abrigam e determinados usos que nelas se desenvolvem.</p> <p>Diversidade Linguística - as Línguas faladas por comunidades brasileiras objetivando a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, somando-se as indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, etc., o Decreto 7.387, de 9 de dezembro de 2010, instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.</p> <p>2. Enquadram-se na rubrica "Patrimônio Imaterial" projetos que desenvolvam ações como as listadas abaixo e que sejam relacionadas à identificação, documentação, reconhecimento, difusão e fomento dos processos culturais que sejam referenciais de e para comunidades tradicionais, povos indígenas, afrodescendentes, e demais comunidades constituintes da sociedade brasileira.</p> <p>2.1 Projetos de mapeamento, documentação e inventário, instrução de processo e construção de dossiê de Registro conforme procedimentos da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2016;</p>	<p>lugares, que as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. São relevantes, além dos aspectos físico-arquitetônicos, as representações sociais associadas a edificações, as narrativas que se conversam e seu respeito, os bens móveis que elas abrigam e determinados usos que nelas se desenvolvem.</p> <p>Diversidade Linguística - as Línguas faladas por comunidades brasileiras objetivando a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, somando-se as indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, etc., o Decreto 7.387, de 9 de dezembro de 2010, instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.</p> <p>2. Enquadram-se na rubrica "Patrimônio Imaterial" projetos que desenvolvam ações como as listadas abaixo e que sejam relacionadas à identificação, documentação, reconhecimento, difusão e fomento dos processos culturais que sejam referenciais de e para comunidades tradicionais, povos indígenas, afrodescendentes, e demais comunidades constituintes da sociedade brasileira.</p> <p>2.1 Projetos de mapeamento, documentação e inventário, instrução de processo e construção de dossiê de Registro conforme procedimentos da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2016;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>2.2 Projetos que visem à constituição, conservação e divulgação de acervos etnográficos e documentais e/ou bancos (bases) de dados sobre o patrimônio imaterial;</p> <p>2.3 Projetos que promovam e divulguem, preferencialmente, bens culturais imateriais inventariados e/ou Registrados pelos poderes públicos em nível federal, estadual ou municipal;</p> <p>2.4 Projetos que tragam a público, através de publicações, exposições, edições fono audiovisuais resultados de pesquisas e inventários sobre patrimônio imaterial;</p> <p>2.5 Projetos que incentivem ou fomentem os processos de produção, reprodução e transmissão dos conhecimentos relacionados ao patrimônio imaterial, favorecendo as condições materiais e simbólicas para livre exercício das práticas culturais de diferentes grupos portadores de saberes e fazeres tradicionais a fim de que possam ser conhecidos e valorizados em seus contextos sociais específicos;</p> <p>2.6 Projetos que contribuam para a organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais;</p> <p>2.7 Projetos que visem a proteger a propriedade intelectual e direitos culturais coletivos de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais;</p> <p>2.8 Projetos que estimulem a formação de pesquisadores e agentes de políticas</p>	<p>2.2 Projetos que visem à constituição, conservação e divulgação de acervos etnográficos e documentais e/ou bancos (bases) de dados sobre o patrimônio imaterial;</p> <p>2.3 Projetos que promovam e divulguem, preferencialmente, bens culturais imateriais inventariados e/ou Registrados pelos poderes públicos em nível federal, estadual ou municipal;</p> <p>2.4 Projetos que tragam a público, através de publicações, exposições, edições fono audiovisuais resultados de pesquisas e inventários sobre patrimônio imaterial;</p> <p>2.5 Projetos que incentivem ou fomentem os processos de produção, reprodução e transmissão dos conhecimentos relacionados ao patrimônio imaterial, favorecendo as condições materiais e simbólicas para livre exercício das práticas culturais de diferentes grupos portadores de saberes e fazeres tradicionais a fim de que possam ser conhecidos e valorizados em seus contextos sociais específicos;</p> <p>2.6 Projetos que contribuam para a organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais;</p> <p>2.7 Projetos que visem a proteger a propriedade intelectual e direitos culturais coletivos de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais;</p> <p>2.8 Projetos que estimulem a formação de pesquisadores e agentes de políticas</p>	<p>2.2 Projetos que visem à constituição, conservação e divulgação de acervos etnográficos e documentais e/ou bancos (bases) de dados sobre o patrimônio imaterial;</p> <p>2.3 Projetos que promovam e divulguem, preferencialmente, bens culturais imateriais inventariados e/ou Registrados pelos poderes públicos em nível federal, estadual ou municipal;</p> <p>2.4 Projetos que tragam a público, através de publicações, exposições, edições fono audiovisuais resultados de pesquisas e inventários sobre patrimônio imaterial;</p> <p>2.5 Projetos que incentivem ou fomentem os processos de produção, reprodução e transmissão dos conhecimentos relacionados ao patrimônio imaterial, favorecendo as condições materiais e simbólicas para livre exercício das práticas culturais de diferentes grupos portadores de saberes e fazeres tradicionais a fim de que possam ser conhecidos e valorizados em seus contextos sociais específicos;</p> <p>2.6 Projetos que contribuam para a organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais;</p> <p>2.7 Projetos que visem a proteger a propriedade intelectual e direitos culturais coletivos de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais;</p> <p>2.8 Projetos que estimulem a formação de pesquisadores e agentes de políticas</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>públicas quanto a ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;</p> <p>2.9 Projetos que promovam ações educativas que visem à sensibilização da população para a importância da identificação e do reconhecimento do patrimônio imaterial.</p> <p>2.10. Apoio à produção de conhecimento e documentação sobre diversidade linguística;</p> <p>2.11. Execução das ações de valorização e promoção das línguas reconhecidas;</p> <p>2.12. Fomento à preservação e disponibilização de acervos documentais e bibliográficos de interesse para a salvaguarda da diversidade linguística;</p> <p>2.13 <i>[sic]</i> atender a necessidades de fortalecimento da língua apontadas no Dossiê de Inclusão no INDL;</p> <p>2.14. Atendimento de demandas específicas, não contempladas pelo INDL;</p> <p>2.15. Desenvolvimento de ações amplas de promoção da diversidade linguística.</p> <p>3. Objetos e produtos preferenciais nos projetos PRONAC no âmbito do patrimônio imaterial (não são excludentes em um mesmo projeto).</p> <p>3.1. Pesquisas, mapeamentos, inventários participativos (com inclusão de pessoas oriundas dos universos pesquisados nas equipes). Produtos: documentação textual e audiovisual, relatórios, textos analíticos, diagnósticos e proposições de políticas;</p>	<p>públicas quanto a ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;</p> <p>2.9 Projetos que promovam ações educativas que visem à sensibilização da população para a importância da identificação e do reconhecimento do patrimônio imaterial.</p> <p>2.10. Apoio à produção de conhecimento e documentação sobre diversidade linguística;</p> <p>2.11. Execução das ações de valorização e promoção das línguas reconhecidas;</p> <p>2.12. Fomento à preservação e disponibilização de acervos documentais e bibliográficos de interesse para a salvaguarda da diversidade linguística;</p> <p>2.13 <i>[sic]</i> atender a necessidades de fortalecimento da língua apontadas no Dossiê de Inclusão no INDL;</p> <p>2.14. Atendimento de demandas específicas, não contempladas pelo INDL;</p> <p>2.15. Desenvolvimento de ações amplas de promoção da diversidade linguística.</p> <p>3. Objetos e produtos preferenciais nos projetos PRONAC no âmbito do patrimônio imaterial (não são excludentes em um mesmo projeto).</p> <p>3.1. Pesquisas, mapeamentos, inventários participativos (com inclusão de pessoas oriundas dos universos pesquisados nas equipes). Produtos: documentação textual e audiovisual, relatórios, textos analíticos, diagnósticos e proposições de políticas;</p>	<p>públicas quanto a ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;</p> <p>2.9 Projetos que promovam ações educativas que visem à sensibilização da população para a importância da identificação e do reconhecimento do patrimônio imaterial.</p> <p>2.10. Apoio à produção de conhecimento e documentação sobre diversidade linguística;</p> <p>2.11. Execução das ações de valorização e promoção das línguas reconhecidas;</p> <p>2.12. Fomento à preservação e disponibilização de acervos documentais e bibliográficos de interesse para a salvaguarda da diversidade linguística;</p> <p>2.13 <i>[sic]</i> Atender a necessidades de fortalecimento da língua apontadas no Dossiê de Inclusão no INDL;</p> <p>2.14. Atendimento de demandas específicas, não contempladas pelo INDL;</p> <p>2.15. Desenvolvimento de ações amplas de promoção da diversidade linguística.</p> <p>3. Objetos e produtos preferenciais nos projetos PRONAC no âmbito do patrimônio imaterial (não são excludentes em um mesmo projeto).</p> <p>3.1. Pesquisas, mapeamentos, inventários participativos (com inclusão de pessoas oriundas dos universos pesquisados nas equipes). Produtos: documentação textual e audiovisual, relatórios, textos analíticos, diagnósticos e proposições de políticas;</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>3.2. Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas para o patrimônio. Produtos: oficinas, aulas, encontros, seminários, similares;</p> <p>3.3. Mobilização de segmentos sociais envolvidos diretamente na produção e reprodução cultural do bem cultural imaterial, com vistas à discussão, elaboração e gestão de política de salvaguarda. Produtos: oficiais, seminários, encontros, similares;</p> <p>3.4. Transmissão de saberes relativos ao sistema cultural em foco no âmbito exclusivo do contexto tradicional ou ordinário intrínseco à comunidade produtora dos bens culturais. Produto: oficinas, aulas, encontros, similares;</p> <p>ANEXO VI - TARIFAS BANCÁRIAS</p> <p>Todas as contas cadastradas no sistema corporativo do Banco do Brasil, vinculadas a projetos beneficiados pelos incentivos fiscais ao amparo da Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), possuem isenção das seguintes tarifas:</p> <p>PESSOA FÍSICA E JURÍDICA MANUTENÇÃO C/C ATIVA - PF E PJ GERENCIADOR FINANCEIRO - CONEXÃO CADASTRO PF E PJ - CONFECÇÃO CADASTRO PF E PJ - RENOVAÇÃO SEMESTRAL TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS CORRENTES (ORIGEM PF E PJ) - RPG</p>	<p>3.2. Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas para o patrimônio. Produtos: oficinas, aulas, encontros, seminários, similares;</p> <p>3.3. Mobilização de segmentos sociais envolvidos diretamente na produção e reprodução cultural do bem cultural imaterial, com vistas à discussão, elaboração e gestão de política de salvaguarda. Produtos: oficiais, seminários, encontros, similares;</p> <p>3.4. Transmissão de saberes relativos ao sistema cultural em foco no âmbito exclusivo do contexto tradicional ou ordinário intrínseco à comunidade produtora dos bens culturais. Produto: oficinas, aulas, encontros, similares;</p> <p>TARIFAS BANCÁRIAS</p> <p>Todas as contas cadastradas no sistema corporativo do Banco do Brasil, vinculadas a projetos beneficiados pelos incentivos fiscais ao amparo da Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), possuem isenção das seguintes tarifas:</p> <p>PESSOA FÍSICA E JURÍDICA MANUTENÇÃO C/C ATIVA - PF E PJ GERENCIADOR FINANCEIRO - CONEXÃO CADASTRO PF E PJ - CONFECÇÃO CADASTRO PF E PJ - RENOVAÇÃO SEMESTRAL TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS CORRENTES (ORIGEM PF E PJ) - RPG</p>	<p>3.2. Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas para o patrimônio. Produtos: oficinas, aulas, encontros, seminários, similares;</p> <p>3.3. Mobilização de segmentos sociais envolvidos diretamente na produção e reprodução cultural do bem cultural imaterial, com vistas à discussão, elaboração e gestão de política de salvaguarda. Produtos: oficiais, seminários, encontros, similares;</p> <p>3.4. Transmissão de saberes relativos ao sistema cultural em foco no âmbito exclusivo do contexto tradicional ou ordinário intrínseco à comunidade produtora dos bens culturais. Produto: oficinas, aulas, encontros, similares;</p> <p>ANEXO VI - TARIFAS BANCÁRIAS</p> <p>Todas as contas cadastradas no sistema corporativo do Banco do Brasil, vinculadas a projetos beneficiados pelos incentivos fiscais ao amparo da Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), possuem isenção das seguintes tarifas:</p> <p>PESSOA FÍSICA E JURÍDICA MANUTENÇÃO C/C ATIVA - PF E PJ GERENCIADOR FINANCEIRO - CONEXÃO CADASTRO PF E PJ - CONFECÇÃO CADASTRO PF E PJ - RENOVAÇÃO SEMESTRAL TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS CORRENTES (ORIGEM PF E PJ) - RPG</p>

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2013 Em verde: trechos suprimidos pela IN nº 1/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2017 Em amarelo: acréscimos em relação à IN nº 1/13 Em azul: trechos suprimidos pela IN nº 4/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2017 Em vermelho: acréscimos da IN nº 4/2017 em relação à IN nº 1/2017 Em cinza: trechos suprimidos pela IN nº 5/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 Em roxo: acréscimos da IN nº 5/2017 em relação à IN nº 4/2017
	<p>TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA (DOC/TED) - RPG CARTÃO MANUTENÇÃO PF E PJ EXTRATOS TAA - TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO EXTRATOS DE INTERNET AGENDA FINANCEIRA</p> <p>ANEXO VII - TRILHAS DE CONTROLE I - Regularidade do proponente e sócios. II - Regularidade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do proponente e fornecedor. III - Princípio da não concentração. IV - Itens concentrados por fornecedores. V - Notas fiscais eletrônicas. VI - Beneficiários de ingressos gratuitos. VII - Incentivadores inativos. VIII - Regularidade de captadores de recursos.</p>	<p>TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA (DOC/TED) - RPG CARTÃO MANUTENÇÃO PF E PJ EXTRATOS TAA - TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO EXTRATOS DE INTERNET AGENDA FINANCEIRA</p> <p>TRILHAS DE CONTROLE I. Regularidade do proponente e sócios. II. Regularidade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do proponente e fornecedor. III. Princípio da não concentração. IV. Itens concentrados por fornecedores. V. Notas fiscais eletrônicas. VI. Beneficiários de ingressos gratuitos. VII. Incentivadores inativos. VIII. Regularidade de captadores de recursos.</p>	<p>TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA (DOC/TED) - RPG CARTÃO MANUTENÇÃO PF E PJ EXTRATOS TAA - TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO EXTRATOS DE INTERNET AGENDA FINANCEIRA</p> <p>ANEXO VII - TRILHAS DE CONTROLE I - Regularidade do proponente e sócios. II - Regularidade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do proponente e fornecedor. III - Princípio da não concentração. IV - Itens concentrados por fornecedores. V - Notas fiscais eletrônicas. VI - Beneficiários de ingressos gratuitos. VII - Incentivadores inativos. VIII - Regularidade de captadores de recursos.</p>
-	ANEXO VII – [Tabela CNAE]	[Tabela CNAE]	ANEXO VIII – [Tabela CNAE]